

**INSTITUTO  
HISTÓRICO  
da Ilha Terceira**

**B O L E T I M**





BOLETIM  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

---

*Vol. VII*

1949

---

## Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores

pelo Dr. MANUEL MENEZES

No problema da descoberta e povoamento dos Açores, ha ainda margem para largas dissertações. Para o seu completo esclarecimento, subsistem sempre as mesmas incógnitas de que se não acha o valor — um registo categórico que o certifique e por todos seja aceite; um documento que essencialmente o esclareça e se não possa contestar.

Não tem sido poucas as actividades dispendidas nessa deligência, mas o assunto continua de pé, incerto, incomprovado, sem que dos arquivos consiga a investigação extrair a prova documental que o ilucide completamente, para que ficasse, se isso fosse possível, a contento de todos.

O problema encontra-se assim enquadrado no mesmo campo de incertezas e até de contradições, que engloba toda a actividade marítima portuguesa no começo dos empreendimentos navais.

Uma realidade subsiste sem contestação de peso, ou pelo menos sem prova em contrário suficiente para a pôr em dúvida — é terem as ilhas sido encontradas primeiramente por portugueses. Mas quanto à data ou à pessoa que o efectuasse, não o diz categóricamente nenhum dos documentos que o refere, nem tão pouco o asseveram as narrati-

vas dos cronistas mais ou menos coevos com a revelação de tal acontecimento.

Rebuscados já todos os arquivos no que interessa ao assunto, parece perdida a esperança de se encontrar melhor elucidação documental do que a que até hoje foi achada, mas posta a questão nesse campo, permaneceriam englobadas no desânimo desse insucesso todas as possibilidades de se colher no estudo ainda a fazer, por comparação e dedução, tudo que é considerado como referência digna de crédito, para ao menos se assentar em concordância com o que mais lógico, presumível e compreensível, seja permitido estabelecer relativo a esse empreendimento.

Nesse sentido voltamos a esta revisão do problema da descoberta e povoamento dos Açores, procurando esclarecer pelo estudo comparativo de novos dados ainda não apreciados e relativos ao caso, contradições que se me não afiguram formais, ajustar referências que me parece se devem ligar na mesma concordância.

Penso que só por caminhos idênticos aos que vem seguindo os nossos investigadores, num aturado e elucidativo trabalho de análise e crítica a todas essas referências, se pode, como eles o tem feito para o problema geral dos descobrimentos, abrir nova luz na confusão do que respeita aos Açores, perdida como parece já estar a esperança de encontrar outras provas, mas sem guarida formal para o desânimo de não o pretender esclarecer.

Os factos históricos são realidades incontestáveis. O comando espiritual e o esforço dos homens que os realizaram, só podem ser compreendidos na intuição e no resultado dos empreendimentos que se verificaram.

Como nos fenómenos observados de que se ignoram as causas, para o espirito humano não interessa só verificar os efeitos. A ânsia do conhecimento impõe sempre novas deligências, novos desejos de prova, que é o esclarecimento e a satisfação da inteligência. Considerar o inexplicavel como irremediavelmente assente, tambem não convence.

Para os que já tem ideias feitas e inamovíveis sobre o assunto, sem exigência de novo esclarecimento, este estudo nada interessa, mas para os que ainda estão na mesma dúvida e insatisfação em que permanecemos, para esses nos dirigimos.

O que vamos expor só serve para traduzir esse desejo. E como o

## O QUE DIZEM OS MAPAS

É caso já estabelecido pelos investigadores, que a carta mais antiga onde aparecem ilhas, que pela sua situação se podem considerar como correspondendo aos Açores, é a carta de Angelino Dulcert de 1339.

Segundo Jules Mees, os portulanos do começo do século XIV não trazem nenhuma indicação da existência de ilhas no Atlântico. A primeira referência tem de ser colocada na primeira metade desse século, se não se assentar ter sido acrescentamento posterior.

Mas a seguir àquele, pela ordem sucessiva das datas que lhes são atribuídas e todas anteriores ao ano estabelecido para o conhecimento das ilhas pelos portugueses, idêntica representação gráfica se encontra no mapa florentino de 1351, também chamado planisfério Mediceu ou portulano Laurentino, como mais usualmente é conhecido, no Atlas Catalão de 1375, na carta de Pinelli-Walckenaer de 1384 e na de Villadestes de 1413.

Dáí uma perturbante confusão quanto à primasia da descoberta das ilhas e da glória a atribuir ao seu descobridor, o que tem posto em sérias dúvidas a que se conferia ao navegador português Gonçalo Velho Cabral, tido e havido como o realizador de tal empreendimento.

O Atlas Catalão, no desenho que apresenta da costa de Africa, chega mesmo a mencionar o cabo *Bugedor* e isso vinha igualmente demonstrar que a difícil empresa da sua passagem só conseguida ao fim de alguns intentos por Gil Eanes e efectuada em 1434, era feito já realizado ha mais de meio século.

O facto sem registo em qualquer povo com título de primasia, procurou na tradição a sua melhor explicação e veio-se assim a afirmar, que já os fenícios e egípcios tinham passado o estreito de Gibraltar, lançando-se no Atlântico ao longo da costa africana, a procurar o contorno deste continente, que a sua navegação pelo mar Vermelho até longas paragens próximo de Madagascar, lhe faria prever se encontraria em determinado ponto, se mais para o sul e pelo outro lado se avançasse nesse sentido.

Estendia-se assim aos povos primitivos, tão fortes e cabais possibilidades de navegação, e até que ponto o intento pudesse ter guarida

de crédito, não se encontraram elementos de acerto além dos da tradição, que o viessem confirmar.

Na peugada dessa reminiscência a lenda foi correndo e ainda outras se levantaram com maior ou menor possibilidade de crédito a favor dos povos do Mediterrâneo, que herdaram e continuaram em primeira mão os esforços dessas primitivas civilizações. E para os dados que os mapas traduziam, quanto ao conhecimento de novas terras, se rebuscaram referências que mais ou menos o fundamentassem.

Assim, as indicações fornecidas pelo portulano Laurentino de 1351, seriam colhidas na viagem do italiano Lançarote Malocelo, que em 1270 chegara até às Canárias e a uma outra ilha que se atribuía ser a Madeira. Uma lembrança que ressurgia ao fim de 81 anos!

Felicio Doria e os irmãos Vadino e Ugolino Vivaldi, seriam outros navegadores daquele país, que em 1281 e 1291, estes últimos com dois navios, teriam atingido o cabo Juby abaixo da costa marroquina, mas deles mais nada se sabia porque tinham naufragado, um na costa de Marrocos e o outro no Senegal.

Como se fosse pouco, colheu-se ainda do célebre geógrafo árabe Edrisi a notícia de que oito aventureiros de Lisboa se arriscaram a ir ao *mar da escuridão*, e tinham encontrado ilhas que se julgou depois ser a Madeira ou as Canárias. Esta viagem teria sidó pouco antes da tomada desta cidade aos mouros em 1147, e a rememorar o episódio, ficara sempre em Alfama a Rua dos Aventureiros como homenagem à audácia desse empreendimento.

O relato da viagem altamente fantasista, revelava que os intemeratos *Magrurinos* como Edrisi lhes chama, tinham chegado a um mar em que as águas espessas exalavam cheiro fétido, cobrindo numerosos recifes muito escassamente iluminados, mas onde tinham visto carneiros numa das ilhas e na outra gente selvagem que os aprisionou, conseguindo eles depois de várias peripécias voltar a Espanha.

Já bastaria a escuridão para relegar ao campo da fantasia o relato transmitido por Edrisi, mas aquele cheiro fétido das águas espessas, não foi dúvida que os mais crédulos levantassem quanto às possibilidades navegadoras desse tempo, para conjecturar que os *Magrurinos* tinham chegado até ao mar dos Sargaços, quando mais facil seria deduzir que o fétido seria dessas algas marítimas depositadas sobre

os recifes de qualquer costa onde a vaga as costuma lançar e o mar espesso, a abundância dessas mesmas plantas nas águas circunvizinhas, como usualmente se verifica onde os sargaços se depositam.

Isto afinal tanto sucede junto às costas das ilhas como de qualquer continente onde eles aparecem.

A referência tem tanto mais interesse, quanto se verifica que é o mapa de Andrea Biancho de 1436, o primeiro que apresenta o *Mar da Baga*, nome aceite por todos os investigadores como sendo o dos Sargaços, então pela data desse mapa, legitimamente atribuído como achado português concomitante com o dos Açores.

Para outros ainda, o portulano Laurentino traduziria a viagem de 1341, de tres navios com portugueses, espanhoes e italianos, que voltaram a sair à procura das ilhas que revelara a expedição de Malocelo, pouco afinal se ficando a saber, porque tambem se diz que o ousado grupo voltou para traz ao avista-las com receio do seu encantamento.

No âmbito destas fantasias, o celebre portulano traduziria o conhecimento de todas estas viagens e ainda a que realizou Jaime Ferrer, que saiu de Maiorca em Agosto de 1346, mas de que se não teve mais conhecimento e portanto nada mais podia indicar.

Quanto ao valor documental dos dados fornecidos por tão vagos, imprecisos e ignorados feitos de navegadores, é bom reparar que eles não regressavam das suas viagens, se de facto as fizeram. Nada portanto podiam indicar.

O melhor juizo a assentar sobre o portulano Laurentino, é que sofreu vários acrescentamentos posteriores porque não só figura o grupo dos Açores, Madeira e Canárias, como até desenha a reintrância do golfo da Guiné e todos os promenores da costa junto ao cabo Bojador, do que só muito mais tarde se teve perfeito conhecimento.

Para maior reforço dessa ideia se considerou tambem que o Atlas Catalão de 1375, recordava em especial a citada viagem de Jaime Ferrer em 1346, atribuindo-se as razões desse intuito por nele figurar o desenho dum barco, com gente a bordo, ao largo do cabo *Bugedor*, a representar esses exploradores catalães seguindo à procura do rio do Ouro.

Ainda como conjugação de ideias relacionadas com o episódio, pretendem também alguns investigadores ver no relato da viagem e nas

figuras do mapa sugestões atribuídas ao *Libro del conocimiento*, que aparece pouco depois da referida viagem, pela primeira vez em 1350.

Este Atlas Catalão, em 1381, foi oferecido pelo rei de Aragão ao de França, mas resta saber o que nele estava então desenhado e o que apareceu depois. Os reis aragoneses tinham já entrado em empreendimentos marítimos no Mediterrâneo e em luta aberta contra os mouros. Até que ponto poderiam os seus navegadores sair a tão largas expedições não ha outra informação.

No alargamento de idênticas justificações para demonstrar o conhecimento das ilhas dos Açores antes dos portugueses as descobrirem, o mapa de Villadestes de 1413, traduziria os dados revelados pelas expedições de navegadores normandos, entre eles o corsário Petit Diepe, que de 1364 a 1410, se dizia tinha chegado às costas da Guiné a comerciar em ouro, marfim e malagueta.

Foi até com esse fundamento que o governo frances entre 1839 e 1845, levantou a celebre questão de prioridade no descobrimento da Guiné, como razão para reivindicar a posse dos territórios de Casamance.

Servia-lhe de apoio a forte autoridade de Humboldt, que pouco antes, em 1837, publicando o seu *Examen critique de la geographie du Nouveau Monde*, dava a Colombo toda a glória da navegação científica que fôra beber nos ensinamentos alemães de Behaim e Regiomontano, para pôr o esforço portuguez em tão pouco ou nada, que afirmava serem as descobertas ao longo da costa de Africa bem como a das ilhas dos Açores, coisa já efectuada muito antes pelos normandos.

Se não fosse a tenacidade do Visconde de Santarem, o seu profundo saber e a documentação irrefutavel com que provou a prioridade das empresas do Infante D. Henrique, medindo-se de igual para igual com o valor consagrado de Humboldt, podia talvez ter permanecido a doutrina deste, até com melhor predisposição para se dar crédito e aceitar as informações estrangeiras do que a preferir as realidades nacionais.

O debate chegou mesmo a agitar vários sectores scientificos interessados no esclarecimento do pleito e ele foi tão retumbante para o Visconde de Santarem, que não só a Sociedade de Geografia de Berlim

o fez seu membro honorário, como até o próprio Humboldt lhe mandou uma carta a 28 de Outubro de 1842, conservada na família, que Joaquim Bensaude transcreve, dando-lhe esta completa satisfação:—«Je me fais facilement arracher les Dieppois que je n'ai jamais tenu à coeur, j'ai plus de douleur de me separer de Ferrer. Vous êtes un maitre auquel on se soumette avec une philosophique resignation».

De todos os privilégios marítimos atribuidos aos normandos, ficava apenas a certeza da viagem do seu compatriota Jean de Betencourt, em 1402, mas sem ter passado das Canárias onde se fixou numa das ilhas.

De resto, concediam-se as facilidades do empreendimento a todos estes predecessores de Gil Eanes na passagem do cabo Bojador, apenas para o diminuir.

Ele que tão experimentado e cauteloso fizera o intento por duas vezes, de 1430 a 1434, e só o consegue nesta última data, à custa de tão aturada deligência e ciência nautica para vencer os obstáculos que as correntes marítimas lhe oponham, não dão crédito a que outros melhor o soubessem fazer e tão facilmente logo à primeira tentativa. Basta pensar que não apareceram empreendimentos posteriores nesses povos, que afirmem a continuidade duma ciência nautica em evolução tal, que nas datas atribuidas permitissem já tão largos intentos no mar.

Não pode haver o maravilhoso no que obedece a preceitos de ciência e a navegação sem ela e sem experiência não pode existir. O que subsiste é a dúvida se as cartas traduzem referências relativas às datas que lhe são originalmente atribuidas ou se foram posteriormente acrescentadas, e até por diferentes vias de informação como a diversidade das suas indicações o manifesta.

É essa de resto a opinião mais unânime e já em 1816 numa sessão da Academia Portuguesa, Joaquim José da Costa Macedo levantou a dúvida das ilhas terem sido figuradas no Atlas Catalão posteriormente à descoberta feita pelos nossos, porque a tinta não era igual.

De facto só a análise científica por processos idênticos e rigorosos como os postos em prática para as falsificações de escritos e recobrimentos de pinturas, poderiam pôr um ponto final nas conjecturas que se fizeram e podem ainda fazer-se com as indicações fornecidas

pelos mapas, que tem originariamente datas anteriores ao conhecimento das ilhas pelos portugueses. E tudo leva a pensar que assim fosse, porque é justamente a partir deste conhecimento, que os dados cartográficos sobre as ilhas se aperfeiçoam e se precisam sob a influência das indicações fornecidas pelos nossos pilotos que para elas navegaram.

É no ano de 1470, no Atlas de Cristofalo Soligo, que aparece o primeiro traçado completo dos Açores. As notícias espalhadas acerca das ilhas encontradas pelos navegadores portugueses que primeiro as abordaram, é natural que fossem registadas nos mapas existentes e a imprecisão com que todos eles as figuram, quanto à situação, tamanho e designação, parecem indicativo formal da deficiência do seu conhecimento e do que a fantasia supria na ignorância da vaga referência que fôra colhida.

Ainda em 1584, o cosmógrafo-mor do reino Luiz Teixeira, escrevendo uma *Descrição das Ilhas Terceiras*, no mapa em que as figura, embora as apresente em situação verdadeira, o desenho dos contornos de todas elas é notavelmente imperfeito.

A partir dos empreendimentos marítimos portugueses, toda a ciência de navegação sofreu um incremento notável e essa influência manifesta-se em todos os aprestos e artigos necessários à sua execução. Os mapas que se conhecem com datas a partir do início dos nossos descobrimentos, não recebem já indicações dos anteriores, mas fornecem-nas para os que se vão seguindo.

Assim o caracterizou para a Carta de Valsequa, de 1439, o Visconde de Santarem — não é este cartógrafo que dá novidades, é ele quem as recebe.

Esta carta apenas à distância de oito anos da data do conhecimento português das ilhas dos Açores, é a que contém a celebre legenda, cuja decifração deu que pensar a investigadores e Academias, sem que até hoje um acordo sobre as opiniões expandidas tivesse uma sanção unânime.

Afigura-se-nos como já o expusemos ao tratar deste mesmo assunto, que o ponto primacial a precisar, é saber-se se o - *d* - letra essencial para reconstituir na legenda o nome - *d ie go* - é de facto um - *d* - ou um - *u*. A dúvida consiste em precisar se o rabisco terminal do - *y* - da palavra - *y lhas* - que lhe fica por cima, figura a haste

do pretendido - *d*- ou é sòmente parte terminal do mesmo - *y*. Depende deste esclarecimento poder ler-se - *p d ie go*- ou - *p un go*- o que podia ser a abreviatura de Gonçalo, se a legenda merecesse um crédito por aí além quanto à identificação do descobridor dos Açores. Não se comprehende como Valsequa soubesse mais do que ainda se duvida afirmar ao certo em Portugal.

Além disso a legenda é anónima e feita por certo já quando o mapa tinha passado por várias mãos.

Na inscrição do verso da carta—*Questa ampia pelle di geografia fu pagato di Americo Vespucci CXXX ducati di ore di marco*— pode talvez encontrar-se a explicação do caso no campo das hipóteses, tão boas uma como as outras, que é aceitavel deduzir a propósito da legenda, como já o fizemos em trabalho anterior. Mas se considerarmos que o mapa de Fra Mauro, executado em Veneza, no convento de Murano, de colaboração com outro cartógrafo de fama, Andrea Bianco, custou 28 ducados de oiro, fica-se a pensar que grande empenho haveria em possuir o mapa de Valsequa, para dar por ele quasi cinco vezes mais do que a quantia dispendida por D. Afonso V para obter aquela grande carta, onde se compilava tudo o que se ficou conhecendo do mundo pelos empreendimentos do Infante e que levou perto de tres anos à fazer-se.

A grande importância que se ligou à legenda de Valsequa, proveio dele ter sido discípulo de Abrahão Cresques e o filho deste, Jacomo de Malhorca, ser cartógrafo do Infante. Para outros, talvez, a doentia preferência de dar mais crédito ao que vem do estrangeiro.

Os mapas da categoria dos que vimos de mencionar, eram então documentos raros. Desenhados à mão e trabalhados por cartógrafos especializados, seriam mais instrumentos diplomáticos e de indicações geográficas do que utilizações para a navegação. Para esta serviriam apenas as cartas de marear e é de concluir pelos exemplares que ficaram de épocas posteriores, que estas traduzem já a perfeição do que seriam as indicações fornecidas pelas antigas cartas dos primeiros povos, que se deslocaram por via marítima dum ponto da costa para o outro.

O conhecimento humano encadeia-se sempre na mesma ligação com uma aprendizagem anterior.

As oficinas de cartografia que se registam em Lisboa no tempo

do Infante, traduzem a sequência duma cadeia de conhecimentos e de práticas já em uso desde os primitivos povos que navegaram. Para alguns investigadores, as primeiras cartas de marear devem provir de entre 1420 a 1427, data em que veio para Portugal Jacomo de Malhorca. Mas é mais natural que trouxesse a perfeição do trabalho e não a novidade.

A representação gráfica e o aperfeiçoamento do desenho, é facto verificado como índice de civilização e como esta se foi acentuando em todos os conhecimentos humanos, não excluiria por certo o que se ia aprendendo na arte de navegar. Para as imperfeições, para os erros, para a informação do que ainda se ignorava e se pretendia revelar, basta por explicação o vasto campo de fantasia do espírito humano. O que parece reprovavel na ignorância dos cartógrafos, tem de ser considerado como homenagem à evolução da sua ânsia de conhecimentos.

Como se perdeu toda essa documentação fragmentária, que seria o labor das oficinas de cartografia produzindo cartas de marear, que guiaram durante séculos os navegantes nas suas deslocações através os mares, só o podemos compreender na mesma razão dispersiva de perdermos a cartilha por onde aprendemos a ler. Quem ha que a guarde? Quem ha que a conserve na recordação e na estima familiar do saber dos antepassados?

As cartas de marear sujas pelo uso, rotas pelos acidentes da vida de bordo, desapareceram como elementos inúteis acompanhando homens e barcos à medida que ia findando a sua capacidade de aproveitamento.

Sirvam ou não estas considerações, de maior ou menor conceito, para a explicação do que representa a deficiência cartográfica que nos resta desses tempos em que se iniciaram os nossos empreendimentos marítimos, o que se considera assente pelos que ao estudo do assunto se tem dedicado, é que os cartógrafos se copiavam uns aos outros, que o seu trabalho era produto de informação e não de observação, e que os mapas existentes sofreram acrescentamentos posteriores à medida que novas informações iam correndo sobre as terras que se descobriam.

Para a incógnita da figuração das ilhas em mapas muito anteriores ao conhecimento que delas tomaram os navegadores portugueses,

a mesma dúvida se levanta e o mesmo conceito pode subsistir pelo que também se verificou na representação cartográfica de pormenores da costa africana, incontestavelmente descobertos pelos nossos em primeiro lugar. O que eles contém revelam que o seu conhecimento foi dado pelas nossas explorações e não pelas dos navegadores de outros países.

No que especialmente interessa ao conhecimento anterior das ilhas, subsiste apenas como dúvida, a informação de Antonio Galvão no seu — *Tratado dos descobrimentos*, dizendo que o Infante D. Pedro na sua viagem pela Europa, trouxe de Veneza, em 1428, um Mapa-mundi onde se encontrava representado todo o âmbito da terra. Dissera-lhe o seu testamenteiro Francisco de Sousa Tavares — «que no ano de 528 o Infante D. Fernando lhe mostrara um mapa que se achara no cartório de Alcobça, que havia mais de cento e vinte anos que era feito, o qual tinha toda a navegação da India com o cabo da Boa Esperança» e concluia: — «se isto é assim, já em tempo passado era descoberto tanto como agora, ou mais».

Chegava-se assim, descontados os 120 anos à data de 1528, que já em 1408 todo o dificultoso empreendimento na descoberta do caminho marítimo para a India fôra realizado, mas o que é certo é que mais ninguém poude ver o celebre mapa. Além disso vem já tão avançado nos nossos descobrimentos o valor da referência, que mesmo não lhe negando a data originária, é tudo quanto ha de mais razoavel pensar que fosse depois acrescentado no próprio convento, registando tudo o que os nossos tinham descoberto até então ou seja dois terços do mundo inteiro.

Posterior ao conhecimento perfeito dos Açores pelos portugueses, só o — *Globo de Nurenberg* — construido por Martim Behaim, dá a noticia categórica de que eles foram descobertos por nós e em 1431. Mas a nota em que o refere, e que mais adeante reproduzimos, tem alguns erros históricos, razão principal para se considerar a eles junta, o que pode ser a verdade do ano do descobrimento.

A execução do *Globo* tem a data de 1492; vão passados 61 anos sobre a realização do feito. Behaim veio para Portugal em 1484; são ainda 53 depois desse empreendimento; dá tempo mais que suficiente para esquecer ou confundir o nome das pessoas ligadas com o episódio.

Os erros históricos que Behaim comete em relação às pessoas reais que indica, não podem interferir com igual peso na sua afirmativa essencial dos Açores terem sido descobertos em 1431 e por portugueses.

Igualmente confirmam outros cronistas e até forais do almoxarifado, como o da Terceira dado a Fernão Vaz a 4 de Julho de 1499, que havia em todas as ilhas um desenvolvimento tal de gados, que são apoio para dar crédito à sua infomação de terem vindo no ano seguinte navios a distribuí-los, primeira medida preparatória para um futuro povoamento. São 67 anos e ha que lembrar que uma vaca só tem uma cria por ano.

Behaim gozou de especial privilégio na corte de D. João II, viajou com navegadores portugueses, teve interferência manifesta em estudos de orientação e cálculos de navegação, tão notavelmente, que o próprio rei o arma cavaleiro da Ordem de Cristo. É pessoa de incontestável importância.

O Dr. Gerónimo Monetário quando a ele se refere na carta de 14 de Julho de 1493, chama-lhe «ho senhor martinho boemio». É pessoa que vive no âmbito e no conhecimento dos nossos navegadores. Em 1486, casa na ilha do Faial com uma das filhas do primeiro capitão-donatário, o flamengo Jobs Van Huertere, Jos de Hutra, e com ele reside até 1490. Por todas estas razões de convívio e fontes de informação, tem de se aceitar que as suas afirmativas tem um valor incontestável.

Superior a todas as dúvidas, subsistem fortes fundamentos para dar crédito ao que escreveu sobre as ilhas. Os Açores foram descobertos em 1431 por navegadores portugueses, que a eles voltaram no ano seguinte providos de animais domésticos que distribuíram por todas as ilhas, no objectivo de se reproduzirem a preparar a futura colonização.

A Gonçalo Velho Cabral se confere essa glória e outro se não aponta que a possa disputar.

Não existe nenhum indício certo de outros povos terem conhecido as ilhas antes, mas o nosso é incontestável.

## O QUE ERAM OS NAVIOS

Deve ter contribuído grandemente para sustentar as dúvidas que se tem levantado sobre a prioridade portuguesa na descoberta dos Açores, ignorar-se as possibilidades nauticas de que já se dispunha no início dos descobrimentos.

Mas também se não compreende porque razão se aceita tão facilmente a descoberta por povos, que até então não tinham dado provas de actividades navais, negando-a aos nossos, que sobejamente o afirmaram antes e depois até com características próprias.

Quais os conhecimentos dos nossos homens do mar em matéria de arte de navegar, é outro ponto que importa fazer valer.

Está assente que se não foi para o mar largo apenas por espírito de aventura, nem se prova para nenhum povo, que os empreendimentos dos homens comecem pelo acaso.

Um país como o nosso, com uma tamanha extensão de costa, limitado pelo mar justamente por dois lados sensivelmente iguais aos da fronteira terrestre, tinha naturalmente de se voltar para ele a colher a parte de alimentação que encontrasse como parte integrante dos seus haveres e como campo de actividade.

O que se verificou com todos os povos limitados pela orla marítima, com o nosso tinha igualmente de se produzir o mesmo. Foi para a vastidão do mar como parte componente da nação, que as populações ribeirinhas encaminharam os seus primeiros passos. Para ele iria naturalmente também o desejo inato de movimento e expansão inerente a todos os povos.

De facto, para nós só havia essa possibilidade; noutra não deixavam pensar os limites por terra das fortes e já consolidadas nacionalidades da península ibérica. Mas até que ponto a evolução desse proceder se foi acentuando, qual a experiência que se foi adquirindo e como se foi consolidando o saber correspondente à arte de navegar, é incógnita que se não precisa quanto aos conhecimentos adquiridos na longa cadeia dessa evolução, que é nos seus primórdios e na sua continuidade, a parcela frutificante da sabedoria popular.

Os descobrimentos das ilhas da Madeira e dos Açores, são já

viagens do mar alto, de apreciável envergadura, realizadas antes da passagem do cabo Bojador, mas foi sempre mais simples e mais cómodo explica-las pela aventura e pelo acaso do que pela ciência de navegar.

Se a passagem do Bojador marca o início do caminho para o sul e foi considerada tão dificultosa, que levou a prudência de Gil Eanes a tenta-la por duas vezes, o descobrimento dos dois arquipélagos, o primeiro em 1419, obrigando a uma navegação ao largo de 540 milhas, e o segundo em 1431, com outras 780 em pleno oceano, sem pontos de referência em relação à costa, afirmam já tais possibilidades de orientação e condução dos navios, que basta atender-se à facilidade com que regressaram dessas expedições e as tornaram a repetir, para não restar dúvidas quanto ao estudo e preparação prévia de tais empreendimentos.

Não ficaram contudo informações de crónicas ou fragmentos documentais pelos quais se possa certificar quais os recursos de que então se disponha, para que o empreendimento levado a cabo com tão aparente facilidade, fosse aceite como sucesso preconcebido e realizado dentro de possibilidades já adquiridas pela nossa arte de navegar. E essa incógnita persistiria, essa dúvida continuaria, levando para o campo inconsistente de pura aventura o labor inicial dos nossos marinheiros, se com tão frágil conceito de possibilidades se contentassem os nossos investigadores, aceitando o critério simplista do acaso para explicar o que já era não só uma forte realidade como uma capacidade evidente de realizações no mar.

As sábias investigações de Joaquim Bensaude e os estudos nauticos de Quirino da Fonseca e Foutonra da Costa, representantes na nossa marinha de guerra dessa pleiade brilhante dos nossos homens do mar, vieram abrir luz sobre o complicado problema, sem que dúvidas possam subsistir quanto às possibilidades de que já se disponha nesses tempos e que naturalmente foram crescendo sempre, em perfeição e capacidade, com a experiência que as navegações iam ajuntando ao conhecimento dos homens, até se consolidar na ciência criadora de novos processos de navegar.

À profundidade dos seus estudos e à clareza das suas deduções se foram colher as notas que a seguir se reproduzem, meramente a título de recapitulação e apoio para conclusões que se pretendem tirar e se

julgam estabelecidas ao fazer esta revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores.

Qual o tipo de navio com que navegou Gonçalo Velho, não o dizem as crónicas que referem a viagem. Gaspar Frutuoso que indica ser um *barinel*, o navio com que Gonçalves Zarco foi pela primeira vez à Madeira, nada diz quanto ao tipo das embarcações com que se demandou os Açores. Mas apuraram as investigações dos que acima referimos, que o *barinel* era um barco de origem mourisca e bom veleiro, com capacidade de 50 a 100 toneis, como a teriam as primeiras caravelas.

É natural, portanto, que nos 12 anos que medeiam entre a descoberta dos dois arquipélagos, as condições dos navios se fossem sucessivamente aperfeiçoando de modo a suportarem, mais com segurança do que com puro espírito de aventura, os precalços do mar alto e da grande viagem que representava para aqueles tempos a vinda aos Açores, se fosse só uma questão de temeridade.

No que se tem de assentar, é que se é aceite a hipótese de Gonçalo Velho vir com a missão de procurar ilhas que figuravam no mapa trazido pelo Infante D. Pedro da sua viagem pela Europa, ele caminhou para esse empreendimento dispondo de navios e de meios de navegação que tiravam à excursão o carácter duma aventura. De resto todos os cronistas que ao caso se referem, dão à viagem um cunho de empreza absolutamente condicionada e ordenada pelo Infante D. Henrique.

Fosse barco do tipo *barinel* ou outro intermédio entre o de pesca do alto e o que mais tarde deu a caravela, os cronistas não fazem grande referência à viagem e até a dão repetida no ano seguinte como a coisa mais natural naquele tempo. Se a caravela era ou não já navio estudado e aperfeiçoado, pelo que a experiência revelara das belas condições do *caravo* mourisco, do que se não pode duvidar é que na data do empreendimento dos Açores haviam já conhecimentos de navegação de tal modo aperfeiçoados que a viagem se fez na ida e no regresso com toda a segurança e sem errar caminho.

Assim se tem de aceitar e proclamar, porque não está certo que se continue a negar aos nossos homens do mar e aos construtores das nossas embarcações, a evolução de conhecimentos que acompanham sempre todos os misteres à medida que eles se vão executan-

do e desenvolvendo. Tem-se tanto julgado ser a aventura mais enaltecida para os nossos feitos, que se poz de parte este comezinho conceito de evolução e aperfeiçoamento inerente a todas as profissões e a todos os povos, como se o nosso fosse insusceptível de o experimentar.

Esses conhecimentos vinham mesmo muito anteriores à formação, da nacionalidade, com as influências da civilização arabe sobre os núcleos peninsulares que depois se reuniram a formar a população portuguesa.

Já no tempo de D. Afonso Henriques falam as crónicas nas façanhas de D. Fuas Roupinho, que bateu os mouros no cabo Espichel e os perseguiu até ao Algarve. D. Sancho I manda à conquista de Silves 40 galés portuguesas conjuntamente com o auxílio prestado pelas 50 dos cruzados ingleses, flamengos e alemães, que se dirigiam para a Terra Santa. Está-se em 1180.

No ano de 1250, D. Afonso III põe cêrco a Faro e em 1266 organiza uma expedição naval com intuitos de ir a Sevilha. A pesca do mar alto devia possuir já meios tais, que em 1254, era adjudicado ao mosteiro de Alcobaça as rendas do *azeite de baleia* dos portos de Setiz e Atouguia para pagamento duma dívida.

As necessidades marítimas imponham tais exigências mesmo para a defesa das costas e protecção à navegação, que em 1322 é contratado por D. Diniz o almirante genovez Pezzanha, que já entre nós tinha estado em 1317 a convite do mesmo soberano. Depois, sabe-se que nos anos de 1336 e 1341, no tempo de D. Afonso IV, é ele quem empreende viagens às Canárias.

O progresso marítimo continua sempre, ininterrupto e ascensional, dispondo de tais meios, que na guerra com Castela, D. Fernando pode deitar ao mar em pouco tempo 30 navios grandes e 28 galés.

O tráfego marítimo era tão grande segundo Fernão Lopes, que iam e vinham de Lisboa para Inglaterra e Itália, cruzando o mar do norte e o Mediterrâneo, navios já de coberta com 100 toneis de arqueação. Por vezes havia 400 a 500 navios de carregação em Lisboa e mais 100 a 150 em Sacavem e Montijo para carregar sal e vinho, segundo o refere o mesmo Fernão Lopes na sua *Cronica de D. Fernando*.

Segundo os seus dizeres, Lisboa — «é grande cidade de muitas e

desvairadas gentes», que a esse bulício juntariam por certo os conhecimentos que se iam adquirindo no campo da navegação, tantos e tão de ponderar, que levavam aquele soberano às suas sábias ordenações em medidas de protecção e estímulo para o desenvolvimento das coisas do mar.

Estamos ainda recuados mais de um século em relação ao início dos nossos empreendimentos e já se conhecem actividades marítimas. Assim se explica que os nossos reis no intuito de ampliar a nacionalidade se lancem para o mar à conquista de Ceuta, por certo porque já disponham de meios suficientes e seguros para o fazerem.

É tempo mais que suficiente para compreender a evolução, que o material marítimo necessário à navegação e a própria construção dos navios, teria sofrido no sentido desse incremento e aperfeiçoamento.

Do barco de pesca do alto mar à galé multireme será apenas um pequeno passo nas possibilidades da construção naval e pequeno espaço de transição para a continuidade de desejos, que os marítimos manifestariam de substituir o andamento à força de braço pelo impulso do vento, percebido desde a primeira hora em que uma rajada mais forte empurrou o primeiro barco.

Já no tempo dos faraós do Egito, 3 a 5 mil anos antes de Cristo, se navegava à vela e o que foi a princípio um pano quadrangular pendurado a um mastro, evolucionou depois para a vela triangular e móvel, a chamada vela latina, que permitiu essa maravilha de se poder navegar à bolina e ir assim contra o próprio vento que fazia deslocar a embarcação.

A longa evolução dos séculos foi acumulando nos homens do mar — saber de experiências feito — e duns para os outros correu o conhecimento. Já no ano de 886, ha notícia no Mediterrâneo, de existir uma aparelhagem de navegação muito semelhante.

A caravela portuguesa, o barco típico dos nossos descobrimentos e empreendimentos marítimos, foi a expressão nacional dessa longa evolução e da experiência dos nossos homens do mar.

Tendo o seu ponto de partida no barco mourisco chamado *caravo* de que se encontra notícia em forais de 1255 e 1286, de D. Afonso III e D. Diniz, como embarcação de pesca, conserva ainda hoje no caíque do Algarve as características mais essenciais para apreciar o seu tipo primitivo como barco do alto mar, evolucionando depois pa-

ra a caravela dos descobrimentos, que nesta feição se caracteriza especialmente a partir de 1440.

Mas do que seriam capazes como barcos do alto mar essas embarcações de pesca, antecessoras das caravelas, ainda o confirma o facto verificado, não ha muitos anos, de irem os pescadores do Algarve nos seus caíques até porto Alexandre, abaixo de Mossamedes, em explorações de pesca e ser também um destes barcos que levou ao Brasil, a D. João VI, a primeira notícia da retirada dos franceses quando das invasões napoleónicas.

As suas características eram tão apreciadas pela sua ligeireza e fácil manobra, que a caravela entra em todos os empreendimentos marítimos e chega-se à conclusão que o seu tipo de aparelhagem domina até ao século XVI. Quando o marquez de Santa Cruz vem aos Açores em 1582, submeter a rebeldia da ilha Terceira ao domínio de Filipe II de Espanha, traz ainda como componentes da sua esquadra, 14 caravelas que não iam além de 50 toneis cada uma.

Com igual capacidade eram as 4 caravelas de Colombo e a *Berrio* de Vasco da Gama, arqueação aquela que andaria à roda de 70 toneladas dando ao tonel a equivalência de 50 almudes.

Mas o seu tipo era tão caracteristicamente portuguez, a sua utilização tão aperfeiçoada por experiência nossa, que se chegou à conclusão, por estudos feitos em Espanha, em 1929, para a reconstituição da caravela *Santa Maria* com que Colombo foi à América, destinada a figurar em Sevilha na exposição ibero-americana daquela data, que no país vizinho ela só aparece no segundo quartel do século XV, imitando a caravela portuguesa. Conserva as suas características tão duradouramente, que dizendo dela Cadamosto em 1455 ser o melhor navio que andava no mar, ainda um século depois, em 1575, os espanhóis afirmavam convictos — « fué y es la mejor invencion que hasta estos nuestros tiempos se ha hallado ».

A latina portuguesa era até uma designação de embarcação muito usada em Espanha. A imitação traduz o crédito que ela merecia e o que ela valia era a longa experiência dos nossos homens do mar, navegando com barcos cada vez mais aperfeiçoados.

E' de presumir que alguns segredos deviam ter porque D. Manuel chega a proibir que se vendam estes navios a estrangeiros.

Provavelmente seria também com barcos deste tipo que Gon-

çalo Velho Cabral teria vindo aos Açores e com tanta segurança e possibilidades de navegação, que descobriu todas as ilhas duma assentada como o afirmam, embora sem indicar ao certo por quem, para contento de todos, a legenda da carta de Valsequa e o próprio Behaim no seu *Globo*.

As possibilidades de navegação à bolina, evitando o acaso para dar margem a metódicos processos de derrota, é natural que dessem ao mareante desígnios de procura absolutamente formais e outro não vemos com mais lógica, do que admitir, que Gonçalo Velho fizesse a sua viagem em largas bordagens de norte a sul para que nenhum espaço lhe escapasse na faixa do Atlântico que ia explorar.

Já ha muito que se navegava para o norte. Os recursos de navegação de que disponha Velho Cabral e o intuito da pesquisa que ia efectuar, levam a pensar que não iria em linha recta inflexível cair sobre os rochedos das Formigas, como narra Gaspar Frutuoso, mas sim bolinando de norte a sul, que era a única probabilidade e a mais lógica determinação para poder encontrar terras no meio do Atlântico.

A teimosia do inconcebível, que surge sempre convicta quando se pretende manter um erro já estabelecido de interpretação histórica, tem feito pouco reparo ao caso, sustentando até que a derrota leste-oeste teria naturalmente sido a preferida porque Gonçalo Velho havia fatalmente de achar o continente ocidental.

É claro que além da dificuldade pela predominância de ventos contrários, que fariam descair o navio, ha que pensar na longa distância, que daria motivo a retroceder em dada altura como a tantos outros sucedeu, e também não é de aceitar que Gonçalo Velho partisse com a pretensão de descobrir um continente que nem se concebia podesse existir. A própria Antilia e outras terras da lenda figuravam como ilhas.

Ha que convir que a descoberta do arquipélago da Madeira, 12 anos antes, daria margem a pensar na procura de outras ilhas no Atlântico e se ele sabia navegar, como tudo leva a crer, procederia na única hipótese plausível para as poder encontrar ou seja traçar a rota em largas singraduras de norte a sul, ainda favorecida pela predominância dos ventos e pela experimentada navegação para a Flandres.

É de concluir, que os navios em 1431 tinham capacidade e condições nauticas suficientes para que a viagem aos Açores não fosse

uma aventura, mas uma exploração marítima em forma, estudada e realizada com preceitos que já eram autêntica ciência de navegação como sobejamente o demonstraram os autores que citamos.

## AS POSSIBILIDADES DE NAVEGAÇÃO

Pensar que os nossos empreendimentos marítimos foram inicialmente uma aventura e que só o seu prosseguimento deu origem a conhecimentos nauticos, é opinião que se não pode sustentar.

Bem o quiz afirmar a escola alemã baseada nas afirmações de Humboldt, prestigioso nome da ciência geográfica, que elevou o exagero da afirmação para fazer realçar o que ele pretendia provar ou seja, essencialmente, dever-se a influências e conhecimentos de Martim Behaim a ciência nautica dos portugueses.

Nem se prova que este tivesse o saber que lhe atribuem, nem se pode aceitar que nos 69 anos que medeiam entre o empreendimento marítimo base — a tomada de Ceuta em 1415 e a vinda de Behaim para Portugal, em 1484, nada conhecessem os nossos homens do mar em dados astronómicos ou outros de orientação e navegação.

Ha que pensar que Regiomontano, o seu mestre, nasceu em 1436. Tinha portanto 24 anos quando morreu o Infante D. Henrique e que este o não deve ter conhecido, Só em 1471 aparece estabelecido em Nuremberg, havendo notícia dele em Itália em 1462 e em Viena em 1468.

A partir de 1353, antes do Infante D. Henrique, já se encontram dados que dão a conhecer que os nossos homens do mar de Lisboa e Porto, iam pescar para o largo perto das costas da Inglaterra e Bretanha. Em fins do século XIII, o porto de Tavira, no tempo de D. Diniz, tinha marinheiros com honras de cavaleiros e em meados do século XIV, no tempo de D. Afonso IV, havia 70 barcos que iam para o mar alto pescar baleias.

Quando se vai a Ceuta em 1415, armam-se 240 navios e é o próprio Zurara que nos diz, que em 1424, quando D. Fernando de Castro

se apoderou da Gran Canária, levava na sua frota 1500 homens e 120 cavalos.

Não se navegava ao acaso. A capacidade dos navios que exigiam acomodações para tanta gente, obrigaria também a conhecimentos de condução e manobra que iriam a par do desenvolvimento da construção.

O porto de escala quasi obrigatório que era Lisboa, levava também à criação dos elementos necessários à navegação. De resto, o conceito desta cidade era manifesto, como o indica o número de estrangeiros que vieram a Portugal alistar-se para as navegações. O próprio Behaim foi um deles embora Humboldt o queira considerar como um mestre e não como aprendiz de ciências astronómicas e de navegação. O que o favoreceu no nosso país foi encontrar meio mais desenvolvido para pôr em prática o engenho do seu forte poder inventivo.

Já no tempo de D. João I se navegava para o alto mar. Aquelas «duas carracas que hiam do Levante carregadas para Frandes», como narra Fernão Lopes na crónica deste rei, que as mandou descarregar quando o de Castela o cercava em Lisboa, é notícia dada pelo cronista com tanta naturalidade como coisa usual e banal ao conhecimento portuguez.

O descobrimento da Madeira e dos Açores são autênticas viagens no mar alto, a primeira em 1418, a segunda em 1431. Com esta última data coincidem as providências estabelecidas pelo Infante D. Henrique, dotando com rendimentos seus a criação dum curso de astronomia na Universidade de Lisboa. Apenas dois anos depois, em 1433, ha notícia de se ir ao mar dos Sargaços e se voltar carregado, informação que tem extraordinária importância porque nos permite explicar a referência ao mar da Baga, que se encontra no atlas de Andrea Bianco de 1436.

São datas que se conjugam com a da primeira viagem de Gonçalo Velho Cabral, servindo ainda para acertar que este até aquele mar chegou na sua metódica procura de ilhas, pois de nenhum outro navegador antes de ele ha notícia que se aceite e que o refira.

O estudo dos autores que vimos citando, trouxe indicações preciosas quanto às possibilidades da arte de navegar, que já existiam no início dos nossos empreendimentos marítimos e que depois se ampliaram e aperfeiçoaram como razão imediata do seu desenvolvimento.

Sempre que uma falta se manifesta, o esforço humano procura supri-la. As deficiências que os navegadores iam encontrando, eles próprios as estudavam e solucionavam. Assim foi sempre e continua em todo o curso da actividade humana.

Por documentos existentes sabe-se que as caravelas viajavam desde o começo da descoberta directamente entre a Madeira e Lagos. Havia precisão no conhecimento da rota; tinha-se a certeza de partir e de chegar.

Ainda nos informam os mesmos autores que o instrumental necessário à navegação existia já de longa data, tornando-a científica e não de pura aventura. Desde 1180 que se conhecia a bussola; a declinação da agulha pelos chineses a partir do século VII; nos egípcios, no século II ou III A. C., um aparelho parecido com o estrolábio, o qual atravez do Mediterrâneo veio ao conhecimento dos gregos e pelos arabes até nós.

Ha certeza na Europa, que a bussola foi conhecida em 1250; a balestilha, em 1342, é descrita por um judeu catalão. Tudo que era então conhecido pelos homens do mar, era-o igualmente pelos nossos, como afinal todas as outras aquisições do saber humano.

Temos que recapitular que o *Tratado da Sphera*, de Sacrobosco, é de 1250 e que as suas concepções geométricas tem tal perfeição, que ainda hoje se conserva essencial e sem alteração o que ele ensina como princípios privativos da circunferência, que juntas às propriedades do triângulo, deu o aperfeiçoamento e desenvolvimento de todos os conhecimentos humanos. Da esfera e do triângulo partiu todo o saber para o aperfeiçoamento social do homem.

O *Leal conselheiro* do rei D. Duarte, revela altos conhecimentos astronómicos da parte deste monarca. Nele se descreve o *relógio da agulha*, que não é mais que o *relógio do sol* e vai até ao cálculo das horas durante a noite pela marcha celeste da *buzina*, expressão que traduz a figura geométrica que resulta da ligação de todas as estrelas que formam a *Ursa menor*.

Mas ainda muito antes nas *Siete partidas do mundo*, do rei Alphonso, se encontram instruções sobre o exame dos pilotos no que respeitava a ventos, correntes marítimas, modos de entrar e sair dos portos, conhecimentos de cartas, experiência de navegar, etc.

De resto, os cronistas a pouco tempo de distância dos nossos

empreendimentos, dão-nos indicações preciosas quanto ao conhecimento da arte de navegar portuguesa, tão segura e tão certa, que revelam profundo saber como só uma ciência estabelecida por uma verdadeira escola de navegação poderia desenvolver.

Cadamosto em 1455, 40 anos depois da tomada de Ceuta, viajando com os nossos nas vizinhanças de Cabo Verde, diz que «apesar de estarmos tantos dias sem ver terra, sabíamos onde estávamos», e na mesma notícia conta que ao descobrirem um rio foi-lhe posto um nome e a seguir — «he notado na carta de Navegar que se fez daquela costa». E ainda antes, em 1451, quando foi conduzida a Pisa a irmã do rei D. Afonso V, a princesa D. Leonor, para casar com o Imperador Frederico III, um dos embaixadores que a veio buscar relatava que os nossos navios eram dirigidos por capitães «peritissimos no mar» e astrólogos «bem conhecedores das derrotas pelas estrelas e o polo».

Muito se prenderam os que rebuscam a certeza nos relatos dos cronistas, de só se ter encontrado o primeiro registo do uso do quadrante, quando Diogo Gomes conversa com Behaim, notícia esta que só foi conhecida quando o manuscrito de Munich, de Valentim Fernandes, foi descoberto; mas a descrição de Diogo Gomes é um relato muito posterior e a referência é tão naturalmente feita como ponto de apoio para o que afirmava — «e eu tinha um quadrante ... e escrevi na tabula do quadrante a altura do polo arctico» — que denota ser instrumento já de uso banal e habitual entre os homens do mar.

Quando diz a Behaim — «neste tempo em qualquer mes iam caravelas tratando com mercadorias» — dá completa informação sobre a segurança da navegação.

Serviu de apoio à escola alemã para afirmar a nossa ignorância em processos científicos de navegar, o partido tirado por Humboldt, da falta de documentos, registos, roteiros ou cartas de marear, nos arquivos portugueses. Eram de facto elementos essenciais para confirmar a doutrina, que seria natural sustentar, sobre os conhecimentos que os nossos marinheiros deviam ter das ciências correlativas com a sua arte.

O *Regimento do Estrolabio*, encontrado em Munich contém as mais antigas e conhecidas tábuas nauticas, e concluindo os investigadores por razões dedutivas que não importam discutir aqui, que esse livro foi impresso antes de 1485, restaria de facto saber se outros

anteriores se não encontrariam, de modo a permitir explicar o incremento que as navegações tinham atingido até então, pois não aparecendo eles, seria forte motivo para se duvidar do saber dos nossos homens do mar.

Uma explicação surgiu então à falta de melhor: — teriam desaparecido em 1755, quando do grande terramoto de Lisboa, com o incêndio da *Casa da Mina e da India*, e essa razão, já manca de si, mais insuficiente se apresentava quando se tinha de pensar, que ao longo de toda a costa portuguesa existiam portos de grande movimento marítimo, e não seria natural, que de todos desaparecessem os documentos indicativos da nossa ciência de navegar, em solidariedade com a desgraça que assolara os da capital.

Por aí se ficaria dando razões à escola alemã sobre a preponderância de Behaim nos conhecimentos portugueses em matéria de navegação, se o sábio investigador dinamarquês Steinochneider, correndo as grandes bibliotecas europeias, não descobrisse manuscritos inéditos e ignorados relativos a todas as ciências correlativas com a navegação, tais como, cosmografia, astrologia, matemática, astronomia, etc., que eram cópias enviadas para o estrangeiro de trabalhos na sua maioria de origem judaica, milagrosamente salvos da perseguição, pois seriam considerados como eréticos mais pela desgraça da raça que os produzia do que propriamente pela sua essência.

Tábuas de declinação do sol, de arabes e judeus, de 1308 e 1338, foram igualmente encontradas nessas bibliotecas estrangeiras e assim se chegou à categórica evidência, pelas sábias investigações de Joaquim Bensaude, de serem idênticas às do *Regimento do Estrolabio*, que ele em boa hora descobrira em Munich.

Era o trabalho dos investigadores de então no seu intercâmbio de conhecimentos e aperfeiçoamento científico, aneio permanente em todo o homem de estudo e de saber, que então, como hoje, os levara à troca dos trabalhos que se fizeram entre os séculos XIII a XV, ou possivelmente eram já remetidos na cautela duma guarda e dum arquivo, que extremismos religiosos ameaçavam destruir. Fora o processo salvador que permitira perseverar com essas cópias os conhecimentos científicos de então; fora a protecção eficaz para depois poderem ser encontrados por aquele investigador nas grandes bibliotecas da Europa, Oxford, Londres, Paris, Viena, Munich e Petersburg.

O que o incêndio da casa da Mina não fez, fizera-o possivelmente antes a inquisição, introduzida em Portugal em 1536, destruindo em autos de fé esses trabalhos científicos sobre os astros e a terra, que eram englobados com outros sob o mesmo rótulo de eréticos. Só em Salamanca e Granada se queimou mais de um milhão de volumes e manuscritos. Entre nós, por milagre, escapou o *Almanack perpetuum* de Zacuto e alguns dos trabalhos de Pedro Nunes.

A pobreza portuguesa em tais documentos, em relação com o que tinham sido os nossos empreendimentos marítimos, era realmente chocante, mas também ficava incompreensível para se poder explicar só como aventura, o desenvolvimento e o seguimento quasi condicionado como as navegações se iam fazendo.

O que faltava, verificou-se depois que existia nas bibliotecas estrangeiras e do que fora todo o trabalho de estudos correlativos com a ciência de navegar, nada nos ficou a não ser alguns dos roteiros da Índia de João de Castro João de Lisboa e Duarte Pacheco, que não escaparam por certo, milagrosamente, do terramoto de 1755, mas que se puderam conservar passado que foi esse período de perseguição mais com receio da memória dos homens que os produziram, que propriamente pelo conteúdo da maioria das suas produções, de pura e simples averiguação científica.

É o próprio Duarte Pacheco que nos informa acompanharem os roteiros, o regimento do Sol, do Norte e do Sul, contendo indicações sobre os fundos dos mares, entradas e saídas dos portos, barras, rios, localizações de baixios, promontórios e tudo o mais que particularmente interessava à navegação e condução dos navios, enfim, uma verdadeira ordenação científica do caso.

O espaço de 58 anos que medeia entre o estabelecimento da Inquisição em Espanha em 1478 e entre nós em 1536, explica o nosso avanço em conhecimentos nauticos e consequentemente os nossos empreendimentos. A luta que ela sustentara para expulsar os arabes da península, consumira todas as suas energias e a inquisição quebrava-lhe assim a orientação para o mar, destruindo toda essa documentação absolutamente essencial, mas que em geral era de proveniência arabe ou judaica.

Pode-se lá admitir que o conhecimento das lunações e a relação existente entre as marés e a lua, já conhecida por gregos e fenícios

fosse ignorada dos nossos homens do mar? Pode-se lá conceber que este simplíssimo critério de apreciação das horas do dia, que deve ter surgido ao próprio homem da caverna, quando viu a sua sombra projectar-se em maior ou menor alongamento segundo o giro do sol, fosse hipótese a pôr em dúvida como desconhecida da nossa gente no estado de civilização em que o país se encontrava?

A geometria sabendo já então reduzir qualquer triângulo a dois que fossem rectângulos, permitia resolver o problema da navegação estimada. A experiência dos que andavam sobre os mares e o trabalho dos que olhavam os astros, organizando o regimento das suas alturas, tinham feito tudo que era preciso, trabalho que constantemente se foi aperfeiçoando, para que a navegação cada vez com mais bases científicas, mais segura se tornasse, como o demonstra a sequênciã e a eficiência dos nossos empeendimentos.

Hoje à heroicidade da aventura sobrepõe-se com melhor e mais sólida concepção, a certeza de que os nossos mareantes usaram desde o começo agulhas, cartas de marear, compassos, relógios, prumos e todas as tábuas indicativas da posição dos astros, em suma tudo que era preciso para a orientação e para a navegação conduzida.

É o próprio Pedro Nunes, o mestre consagrado do que à astronomia, à matemática e à geometria pedia a navegação como necessidade científica, que o afirma nestes dizeres :

Não ha duvida que as navegações dêste reyno de cem anos a esta parte : sam as maiores ; mais maravilhosas ; de mais altas e mais discretas comjeyturas ; que as de nenhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande Oceano. Entraram por êle sem nenhum receo. Descobriram novas ylhas, novas terras, novos mares, novos povos e o que mays he ; novo ceo, e novas estrellas. E perderam-lhe tanto o medo ; que nem ha grande quentura de torrada zona ; nem descompassado frio de extrema parte sul ; com que os antigos scriptores nos ameaçavam lhes pode estorvar ; que perdendo a estrella do norte ; e tornando a a cobrar ; descobrindo e passando o temeroso cabo de Boa Esperança ; ho mar da Ethiopia ; da Arabia ; da Persia ; poderam chegar a India. Passaram o rio Ganges tam nomeãdo, a grande Trapobana e as ilhas mais orientais.

Tiraramnos muitas ignorâncias ; e amostraramnos ser a terra mor que o mar e aver hi antipodas ; que os Santos duvidaram ; e que nam ha regiam : que nem per quente nem per fria se deyxé de abitar. E que em hum mesmo clima e igual distancia da equinocial : ha hommes brancos e pretos : e de muy deferentes calidades. E fazerem o mar tam chão que nam ha quem oje ouse dizer que achasse novamente alguma pequena ylha : alguns baxos : ou sequer algum penedo : que por nossas navegações não seja ja descoberto.

Pedro Nunes escreve em 1537. Vão passados a partir de 1431 apenas 106 anos em relação aos cem que ele aponta, como de navegações iniciadas já com todos os requisitos científicos precisos para se poderem efectuar com segurança e proficuidade.

Mesmo que se exigisse a conta certa, ou seja 1437, o que seria forte mesquinhez imposta à memória do sábio, a data era tão aproximada das viagens verificadas do mar alto à Madeira e Açores, para se compreender que era empreendimento considerado tão fácil, vistos esses recursos, que nem os cronistas o mencionam com aquele realce dado a outros pela costa da Guiné, aparentemente muito mais simples como navegação. Mas é que para esta existia o mistério e a revelação de novas raças, novos produtos e muito maiores dificuldades, não só pelas correntes marítimas contrárias, como pela resistência dos povos que encontravam.

O silêncio sobre a descoberta dos dois arquipélagos, encontra mais explicação na facilidade do empreendimento, para os recursos de navegação que existiam naquele tempo, do que por razões de sigilo, que cada vez mais se conclue não foi condição imposta, nem tão pouco se compreende que a existir se pudesse guardar.

Temos de concluir que as possibilidades de navegação explicam perfeitamente a descoberta das ilhas como empresa meditada e empreendida com um plano previamente estudado e posto em execução.

## DIFICULDADES QUE SURGIRAM

Uma observação que legitimamente se levanta, a par da pobreza dos nossos arquivos em estudos correlativos com a arte de marear, é a lentidão com que se caminha ao longo da costa africana desde a tomada de Ceuta até que se chegou à Mina em 1741, quando o príncipe, que seria o futuro rei D. João II, tomou conta da administração das empresas marítimas.

Os empreendimentos em pleno oceano, que tinham começado em 1419 com a descoberta da Madeira e continuado 12 anos depois, em 1431, com os Açores, só em 1456 atingem o arquipélago de Cabo Verde, ou seja 37 anos em relação ao primeiro e 25 em relação ao segundo.

As possibilidades que analisamos quanto aos conhecimentos náuticos dos nossos navegadores para poderem realizar o empreendimento daquelas descobertas em pleno mar alto e a uma tal distância, já a meio do oceano Atlântico, encontram na lentidão com que se consegue avançar ao longo da costa africana, um forte apoio para justificar a doutrina de aventura e assim se negar a existência de sólidos conceitos de arte de navegar no conhecimento dos nossos marinheiros.

A própria passagem do cabo Bojador em 1434, à segunda tentativa de Gil Eanes, igualmente se ajunta para consolidar esse desfavor embora em Zurara se encontrem fundamentos para o explicar sem desprimor. Se a cautela e a prudência do navegador não se deixava vencer logo de entrada pelo estímulo do Infante D. Henrique, que o incitava ao empreendimento, a melhor conclusão que ainda se pode tirar, é que ele navegava de facto com preceitos científicos, colhendo conhecimentos nos primeiros intentos que o levaram ao estudo e resolução das dificuldades que lhe surgiam. Até o caso das tentativas serem feitas sempre pelo mesmo navegador, levam logicamente a esta conclusão.

Talvez menos que o temor das lendas, quanto às águas ferventes do sul e monstros da mitologia que as defendiam, subsistiriam razões técnicas que era preciso vencer para não se perder tempo com hipóteses de impossibilidade.

Transparece da crónica de Zurara como motivo da dificuldade, a existência de correntes contrárias que era preciso saber dominar, e só quando isso se soube fazer nunca mais se deixou de passar o famoso cabo. Se fosse só o espírito de aventura que o conseguira, nem todos os que depois por ele passaram disporiam naturalmente de igual potencial aventureiro. Alguns teriam certamente falhado pela contingência das fraquezas humanas, teriam voltado para traz, o que nunca mais se verificou, quando as indicações de Gil Eanes disseram como se tinha de navegar.

O problema que devia ser unicamente de dificuldade técnica, encontrara a sua solução nas providências adoptadas pelo navegador e depois nunca mais se deixou de passar. O que se rotula assim com a explicação sugestiva da aventura, não devia ser mais que a solução científica dum problema de navegação. A dúvida que subsistia, quasi como uma intimativa — quem passar o cabo Não voltará ou não — tornou-se desde então a trivial rota de todos os outros que caminhavam para o sul.

A explicação de demora e de lentidão com que se caminhou, a par das dificuldades à navegação que as correntes marítimas contrárias originavam, devem ter dado a razão principal para o aperfeiçoamento da caravela, tornando-a cada vez mais ligeira e veleira, até ao ponto de em dada época, no tempo de D. Manuel I, ser motivo de graves penas fornecer planos de tais embarcações para o estrangeiro. Mas é ainda nas perturbações internas que a nacionalidade sofreu com o desastre de Tanger e com as lutas que levaram o regente D. Pedro aos campos de Alfarrobeira, que se encontra a melhor explicação para a razão dessa lentidão.

Depois da tomada de Ceuta, em 1415, e passado o cabo Bojador em 1434, conhecidos os dois arquipélagos da Madeira e Açores, naturalmente sem despertarem grande interesse, incultos, sem riquezas a explorar, como se depreende da lentidão do seu povoamento, conhecida também a aridez da costa africana por onde se corraera, é natural pensar que a ideia da conquista das terras marroquinas prevalecesse primeiro que a ideia das descobertas.

Em 1437 tenta-se a tomada de Tanger, mas o desastre em que redundou foi um golpe grave nas forças da nação. Além dos prejuizos em material e homens, inerentes à derrota, ficara cativo um príncipe da

casa real, D. Fernando, e ficavam mais fortes de razões os outros dois irmãos D. Pedro e D. João a quem a empresa não agradava seguindo a prudente reserva do pai, D. João I, para quem se lhe afigurava — «o que se ganhava em Marrocos se podia perder em Portugal».

E como uma desgraça não vem só, no ano seguinte, em 1438, morre o rei D. Duarte, deixando o sucessor D. Afonso V em tenra idade e a regência do reino à rígida conduta do irmão D. Pedro, o que havia de originar depois por hostilidades e preversões dos seus contrários as graves perturbações que o levaram à morte em Alfarrobeira, em 1449.

A unidade nacional, tão necessária e imprescindível ao seu desenvolvimento, sofria assim um grande abalo e só em 1440 se puderam retomar alguns empreendimentos marítimos, voltando ao percurso da costa africana a procurar melhor sorte, que a conseguida e demonstrada no desenrolar das conquistas em Marrocos.

Não importa discutir e quebrar lanças com afirmativas e deduções sobre os planos do Infante D. Henrique. O que se lhe quer atribuir, em previsão de resultados, é tanto, que se teria de cair nas faculdades inerentes ao adivinho. Teria assim o privilégio de saber o que todos ignoravam e uma faculdade de mandar que parece demasiada.

Possivelmente e mais justificadamente prevaleceriam os ditames de D. Pedro, porque era ele o regente do reino e parece demonstrado que sabia impor o que queria. É até mais lógico concluir que se começou metódicamente a explorar as terras aonde se chegava para colher certezas de informações e não já com o plano feito de chegar à Índia.

Tudo leva a pensar que essa ideia tenha surgido depois como sequência lógica do avanço que se efectuou e diga-se de verdade, bem lentamente realizado, para se poder concluir que logo de entrada fosse esse o objectivo. No tempo do Infante D. Henrique mal se chegou ao golfo da Guiné.

Só depois de se atingir a Mina em 1471, é que a visão do ouro deve ter movimentado a ideia de se ir à sua origem. Assim se explica todo o labor marítimo de D. João II e toda a actividade dispendida em colher informações do oriente com as expedições à Abissínia de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva.

É mesmo aceitável que a visão das terras orientais surgisse ca-

da vez mais imperativa como solução última, em face da concorrência que Castela e outros países procuravam movimentar mandando também os seus navios ao comércio da Mina. Por essa causa esteve quasi a rebentar a guerra com os castelhanos em 1482 e também com ele está intimamente ligado o processo do Duque de Bragança, que o levou ao cadafalso em 1483, custando a vida no ano seguinte ao Duque de Vizeu, cunhado do rei e a mais 7 implicados na conjura.

A defesa do ouro da Mina tinha então tanta importância e estava de tal modo ameaçado o seu comércio com a competição estrangeira, que não só ali se edificou o castelo de S. Jorge em 1481, como até se chegou ao desespero do mandado real de 6 de Abril de 1480 para apresar todos os navios que na sua rota se encontrassem e deitar ao mar as respectivas tripulações.

A partir de 1471, com a descoberta da Mina, entrara-se em período mais fecundo e intensivo das descobertas. Beneficiadas as condições financeiras para a continuação dos empreendimentos marítimos, melhoraram implicitamente os meios de execução e é justamente quando se está em pleno apogeu das descobertas, que sobre os Açores o mesmo desenvolvimento se efectiva com a nova leva de donatários que são distribuídos por todas as capitánias. Era a sua defesa em mãos seguras e dedicadas, pois durante os primeiros anos as ilhas aparecem como desprezadas, possivelmente consideradas de pouca importância nacional e por esse facto mais sujeitas à intromissão e cubiça de estrangeiros, como vemos na tentativa de fixação na Terceira e no Faial de colónias de flamengos.

Como o episódio histórico dessa colonização se deve interpretar, já o esboçamos anteriormente quando deste mesmo problema da descoberta e povoamento dos Açores tratamos e ao mesmo voltaremos mais adiante, reforçando os dados que o levam a apreciar dum modo muito diferente do que até hoje se tem feito.

Também é provável que à medida que era atingida mais vasta extensão no campo dos empreendimentos, a posição dos Açores tomasse maior vulto para as necessidades de navegação, mas não se prova e adiante o analisaremos, que houvesse qualquer necessidade dos navios virem tomar a sua altura para encontrar ventos de regresso.

As caravelas com as suas magníficas qualidades veleiras, bolinando, venciam facilmente os ventos contrários e com elas se foi em

todas as empresas, até mesmo muito posteriormente, em 1582, quando o marquês de Santa Cruz veio aos Açores subjugar a Terceira rebelde ao domínio de Filipe de Castela.

Com caravelas se correu toda a costa africana e só com elas Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança, regressando sem precisar tomar rumo pelos Açores. Só Vasco da Gama começa a navegar com naus de pano redondo e o seu episódio de regresso, passando pela Terceira, foi motivado pela urgência de pôr em terra o irmão Paulo bastante doente e tanto o estava, que nela ficou sepultado no convento de S. Francisco.

A volta pelos Açores como depois se verifica e quase se torna obrigatória para os grandes galeões que regressam das Índias, tem outra explicação. É que aqui se concentravam em comboio, como hoje se diria, para juntos regressarem ao reino em melhor formação de defesa contra os ataques dos piratas. Foi necessidade que de tal modo se ia afirmando, que levou Filipe II a construir na Terceira o castelo do seu nome, hoje de S. João Baptista, fortaleza de tal modo concebida na defesa dos ancoradouros e com tamanha grandeza construída, que foi durante séculos uma das principais e mais poderosa do mundo, a atestar o intuito da sua existência como o de uma autêntica base marítima a meio do Atlântico.

Já muito antes o deviam ter previsto os povos do norte nas suas tentativas de navegação para o sul e é essa ainda a melhor explicação que se pode encontrar para o aparecimento dos flamengos nos Açores, como ponto essencial de apoio e de passagem.

Quando esta competição começou a surgir, é que a atenção dos governantes se voltou para as ilhas, que até então pouco cuidado haviam merecido, terras sem habitantes e sem riquezas, quem sabe se uma desilusão o seu encontro, mas que em dada altura foi preciso aproveitar e valorizar à pressa pela importância da sua situação.

É então que começa o grande esforço da colonização e ele principia de facto quando a navegação estrangeira se quer dirigir para a Mina. O que foi depois base marítima para a nossa navegação, podia-o ter sido para outros povos e é esse o esboço da tentativa flamenga, que a larga visão dos homens do governo soube vêr a tempo e contrabater com providências rápidas, adequadas e bem sucedidas, como já o analizamos em anterior trabalho e adeante pretendemos ampliar.

O que a crónica de Zurara nos revela sobre os empreendimentos ao longo da costa africana, indicam-nos que no tempo do Infante D. Henrique era o comércio do ouro, do marfim e dos escravos, a ideia que dominava. O cativo quanto maior importância social tivesse entre o seu povo, era aquisição de muito apreço, porque permitia a remissão dum maior número de outros tantos.

Nestas razões se deve encontrar a explicação da lentidão com que se estabeleceu a colonização nas ilhas dos Açores, até que a ameaça flamenga a veio estimular, no perigo que representava a sua posse por este povo. Também o pode servir para a omissão de datas e nomes dos que por aqui andaram primeiro, tão pouca importância significando para os cronistas de então perante a evidência das riquezas e novas revelações que se iam colhendo ao longo da costa africana.

Mas também admira a lentidão com que se caminhou por essa costa durante o período de actividade que se atribui ao Infante D. Henrique. De 1415 a 1460, data da sua morte, mal se atinge o golfo da Guiné. São 45 anos, que a partir de então sob o impulso vigoroso de D. João II, de 1471 a 1495, apenas 24 anos, com muito menos número de expedições nos lança para além do Cabo das Tormentas.

Para a explicação dessa lentidão inicial, tem-se pretendido encontrar a causa na ignorância dos nossos marinheiros em conhecimentos de navegação e como a fantasia sobreleva sempre o presciente, foi fácil aceitar que só o espírito de aventura os levava a efectuar. Mas ha que atender e disso se não cuida para realce do valor aventureiro, que para todos eles subsistiria o temor das lendas arábés sobre os mistérios do oceano desconhecido, sempre accessíveis ao espírito rude dos homens do mar. E não eram poucas e temerosas como se dizia : para além do cabo Não, todos ficariam pretos por vingança dos Deuses e de lá ninguém voltaria, devorado por monstros marinhos que enchiam os rochedos de gigantescas serpentes, unicórnios aquáticos e a mão enorme de Satanaz fora de água pronta a agarrar e espremer o primeiro navio cristão que ali apparecesse. A própria literatura dos arabes descrevia o Sol africano a lançar chamas em jactos liquidos e o mar e os rios continuamente a ferverem, o que podendo ser acreditado naqueles tempos, nos dá hoje a certeza de que este povo nunca navegou para o sul das costas de Marrôcos, aliaz diria a verdade.

A distância a que estamos, é lógico pensar, que nada disto impresse fortemente no espírito dos homens do mar. A continuidade das águas, olhadas a perder de vista do alto da mastreação, devem ter dado ao navegante a confiança da mesma uniformidade do meio em que o seu mister se exercia. Para o marinheiro, a extensão infundável do mar, tem o mesmo significado emotivo que a interminável campina para o homem da terra.

É uma questão de proporção. O sentimento que a montanha desperta deve estar a par do que a costa confere ao marítimo. Mas que o homem do mar olhando na frente o desenrolar da mesma uniformidade se apavore com a vastidão do oceano, não é doutrina muito aceitável.

Só os obstáculos à navegação o impediriam de caminhar e esses seriam as correntes marítimas, as possibilidades dos navios, os meios de orientação. À medida que os iam conhecendo, o avanço continuava. Tem sido este de facto o modo como decorre e se instala todo o conhecimento humano.

A lentidão com que os empreendimentos corriam ao longo da costa africana, devem mais naturalmente estar relacionados com estas dificuldades e com as que a nacionalidade então suportava, porque as viagens já realizadas à Madeira e aos Açores, em pleno mar alto, indicam grandes e seguras possibilidades técnicas.

A luta estabelecida entre o regente D. Pedro e os grandes do reino, as conjuras e resistências que se desenrolavam à roda do seu governo, seriam fortes contratempos para a definição e seguimento duma política a fazer. Se de facto se deve ao irmão, o Infante D. Henrique, a ideia primacial dos empreendimentos marítimos, o que seria preciso do regente do reino como auxílio e incremento a essa iniciativa, encontrava-se fortemente combatido com o enredo de intrigas e hostilidades que minavam a corte do sobrinho, o futuro D. Afonso V.

Mas que fora sob o governo do regente, que surge o primeiro indicativo de aproveitamento dos Açores como património do Estado, atesta-o a carta de povoamento de 1439 logo a seguir à morte do irmão, o rei D. Duarte, e ao tomar conta da mesma regência.

Do que se destruiu como documentação da sua actividade governativa, escapou por milagre a carta de 1439, ignorada quasi por com-

pleto durante séculos, para resurgir em novo diploma pouco antes da sua morte, em 1449, já então afastado do poder, aparentemente escusada pela concessão ter sido dada 10 anos antes, mas possivelmente necessária por ser ignorada e se tornar preciso dar maior incremento ao povoamento dos Açores.

Mas pensam outros que o silêncio das crónicas sobre a descoberta dos Açores, seria antes propósito formal na política de sigilo com que se pretende explica-lo, justamente a par com outras omissões sobre episódios correlativos aos nossos empreendimentos como vamos analisar.

## O SIGILO NOS DESCOBRIMENTOS

Como explicação mais fácil para a falta de documentos relativos aos descobrimentos, ha também quem perfilhe a doutrina do sigilo. Por esse sector da investigação é mesmo elevado a ponto fixo, como se dessa própria doutrina se não inferisse a ignorância da averiguação e o cabimento a todas as hipóteses que se queiram apresentar para explicar factos, que se verificaram e de que se não sabem ao certo as determinantes tanto no tempo e espaço como no comando dos homens.

A hipótese do sigilo deve ter tomado maior alento com a narrativa de Garcia de Rezende na «Crónica de D. João II,» ácerca das velhas *urcas* que levavam materiais para construir o forte de S. Jorge da Mina e que aquele rei mandava dar à costa, para atemorizar os outros povos a não navegarem por ali.

A conclusão que se pretende tirar do facto, ao contrário do suposto intuito, só serve para diminuir o alto conceito em que é tido o pensamento do grande rei. Em boa razão, o encalhe das *urcas* viria a servir depois de sinalização para os que seguiam aquela rota, e não só lhes indicaria o caminho como até serviria de aviso para todos que navegassem por aqueles sítios, a dizer que era preciso tomar precauções e manobrar com cuidado. Ao contrário do que se pretende concluir, seria antes um aviso à navegação como é hoje e o foi sempre a dar informação que o lugar é perigoso.

Onde naufraga um navio ficam todos os outros avisados quando passam nas proximidades do sítio para se acautelarem. Por outro lado, se eram velhas urcas, tipo de navios em desuso, que o aperfeiçoamento nautico ia pondo de lado, nada mais natural pensar, que o seu encalhe só serviria para os que navegavam em melhores barcos poderem concluir, que para aqueles fôra difficil até ao ponto de darem à costa.

Para qualquer dos lados serve tanto a explicação, que tem seus laivos de simplicidade a conclusão tirada pelo velho cronista. Que as urcas carregassem os materiais para o forte, está bem, se tinham maior capacidade de transporte ou pouco importava perde-las como inúteis, mas que tivessem o trabalho de as conduzir no regresso, com o firme propósito de as irem encalhando por aqui e por ali, é algo de fantástico. Indicariam um perigo à navegação, mas nunca um temor para os que já navegavam em navios de maiores recursos de manobra, que elas não tinham.

O mais provável é que fosse esta última razão por defeitos da sua aparelhagem, que levassem esses navios a encalhar por não poderem vencer correntes contrárias e outras dificuldades, que surgiam na viagem do regresso.

O caso merece até ser apreciado sobre este último aspecto, porque é mais um apoio para a afirmação que fazemos dos Açores não terem sido descobertos ao acaso numa viagem de retorno à costa de Africa, mas sim por intuito determinado e exclusivo à sua procura.

Na data do seu descobrimento, 1431, não se tinha passado ainda além do Cabo Bojador e o encalhe das urcas a que se refere Garcia de Rezende, é outra valiosa informação para se concluir que os navios, no regresso, não tomavam o desvio para as alturas dos Açores de modo a facilitar com melhores ventos a viagem de retorno.

Uma razão fundamental, para se não considerar a descoberta dos Açores como facto ocasional no regresso dos navios do sul, é ter-se realizado justamente antes de se navegar para esse lado. Como vimos ainda se não passara o Cabo Bojador, não havia portanto que ir procurar ventos porque não havia essa necessidade.

Esse desvio, quando se verifica depois, é por razões muito diferentes às exigências da navegação, como já o analizamos, e até se prova pela narração de Diogo Gomes de Sintra, que na viagem de regresso

de Cabo Verde com António Noli, este que partiu depois dele da Madeira, chegou primeiro a Lisboa seguindo rota directa, ao passo que Diogo Gomes chegou mais tarde porque teve de se desviar para os Açores por causa do mau tempo. O caso serviu mesmo para explicar as razões porque a capitania de Cabo Verde foi dada ao estrangeiro e não ao navegador português, que primeiro encontrara aquelas ilhas. Fora a primazia da chegada, que deu a preferência a Noli na recompensa da descoberta.

Que esteja documentado, que aos pilotos e cartógrafos que trabalhavam nos empreendimentos marítimos, lhes fosse exigido segredo sob pena de castigos, que podiam ir até à pena de morte, é aceitável, que mais não fosse como obediência e disciplina de cooperadores a quem se não consentia a inconfidência. Mas que à marinagem se podesse aplicar tal exigência, só o pode pensar quem não fizer a mais pequena ideia do que é uma aglomeração de gente do mar quando regressa a terra depois duma viagem.

O segredo nunca se poderia manter; o que se esforçariam guardar os dirigentes seriam os conhecimentos técnicos e as conclusões que cada empresa ia revelando.

O que alimenta grandemente a teoria do sigilo, são dados colhidos justamente numa fase tão adeantada dos empreendimentos marítimos, que só visavam manter a ignorância alheia na arte de navegar acerca do que já eram fortes e sábias aquisições científicas colhidas pelos nossos navegadores. É nesse sentido que aparece a determinação de D. Manuel, de 1504, que proibe figurar nas cartas de marear a costa ocidental de Africa a partir do rio Congo e que se fabricassem globos ou *pomas*. Mas tudo isso tem apenas o objectivo de ocultar dados que se ignoravam sobre a rota das Indias, o que se pretendia guardar a todo o transe.

Noutro sentido, servindo também para ser interpretado no apoio à doutrina do sigilo, fora a determinação de 1480, mandando apresar e deitar ao mar todas as tripulações dos navios que se dirigissem para a Mina. A violência visava a defesa do comércio do ouro e não o segredo da descoberta, já mais que sabida entre os povos que navegavam e a todo o transe procuravam também atingir.

Estava no espírito de todos que o segredo tão pouco se podia manter, que logo de início, como relatam os cronistas, se começou a

marcar a passagem dos nossos navegadores por inscrições nas cascas das arvores e pequenas sinalizações que atingiram depois a sistemática obrigação de erigir padrões, para o que iam sempre providos os navios com os materiais necessários.

Quando na corte de D. João II, Pero de Alemquer foi violentamente increpado pelo rei, mandando-o calar, quando ele se proponha explicar que seria capaz de conduzir um navio da Guiné a Lisboa com pano redondo, só se pode concluir que então se discutiam à mesa real coisas do mar, mas que não convinha revelar um processo de navegar que os nossos pilotos conheciam, por eles fôra descoberto e era manobra que conviria ainda ocultar por ser ignorada de estrangeiros.

De resto, pela própria crónica de Zurara, se conclue que o sigilo não preocupava o Infante no desenvolvimento dos seus empreendimentos. Até estrangeiros iam nas expedições ao longo da costa africana. Na cópia de Valentim Fernandes—Manuscrito de Munich—no cap. 9 que corresponde muito reduzido ao cap. XVI da Crónica de Zurara, refere—«nesta viagõ foy cõ Antã Gonçalves hum cavalleiro alemã per nome Baltasar q̃ desejava de ver aquellas terras».

As próprias expedições autorizadas a Lançarote, estrangeiro, residente no Algarve, atestam a nenhuma importância que se ligava ao segredo das descobertas. Segundo Zurara, o Infante mandou acrescentar as informações que se colhiam nas cartas de marear e está esclarecido que o cartógrafo Andrea Biancho, em 1448, indo para Inglaterra, viu no Algarve, uma carta de marear portuguesa da Guiné com poucos nomes indígenas.

Na mesma ordem de ideias se tem de concluir, se apreciarmos a concessão dada a Fernão Gomes para a exploração do comércio da Guiné, com o encargo de descobrir 500 léguas de costa a partir da Serra Leoa, bem como o que era patente e público para a navegação de particulares, a obrigação de pagar dízimo ao Infante, o que exclue por completo todas as concepções que se possam imaginar sobre a guarda de sigilo nos empreendimentos marítimos.

Perante a vastidão do mar ele não podia existir; em face dos desejos de saber dos homens ele igualmente não poderia manter-se. Os conhecimentos e possibilidades de navegação eram tais em todos os povos, que o que um fazia os outros o podiam também efectuar.

Só as circunstâncias variavam para o poder pôr em prática e para apoio da sua eficácia.

Tudo que se passa até 1448 é conhecido pela crónica de Zurara, mas desta data a 1460 pouco se sabe, ignorância que se estende por todo o reinado de D. João II até à viagem de Vasco da Gama. Sobre o período que medeia entre 1448 e 1460, respectivamente fim da regência de D. Pedro e morte do Infante D. Henrique, essa ignorância só pode ser explicada pelas perturbações nacionais que agitaram o país depois da morte do regente, mas levam ainda a uma conclusão ou pelo menos a suspeita-la, é que os primeiros empreendimentos marítimos se devem mais à actuação de D. Pedro do que de D. Henrique. Seria questão de se ter substituído depois um nome pelo outro.

A crónica de Zurara atribue todos os feitos ao Infante D. Henrique, mas a sua encomenda por D. Afonso V, a citação e até certo ponto decalque que o cronista confessa ter feito e aproveitado da crónica desaparecida de Afonso de Cerveira, não podem deixar de suprir a desconfiança de que este relatasse os factos todos passados sobre o impulso de D. Pedro, a quem o sobrinho, no mesmo espírito de vingança com que o arrastara a Alfarrobeira, fazia assim desaparecer o seu nome para reverter toda a glória ao Infante D. Henrique.

Fica-se de facto surpreendido que este tivesse maiores atribuições que o regente em tal matéria, quando é mais natural fosse apenas um delegado do irmão, no ramo especial dos empreendimentos marítimos, que se estavam iniciando sob o seu impulso e que disso o encarregasse, por outros afazeres da regência mais o ocuparem em outros deveres do seu cargo. O que é facto é que só ha dados precisos dos descobrimentos efectuados durante o período da regência.

Se o curto reinado de D. Duarte favorecera o Infante D. Henrique, não ha dados a confirmar, que a sua acção a seguir, nos descobrimentos, estivesse de todo alheia à interferência do regente. Não estará a suposição em plano que se apoie, ao considerar-se que se queimaram nos arquivos públicos os livros que documentavam a sábia administração de D. Pedro?

Mas se o silêncio em registos se acentua ainda mais a partir da morte de D. Henrique, durante o reinado de D. João II, outra explicação para este se pode encontrar na perseguição à sua memória por aqueles que ele subjugara, usando os meios propícios que a sua mor-

te agora facilmente favorecia para fazer desaparecer o que era rasto e profundidade do seu reinado.

São os segredos desconhecidos da história de todos os tempos e de todos os povos, quando o poder, a maldade e a vontade dos homens se querem sobrepor à evolução permanente da sua actuação, pretendendo quebrar a cadeia de ligação que une todo o sentimento e proceder humano, como se a vida se limitasse apenas à passagem de cada um pelo mundo e pelos sucessos da sua época.

Até que ponto os cronistas de então, e os que lhe seguiram, possam ser incriminados da culpa de terem destruído, mutilado ou invertido os sucessos a favor da memória de uns em prejuízo de outros, não é possível esclarece-lo, como também não resta notícia sobre a hecatombe documental que a acção da Inquisição tenha efectuado nos nossos arquivos.

Não se encontra de facto apoio consistente para a doutrina do sigilo nos descobrimentos. Do próprio período de D. João II, mais facilmente aceitável para esse apoio, resta um documento precioso, concebido e realizado com indicações fornecidas ou colhidas no tempo do seu reinado, que são prova bastante do seu autor, não obstante estrangeiro, ter conhecido com pormenores os nossos empreendimentos: — é o *Globo* de Nuremberg, a obra de Martim Behaim, que entre nós viveu e triunfou como homem de saber na própria corte do rei D. João II.

Contando-nos a crónica de Zurara, tudo que se passa nas viagens à Guiné, só de relance refere o episódio da descoberta das ilhas, o que deu motivo, na parte referente aos Açores, a se bordarem hipóteses e deduções sobre o que está escrito, afirmando-se ser parte truncada pelo próprio autor com propósitos definidos.

Fazer conjecturas sobre o texto e a redacção dum escrito de que se desconhece o original, que apenas por cópia se revelou ao conhecimento dos investigadores, já é propósito de encontrar nesse achado mistérios de revelação, que a própria condição de cópia deita logo por terra.

Zurara ao referir-se às ilhas, fa-lo como todos os outros que a elas se referem: pouca atenção merecem porque assim seriam naturalmente vistas naqueles tempos, — descoberta sem importância especial para o ponto que se tinha em primeira atenção no que respeitava a comércio

e exploração de riquezas, ou ainda para contentar os que preferem apreciar os descobrimentos como motivados por intuítos de propagação da fé. Bem pouco valiam as ilhas como as viram de entrada, tanto em produtos como em almas para remissão, porque nelas não existiam.

A importância das ilhas só começa a surgir quando os flamengos e povos do norte se lançam em navegações para o sul. O que os Açores significaram depois como base marítima de apoio à navegação, no meio do Atlântico, explica-nos o tardio do interesse que começaram a ter em certa época dos nossos empreendimentos.

É de pensar que até aí nenhuma importância e valor teriam. Descobertas, em 1431, ainda em 1449, 18 anos depois, nenhuma das 7 do grupo central e ocidental tinha povoadores.

Com a descoberta do arquipélago da Madeira tinha sucedido o mesmo. Zurara só o começa a mencionar e lhe liga a merecida importância, quando a Madeira, pelos seus recursos e população, entra a interferir no desenrolar das viagens ao longo da costa africana.

Não existiu segredo sobre os Açores, como não o houve para as restantes navegações, nem podia existir. Até alguns que se atribuem a D. João II, no pleito com Castela, logo desta foram conhecidos. Quanto às ilhas, o silêncio era derivado de falta de interesse que despertavam.

As próprias *bulas*, documentos pedidos aos Papas relativos aos descobrimentos, são ainda prova incontestável de que nenhum segredo se guardava. Até para afirmar o direito de posse, o segredo seria não só contrário como ainda prejudicial.

## O QUE DIZEM AS BULAS

No grupo dos documentos indispensáveis para a análise e interpretação dos sucessos referentes aos descobrimentos, as bulas que com eles se relacionam são valiosos dados, não só de informação quanto ao intuito do que se pedia à Santa Igreja, como indicativo cronológico do desenrolar dos factos. A razão porque a politica tão cautelosa de Roma, levou os papas de então, a conceder a Portugal bulas

de tamanho significado, quanto aos direitos que se adquiriam por motivo das navegações sobre as novas terras descobertas, só pode encontrar explicação no que esses empreendimentos valiam para a própria soberania papal, então gravemente ameaçada pelo progresso que a investida dos turcos traziam não só para os estados cristãos europeus, mas especialmente para ela no domínio espiritual e temporal que irradiava de Roma.

Era a luta do crescente com a cruz, tomando tal importância o avanço do primeiro, que a ameaça dia a dia mais se consolidava e ameaçava triunfar. O turco que desde 1356 posera pé na Europa, chegara ao Danúbio em 1417, derrotando o rei Segismundo da Hungria, e em 1423 fazia o primeiro cerco a Constantinopla, que 30 anos depois, em 29 de Maio de 1453, caía definitivamente em seu poder.

A ameaça que vinha de longe e já se manifestara sobre os povos vizinhos, explica as deligências para o encontro e acordo com o Pres-tes João, figura menos lendária do que durante muito tempo se pensou, porque são os próprios arquivos do Vaticano que encerram os segredos dessas tentativas, hoje reveladas até com deligências recíprocas que se ignoravam completamente.

Já em 1402 viera desses longínquos países um embaixador a Veneza e em 1427 outros a Valência, que foram recebidos pelo rei Afonso V de Aragão. É justamente por esta data, entre 1418 e 1428, que o Infante D. Pedro percorre a Europa numa missão ainda mal esclarecida na interpretação que lhe foi dada quanto à sua relação com a conquista de Ceuta, nosso primeiro empreendimento, se não foi ela própria que revelou à corte portuguesa a necessidade de maiores e melhores ilucidações sobre o que era o valor dos povos e das suas crenças com quem se tinha investido.

A ilustração deste infante, a capacidade intelectual de que já dera provas, o próprio facto de ser o mais velho a seguir ao herdeiro do trono, seriam motivos da preferência se não era apenas a curiosidade de saber e aquele latente espírito de expansão pelo mundo, que lhe vinha já pelo sangue da mãe das características ainda retidas pela raça inglesa.

O que dizem as bulas e outras referências sobre o apoio da Santa Sé aos nossos empreendimentos, ele de entrada não se afirma nem tão pouco os estimula.

Quando D. Afonso IV se dirige a Clemente VI por carta de 12 de Fevereiro de 1345 sobre o intento das Canárias, arrastado entre 1336 e 1341, não encontra ambiente de aceitação para lhe ser deferido o direito de interferir naquelas ilhas. Igualmente quando se pede apoio para a empresa de Tanger, em 1437, o papa se a não condena formalmente, dá a entender que é violência que lhe não agrada.

A doutrina era a boa, a verdadeira, a que respeitava a liberdade dos povos. No entanto, perante a ameaça turca, o Papa Eugénio IV em 1439 manda o frade Sartiano convidar o Prestes João a participar no concílio de Ferrare e em 1441 recebe uma embaixada de 12 frades da Etiópia. Mas é de concluir, que cedo se compenetrasse da inanidade dos seus esforços quanto ao auxílio por esse lado.

Na Europa, as deligências para a união dos cristãos a partir de Martinho V e continuadas nos períodos mais agudos dos papas Eugénio IV, Nicolau V, Calixto III, Pio II, Sixto IV até Inocência VIII, nada conseguiram.

As grandes repúblicas mediterrâneas de Génova e Veneza, ameaçadas pelo turco, não só se hostilizavam uma à outra, como até pactuavam com o infiel para mais facilmente se poderem destruir.

Castela e Aragão assoberbadas com as lutas para a expulsão dos mouros da península, nenhum outro esforço podiam prestar e pelo que respeitava aos estados nórdicos cristãos, problemas nacionais de defesa e luta com os vizinhos, fizera-os abandonar definitivamente os generosos empreendimentos das cruzadas para a libertação do túmulo de Cristo.

A Roma papal só consigo podia de facto contar, em face da grave ameaça que representava para a fé cristã o avanço do crescente sobre a Europa já firmemente assente nos seus confins orientais.

Portugal com o seu território liberto de mouros, sem possibilidades de expansão por terra e tendo olhado o mar largo como vasto caminho para alargamento das suas actividades, surgia nesse momento difícil como uma pequena esperança de resistência em face da grandeza do adversário, além de que pareceria pouco profícua à distância a que operava da sede do domínio turco. E que foi sempre pequena essa confiança para o que importava a segurança definitiva e a oposição ao poder ameaçador do crescente, parece indicativo nesse sentido, o desvio posterior do apoio da Santa Sé, quando a Espanha

ressarcida da luta com o mouro, se lançou no nosso caminho e a facilidade com que a ela se favoreciam pretensões que vinham chocar com as nossas.

Embora 40 anos depois, exclusivamente por esforço de Portugal, o turco fosse batido nos mares longínquos do oriente e entrasse em plena decadência, valeu sempre mais para garantia dos nossos direitos, a audácia dos nossos marinheiros e a argúcia dos nossos dirigentes, do que o apoio e proveito que as bulas papais nos traziam.

Era o fenómeno natural de entrave e desobediência ao exclusivo dum povo, mas era também esquecimento ao que ele valera para salvar a civilização cristã.

O que fôra a desconfiança de Roma sobre o alcance e proveito dos nossos intentos ao longo da costa africana, para o seu objectivo de luta contra o crescente, traduz-se pròpriamente nas primeiras bulas que nos concedem privilégios e que vão sendo sempre renovadas à medida que os pontífices se sucedem, justamente pelo que continham de precário e inconsistente. O mesmo sucedia quando D. Henrique proponha em 1440 aos príncipes cristãos, para colaborarem e partilharem os lucros dos empreendimentos, o que eles recusaram até com certa altivez.

Quando este Infante, segundo Zurara, mandou ao papa Martinho V (1417-1431) o embaixador Fernão Lopes de Azevedo, para que ele repartisse parte dos tesouros da igreja em auxílio das despesas elevadíssimas que fazia com as expedições para a conversão de infiéis, o sucessor Eugénio IV (1431-1447), só concede—«perdoança de todos seus pecados, dos quaees de coração sejam contritos, e per boca confessados», a todos que nessa luta se embrenhassem e não doa terra alguma à coroa portuguesa.

Era quase o mesmo que refere Rui de Pina na *Crónica de D. Duarte*, pondo na boca do príncipe D. João, irmão do Infante D. Henrique, estas palavras de desacordo contra o rumo inicial que iam tomando os empreendimentos marítimos ao longo da costa africana — «quem mata Mouro com tal tenção (riqueza e goança) nom peca menos que matar cristão».

Manifestava-se de tal modo a sua sensatez no assunto, que os conceitos a seguir reproduzidos por José de Bragança na sua *Introdução à crónica da Guiné*, servem para atestar o poder das ideias

e o valor intelectual deste príncipe falecido tão novo, — «guerra dos Mõuros nom somos certos se he serviço de Deus, porque eu nom ouvi que nosso Senhor nem alguns dos seus Apostolos, nem Doutores da Igreja mandassem que guerreassem infieis, mas antes por pregação e milagres os mandou converter».

Neste mesmo pensamento se devia manter a Igreja e nele se apoiaria para não desgostar a oposição, que das bandas de Espanha se começavam a levantar contra os nossos empreendimentos, como se manifesta no Concílio de Basileia em 1436, onde é levantado o conflito das Canárias, que chega mesmo a ameaças de guerra com Castela em 1437.

Só pela bula de Nicolau V (1447-1455) de 8 de Janeiro de 1450, se concede a D. Afonso V os territórios descobertos pelos marinheiros do Infante e é de pensar que a concessão tenha mais intuito de amenizar atritos levantados pela interferência do papado para a reabilitação de D. Pedro, do que propriamente a conceder privilégios e a confirmar direitos que o mesmo papa ratifica a seguir a 8 de Janeiro de 1454, sete meses depois da queda de Constantinopla, com especificação de se conservarem de direito à coroa de Portugal todos os territórios descobertos desde o cabo Bojador, por toda a Guiné — *usque ad Indias* — até às Indias.

Ficam dúvidas se aquelas Indias seriam os paizes longínquos daquele nome ou sòmente a terra africana que se ia descobrindo e cujos habitantes também por índios eram designados. A interpretação vista a favor do Infante D. Henrique para lhe atribuir o plano preconcebido de chegar às distantes Indias como final das empresas, nem na documentação encontra confirmação, porque são os próprios cronistas que chamam índios aos povos da costa africana com que começaram a contactar os nossos navegadores.

Vem em apoio desta concepção o conceito que então se tinha da existência do Nilo. O grande rio que ia desaguar no extremo leste do Mediterrâneo, era considerado como o umbigo do mundo. Nascido nas montanhas da lua, trazia para a terra e seus habitantes os proveitos alimentares, como o cordão umbilical os conduzia para os seres vivos durante a sua gestação. A ignorância da sua origem e a fantasia quanto à sua distribuição pela terra, levava ao conceito de que ele chegaria ao Atlântico fertilizando terras e seres com a riqueza nutritiva do seu

manancial e tanto que Alvaro de Ornelas, na sua viagem em 1445 à Guiné encheu no rio Senegal duas pipas de agua para as trazer de presente ao rei, convicto que a colhia naquele tão afamadissimo rio.

Mas a data daquela bula, sete meses depois da tomada de Constantinopla pelos turcos, já nos indica pelo conteúdo das concessões dadas à coroa de Portugal, que um estímulo se alimentava e uma esperança se começava a depositar no novo e pequeno pioneiro que se lançava em empreendimentos marítimos correlativos com os desejos de Roma, embora batendo mui longe terras que directa ou indirectamente se relacionavam ou sofriam influências do Islam.

Depois, no papa seguinte, Calixto III (1455-1458), a bula de 13 de Março de 1456, precisa que a jurisdição espiritual de todos os territórios desde o cabo Não até às Índias ficava pertencendo à Ordem de Cristo. Esta é a confirmação da de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1454, e da doação de D. Afonso V à mesma ordem a 7 de Junho desse anno do espiritual sobre a Guiné, Nubia e Etiópia, e que havia mais bulas sobre outros episódios, tendentes a esclarece-los ou a tirar dúvidas, parece prova-lo a de 13 de Outubro de 1459 de Pio II (1458-1464), que dá especialmente indulgências aos que tomarem parte na expedição de Alcacer, onde declara serão as mesmas que foram concedidas por Martinho V (1417-1431), Eugénio IV, Nicolau V e Calixto III, aos defensores de Ceuta, sendo este último um dos da célebre familia com o nome secular de Afonso de Bórgia.

Estas citações extraídas dos trabalhos de Joaquim Bensaude, a quem nos reportamos em especial na colheita destes elementos, parecem indicar o interesse que de facto Roma ia tomando no que respeitava às nossas lutas com o crescente, ponto essencial para anular a ameaça que pesava sobre a Igreja.

São as bulas de 1433 e 1454 que passam a soberania espiritual das ilhas para a Ordem de Cristo, mas não se comprehende facilmente qual o designio dessa doação porque mesmo quanto à concessão da espiritualidade, a de 25 de Setembro de 1433 referente à Madeira, apparece 15 anos depois do seu descobrimento, e a de 7 de Junho de 1454, que se quer ver respeitante aos Açores, só vem 23 anos depois de haver delas noticia.

É certo que na primeira se faz referência às — *ilhas novamente descobertas* — podendo pensar-se nas dos Açores, mas na bula de

1454 a alusão a ilhas parece antes ser relativa às que se estendem ao longo da costa africana. A cautela de Roma é manifesta e por isso parece surgir da inconsistência dos direitos da coroa aos territórios descobertos aquela variante de conceder a jurisdição espiritual de todos eles à Ordem de Cristo pela bula de Calixto III, e o caso merece reparo porque já em 1449-1450 se verificava a intenção flamenga sobre os Açores nitidamente afirmada com a investida de Jossué Van den Berg desembarcando na ilha Terceira, cuja capitania lhe foi depois concedida com o nome de Jacomo de Bruges.

Com esse episódio é provavel tenham alguma ligação as bulas de 8 de Janeiro, respectivamente de 1450 e 1454, de Nicolau V.

Como adiante analizaremos, com a morte de D. Pedro em Alfarrobeira e perseguição à sua memória e partidários, surgiram protestos da corte de Borgonha e do próprio Papa. É possível que o avanço de Van den Berg para a Terceira se relacione com o caso.

A primeira bula de 1450 concedendo a D. Afonso V todos os territórios descobertos por D. Henrique, pode ter como explicação e outra melhor se não encontra, guardar nas mãos do rei uma soberania que os estrangeiros não tinham respeitado. A segunda, de 1454 embora nada especifique quanto aos Açores, tem dizeres de flagrante analogia com o que vem na carta de doação a Jacomo de Bruges, embora de toda a sua estiiada e confusa linguagem nada se tire de concreto quanto a precisão de direitos da coroa portuguesa.

A certa altura diz o seguinte: «mandou (o Infante) que algumas ilhas solitárias no mar oceano fossem povoadas pelos fieis e se fundassem e construíssem ahi igrejas e outros locais pios nos quais se celebrassem officios», e mais adiante continua — «alem disso como chegassem um dia ao conhecimento do Infante que nunca ou desde a memoria dos homens não era costume navegar-se para as praias meridionais e orientais pelo dito mar oceano e isto dos povos occidentais era desconhecido de tal modo que nunca tinha noticia alguma certa das gentes destas partes».

É linguagem confusa, mas suficientemente clara para dizer que nunca nenhum povo navegara no mar Oceano, tal como encontramos na carta de doação a Jacomo de Bruges de 1450 — «desde ab initio e memoria dos homnes não se sabiam as ilhas dos Açores sobre algum Senhorio salvo o meu».

A linguagem da bula tem de facto apenas leve analogia, mas seria só isso quanto se poderia conseguir como ténue claridade através as grades impenetráveis do Vaticano, porque tomar partido por um ou outro, podia ser origem de graves contrariedades e dessas se acautelava a Igreja.

Outra bula, a de 13 de Março de 1455, não é mais explícita: promete alguma coisa, apoia outras, mas não fala nos Açores. Só vagamente se refere a ilhas mandadas povoar e a poderes para alargar a fé no campo dos sarracenos. A bula que fala nitidamente em — *loddallas Ilhas chamadas dos Açores e Ilhas das flores* — é a de Sixto IV, de 21 de Junho de 1481, mas já então estava vencido o perigo flamengo nos Açores.

As doações à Ordem de Cristo surgem com determinantes mais especificadas. Os direitos espirituais da Ordem seriam porventura uma habilidade para garantir uma posse, naturalmente precária e discutível só à face de direitos invocados, por se ser o primeiro a lá chegar com um navio. O fundamento religioso seria razão de maior força para que a Igreja pudesse assentar, garantir e defender esses direitos.

E o facto ainda se verifica nessa insistência de jurisdição espiritual da Ordem de Cristo, nos territórios descobertos até à Índia, quando mais para o sul se caminha, como é lógico deduzir dessa bula de Sixto IV (1465-1483) que torna a confirmar as de Nicolau V e Calisto III, ratificando ainda as pazes com Castela e o compromisso desta para não contrariar as explorações marítimas dos portugueses.

Era então o problema da exploração do comércio do ouro da Mina que estava em jogo e dera origem a graves conflitos com o reino vizinho, que liberto das suas lutas internas contra os mouros, surgia no nosso caminho, seguindo os nossos passos ao longo da costa africana. Este novo pioneiro na luta contra o crescente, coberto com a glória de o ter acabado de expulsar da península ibérica, aparecia naturalmente aos olhos da Igreja como um auxílio valioso, que era preciso antes aproveitar que hostilizar.

As boas graças que Portugal colhera em Roma lançando-se na luta contra o Islam, tinham fatalmente de ser partilhadas pelo novo e mais poderoso combatente. O perigo turco que fazia tremer a Santa Sé

desde 1453 a 1492 encontrava-se nesta data já de tal modo abalado que ao ser eleito papa Rodrigo Borgia com o nome de Alexandre VI a Espanha encontrava no esquecimento desse temor, forte predisposição para encontrar um apoio às suas pretensões.

São então as lutas que se levantam nos meandros ocultos da diplomacia, que levam ao triunfo por D. João II obtendo o tratado de Tordesilhas, de 7 de Julho de 1494, mas quanto engenho, ardil e decisão teve de empregar este valoroso rei, para fazer triunfar o seu ponto de vista de defesa nacional, é por demais conhecido para sobre ele insistirmos de novo.

As bulas de 4 de Maio de 1493 e 24 de Setembro do mesmo ano de Alexandre VI, são favoráveis concessões à Espanha. A primeira cedia-lhe todos os países não ocupados por príncipes cristãos; a segunda dava a demarcação de influência a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde. Só a decisão de D. João II e as suas atitudes intransigentes levam às negociações para o tratado de Tordesilhas no ano seguinte, que afastam o dito meridiano de demarcação a 370 léguas daquelas ilhas, na pretenciosa partilha do mundo que levou o rei de França a dizer: «que não conhecia a verba do testamento do Omnipotente que o deserdava e por isso reservava a sua liberdade de acção».

Seria de facto ingenuidade acreditar, fosse tão fácil e duradoura uma tal partilha do mundo.

Não finalizara ainda a contenda com os turcos, quando em Agosto de 1504 o sultão do Cairo faz o aviso da destruição do Santo Sepulcro, se não se opothesse obstáculo ao avanço de Portugal no oriente, mas a resposta é a tomada de Ormuz em 1507 por Afonso de Albuquerque, a de Goa em 1510 e a de Malaca em 1511, continuando ainda em 1513 aquele insigne fundador do império do oriente a penetrar fundo no Mar Vermelho, com a ameaça de cumprir a resposta de D. Manuel ao atrevimento do sultão, tentando ir até Meca na audácia de se apoderar do corpo de Mahomet para o trocar pela liberdade do Santo Sepulcro.

Portugal só por si fizera o que não movera as incíclicas de 1442 e 1445, de Eugénio IV, chamando às armas os cristãos contra os infiéis, nem o que pedira em 1443 para que todos os príncipes da cristandade auxiliassem os portugueses.

A bula de 1454 só especifica doação espiritual à ordem de Cristo — «das prays, costas, ilhas, terras conquistadas e por conquistar da Gapula, Guiné, Nubia e Etiópia e por quaisquer nomes que sejam chamadas». A inclusão de ilhas, é de supor, seriam as que se encontravam ao longo da costa africana e não propriamente as dos Açores, que não vem especificadamente nomeadas. Só mais tarde a bula de Sixto IV, de 21 de Junho de 1481, faz menção categórica das — *ilhas dos Açores e das Flores*—inas já então estava resolvido o caso flamengo. A disputa fora vencida pelo esforço português; já não subsistiam razões para hesitações. Sem dar mostra de haver preferência, já a Igreja podia considerar essa posse como indiscutível.

Conclue-se que os direitos precários concedidos pelas bulas, não influíram grandemente na marcha dos descobrimentos, nem puzeram entraves aos competidores dos nossos empreendimentos.

Só a tenacidade portuguesa venceu dificuldades e resistências, triunfando pelo valor próprio dos seus realizadores. A descoberta das ilhas foi um empreendimento português como a sua conservação no património nacional é consequência directa da tenacidade e resistência dos seus povoadores, como a seguir trataremos.

O domínio espiritual da Ordem de Cristo foi apenas pretexto e episódio para resolução dos embaraços, que surgiram em dada época sobre pretensões estrangeiras e fixação de colónias flamengas em algumas das ilhas dos Açores. Mas a avalanche portuguesa que depois foi mandada ao povoamento, tinha feito submergir a inconsistência dessa pretensão.

## A DESCOBERTA DAS ILHAS

A descoberta do arquipélago dos Açores que, é de concluir, inicialmente não despertou nenhum interesse, compreendendo-se que assim fôsse pela completa ausência de matéria comerciável, desabitado e sem riquezas, só mais tarde, a partir de 1450, pelo menos para o grupo central e ocidental, é que começou a entrar na preocupação dos governantes. É realmente a partir desta data, que se encontram referências quanto a esforços de colonização nestas sete ilhas.

Até então, não obstante as cartas de povoamento de 1439 e 1449, só nas duas ilhas de Santa Maria e São Miguel esse movimento se iniciara como se deduz dos diplomas de isenção de dizima de 5 de Abril de 1443 e 20 de Abril de 1447. A lentidão com que o facto se realizava, presume-se que esteja em correlação mas não em certeza, com a versão de Gaspar Frutuoso sobre os 12 anos que medeiam entre as datas que attribue à descoberta destas duas ilhas, que afinal não seriam mais, pelo menos para São Miguel, do que referências ao início da sua colonização.

O que parece mais aceitável, é que a partir de 1432 se conduziram colonos para Santa Maria, havendo notícia de famílias mouriscas deixadas em São Miguel muito antes de 1444, sem que se precise se para experiência de adaptação, se por a ilha apresentar um «monte cheio de fogo» como se fosse «um carvão em braza», águas e cinzas ferventes lançando um grande fumo, segundo refere Diogo Gomes de Sintra, o que estaria muito a favor do terror espalhado pelas lendas arabs quanto a lodos líquidos em constante ebulição, deles saindo tal nevoeiro que ficava tudo em sombras. Assim o revelava o livro de Ptolomeu, traduzido em 1416 por Jacobo Angelo e isto ainda hoje se vê nas caldeiras das Furnas, como o teriam visto os primeiros que lá chegaram e pareceria ali posto de propósito para acerto da lenda.

Não será extravagante pensar, que a vinda das famílias mouras se relacione com o conjunto comparativo, que dava a realidade vista na terra e o que a lenda espalhara.

Só a partir de 1450, com a ameaça do avanço flamengo sobre as ilhas do grupo central, a coroa portuguesa vê o perigo da passagem dos Açores à posse dos povos do norte. Deve ter saltado à vista o que as ilhas representariam como ponto de escala de navegação para o sul e é então que o grande esforço de colonização se instala. A pretensão flamenga deve ter perturbado por tal modo o socego em que decorriam as nossas navegações, que não só as vemos acautelar com a série de bulas que citamos no capítulo anterior, como até a partir de então se nota nova actividade na procura de ilhas sobretudo para ocidente.

Assim se poderia explicar se não houvesse forte confusão de nomes para lhe dar crédito, a passagem pelos Açores ao serviço de Portugal do piloto Pedro Velasco, que para outros autores do seu pró-

prio país seria Diego Velazquez, viagem que se pretende pôr em 1452, passando pelo Faial a caminho do poente.

Mais tarde, em 1474-75, aparecem as concessões dadas a Fernão Teles como indicativo de projectos de exploração marítima, ainda para o ocidente, e em 1486, a Fernão Dulmo e ao sócio Afonso do Estreito não se regateiam em dois outros diplomas vantagens que seriam largo estímulo para um grande empreendimento nesse mesmo sentido, ao que se tem ainda de juntar as explorações açoreanas de Pero de Barcelos, João Fernandes Lavrador e outros de que ha notícia, partidos das próprias ilhas.

Era a guarda dos mares, procurando pontos de apoio para fazer cerco à rota dos navegantes nórdicos para o sul, o que já se devia ter concluído, não acautelavam grandemente e muito menos obstavam as bulas concedidas pelos papas.

Para as primeiras dessas viagens estamos ainda em D. Afonso V que só morre em 1481. Depois, no tempo de D. João II o movimento de exploração ainda se intensifica mais, mas o objectivo é já outro.

Não obstante a recusa ao plano de Colombo, em 1484, as diligências por ele desenvolvidas junto dos reis católicos em 1486 e as disposições que estes davam mostras para o aceitar, devem ter preocupado o monarca, embora explorações já feitas anteriormente e partidas dos Açores com Pero de Barcelos, Cortes Reais, João Fernandes Lavrador e outros quasi lhe garantiam não haver terras nas proximidades das ilhas. A ideia da ilha das Sete Cidades levou D. João II a passar carta, a 24 de Junho de 1486, a um dos Cortes Reais.

Tanto deve ter sugerido dúvidas a teimosia de Colombo, que naquele mesmo ano o rei faz a concessão a Fernão Dulmo, tres meses depois da primeira audiência dos reis católicos, com tais poderes e garantias, tão pouco propícias às suas arreigadas prerrogativas aos privilégios reais, que até se pode pensar tivesse antes desejos de se ver livre do importuno flamengo. De facto nada se sabe quanto a essa viagem não obstante o rei prometer no diploma que concede, faze-lo acompanhar e guardar pelas suas armadas. Mas tanto o devia preocupar a ideia do ocidente, que a 20 de Março de 1488, dois anos depois de Dulmo, envia uma carta a Colombo que é uma proposta para o aceitar.

As fantasias de Behaim, então no Faial, espírito de extraordinária inventiva e naturalmente de forte acção suggestiva sobre o ânimo do rei, que o tivera na sua côrte e o encarregara de missões de responsabilidade no estrangeiro, seriam um agulhão permanente a espicaçar a dúvida da existência dessas terras protentosas adivinhadas pelo astrólogo, como se depreende do trecho de Gaspar Frutuoso quando a ele se refere.

«do qual El-Rei de Portugal fazia grande conta, e tendo-o em muita estima por sua nobreza e saber; por informações e instrução que El-Rei dele tinha mandou certos homens descobrir as Antilhas dando regimento por onde ele os encaminhava.»

.....

«Disse tambem muito antes que as Indias do novo reino fossem descobertas, aos moradores da dita Ilha (Faial) que uma estrela grande que ali aparecia a sudoeste, era um planeta que dominava sobre uma provincia, que tudo o que com que se serviam os moradores dela eram vasos de ouro e prata, e espantados disso os que o ouviam, dizendo-lhe onde havia tanto ouro e prata, lhes disse: não duvideis que não passarão muitos tempos que vós não vejais com vossos olhos vir as navegações dela carregadas do que vos digo.»

Por outro lado a informação de que haviam sido vistos anteriormente pedaços de madeira trabalhada e cadaveres de raça estranha arrojados às praias açoreanas, de que faz menção Gerónimo Monetários, na sua carta de 14 de Julho de 1493, seriam outros elementos a pesar no espirito do grande rei, talvez já arrependido da recusa ao plano de Colombo. O certo é que quando este regressa e se sabe que encontrou também ilhas, D. João II reivindica os direitos de posse que as bulas lhe garantiam, com tal argúcia e decisão, que impõe o Tratado de Tordesilhas a 9 de Junho de 1494.

Quanto o rei estava informado pelos seus navegadores da existência dum mar liberto 370 léguas para oeste, partindo de Cabo Verde, confirma-o as suas decisões, fazendo preparativos de guerra e guardando com os seus navios a rota do ocidente para onde se dirigira Colombo.

Fora a participação das ilhas como ponto de partida para essas explorações marítimas a oeste, a disputa não perturba grandemente a vida açoreana. A colonização intensificava-se com certa regularidade como se deduz dos nomes que começam a surgir nas ilhas.

A tentativa flamenga fora completamente dominada e absorvida pelo povoamento português e é então que a importância das ilhas mais se afirma como ponto de apoio atlântico à navegação. É o que se verifica em nossos dias com características idênticas quanto à navegação aérea e já se tinha confirmado anteriormente quanto a seguranças navais.

O desinteresse pelos Açores, nos primeiros anos, dependeu essencialmente da sua falta de riquezas a explorar e sobretudo porque nesse início a actividade dos empreendimentos se concentrava em especial na investida sobre Marrocos e ao longo da costa africana. Mesmo em 1453, já esboçada a ameaça flamenga sobre estas ilhas, D. Henrique ao saber da queda de Constantinopla nas mãos do turco, proponha-se ir para Ceuta para defender até à ultima a sua conquista e é justamente no ano seguinte, sete meses depois desse facto, que aparece a primeira bula de Nicolau V protegendo os descobrimentos.

A negação a esse desejo do Infante, pode talvez encontrar melhor explicação no que importava para as navegações a posse dos Açores do que as conquistas em Marrocos. Era a certeza do que representava o domínio do mar tomando assento nas directrizes da expansão nacional, mas não abona também em larga vista as concepções do plano do Infante, que alguns querem afirmar fora preconcebido antes do começo da realização indicar qual o melhor seguimento.

Depois da sua morte, durante o período de D. Fernando, ainda permanece a ameaça do estrangeiro e é então que nas cortes de 1471 se protesta contra a intromissão de povos estranhos nos nossos negócios marítimos e em especial contra o arrendamento dado dois anos antes, 1469, a Fernão Gomes, para o comércio da Africa.

É nestas circunstâncias que D. João, com 16 anos, o futuro rei, toma conta do que respeitava às navegações dando grande impulso aos descobrimentos.

A ideia do Infante D. Henrique de expansão sobre Marrocos ainda se traduz na compra que faz a Micer Maciot, a 9 de Março de 1448, dos direitos que este tinha nas Canárias, mas 40 anos depois

teve de os ceder aos reis católicos pelo tratado de Toledo, de 6 de Março de 1488, ficando a Portugal só interferência na costa descoberta e a descobrir.

As ilhas não teriam de facto grande importância em face da sua pobreza comparada com o que se ia descobrindo. A rota do sul a tudo sobrelevava. Tanto empenho havia no exclusivo da costa africana, que a carta régia de D. Afonso V, de 6 de Abril de 1480, mandava aprisionar os navios que por ali andassem e deitar ao mar as suas tripulações.

Na relação de Diogo Gomes dá-se a descoberta das ilhas como propositada pelo Infante para saber se havia terra nas regiões afastadas do oceano ocidental. De resto é natural supor, que descoberta a Madeira surgisse logo a ideia de procurar se haveria outras terras nesse mar imenso. O desenvolvimento intelectual e o estado social que havia, permitem à vontade aceitar tão pequena ideia criadora: — procurar uma coisa semelhante como é uma ilha com outra.

Aquela afirmação tem tanta maior importância quanto parte dum navegador de alta categoria, tanta que é ele o encarregado de dar a Behaim indicações sobre os nossos empreendimentos, o que ele relata na maior parte como episódios da sua própria vida de marinheiro.

Quebra-se assim o carácter de aventura ou acaso que se tem dado à descoberta dos Açores, como a narrativa de Gaspar Frutuoso tem entretido, na suposição dos navios virem à altura das ilhas procurar as «frieiras» ou ventos favoráveis para mais facilmente poderem chegar ao reino, quando é certo que nessa data ainda não tinham passado o cabo Bojador, mesmo que a existência das correntes marítimas obrigasse ao desvio.

A razão justificativa de Diogo Gomes de Sintra para a descoberta dos Açores seria bastante, se a célebre legenda da carta de Valsequa não viesse outra vez realçar a doutrina do acaso, revelando a existência dum piloto português, que como se quer ler ninguém conhece e que além da ventura de lhe ser atribuído o feito, tem o privilégio de se lhe não saber ao certo o nome de modo a tornar ainda mais misteriosa a sua ignorada pessoa tanto em Portugal como em Sevilha, onde outros o querem. Mas se é de considerar a legenda de Valsequa, importa primeiro saber quem a escreveu, se o nome está bem lido e em que época foi inscrito na carta. O que fica até hoje assente, é que

a certeza a tirar destes três pontos é a que convém a cada um segundo a feição como se interpreta a legenda.

A ignorância do nome foi de facto o melhor achado para explicar o silêncio dos registos quanto ao episódio da descoberta dos Açores, provavelmente então facto sem grande retumbância. Que o intento da procura das ilhas foi propositado e não ocasional, conclue-se da análise cuidadosa de todos os factores invocados para a doutrina do acaso.

O primeiro seria o desvio da rota às alturas dos Açores para apanhar os ventos do regresso.

O estudo de Quirino da Fonseca sobre a hipótese, é tudo quanto ha de mais aceitável e baseia-se num episódio de navegação daquela época, que o vem completamente esclarecer. Para o autor, official experimentado da nossa marinha de guerra, não se compreende que vantagem podesse haver a mais com vento nor-nordeste, ao partir da Madeira, desviar-se 500 milhas para os Açores, do que fazer a viagem directa para o Algarve. Até o exemplifica no seu livro — *A Caravela Portuguesa* — no desenho que apresenta com a indicação dos ventos e das ilhas, figurando as derrotas de Diogo Gomes e Antonio de Noli, da Guiné para Portugal em 1460.

Noli parte directamente para Lisboa e Diogo Gomes percorre ainda 960 milhas dos Açores a Lisboa, o que o faz chegar muito mais tarde, do que resultou perder a primazia da capitania de Cabo Verde, que Noli reclama tendo chegado mais cedo, indo directamente da Madeira pelo caminho mais curto. Compreende-se até que Diogo Gomes se avizinhou dos Açores, como o relata a Behaim, «forçadamente em consequência de ir correndo com o temporal que o assaltou» e não por ser norma passar pelas ilhas, tanto que Noli saiu depois da Madeira e com melhor tempo chegou primeiro.

O próprio Zurara dá o regresso das expedições à Guiné como directo a Portugal; nem sequer à Madeira voltavam. Só anos depois é que os navios começaram na ida a fazer escala por esta ilha, para provisionamento de refrescos segundo os seus próprios dizeres. Já em 1442 a Madeira podia abastecer navios e em 1493 produzia 80 mil arrobas de assucar.

Nunca Zurara fala de passagem pelos Açores, quando no tempo dos sucessos e viagens que enumera já as ilhas estavam descober-

tas e mesmo ao referir-se a elas não é por acaso que revela o seu conhecimento mas por expedição organizada especialmente a esse fim.

O próprio Vasco da Gama quando regressa em 1499 da sua primeira viagem à India, passa pelo mar dos Sargassos de que havia informações que remontavam já a 1433, mas aborda a ilha Terceira propositadamente, como o relata Damião de Gois, por causa da doença do irmão Paulo da Gama, tanto que ficou sepultado no convento de S. Francisco da cidade de Angra.

Não foi a necessidade de navegação que a isso o obrigou. Para pôr em dúvida que o fosse por imperativo da derrota, basta pensar que os outros navios foram mandados seguir directamente de S. Tiago a Lisboa e não se regista também que ele nas viagens seguintes ou quaisquer outros navegadores, tivessem necessidade de passar pelos Açores no seu regresso do hemisfério sul.

É certo que as naus, navios mais pesados e de bolinar mais difficil, tiveram de alargar a sua rota por necessidades de manobra de navegação, mas se o podiam fazer com ventos melhores, evitavam as vizinhanças dos Açores por causa dos piratas e se junto das ilhas se reuniam era para formar comboio como hoje se diria, concentrando meios de defesa mais poderosos justamente a prevenir os seus ataques.

Essa desnecessidade era tão assente como doutrina naval, que muito mais tarde, em 1712, Manuel Pimentel na sua — *Arte de navegar* — diz ser de bom conselho não demandar os Açores e até aponta só razões de ordem geográfica relativas à navegação.

Do que diz Cadamosto sobre as ilhas de Cabo Verde se compreende o desinteresse pelos Açores. Não tinham povoadores, não interessavam ao comércio, não obstante na sua narração Diogo Gomes se referir às primeiras com mais promenor do que às segundas, mas ha que atender que fôra ele quem as descobriu.

A confusão que resulta de se querer dar idêntico valor às referências desencontradas dos vários cronistas, tem sido o principal obstáculo para assentar uma data da descoberta. Zurara, por exemplo, diz que Gonçalo Velho é mandado em 1445 povoar os Açores, quando em 1443 já D. Afonso V isenta de dizima os moradores de Santa Maria. Para o cronista importava decerto só o conhecimento que tivera dessa continuação da colonização já então iniciada. Seria provavel-

mente uma nova leva de povoadores que partiram nessa data, sem anular as que anteriormente já teriam vindo para as duas ilhas do grupo oriental, aquela e S. Miguel.

Só a 26 de Setembro de 1433 por D. Duarte é doada a Madeira ao Infante D. Henrique, mas já em 1425 estavam estabelecidas as povoações do Funchal e Machico. E como a lenda cerca tudo que respeita a descobrimentos, vá de inventar a história do Machim, fidalgo inglês, com a sua raptada Ana d'Arfet, desembarcando ali em 1346, quando Machico pode muito bem vir derivado do piloto deste nome que se identifica entre os marinheiros da descoberta.

O desinteresse inicial pelas ilhas dos Açores é um fenómeno natural, que surge perante a opinião que formavam os navegadores quanto aos proveitos que colhiam. Delas nada lhes adviera e nada temos que nos admirar porque em 1501, quando Pedro Alvares Cabral descobre o Brasil, Pedro Vaz de Caminha que o acompanha como cronista da viagem, escreve a D. Manuel dizendo que era nulo o valor daquelas regiões e que só serviriam para tomar agua na derrota das Indias ou para fazer a conversão dos indígenas.

O mesmo escrevia Diogo Ribeiro em 1529 sobre o Canada e Lavrador, afirmando que nada tinham a utilizar.

Os próprios dados cartográficos, só a partir de 1470 com o mapa de Cristofalo Soligo, começaram a dar informações seguras sobre os Açores. A carta de Pedro Reinel de 1502 embora apresente as ilhas todas com o seu nome actual, ainda contém o grupo — *froles e Corvo* — ao contrário, ideia de posição geográfica às avessas que subsistiu durante muito tempo. Ela até se mantém no relato da descoberta das moedas fenicias dadas como encontradas no Corvo em 1749, quando o deviam ter sido nas Flores, pelos promenores da narrativa quanto ao convento onde as recolheram, pois nenhum existiu naquela ilha mas sim nesta, que tambem figura às avessas no mapa Catalão e no de Pineli com o nome — *Insula corvini* — mas de tal modo identificada quanto a tamanho e configuração que seria de facto as Flores.

Interessa especificar estes dados para a análise que adiante faremos do episódio da sua descoberta atribuido a Diogo de Teive com base nos escritos de Fr. Bartolomeu de las Cazas. Mas ha que atender, que a sua — *Historia de las Indias* — começou a ser escrita em 1527 e concluida de 1552 a 1569, datas que pouco se distanciam

ainda do que era por esses tempos doutrina tão confusa sobre pormenores de descoberta e colonização dos Açores.

Gaspar Frutuoso que vive pela mesma época, nascido numa das ilhas, não o explica melhor, mas dele fica uma afirmativa importante, a precisão com que attribue a descoberta a Gonçalo Velho Cabral

## A DOAÇÃO DAS ILHAS

Se o problema da descoberta das ilhas se mostra confuso, quando se deixa o exame dos documentos e relatos que a ele se referem, vistos em conjunto, para firmar conceito de escolha em qualquer deles, tem fatalmente de se cair no exclusivismo da preferência pessoal dos que partirem para a análise com uma ideia já formada. Mas se à parte descoberta assim se presta a sua interpretação, muito mais o permite o que se encontra mencionado sobre povoamento, ao qual está intimamente ligado o sistema seguido das doações.

As dificuldades financeiras que as expedições ao longo da costa africana originavam, são a melhor explicação para se compreender o objectivo das doações; resta saber se corresponde a uma verdade.

Entregava-se assim à actividade particular a faculdade de iniciativas quanto a povoamento, que o esforço exigido pelas expedições africanas não permitia conduzir com regular incentivo da parte dos poderes públicos. Por outro lado, a dispersão de actividades em tão larga extensão marítima, concentrava nos donatários, pessoas de inteira confiança, poderes condicionados que eram a ressalva dos direitos absolutos da coroa.

O facto é tão evidente, que sendo a Madeira começada o povoar desde 1420, durante o reinado de D. João I não é concedida nenhuma carta de doação e contudo desde aquela data ha notícia de Gonçalves Zarco já lá estar. Para ela, a primeira, a possibilidade da coroa como esforço inicial de povoamento não fora por certo motivo de dispersão de esforços que perturbassem o movimento de navegações para o sul.

O documento mais antigo que fala de duas capitánias nesta ilha é de 1440. É a carta de doação do Machico a Tristão Vaz, de 8 de Maio

daquele ano, porque o Infante não conseguiu — «alcançar em vida de seu pai a doação das ilhas descobertas», segundo notam os cronistas. A doação do Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo, é de 1 de Novembro de 1446 e a do Funchal a Gonçalves Zarco só tem a data de 1 de Novembro de 1450, quando o domínio espiritual da Ordem de Cristo em todas elas é de 26 de Outubro de 1433.

O mesmo facto se verifica para os Açores. Ha dados que levam a aceitar que já desde 1432, Velho Cabral conduziu colonos para Santa Maria, mas só em 1439, depois da morte de D. Duarte a 9 de Setembro de 1438, e reunidas as côrtes, aparece a primeira carta de povoamento. Contudo, nunca se encontrou referência à carta de doação a Gonçalo Velho Cabral, embora figure como comendador dos Açores, e tanto tinha ele o encargo ou a direcção do povoamento, que se considera assente a sua vinda a São Miguel a 29 de Setembro de 1445 trazendo colonos, quando anteriormente, segundo os cronistas, viera já uma leva de casais moiros.

Está-se em pleno período da regência de D. Pedro, que vai de 1439 a 1446. A defesa do poder real, norma do seu governo tão injustamente compreendido no seu tempo, leva a aceitar que ele condicionava fortes cautelas quanto à cedência de poderes sobre as ilhas até ao próprio irmão, o Infante D. Henrique, como estas datas nos levam a suspeitar.

Quando Rui de Pina lança sobre o Infante D. Henrique grandes responsabilidades no destino que sofre o regente D. Pedro, podendo salva-lo — «o que lhe fora bem possível se quizesa», — *Cronica de D. Afonso V*—pode traduzir um conceito de animosidade do irmão mais novo, cerceadas como dentro deste pensamento pareciam ser as suas pretensões.

As pessoas reais, os grandes de nobreza, são também simples mortais onde se guardam e germinam sentimentos idênticos aos de todos os outros homens.

Se a negação à concessão fora explicita no reinado de D. João I, a resistência da regência parece também aceitável como o traduz o vagar e distância com que as doações são concedidas. Já Soeiro da Costa, a 10 de Outubro de 1445, sai com destino a Cabo Verde numa caravela armada à custa de Gonçalves Zarco e este ainda não tem poderes oficiais de donatário, dados por um documento.

De facto, é a partir da morte de D. Pedro, quando D. Afonso V toma inteiro poder do governo, que se estabelece em larga escala o sistema das doações. É natural que a experiência da Madeira assim o indicasse e que até fosse essa a melhor saída para o que representava a dispersão de toda a actividade marítima em mar tão vasto. Mas que era manifesta a defesa de D. Pedro sobre o privilégio exclusivo da coroa quanto às terras descobertas, ainda se conclue pelas deligências do Infante D. Henrique em 1446 para que ele — «lhe desse a sua carta» — para que ninguém fosse às Canárias sem sua ordem.

O retardo das doações, quanto às ilhas, até demonstra que era mais difficil obter concessão das maiores do que das mais pequenas, como o parece provar a doação do Porto Santo em primeiro lugar que a Madeira e a divisão desta em duas capitánias. Para os Açores o mesmo se verifica: primeiro a concessão de Santa Maria, quando hoje já se não pode admitir que São Miguel deixasse de ser descoberta na mesma data.

Tudo leva a pensar que a experiência da Madeira dando tão bons resultados, foi o padrão seguido para todas as outras ilhas. A carta de doação a Bartolomeu Perestrelo, de 1 de Novembro de 1446, é o modelo para as outras que se lhe seguiram instituindo o mesmo direito de sesmarias, monopólio dos moinhos, do pão, do sal, dos dízimos, concedendo iguais direitos de jurisdição cível e crime menos de morte e talhamento de membros.

É ainda essa experiência, entregando a actividades particulares e condicionadas, trabalhos de colonização e exploração de novas terras, um alívio manifesto das despesas que os empreendimentos marítimos originavam e que mais cresciam à medida que progrediam, que se tem ainda de encarar o contrato do comércio africano concedido a Fernão Gomes em 1469, com a obrigação de descobrir em cada ano 500 léguas de terra para o sul, a partir da Serra Leôa.

Quando D. Henrique morre, o filho adoptivo, D. Fernando, seu herdeiro, mostra-se um fraco administrador e é então quando este fallece, que o príncipe herdeiro, futuro rei D. João II, apenas com 16 anos, toma a direcção do movimento marítimo das descobertas, levando-o a um alto apogeu de realizações. Os tres primeiros anos, de 1471 a 1473, são de preparativos e estudos, mas no ano seguinte descobre-se o ouro da Mina e nas mãos fortes do Príncipe fica a guarda do que se

progredira e a certeza da continuidade de mais largos objectivos. As doações que faz a Fernão Teles em 1474, são cautela para a guarda duma antecipação de direitos sobre supostas ilhas a descobrir, que ele ainda ratifica a seguir para as que estivessem povoadas.

No diploma menciona-se a ilha das Sete Cidades; era a ideia que vinha do norte, germinada nas concepções da astrologia alemã, que vemos depois elevada ao máximo da fantasia nas predições de Behaim. Fora esse mesmo mistério de riquezas fabulosas que deve ter trazido a investida flamenga sobre os Açores, primeiro passo para o seu caminho para o sul, o que a coroa defendia agora a todo o custo, barrando a rota com a doação antes que as terras se descobrissem.

Se a empresa se realizou, é ponto para pôr em dúvida. Se a motivou apenas um pretexto para garantir direitos sobre as Flores e Corvo, então na posse dos flamengos, é suspeita que adeante procuraremos interpretar, porque a ideia de novas ilhas esquece durante alguns anos. O que é certo, é que ela ressurgue sempre que navegadores estrangeiros pretendem navegar para os lados dos Açores.

O episódio volta ainda a repetir-se com a concessão dada a Fernão Dulmo, 12 anos depois, em 1486, arrefecidos que estavam já esses entusiasmos de descoberta. Chegara-se ao ponto de regeitar a proposta de Colombo por se julgar que mais não havia que encontrar, mas essa ideia torna a avivar-se no receio da sua aceitação pela Espanha.

A procura despertada primeiro pela investida dos flamengos, tomava agora precaução noutra sentido porque outro e mais forte vizinho se vinha intrometer no caminho. Assim se justifica a protecção prometida a Dulmo com as armadas reais e assim se explicam depois as explorações partidas da Terceira, sempre no mesmo objectivo de devassar o mar que barrava a rota do sul, as quais deram conhecimento para preparar as clausulas do tratado de Tordesilhas na certeza e na firme convicção de que a 370 milhas de Cabo Verde não se encontrariam mais ilhas.

É ainda essa defesa do mar do sul, que explica aquela série de cartas de doação de D. Afonso V: a de 3 de Dezembro de 1460 a seu irmão, Infante D. Fernando, das ilhas do arquipélago da Madeira, Açores, Cabo Verde e outros que se não sabe quais são: a de 29 de Outubro de 1462 de uma ilha que Gonçalves Fernandes descobriu quando

veiu das pescarias do Rio do Ouro, a que não poudo chegar por o tempo ser contrário, do mesmo modo que já lhe fizera de outras 7 que achara Diogo Afonso aavez de Cabo Verde, e ainda a de 19 de Fevereiro desse ano a João Vogado, de outras duas Lono e Capraria, que se diz já descobertas mas não povoadas.

E como subsistisse sempre a dúvida de poder haver ilhas no grande mar oceano, que se não teria percorrido em todos os sectores, tem decerto o mesmo significado as concessões de 1474-75 e 1486 a Fernão Teles e Fernão Dulmo, como ainda no tempo de D. Manuel, em 1500, se volta a conceder a da ilha que descobrir Gaspar Corte Real.

A ideia da existência de mais ilhas no Atlântico, além dos arquipelagos descobertos, mesmo já depois da intensa navegação para as Indias occidentais, foi crença que se manteve durante muito tempo, quasi até ao século passado.

Conta Bernardim José de Sena Freitas na sua *Memoria historica sobre o intentado descobrimento de uma suposta ilha ao norte da Terceira*, que em 1649 o franciscano Fr. João da Trindade, do convento do Faial, requereu ao rei D. João IV para lhe ceder um dos navios da armada das ilhas para ir descobrir uma ilha que via.

Ignora-se o fundamento da petição porque o requerimento se perdeu num incêndio, mas consta que foi deferido porque existe menção de ter sido consultado o Conselho da Fazenda para resolver o caso, sendo expedida ordem real de concessão por alvará de 30 de Abril de 1649. Dele consta que o desembargador da Terceira Diogo Ribeiro de Macedo forneça o necessário — « para os aprestos e efeito do descobrimento da dita Ilha . . . . que novamente aparece por as confrontações referidas no papel incluso. »

Até que ponto se fizeram esses aprestos não ha noticia, porque Fr. João da Trindade estava já numa idade muito avançada — « no sol posto da vida » — tanto, que logo a seguir, em 1650, falecia no seu convento na referida ilha do Faial.

Era a continuação da velha ideia que levara D. Afonso V a fazer as doações que vimos de citar e ainda em 12 de Janeiro de 1473, o mesmo rei faz mercê à Infanta D. Brites, e aos filhos, duma ilha que apparecera aavez da S. Tiago, que o Infante D. Fernando mandara procurar sem a achar, mas que ele tencionava continuar nessa deligência.

Nesse mesmo ano, a 21 de Junho, nova carta aparece concedendo a Rui Gonçalves da Camara a doação das ilhas que descobrir.

Ainda nos diz Sena Freitas, que o governador de São Miguel, Lourenço Vaz Coutinho, em observância duma provisão régia de Julho de 1591, mandara sair da cidade de Ponta Delgada um navio em demanda da—*nova ilha*, que aparecia entre a Terceira e o Faial, e dois anos depois, a 29 de Junho de 1593, chegava a noticia que um barco dera com a ilha mas não podera regressar per ter sofrido avarias.

A ideia predominante do domínio do Atlântico, guardando e ocupando a cortina de ilhas que barravam a rota do sul, é a melhor explicação para o pronto apoio real a todos estes empreendimentos.

Quando o P.<sup>e</sup> António Cordeiro, em 1717, publica a sua *Historia Insulana*, não regeita o que sobre novas ilhas, nas proximidades dos Açores, encontra em Gaspar Frutuoso, embora se acautele dizendo que «fique a fé desta historia à conta do mesmo Author, que nós só referiremos o que diz & julgamos verdadeyro».

São ainda nada menos que 4 ilhas: a *Mayadas & outras suas vizinhas*, ao norte de São Miguel; a *Bom Jesus*, 122 léguas ao sudoeste do porto de Ponta Delgada; a de *Sto. Antonio*, 150 léguas ao sul da ponta dos Mosteiros, que se dizia ver de Sta. Maria com o reflexo do mar, e a de *Sta. Cruz*, 70 léguas ao subir da ilha da Madeira «em direytura a Oeste».

Não admira muito, portanto, que em 1770, quando era governador dos Açores D. Antão d'Almada, capitão-general mandado pelo Marquez de Pombal, ainda acreditasse na lenda de se ver uma ilha e fretasse por conta do governo um navio, que durante muitos dias viajou em procura dela, nada encontrando afinal.

Aproveitaram até esse falhanço do governador, alguns dos fidalgos descontentes da Terceira, para o ridicularizarem como ingénuo e ignorante e a tanto deve ter chegado o caso, que o capitão-general mandou publicar um bando para que mais ninguem falasse na suposta ilha nem no seu descobrimento, sob pena de graves culpas, o que parece foi benéfico para o governador porque mais à vontade pode reprimir os desmandos e prepotências de muitos morgados, segundo instruções que trazia do próprio Marquez.

Era ainda o sentido da descoberta e da expansão que perdurava, mas era tambem a continuação do mesmo pensamento, que levava a

fazer as grandes concessões a Fernão Teles e Fernão Dulmo, a que já nos referimos.

Para Joaquim Bensaude, estas seriam facilidades dadas para navegações a ocidente, porque o monopólio da coroa as não permitia na rota de Africa onde a certeza de riquezas a explorar era já conhecida. Mas a coordenação das datas, a análise da sua seriação em relação ao episódio flamengo nos Açores e à aceitação de Colombo pelos reis católicos, leva a pensar que visariam antes à defesa da navegação do sul, que fora até meios violentos, como o prescrevia a ordem de 8 de Março de 1480, mandando deitar ao mar os tripulantes dos navios que se encontrassem a caminho de Africa, sem outro qualquer processo de julgamento.

Não é muito de acreditar que as fantasias dos astrólogos quanto a ilhas ou terras do El-dourado para ocidente, influenciasse grandemente os navegadores estrangeiros para os desviar da rota da Mina e não exercesse idêntica cubiça sobre os nossos reis e marinheiros. O que os navios estrangeiros procuravam encontrar eram as nossas riquezas e delas se assenhoriarem, pois a ideia dum continente a oeste ainda se não concebia. A doação a Fernão Teles tem a redacção cuidadosa duma precaução e no ano seguinte é emendada ainda com mais rigor. O interesse que desperta esta descoberta de ilhas no mar Oceano, não surge logo a seguir ao encontro dos dois arquipélagos do mar alto — a Madeira e os Açores. Depois, quando as circunstâncias mudaram e novos episódios surgiram com o aparecimento de competidores, é que se movimentam as forças de defesa e guarda das ilhas, traduzindo toda a actividade que decorre neste período de procurar outras no Atlântico.

Até então tinham os Açores, desabitados e sem riquezas a explorar, permanecido esquecidos, facto que nem o sigilo explica, nem tão pouco a pretendida causa do incêndio da *Casa da Mina e da India*, porque também se não pode aceitar que tivesse o capricho de queimar os que se referiam ao episódio inicial e poupado os que se encontraram relativos a assuntos insulares, que se passam apenas 50 anos depois.

Das ilhas ficara apenas a vaga recordação da sua existência e é essa que nos dão os cronistas sem preocupações de certeza, apenas como episódio de narração marítima como a seguir vamos analisar.

## O QUE DIZEM OS CRONISTAS

É muito pouco ou muito importante o que eles relatam, segundo o ponto de vista de apreciação em que nos colocamos, para aceitar as suas informações. É também preocupação exagerada e infundado conceito, querer ver nos seus escritos o máximo do conhecimento dos assuntos que apresentam, mesmo em relação à sua época.

Se a crónica era encomendada, é natural pensar que seria feita ao geito de mais agradar a quem a pedira; por outro lado se era preciso encontrar alguém que a escrevesse, é porque os factos se não encontravam de tal modo vivos, precisos e explicados, que não merecessem ser ajuntados e ligados para deles se fazer registo ou apreciação.

O que se dizia e o que se sabia, não tinha base documental. Obra de tantos como era a dos nossos empreendimentos marítimos, compreende-se que estaria no conhecimento de muitos as várias fases dos seus episódios, mas que um só ao referi-las as desse na seriação e na revelação que mais o impressionasse. Assim se pode compreender como as coisas são contadas com omissões ou aumentos por modo bastante diferente.

O realce que Zurara dá às razias ao longo da costa africana, aprisionando cativos, tem incomparável superioridade sobre o vago das datas dos empreendimentos e as dificuldades vencidas pela navegação: Diogo Gomes quando conta a Behaim episódios de navegação, importa-lhe mais fazer valer as suas aventuras, do que dar promenores e precisões sobre factos e sobre datas. Para todos, o que era sugestivo, maravilhoso, revelador de novos povos e novos costumes, predominava na narrativa.

Não admira pois, que o episódio da descoberta dos Açores, pouco valesse na menção dos cronistas, justamente porque nada revelava que interessasse, sem povo que habitasse as ilhas e sem características de fauna ou flora que dessem motivo a reparo.

O arquipélago só entra no conhecimento, quando começa a ser povoado e é ainda com tão pouco interesse, que só a partir do episódio flamengo em 1450, os Açores passam a ter nomeada. Não

admira pois que já tivesse esquecido, passados que eram 20 anos sobre o seu encontro, a data e o nome de quem o realizara.

Fica assim igual para todos a razão da omissão, mas não é fundamento para se negar.

Entre os cronistas, só Gaspar Frutuoso indica com precisão ter sido Gonçalo Velho Cabral quem descobriu os Açores. Escreve passado mais dum século da realização do facto e tem a seu favor residir numa das ilhas, onde justamente se instalaram com apreciável predomínio social, parentes próximos e herdeiros do velho navegador.

Não devia morrer na recordação da família o feito do antepassado; para qualquer episódio, um século não é muito para o esquecer e muito menos para o deixar de recordar. Lembremo-nos que ainda se vai buscar aos campos de Ourique ascendências e glórias familiares.

Se não é oráculo o que diz o cronista açoreano, muito menos o será o que estranhos tem apontado, e não será motivo para maior crédito ter como certa uma afirmação igual à que se encontra na carta de Valsequa, envolvida no mistério dum nome ignorado. A favor do que diz o autor das *Saudades da Terra*, fica contando a tradição duma família e também a afirmação de muitos outros que dão Gonçalo Velho como um experimentado navegador.

Mesmo assim, omissa e imprecisa, mas porque é preciosa a informação de todos os cronistas no que respeita ao problema da descoberta e povoamento dos Açores, a todos vamos recorrer no trabalho de revisão que nos propozemos realizar para o seu esclarecimento.

Interessa-nos menos a precisão de datas e referências, que o significado geral do seu relato. O que valem as suas informações, são preciosas indicações para se apreciar o fenómeno da descoberta das ilhas como um episódio sem importância, até ao momento em que fortes razões de Estado, despertados pela cubiça de estranhos, levaram a atribuir às ilhas dos Açores um valor de predomínio atlântico, que se aviva e reacende todas as vezes que pesa sobre o mundo a intranquilidade do movimento expansivo dos povos.

Todos os cronistas fazem referências aos Açores e se não apresentam dados concretos, também o não fazem quanto a outros episódios das descobertas. Isso faz assentar que tal empreendimento foi um

sucesso dos descobrimentos, mas não consta que os seus dizeres tenham merecido o reparo que agora lhe damos ao percorre-los na sequência cronológica dos seus relatos.

### GOMES EANES DE ZURARA

A sua obra editada com o título — *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* — é a narração base dos nossos empenhamentos marítimos. A ela foram colher todos os investigadores as informações ignoradas sobre as descobertas dos portugueses.

A não ser o que conta Diogo Gomes de Sintra a Behaim, é ela também a relação mãe à qual foram buscar dados todos os que quiseram estudar os ignorados problemas da descoberta e povoamento dos Açores. Mas já estava de tal modo formada e consolidada uma opinião sobre o caso, que o conhecimento muito posterior destes documentos, passados quasi 4 séculos, em nada a alterou, antes mais confusão lhe juntou, porque se quiz harmonizar o erróneo que se aceitara com o mais fundamentado que essas crónicas, muito próximas do descobrimento, podiam esclarecer.

Pouco importa para o nosso ponto de vista, entrar em pormenores sobre os conceitos a ter acerca da crónica de Zurara, quanto à data que lhe atribuem e às alterações que depois sofreu.

Para uns, Zurara terminou a crónica na data da carta que escreve ao rei D. Afonso V, em 18 de Fevereiro de 1453; para outros, em face de contradições de datas e referências ao Infante D. Henrique, que vão até depois da sua morte, a crónica só podia ter sido escrita entre 1464 e 1468. Para Duarte Leite seria até posterior ao primeiro trimestre de 1474 e pretende precisar que seria redigida entre esta data e o terceiro trimestre de 1485, o que é tanto mais estranho quanto Zurara faleceu em 1474.

O melhor será concluir que todos tem mais ou menos razão. A crónica encontrada na Biblioteca Nacional de Paris em 1837 e publicada depois pelo Visconde de Carreira com a introdução do Visconde de Santarem, de Zurara só tem o nome, porque é cópia de cópia e portanto com todas as suspeições para o que era então muito usual, fazerem-se acrescentamentos e juntar ilucidações sobre episódios de

maior ou menor conhecimento ao sabor dos que extraíam essas cópias.

O original da crónica nunca foi encontrado e no códice de Munique de 1506, de Valentim Fernandes, encontra-se também um traslado dela, que em muitos capítulos aparece reduzida chegando mesmo a suprimir alguns.

Será difícil concluir se Valentim Fernandes reduziria de propósito o texto, suprimindo o que não interessava às informações que queria transmitir para o seu país, mas a sua exclamação final ao terminar a cópia: — «Deus seja louvado año de 1506 aos 14 dias de novẽbro acabey aqui de escrever e trelladar esta historia de Guynee» — parece indicar que a teria feito integralmente e lhe dera grande trabalho.

A não ser que se queira assentar, mas não se pode provar, que a reduziu no seu traslado, tem de se aceitar que não foi copiada dum exemplar igual ao da Biblioteca de Paris, mas sim de um outro que se não conhece e se não pode ajuizar se mais aproximado ou não do original de Zurara.

O caso é tão frizante em relação a episódios passados depois da morte do Infante D. Henrique, que não houve outro modo de harmonizar o conteúdo com o intento que o autor revela dos desejos de D. Afonso V para a sua confecção, que achar esta outra explicação: — afirmar que haveria duas crónicas, uma propriamente a — *Cronica dos feitos da Guiné*, que podia ter sido escrita entre 1464 e 1468, outra a — *Cronica dos feitos do Infante* — produzida entre 1452 e 1453, resultando da fusão posterior das duas todo o trambolho de confusões que levanta esta única que se conhece, quando se põe em jogo factos, pessoas e datas, cujo encontro se não podiam dar.

O caso já fora notado, para lustre açoreano, pelo investigador jorgense Dr. João Teixeira Soares de Sousa, mas a disputa sobre o caso pouco nos interessa, a não ser quanto à veracidade do que tentamos referir ser ou não ser da pena de Zurara; mas nisso são todos concordes, adulterada ou não a crónica foi escrita por ele.

Nos acrescentamentos e modificações que ela deve ter sofrido à medida que ia sendo copiada, novos conhecimentos se lhe juntaram e são esses justamente os que mais servem para pôr em dúvida, que a crónica apparecesse em vida do Infante e este a tivesse revisto.

Contudo, não é de aceitar, que tendo D. Afonso V feito a enco-

menda em 1452 só em 1464, 12 anos depois, se tivesse começado a escrever a crónica. Não é crível que demorasse tanto tempo a aparecer; seria ter muito em pouco uma ordem real.

De todas as modificações sofridas através as cópias dela extraídas, o que era núcleo essencial das afirmações do cronista, deve corresponder ao que ele escreveu. Os factos novamente sucedidos, é que naturalmente foram acrescentados. Quanto aos primeiros, será de aceitar que são escritos pelo autor, porque passados mais de 50 anos poucos os conheciam e muitos os teriam esquecido para que melhor os podessem modificar.

Ha que concordar, que tudo que refere em relação às ilhas dos Açores, é da pena de Zurara, tanto que as mutilações e acrescentamentos atribuídos à crónica, não revelam discordância do que delas se diz.

As referências à crónica de Afonso de Cerveira, hoje considerada desaparecida, mas pela qual se depreende que Zurara se foi guiando; as cautelosas alusões ao Infante D. Pedro, que se compreende não podia enaltecer para não susceptibilizar o rei; a sistemática atribuição a D. Henrique de feitos, que naturalmente passados durante o seu governo, partiam do regente, mas que a encomenda da crónica condicionava para tudo se registar a favor de D. Henrique, ainda são fortes indicações para pensar, que Zurara não foi além de certos limites no trabalho que lhe pediam. A sua carta a D. Afonso V com que abre o manuscrito de Paris, pode até ser justificação para o futuro, ilibando a sua culpa por essa confissão de ser obrigado a satisfazer e cumprir a encomenda real.

Ir muito além em coisas que manifestamente seriam ordenadas pelo regente, daria à crónica feição de parcialidade e até de falsidade, que a argúcia do autor, e vá lá, o próprio decoro intelectual, não comportaria escrever.

Se a ordem dada por D. Afonso V fora para atribuir ao Infante D. Henrique o que o ressentimento real não permitia figurasse em nome do regente, Zurara em dado momento não pode deixar de desobedecer para citar de fugida D. Pedro, a lembrar que devia ter tido maior interferência nos sucessos do que ele lhe atribuía. Seria inconcebível que tudo se passasse sem que o regente participasse na ordenação dos feitos e a eles ficasse alheio.

O que continham as crónicas originais não se sabe. A de Afonso

de Cerveira, que serviu de indicativo a Zurara, segundo ele próprio declara, perdeu-se definitivamente e do original deste, que refere ser em dois livros, já 100 anos depois se consideram também perdidos, só vindo a aparecer tres séculos mais tarde o precioso achado de Paris. Dos originais de Zurara nada se sabe até hoje.

É mesmo na data de 1448, em que termina a regência, que Zurara fecha a sua crónica com o fundamento de D. Afonso V ter tomado conta do reino e — «nos pareceo rezon que começassem todolos livros de seus feitos e estoryas» — mas é também desde então, que mais nela se acentua a interferência de D. Henrique nos descobrimentos. Compreende-se que à vontade do rei, não podia o cronista dobrar a verdade cronológica dos sucessos feitos pelos homens.

Não parece ilógico pensar, que Afonso de Cerveira seria um cronista de D. Pedro e que o seu escrito desaparecesse, justamente para não revelar o que se devia à regência deste príncipe quanto a descobrimentos, que se mandava transmudar em totalidade para o Infante D. Henrique. Dos dois irmãos da inclita geração, ambos valorosos, não seria preciso acrescentar a mais a um, o que ao outro se devera, mas os reis são também pessoas defectivas, que julgam ser a história feita a seu sabor e não eles apreciados às claridades da mesma.

A carta com que Zurara abre a crónica, dirigida a D. Afonso V, em 18 de Fevereiro de 1453, tem ares de confissão para o que a posteridade viria a julgar dele, e bem severamente o faz hoje, até lhe attribuindo o que Damião de Gois atira sobre Ruy de Pina, ou seja nada mais, nada menos, que o furto e o desaparecimento das crónicas de Fernão Lopes, sobretudo a última parte da de D. João I, que ia desde a conquista de Ceuta ao falecimento do rei.

É de facto estranho, que tenham desaparecido todas as crónicas que apanham o período inicial dos descobrimentos. Além desta desapareceram mais: A *Cronica de D. Duarte* por Fernão Lopes; a *Cronica de D. Afonso V* pelo mesmo até à morte do regente; a *Cronica de D. Duarte* por Zurara; grande parte da *Cronica de D. Afonso V* pelo mesmo, sem contar os dois volumes da que escreveu sobre a descoberta e conquista da Guiné, de que o exemplar de Paris parece um resumo.

O caso afigura-se intencional; são todas da mesma época; uma série de factos comuns em todas elas se pretendeu suprimir. Nem o

invocado sigilo das descobertas, nem a maldade dos cronistas, nem tão pouco o pretendido incêndio da *Casa da Mina* o podem explicar. Fique o mistério do desaparecimento ao sabor da apreciação de cada qual, pois será impossível saber mais que verificar o sucedido.

Apenas com o que resta, entremos no seu aproveitamento para o ponto de vista que nos interessa quanto à descoberta e povoamento das ilhas.

Logo no Cap. II da sua crónica, que se pode apreciar como sendo a invocação do autor, Zurara diz :

«já quizera fazer fim deste capitulo se não vira vir a multidão dos navios com as velas altas carregadas das ilhas que tu povoaste no grande mar Oceano, bradando que os aguardasse que me queriam mostrar como não deviam ficar fora do registo daquestes. E mostraram-me suas grandes abegoarias e os seus valer todos cheios de açúcar, de que espargiam muito pelo mundo. E traziam por testemunho de sua grande abastança todos os moradores do reino do Algarve — Pregunte — disseram eles — quando souberam estas gentes que cousa era avon-dança de pão, senão depois que o nosso Principe povoou as Ilhas desertas, em que não havia outra povoação senão alimarias monstros ! E mostraram-me as grandes filas de colmeias cheias de enxames, de que trazem grandes cargas de mel e cera para o nosso reino ; e as grandes alturas das casas que se vão ao ceu que se fizeram e fazem com a madeira daquelas partes.»

Só importaria saber se o trecho transcrito é de Zurara ou de algum outro que o acrescentasse ao copiar a crónica. Penso que na data mais recuada que se pode atribuir a uma tal cópia, entre 1474 e 1485, o interesse pelas ilhas seria tão insignificante, que qualquer copista se limitaria a escrever *ipsis verbis* o que nela encontrava.

Assim, as referências de Zurara são preciosas para se ajuizar do grau de colonização na data inicial da crónica ou seja 1453. Se o açúcar era privativo da Madeira e até já ia para o estrangeiro, sobretudo Flandres, o pão seria antes produção açoreana e quanto ao mel e às madeiras tanto havia num grupo como no outro.

Em concordância com a abundância inicial açoreana de cereais, dizem-no também os cronistas das ilhas sem nada saberem da obra de Zurara; só resta pesquisar se nas velhas casas do Algarve se encontram travejamentos das madeiras características dos dois arquipélagos, tais como o cedro, o sanguíneo, pau branco e teixo, tão privativas das ilhas.

O que se encontra vago no trecho transcrito quanto ao número de ilhas, precisa-se a seguir no cap. V:

«Ele fez povoar no grande mar Oceano cinco ilhas, as quaes, ao tempo da composição deste livro, estavam em rezoada povoação especialmente a ilha da Madeira; e assim desta como das outras sentiram os nossos reinos mui grandes proveitos scilicet; de pão e açúcar; e mel e cera; e madeira e outras muitas cousas, de que não tão somente o nosso reino, mas ainda os estranhos, houveram e hão grandes proveitos».

A referência é a mesma, mas mais precisa e com a afirmação justificativa de que estava em «rezoada povoação», especialmente a Madeira, o que não excluía as outras.

Resta interpretar quais seriam as cinco ilhas, partindo desde já do princípio, que a ilha *Deserta*, do grupo das tres assim chamadas, que se estendem ao sul da Madeira, nunca teve possibilidades de povoamento, nem tão pouco de aproveitamento para cultura, devendo portanto ser eliminada.

As cinco ilhas a que se refere a crónica, seriam em boa lógica a Madeira, o Porto Santo e no arquipélago dos Açores, Santa Maria, São Miguel e a Terceira. E não se pode excluir esta última, porque à data inicial da crónica, 1453, já estava em começos de povoamento e até em condições especiais, com os dois núcleos de povoadores, flamengos nas Quatro Ribeiras e portugueses na Ribeira de Fr. João, como se certifica nas crónicas insulares.

Já então, desde 1450, fora dada a capitania da ilha Terceira a Jacomo de Bruges, nome português do flamengo Jossué Van den Berg, que marca a primeira tentativa de colonização daquele povo nos Açores, com recrudescimento em 1464, na nova investida sobre o Faial, o que é facto incontestado e do domínio da história, embora visto por outro aspecto.

Serve ainda para incluir a ilha Terceira nas cinco em «rezoada povoação», o facto de se encontrarem nela características especiais e reconhecidas desde o começo como magnificas para a cultura cerealfifera, do pão nos dizeres de Zurara, e até a riqueza de madeiras e possivelmente de mel, que deram a um dos primeiros povoadores, Martim Nunes, o apelido do *Abilheira* pelo avultado número de colmeias que possuía.

Mas no cap. XVIII volta o cronista a referir-se às ilhas :

«logo no começo da povoação das ilhas traziam as gentes entre si tão grandes murmurios, como se em aquilo se gastasse alguma parte de sua fazenda»

e discorriam as suas dúvidas até ao ponto de julgar :

«o feito em uma impossibilidade tão estreita, pela qual julgavam que nunca podia vir a fim. Mas depois que o Infante começou de as povoar, dando caminho às gentes como aproveitassem a terra e os frutos começaram de vir para o reino em muito maior avonança, iam-se já calando os primeiros e com vozes baixas louvavam o que antes publicamente doestavam.»

Sem entrar em considerandos que o texto se prestaria a sugerir, no que era dúvida popular sobre o aproveitamento das ilhas, indo-se ao Algarve, em especial, buscar o esforço de colonização pelo menos no que respeitava à Terceira, merece no entanto algum reparo considerar-se — «o feito em uma impossibilidade tão estreita, pela qual julgavam que nunca podia vir a fim» — quando a Madeira, povoada desde 1420, era um exemplo frisante do que valia até para os abastecimentos em — «vitualhas» — que a navegação dos descobrimentos ao longo da costa africana por ela escalava nesse propósito. \*

Não traduzem os dizeres do cronista qualquer alusão ao episódio flamengo de investimento sobre a Terceira, mas também é de aceitar que o que ele tivesse de misterioso e lesivo para a soberania portuguesa, e fosse conhecido do cronista, não lhe daria autoridade para maior explanação, nem a consentiria o Infante ou outro poder que por mandado real fosse encarregado de rever o escrito.

O conhecimento desse facto, que é impossível acreditar não fosse já sabido, até nos serve para explicar, que na crónica se consentissem fugazes alusões à interferência de D. Pedro na colonização dos Açores, dando-lhe formal decisão no que respeitava a São Miguel. Mas que o problema das ilhas agitou necessidades especiais de referência, parece indica-lo o decorrer da narrativa que a crónica contém.

Os capítulos que se seguem até ao LXXVIII, contam os episódios ao longo da costa africana e neste dá no final um balanço das milhas percorridas nesse percurso, o que levou os críticos a supor que seria este o último da parte aproveitada da crónica desaparecida de Afonso de Cerveira. É justamente o ano de 1446, o que marca o final da gerência de D. Pedro e como se seguem referências até 1448, leva Jaime Cortezão a pensar que alguma coisa se teria passado que —«expressamente tocava aos descobrimentos.»

Nos capítulos que seguem, Zurara volta a falar nas Canárias e nos intuitos da sua captação para a coroa portuguesa, mas no cap. LXXXIII torna aos dois arquipélagos da Madeira e Açores, intitulando-o — «Como foi povoada a Ilha da Madeira e assim as outras Ilhas que são em aquela parte». Contudo, quando à primeira se refere e marca o início da sua colonização em 1420 diz :

«a qual ao tempo da feitura desta estorya estava em rezoada povoraçom, ca avya em ella CL moradores, a fora outras gentes que hi avya, assy como mercadores e homës e molheres solteiras, e mancebos, e moços e moças, que já nacerom na dicta ilha, e esso meesmo clerigos e frades, e outros que vaão e veem por suas mercadoryas e cousas que daquela ilha nom podem scusar».

Enfim, uma população muito completa em formal contradição com os «CL moradores» que existiam «ao tempo da feitura desta estorya», número que só pode ser tomado como o núcleo inicial de povoadores que a ela aportaram pela primeira vez, contradição que cabe muito a propósito para a dúvida que se pode levantar se o autor teria colhido aquele número no manuscrito de Afonso de Cerveira.

Não obstante os desejos ou as indicações dadas ao cronista, para louvar em favor de D. Henrique tudo que eram empreendimentos ma-

rítimos e que decorridos durante a regência de D. Pedro, seria natural supor da decisão e do governo deste dependessem em grande parte, pelo menos na autorização, quando a crónica se refere aos Açores, uma necessidade imperiosa parece obrigar à citação do nome do regente.

Estamos em 1453 ; em 1449-1450 estivera em Lisboa a embaixada do Deão de Vergy, mandada pelo Duque de Borgonha, casado com a princesa D. Isabel, irmã de D. Pedro, a protestar em nome daquela corte perante D. Afonso V contra o procedimento havido para com o regente. Pela mesma data surge Jossué Van den Berg, «flamengo de nação», com a capitania da Terceira e o nome de Jacomo de Bruges.

As datas e os factos tem uma coincidência tão unida, que se não pode deixar de pensar numa interferência recíproca.

O texto de Zurara referente aos Açores, é o que a seguir se transcreve na íntegra :

«E na era de mil e iiijc.rv. annos (1445) mandou o Iffante a huã cavalleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Xpõ, que fosse povoar outras duas ilhas, que estam afastadas daquelas CLxx legoas ao noroeste; e hũa daquestas comecçou o Iffante dom Pedro de mandar povorar com prazimento de seu irmão, e seguyusse sua morte em breve, pello qual ficou depois ao Iffante dom Henrique; e a esta posera o Iffante dom Pedro nome a ilha da Sam Miguel, pella singular devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto.

E tambem fez o Iffante dom Henrique tornar aa ilha de Porto Sancto Bertollameu Perestrello, aquelle que primeiramente fora com Joham Gilz e com Tristam, que a fosse povorar; pero com a multidom dos coelhos, que caasy som infiidos, nom se pode em ella fazer lavra, soamente se criam ally muytos gaados, e apanhasse sangue de dragom, que trazem a vender a este regno, e assy levam a outras muytas partes. E fez lançar gaado em outra ilha, que esta a sete legoas da ilha da Madeira, com entençom de a mandar povorar como as outras, aqual se chama a ilha Deserta. E destas vii ilhas (7) as quatro som tamanhas como a da Madeira, e as tres mais pequenas. E por acrecentamento da ordem de Xpõ, cujo governador o Iffante era ao tempo da dicta

povoraçom, deu aa dicta ordem todo o spiritual da ilha da Madeira e do Porto Sancto, e todo o spiritual e temporal da outra ilha, de que fez comendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de Sam Miguel, lhe leixou o dizêmo, e ameeade dos açucaraes.»

A transição brusca entre a referência à ilha *Deserta* e as sete ilhas que aponta a seguir, é realmente tão digna de nota, que levou Jaime Cortezão à hipótese da mutilação da crónica e até voluntariamente pelo próprio Zurara.

Ponhamos de parte as razões justificativas e deixemos também as dúvidas que se podem levantar por alterações possivelmente introduzidas pelos que copiaram a crónica, o que conduz sempre a pensar que o exemplar de Paris é já cópia de cópia. Aceitemos apenas que o escrito é o primitivo e único de Zurara, fielmente reproduzido nas reproduções que se seguiram.

O que é absolutamente essencial frisar, é a necessidade da referência a Gonçalo Velho e a D. Pedro quanto ao povoamento das ilhas, que estavam afastadas do Porto Santo e Madeira «CLXX legoas.» A necessidade que houve de intercalar o episódio de fazer — «tornar a ilha de Porto Sancto Bertollameu Perestrello» — donde desistira por causa dos coelhos lhe roerem as culturas, mas onde existiam muitos gados, parece episódio a lembrar o que se passava com a Terceira, já então com espécies animais de reprodução desde 1432, mas sem povoadores, o que servira a justificar a tentativa de usurpação pelos flamengos.

A iniciativa especial sobre Santa Maria e São Miguel, e destas não despega a interferência de D. Pedro, garante velhos e incontestáveis direitos que não ha que levantar. Mas quando diz — «E fez lançar gaado em outra ilha, que esta a sete legoas da ilha da Madeira, com entençom de a mandar povorar como as outras, a qual se chama a ilha Deserta» — define um propósito que seria extensível a todas nestas circunstâncias, «como as outras», que também estavam sem povoamento e eram as que a seguir refere, tendo previamente terminado o período, — «*E destas vii ilhas as quatro som tamanhas como a da Madeira, e as tres mais pequenas.*»

Estavam de facto por povoar 7 ilhas, como o estava a ilha *Deserta*, junto à Madeira, onde se deitara gado preparando a colonização.

O mesmo se fizera nos Açores nessas 7 ilhas que faltavam povoar sendo 4 tão grandes como a Madeira — Terceira, S. Jorge, Pico e Faial, tres mais pequenas — Graciosa, Flores e Corvo, dentro das proporções de quem não queira ver a comparação com o rigor de andar de fita métrica na mão.

O que o cronista afirma, é a existência de 7 ilhas por povoar, como estava a *Deserta* e que a ilha de Porto Santo e Madeira tinham sido dadas no espirital à Ordem de Cristo, como o fazia agora à ilha de que Gonçalo Velho era comendador e mais da ilha de Sam Miguel, que lhe deixava ainda «o dizemo e a metade dos açucaraes».

Se a crónica tinha como objectivo a par dos louvores ao Infante D. Henrique, afirmar direitos perante Castela, ou outros, segundo opinião mais ou menos discutível, dava a indicação categórica que além das ilhas povoadas havia por povoar a *Deserta* e mais 7 ilhas, que hoje se não põem em dúvida serem naquela data as que acima citamos e que completam o grupo dos Açores, com as duas referidas especialmente São Miguel e Santa Maria.

A notícia condiz com a cifra indicada nas cartas de povoamento de 1439 e 1449. É o mesmo número, pois se havia já dizimo para cobrar em Santa Maria e a «metade dos açucaraes» em São Miguel, é porque as duas ilhas já vinham povoadas ha muito como ainda o confirmam os documentos de 5 de Abril de 1443 e 20 de igual mês de 1445.

Nem se pode levantar o reparo, que o cronista no cap. V mencione 5 ilhas povoadas como atrás transcrevemos, tendo entre elas contado a Terceira, agora dada como despovoada no grupo das 7 que consideramos serem as do grupo central e ocidental dos Açores.

Ha que pensar que a crónica seria naturalmente começada em 1452, ano em que D. Afonso V a encomenda, estando por essa data já resolvido com a doação a Jacomo de Bruges, o primeiro choque dessa pretensão flamenga. Se a crónica foi acrescentada entre 1464 e 1468, é em pleno periodo de investida sobre a ilha do Faial de Jossué Van Huertere com a sua colónia de flamengos.

Levantara-se naturalmente a questão do direito ao povoamento e toda a série de documentos de doação em relação às ilhas que aparece a seguir, em 1460, são a melhor confirmação do problema que se devia ter levantado sobre direito às ilhas que não estavam povoadas.

Ainda nos capítulos seguintes volta o cronista a falar nas Canárias e tanto a referência a estas como às ilhas da Madeira e Açores, aparece deslocada já no seguimento da crónica, que ficam fortes razões para suspeitar, segundo os dizeres de Jaime Cortezão, que «qualquer circunstância marcara uma época nova na obra do Infante».

O próprio balanço que Zurara nos dá das descobertas, é indicativo de que o cronista registava dados para afirmar uma continuidade.

Ainda volta a falar em D. Pedro para dizer que em 1446 o irmão, D. Henrique, requereu — «que lhe desse sua carta» — indicação que está em perfeito acordo com a organização do poder, pois não se pode aceitar que o Infante criasse direitos por si próprio, mas pelos que emanavam da regência como legítima depositária do poder, doutrina que devia valer idênticos direitos nos Açores e por isso se cita D. Pedro, terminando o capítulo do seguinte modo :

« e pero nos achassemos o teor daquela carta intitulada no primeiro livro que fez Afonso Cerveira, pelo qual prosseguimos esta historia, não curamos de a escrever porque não é cousa nova a qualquer entendido ver semelhantes escrituras, porque sabemos que o seu estilo é tão comum que mais faria fastio aos ledores que vontade de ver suas acostumadas razões.»

Não teriam propósito os dizeres se não houvesse o intuito de apresentar uma prova, e tão forte e necessária era ela, que se invocava a vista dum documento na crónica que se ia fazer desaparecer de Cerveira, para demonstrar que os direitos do Infante D. Henrique lhe eram conferidos pelo irmão D. Pedro, o verdadeiro poder como regente do reino.

O Infante por si só não podia arrogar-se privilégios de posse; tinha de os receber de quem de direito.

De resto Zurara não apoia a sua crónica em nenhuma documentação. Como diz Duarte Leite, nem geográficamente, nem por informação junto dos navegadores, o cronista se preocupou : «tem datas erradas, notícias incorretas, contradições, negligências, que se não coadunam com a missão dum cronista».

Como documento apenas transcreve a bula de Gregório IV, que ao auxílio pedido por D. Henrique para as despesas das navegações,

lhe dá somente a fortaleza do perdão para os pecados confessados. Mas as faltas apontadas à crónica podem-se ainda explicar pelo intuito elogioso, com o objectivo de indicar que todo o esforço era obra do Infante, fim principal da encomenda que lhe tinham feito.

Ao contrário do que outros pensam, concluimos que a crónica de Zurara tem preciosas indicações sobre o problema da descoberta e povoamento dos Açores.

### DIOGO GOMES DE SINTRA

Na ordem cronológica dos escritos sobre descobrimentos, tem especial importância o que relatou o navegador Diogo Gomes, homem experimentado nos empreendimentos ao longo da costa africana, segundo o que ele próprio contou. É a voz do marinheiro, naturalmente já velho, impossibilitado para a vida do mar, exercendo nessa data o cargo de almoxarife do paço de Sintra como recompensa aos seus serviços.

Só com a descoberta do manuscrito de Munick, de Valentim Fernandes Alemão, se pode conhecer o relato do velho piloto e presume-se que a ele fosse dirigido Martim Behaim, para da sua própria boca ouvir o que tinham feito os portugueses no descobrimento da Guiné e das ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, porque a todos esses empreendimentos se refere, o que Behaim escreve em latim, dividindo o relato em dois capítulos, que intitula: — *De prima inventione Guynee* e *De invencione insularum de Açores*.

Do facto depreende-se logo de entrada, que não havia preocupação de segredo para o que manifestamente se não podia esconder. Importava até dar o caso bem a conhecer; como seria ingenuidade julgar que hoje pudesse ficar oculto, então, o mesmo sucederia.

As relações de aceitação que tinha Martim Behaim na corte de D. João II, levam a presumir, que por indicação do rei fosse o velho marinheiro encarregado de contar esses episódios, nome por certo preponderante nos empreendimentos e no seu tempo, pelos feitos em que interveiu e se conhecem apenas pela sua narrativa, pois Zurara não o cita em especial, considerando-se provável que seja o *Gomes vinagre* a que o cronista se refere. Mas não obstante essa suposição afigura-se-me muito natural a omissão do seu nome, porque os dados

conhecidos da sua vida, dão-no na intimidade do Infante D. Henrique só a partir de 1445 e a sua primeira viagem em 1457. A crónica não o podia portanto abranger, pois não nos dá notícias além de 1448.

As referências que presta atingem o ano de 1475, nos episódios que conta sobre a morte e sucessão de João Glz Zargo, mas atendendo à data em que Behaim esteve em Portugal, a conversa entre os dois deve ter andado à roda de 1482. Em relação a 1445, vão 37 anos de vida no mar, tempo bastante para o considerar já velho.

As histórias que conta, além do realce próprio da sua interferência nos sucessos marítimos de que partilhou, são concludentes informações sobre as capacidades de navegação de que se disponha no seu tempo, o que ele narra sem promenores, como se fossem factos triviais no decorrer desses empreendimentos. Mas a par disso, é também documento ilucidativo sobre os conhecimentos geográficos então existentes, o que a ciência nautica dos nossos navegadores tinha ido esclarecendo, à medida que os seus navios iam devassando os mistérios do grande mar Oceano. Assim o diz a narrativa abrindo com o preâmbulo :

«De que modo foi achada a Ethiopia austral a qual se chama Libya inferior, alem da que Ptolomeu descreveu, a qual se chamava Agiginha, agora, porem, chamada Guiné pelos descobridores portugueses até o dia de hoje, a qual descoberta referiu Diogo Gomes almoxarife do paço de Cintra, a Martinho de Bohemia, inclito cavalheiro allemão».

E começa por contar que em 1415, D. João de Castro, navegando pelo mar Atlântico tomou à força a *Gran Canaria* e querendo voltar encontrou grandes correntes, porque as ilhas estão além do *Cabo de Nom* onde Hercules pôs colunas nas quais estava escrito — *quem passa ao cabo de Nom tornará si ou nom* ; que em 1416 foi mandado Gonçalo Velho navegar além das Canárias para saber a causa de tão grande corrente, o qual chegou à *Teria Alta* e disse encontrar mar tranquilo e costa arenosa por onde os cartagineses, chamados agora *tunigios*, iam até *Tambucutu* fazer negócio.

Desta informação do velho piloto tiram-se duas conclusões importantes : primeira, que antes da passagem do cabo Bojador, em 1434,

facto dado por Zurara como começo das navegações, já se tinham principiado os empreendimentos marítimos e até com especiais cuidados de investigação, como o indica a missão confiada a Gonçalo Velho; segunda, que este seria homem do mar de confirmada reputação para lhe ser entregue o encargo de tal esclarecimento.

Vem isto a propósito, para libertar este navegador do conceito de inépcia, em que o coloca Gaspar Frutuoso, ao narrar as suas hesitações no descobrimento dos Açores. Da sua informação ainda se colhe, que os empreendimentos seguiram sempre, embora não omita que «durante alguns anos», com os preparativos da empresa de Tanger, não se tratou mais da Guiné.

O que é digno de nota, é que não cita a passagem do Bojador por Gil Eanes, nem a este episódio se refere, o que leva a concluir que para ele fora possivelmente episódio banal ou já efectuado, isto que se aponta como o marco inicial dos nossos empreendimentos para o sul. Como se tinha passado quase meio século entre a conversa de Diogo Gomes e a viagem de Gil Eanes, é possível também que tivesse já esquecido, se outro propósito não havia.

A dúvida que se levanta sobre a caracterização da *Terra Alta*, a que chegou Gonçalo Velho, faz pensar que a primazia pode ter sido também glória para o descobridor dos Açores.

Na sua narrativa, Diogo Gomes revela conhecimentos completos colhidos em contacto com os indígenas, desembarcando nas suas terras por várias vezes e com eles pactuando negociações de paz, praticando generosidades em perfeito contraste com a crueza que a crónica de Zurara nos revela em relação ao proceder de outros navegadores. Dá até informações curiosas sobre a fauna e flora, frutos de outras qualidades e árvores tão grossas e altas «que só vendo se pode crer», mas como fora mandado contar o que sabia, vai também metendo a sua peta como a ele lhe largaram, — homens com cabeça de cão, a par deles mulheres lindíssimas e aquele exagero de caravanas de ouro em Tambucutu, tanto que havia um rei que possuía uma pedra maciça deste metal, tão pesada, que 20 homens a custo a podiam mover, onde essa magestade prendia o seu cavalo.

Num desses seus desembarques tem esta vanglória já de velho, o que se tem de desculpar: — «eu Diogo Gomes, almoxarife de Sintria, sosinho, apoderei-me de 22 pessoas, que estavam escondidas e as

trouxe ante mim, sosinho, como se fossem rezes, por meia legua, até aos navios», mas entendeu sempre que era melhor política não fazer guerra e tratar com os nativos para os fazer cristãos.

Quanto a ideias geográficas, dizia que — «estas cousas que aqui escrevemos, se afirmam, salvando o que diz o ilustrissimo Ptolomeu», que sobre a divisão do mundo — «falhou nesta parte», porque o dividia em tres regiões; a do meio que era povoada, a setentrional que o não era — «por causa do excessivo frio» e a equinocial que também o não podia ser por — «motivo do extremo calor»; pois tudo tinham achado ao contrário os nossos navegadores — «porque o polo artico vimos habitado até além do prumo do polo,» e ainda vira a linha equinocial povoada por pretos — «onde é tanta a multidão de povos que custa a acreditar».

Em outras partes do seu relato, verifica-se ainda, que para o velho navegador era conhecimento trivial o que a doutrina de ignorância atribuida aos nossos pilotos, tem julgado simples aventura nas lides do mar.

Sobre a herança dada a D. Fernando, filho adoptivo do Infante, das ilhas dos Açores e Madeira, que lhe pertenciam no secular porque o espiritual o cedera à ordem de Cristo, com aprovação do papa — «que então era Eugenio», segundo os seus dizeres, fora para que ninguém pudesse ir à Guiné. É a doutrina mais aceitável para explicar a procura posterior de ilhas no Atlântico e a importância que elas tinham como barragem à navegação dos povos do norte, no caminho do sul.

Mas se esse direito se guardava, não imperava no seu conhecimento a exigência do sigilo das navegações, pois fora autorizado o sueco Abelhart a ir à Guiné nos nossos navios, por sinal fortemente atacado pelos pretos, que mataram muitos dos nossos com setas envenenadas, escapando tres meninos que conseguiram chegar a Portugal auxiliados pelo corsário *Machim* de Trapani, que os encontrou por alturas do *Cabo de Pichel*.

De todo o relato de Diogo Gomes se colhe uma impressão de sinceridade e naturalidade, que levam a pensar tivesse sido indicado em especial para contar tais episódios a Martin Behaim, alicerçados pelo conceito em que fora tido como navegador, tão expedito e tanto da confiança da casa real, que é ele quem dirige o transporte do cor-

po do Infante para o mosteiro da Batalha e o acompanha à sua última morada.

Era assim a voz do experimentado navegador, quem vinha revelar a Behaim a verdade dos nossos empreendimentos, desfazendo lendas como a do Machim, fidalgo inglês a desembarcar na Madeira com a dama raptada, episódio que ele nem conta ao tratar em especial da ilha e se pode traduzir apenas na existência aventureosa dum corsário com o mesmo nome.

Quanto ao problema da descoberta das ilhas, a narrativa de Diogo Gomes manifesta idênticos e nítidos compromissos de seriedade, que importam considerar. Se não apresenta datas como aliás muitos outros que a elas se referem, o que diz tem sempre o mesmo cunho de naturalidade, que leva a depreender ser assunto fixado no seu espírito sem qualquer dúvida, o que ia transmitindo a Behaim.

Se quanto à Madeira e Porto Santo diz:

«ouvi eu, Dioguo Gomes de Sintria que algumas caravelas da armada do rei João de Portugal que foram à Africa contra os Sarracenos, apanhando vento contrario, não puderam resistir à tormenta correram e viram algumas ilhas»

no capítulo *De invencione insularum de Açores*, começa por afirmar esta certeza:

«Em certo tempo o Infante D. Henrique desejando descobrir logares desconhecidos no Oceano occidental com o intuito de reconhecer se existiam ilhas ou terras firmes alem das descritas por Ptolomeu, mandou caravelas em busca destas terras».

É de concluir, que a empresa da descoberta das ilhas fora positadamente determinada com os devidos promenores. É mesmo natural pensar, que surgisse o desejo dessa procura com a revelação do arquipélago da Madeira: se este fora descoberto por acaso, seria provável que procurados com cuidado, outros se haviam de encontrar. Mesmo sem a sugestão dos portulanos, o raciocínio era tudo quanto havia de mais natural e plausível.

O incremento já dado às navegações, criaria naturalmente uma

mentalidade nova quanto ao que afirmara o «illustrissimo Ptolomeu», que sobre a divisão do mundo «falhou nesta parte», segundo a conclusão a que chegara Diogo Gomes e naturalmente todos os outros navegadores. O que se ia verificando em desacordo com tal doutrina, criava de facto um novo pensamento, genuinamente originado em Portugal.

E Diogo Gomes continua :

«Partiram e viram terra ao ocidente tresentas léguas alem do cabo Finis Terrae, e vendo que eram Ilhas entraram na primeira, acharam-na deshabitada, e andando por ela encontraram muitos milhafres ou açores, e outras aves ; e passando à segunda, que hoje se chama a Ilha de S. Miguel, que igualmente estava deshabitada, acharam muitas aves e milhafres, assim como abundantes nascentes d'aguas quentes sulfureas. D'ali viram outra ilha que na actualidade se chama Ilha Terceira, a qual à semelhança da Ilha de S. Miguel, estava cheia d'arvores, aves e muitos açores. Pouco depois descobriram outra ilha, que agora se chama Ilha do Faial. Em seguida outra, a duas legoas de distancia desta, que se chama hoje em dia Ilha do Pico, ilha esta que tem um monte de sete legoas de elevação, de sorte que muitas vezes os habitantes acendem luzes achando ser noite, quando aparece ainda a luz do sol no vertice da montanha. Aquelas caravelas voltaram a Portugal a comunicar ao referido Infante as descobertas que tinham feito, com o que ele folgou muitissimo.»

O relato do navegador não apresenta qualquer dúvida. Só a podia apresentar quem não soubesse o que é navegar à vela.

A linguagem de bordo é sempre a mesma — «viram terra» — mas viram-na como é crível que a procurassem, metódicamente, fazendo grandes bordadas de sul a norte, que iriam naturalmente das vizinhanças da Madeira até acima do cabo Finisterra, ponto de referência que indica na costa do continente, como limite setentrional desses bordejos.

Ainda é linguagem técnica de marinheiro quando diz — «vendo que eram ilhas» — dá-nos a realidade de que viram logo de entrada

mais de uma, como se pode exemplificar se alguém quizer repetir a viagem com esta directriz de largos bordejos de norte a sul, o que se deixa ao interesse da nossa marinha de guerra na viagem de instrução de vela aos alunos.

Aceitemos que a primeira seria Santa Maria, embora não lhe diga o nome, e que S. Miguel fosse a segunda, mas quando — «viram outra ilha que na actualidade se chama Ilha Terceira» — não fica categoricamente explícito que o nome provenha da ordem da descoberta, pois o nome da primeira não vem indicado e antes se pode pensar, que a enumeração de Diogo Gomes se refira à razão de proximidade em relação a Portugal.

A dúvida que a interpretação dos seus dizeres pode sugerir, estaria em apoio do que constou a Gaspar Frutuoso ser a Terceira a primeira que foi vista, como refere no cap. XII do L<sup>o</sup> III das *Saudades da Terra*, tratando de Santa Maria. Aquela *actualidade* para o nome de Terceira, podia ser mais uma razão de natureza geográfica ou marcação marítima, do que uma referência à ordem da descoberta, e quando a seguir analisarmos o que escreveu Valentim Fernandes, a mesma dúvida se levantará. O certo, é que 50 anos depois de descoberta, era só conhecida entre os homens do mar por Terceira e não por ilha de Jesus.

Quem olhe um mapa e figure um navio em bordejos de norte a sul, a caminho dos Açores, notará que a Terceira é a que tem maiores probabilidades de ser avistada primeiro. Mas do que não pode restar dúvida, é que indica claramente, que todas as ilhas do grupo oriental e central seriam respectivamente vistos de uma assentada, embora omita o nome da Graciosa e S. Jorge, visíveis na mesma ocasião que as outras, mas essa omissão até serve para justificar ficasse também no esquecimento as Flores e o Corvo.

Não diz Diogo Gomes, quem comandou essas caravelas enviadas por D. Henrique — «desejando descobrir logares desconhecidos» — mas logo a seguir indica Gonçalo Velho como quem capitaneou as caravelas — «que conduziam animais domesticos que se distribuiram por cada uma das ilhas».

Não ha dúvida que as ilhas dos Açores já eram conhecidas pelo tempo da narrativa. Se Diogo Gomes dá Gonçalo Velho como indo a todas deitar gado, é porque as conhecia e outro se não aponta que

as tivesse descoberto. A própria ordem seguida para a distribuição desse gado é ainda uma indicação preciosa.

«E chegando à primeira, que se chamava a Ilha de Gonçalo Velho e hoje Santa Maria, lançaram ali animais, tais como — porcos, vacas, ovelhas, etc.»

É referência natural à sua proximidade ao continente, o que ainda demonstra ter-se Gonçalo Velho dirigido a ela primeiro, por conveniência de navegação, porque bem conhecia a sua situação e de todas as outras.

Nem os dizeres de Diogo Gomes são confusos, nem outra conclusão se pode tirar.

A alusão especial a São Miguel, include também a interferência de D. Pedro no povoamento, e quando na ilha entraram os primeiros homens — «la acharam muitos porcos que tinham sido procreados desde a primeira descoberta até este tempo».

É mais fácil acertar, pensando que sendo Gonçalo Velho mandado — «para capitanear as caravelas que conduziam animais domesticos, que se distribuiram por cada uma das ilhas», é porque as conhecia melhor que qualquer outro, o conhecimento próprio de quem antes nelas estivera.

Em toda a sua narrativa, Diogo Gomes poucas datas aponta e sobre os Açores nenhuma apresenta. Teria-as provavelmente esquecido ou mesmo nunca ao certo as soubera; mas sabia o bastante para dar indicações precisas, contando os casos com tal naturalidade, que se torna verosímil acreditar se tivessem passado por tal modo.

A nenhuma das outras ilhas faz qualquer referência especial, começadas decerto a povoar já ele deixara a sua vida do mar, mas o que afirma é categórico: que foram descobertas por uma só vez pelas caravelas de Portugal e essa certeza colheu-a, aceitou-a e propagou-a Martim Behaim no seu celebre *Globo* de Nurenberg, dando até com rigor de precisão as datas dessas viagens, a da descoberta e a da distribuição dos gados — a primeira em 1431, a segunda em 1432.

**MARTIN BEHAIM**

É no ano de 1492, que aparece a obra máxima que consagrou o seu nome; é a construção do — *Globo* — que oferece à cidade natal, a qual perpetuou a sua memória, já quasi em nossos dias, com uma estátua ao autor.

Não se trata dum cronista, mas nessa obra deixa registadas datas e referências, que para seu melhor apreço só neste grupo deve enquadrar.

A vida desse homem, duma inventiva prodigiosa e porventura dum fulgor intelectual altamente sugestivo para os que com ele privavam, move-se na actividade da época agitada dos descobrimentos, que de certo o suggestionaram, o levam a vir a Lisboa, centro onde esses empreendimentos estão em pleno desenvolvimento, e neles chega a participar com uma intensidade e um entusiasmo, talvez mal apreciados e muito desvirtuados, pelo que transpira nas suas afirmações de vaidade pessoal, muito intencionalmente aproveitadas.

Para alguns, no início da sua vida, embrulhado em negócios comerciais, seria a tentação de lucros que o traria a Portugal, e é talvez essa a doutrina mais aceite, por mais se apropriar a desmerecer no homem. Mas toda a sua actividade entre nós, é puramente relacionada com problemas de navegação e correlativos episódios que se desenvolvem à sua volta.

Vemo-lo com grande aceitação na corte de D. João II, fazendo parte da Junta do Astrolábio e até em missões reais ao estrangeiro, mal especificadas, mas que se julgam com carácter de negociações diplomáticas. O apreço é tal, que é o próprio rei quem o arma cavaleiro da Ordem de Cristo.

Entra em Portugal pelo ano de 1480, navega com Diogo Cão para o Congo e Zaire, ouve o relato de Diogo Gomes, como acabamos de apreciar, e toma conhecimento de pormenores relativos às nossas descobertas, como adiante ainda veremos ao tratar do manuscrito de Valentim Fernandes. Deve ser pessoa de alto conceito e por certo prepara estudos que o levam depois à realização do seu *Globo*.

Os Açores são então ponto de partida para investigações atlânticas a ocidente. O conhecimento das ilhas não lhe é estranho e em 1484

parte para o Faial, onde casa dois anos depois, em 1486, com a filha do capitão donatário da ilha, o flamengo Jobs Van Huerter, que em Portugal se ficou chamando Jos de Hutra. Gaspar Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, insere a seu respeito recordações, que ficaram na tradição popular daquela ilha a marcar o seu formidável poder de imaginação. É essencialmente um astrólogo, um homem de ciência do seu tempo.

A sua interferência na Junta do Astrolábio, os favores que recebe e o apreço que tem na corte de D. João II, a convivência do «querido sogro» com quem reside na ilha 5 anos, antes de voltar a Nuremberg para construir o seu *Globo*, devem por certo ter-lhe fornecido uma série de conhecimentos sobre os nossos descobrimentos, que tem de pesar como valiosas informações. E da-as, escreve-as no seu *Globo*, quanto ao problema da descoberta das ilhas dos Açores, com a mesma precisão que Diogo Gomes, atribuindo o feito aos navegadores portugueses, mas mais concludente porque indica uma data.

Nas tres notas em que Behaim se refere às ilhas dos Açores só duas interessam particularmente à sua descoberta e povoamento, das quais reproduzimos agora a que se refere ao primeiro acontecimento, deixando o que respeita à sua colonização para quando tratarmos particularmente desse assunto. O que diz sobre esse ponto é o seguinte :

«No anno de 1431 depois do nascimento de N. S. Jesus Christo, reinando em Portugal o Infante D. Pedro, armarão-se dois navios, munidos das cousas necessarias para dois annos de viagem, por ordem do Infante D. Henrique, Irmão do Rei de Portugal; e isto para hirem ao descobrimento dos Paizes que se achavão além do Cabo de Finisterra; os quais assim aparelhados fizeram sempre vela para o Poente, pouco mais ou menos na distância de 500 légoas, e finalmente descobrirão estas dez Ilhas, e tendo desembarcado nellas, não acharão senão desertos, e aves tão domesticas, que não fugião de ninguém; pois como não havia vestigios de homens nem de quadrupedes, esta era a causa de não serem as aves espantadiças; e assim derão a estas Ilhas o nome dos Açores. Depois para satisfazer às ordens d'ElRei de Portugal, mandarão no anno

seguinte desaseis navios com toda a especie de animais domesticos, e lançarão huma porção em cada Ilha para multiplicarem.»

Não merece grande reparo as inexatidões contidas no escrito. À distância a que o autor está do acontecimento, estrangeiro ainda por cima, é natural a confusão do nome do monarca, então ainda D. João I, mas o nome de D. Pedro, deve-o talvez ter fixado pelo que lhe contariam da interferência do regente no que respeitava a descobrimentos, depois da morte de D. Duarte ou seja desde 1438 a 1446.

Também o número de dez ilhas que aponta, não merece reparo de importância. É preferível até uma a mais — as Formigas ou a supposta *Sete Cidades*, do que duas a menos, Flores e Corvo, porque alguns pretendem que estas não teriam sido descobertas na primeira viagem aos Açores, sem se encontrar mais razões que o justifiquem a não ser a maior distância do mar a percorrer, que afinal existia também para todas as outras, em relação ao ponto de partida.

O que é essencial frisar, é que diz terem sido descobertas as 10 ilhas em 1431, por dois navios — «munidos das cousas necessarias para dois annos de viagem». Quem vinha deste modo aparelhado, tinha obrigação de procurar e só regressar quando convicto que mais nada encontrava. Assim se torna legítimo aceitar, que chegassem mesmo até ao mar dos Sargaços, que principia a ser referido logo a partir desta data e até a figurar nos mapas que depois aparecem.

O que deixa escrito no seu *Globo*, está perfeitamente de acordo com o que outros referem, mesmo no que respeita à segunda viagem, logo a seguir, para distribuir gado «em cada Ilha» preparando a colonização. Só não indica nenhum nome, mas isso possivelmente porque pouco importaria a glorificação do mareante para o registo geográfico que deixava no seu *Globo*. De resto, 60 anos depois, é natural que já tivesse esquecido na memória dos homens.

Tão pouco deviam ter ofendido os seus dizeres, provavelmente achados como correctos, que volta a Lisboa em 1494 e D. João II o encarregã duma missão diplomática junto do imperador Maximiliano. Mas quando regressa deste serviço, D. João II tinha falecido; apagara-se a sua estrela; passa a entrar no esquecimento.

Até 1506 volta a viver no Faial, mas nesse mesmo ano torna a

Lisboa e morre a 29 de Junho de 1507, segundo a lápide sepulcral erigida pelo filho em 1519. Devia andar à roda dos 70 anos, segundo as referências ao seu nascimento.

Depois do regresso do seu país, da sua estadia no Faial e do que fez em Lisboa, até à data da sua morte, nada se conhece, mas é de pensar que não perdesse inteiro contacto com os problemas relativos à navegação, que melhor esclarecidos e todos em pleno e perfeito conhecimento dos nossos marinheiros, é natural dessem motivo a que fosse arredado pela sua condição de estrangeiro, que ele acima de todos os seus defeitos mantém intransigente, como o afirma a oferta do seu *Globo* à sua cidade natal, quando seria aceitável o oferecesse ao seu grande protector D. João II.

Ali vai de propósito construí-lo com os conhecimentos que adquirira em Portugal, — «antes de voltar para a companhia de sua mulher, que habita em huma Ilha na distancia de 700 legoas, aonde elle fixou a sua residencia, e onde se propõe de acabar seus dias», segundo os seus próprios dizeres numa das notas escritas sobre o mesmo *Globo*.

Mas também é provável, que aquele fragmento de petição encontrado na Torre do Tombo, do piloto *Pere Annes*, para que *mestre diogo*, que ensinava a «longitude de leste e oeste», que aprendera de um «mestre johan allemã», lhe fosse mandado ensinar, tenha alguma relação com os conhecimentos de Behaim.

Segundo Fontoura da Costa, este mestre João era bacharel em artes e em medicina, fisico e cirurgião de D. Manuel e por carta de 1 de Maio de 1500, era também astrólogo.

Seria o *alemão* uma alcunha trazida do contacto deste mestre João com Behaim ?

Pelo menos as datas coincidem. O piloto Pero Anes sobe o rio Zaire com Diogo Cão em 1485, como consta duma inscrição ali gravada na pedra de Yelala, deve ter falecido antes de 1514, e a petição sem assinatura, sem data, lacerada e rota, tem no verso a indicação para arquivo, de ser do escrivão da camara de D. João II e D. Manuel, António Carneiro, que o foi até 16 de Abril de 1509.

Se o raciocínio se pode apoiar nesta correlação de datas e nomes, o desejo do piloto Pero Anes, parece indicar que alguma coisa subsistia de conhecimentos alemães sobre longitudes que, segundo a pe-

tição — «o dito mestre johan nõ quer e me diz que sem . . . dado expresso de vossa alteza o nõ hade fazer».

Tudo leva a supor, que Behaim deve ter tido valor de certo apreço no conhecimento de assuntos relativos com a navegação.

### VALENTIM FERNANDES

O seu manuscrito existente na Biblioteca de Munich, copiado na íntegra por Joaquim Bensaude e editado pela Academia Portuguesa de História em 1940, merece uma cuidadosa referência.

Por duas vezes vem nele nomeadas as ilhas dos Açores, sem contar com a parte do texto em latim da narrativa de Diogo Gomes a Behaim, como vimos de referir no capítulo anterior. Nas duas menções intitula-as — *Das Ilhas do Mar Oceano* e traz o nome de todas elas. Mas a primeira citação é apenas o índice dos desenhos com que as apresenta, numa série de folhas seguidas, onde incluye também as ilhas Canárias; na segunda, volta a fazer uma lista de todas as ilhas conhecidas até ao golfo da Guiné, arquipélago da Madeira, onde não esquece as Selvagens, todas as dos Açores, de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe até à do Ano Bom.

Apresenta ao todo 25 desenhos, alguns em simples esboçeto que depois corrige para melhor apresentação; mas da vista desses desenhos, exageradamente regulares nos seus contornos, quase todos se parecendo no recorte geométrico com folhas de plantas, conclue-se que o autor os executou por imaginação e não por dados precisos e concretos sobre a sua configuração geográfica. Contudo, além do desenho de cada uma, ha agrupamentos de ilhas como Santa Maria com S. Miguel, e as do grupo central, que denotam precisão e cuidado de informação quanto à relação de vizinhança entre elas.

Todo o manuscrito de Valentim Fernandes, é um amontoado de informações dispersas sobre os empreendimentos portugueses e pela ordem em que se encontram, conclue-se que foram escritos por partes e naturalmente remetidos a quem queria informar, em datas diferentes e em separado, sendo depois reunidos num só volume.

O achado deste manuscrito e do *Regimento do Estrolabio* em Munich, levaram a pesquisas, que permitiram concluir fora seu possuidor o bibliófilo de Augsburg, Konrad Peutinger, que os teria recebido

do sogro Anton Welser, que era negociante de produtos orientais e tinha agentes comerciais em Lisboa.

É natural supor, que por intermédio destes mandasse as informações logo que as colhia e para eles ou por conta deles trabalhasse Valentim Fernandes, natural de Moravia, que já em 1495 vivia em Lisboa como editor, a quem se ficaram devendo as mais belas edições que então se fizeram em Portugal. A sua profissão, as suas relações pessoais, seriam decerto óptima possibilidade para adquirir informações.

Assim se compreende, que pudesse copiar na íntegra relatos de viagens e narrativas escritas sobre os nossos empreendimentos, como a descrição de — *Cepta e sua costa*, com que abre o manuscrito, seguindo-se-lhe sem ordem cronológica o relato — *Do viagẽ de Dõ Francisco dalmeyda primeyro Visorey de India e este quaderno foy trelladado da nao Sã Raffael õ ã hia hans Mayr por scrivã da Feytoria e capitã Fernã Suarez*, o que se passa em 1505. Por onde andam os nossos navegadores, Valentim Fernandes colhe notícias, escreve-as e elas vão ter depois às mãos do bibliófilo de Augsburg.

Sobre a Índia — *Das ylhas de Dyne* e logo a seguir sobre — *Cepta cidade em ho estreito Herculeo em fronte de Gybraltar*, continua a pormenorizar informações, agora extensivas a toda a costa africana, que ele diz serem :

«scriptas por my Valenty Fernandes em Tomar estãdo elrey alli ãno de 1506 aos 18 de junho de palavra de Johã Rodrigues resposteyro do dito Senhor ã per aquellas terras foy ãniado delrey Dõ Johã ho segũdo no ano de 1493 e naquelle tempo esteve la dous ãnos. E depois foy la per muytas vezes.»

O que ha de essencial nesta parte do manuscrito, é a minúcia com que descreve não só as cidades de Marrocos, mas os pormenores que contém sobre os costumes desses povos que se estendem pela costa africana e que os nossos navegadores descobriam à medida que iam avançando. Além dessas informações sobre fauna, flora, produtos especiais dessas regiões, tem indicações precisas sobre as terras do in-

terior e comércio com os indígenas, referindo Tambucutu como centro de passagem e reunião de caravanas vindas de longe.

Em certos pontos parece cingir-se à crónica de Zurara, mas a narração com que Johã Rodrigues o informa, é menos de feitos guerreiros e mais descritiva de caprichosas extravagâncias locais — «homens que fedem como bodes; lenha que arde melhor verde do que seca; abate de camelos para aproveitar a água «que acham toda que ele bebeu»; «os vëtos suaão» em que tudo fica seco; referências às aves-truzes, «os ovos da eyma sã tã saborosos e tã bõos de comer como de galinha»; os gafanhotos de meio palmo que os indígenas secam, fazem farinha e comem nas grandes fomes, havendo dias seguidos em que se não vê o sol, coberto por nuvens deles, que roem tudo «até as raízes debaixo da terra»; árvores que dão «gomas e termetina», etc.

Os pormenores são tão cuidadosamente referidos no que respeita a possibilidades comerciais, que se não pode esconder o intuito com que Valentim Fernandes os colhia para os transmitir aos negociantes de Augsburg, então grande centro de actividade mercantil da Liga Hanseática.

Entra depois na descrição — *Das ilhas do Mar Oceano*, e aí o seu relato é tão diferente do de Zurara, que se levanta a dúvida, não o iria colher a qualquer outra crónica, possivelmente a de Afonso de Cerveira, que se considera perdida, casual ou propositadamente.

De facto, em certa altura, sobre a descoberta de Porto Santo, contada por modo muito diferente e atribuída inicialmente a espanhois, justifica que :

«em a cronica do primeyro descubrimto da Guyne achei q̃ no ãno de 1418 Johã Gonçalves Zarco e Tristã Teixeyra hindo em hũa barcha para guynee, cõ vëto cõtrayro acharõ a ylha do Porto Santo»

o que parece indicar, que além da crónica de Zurara, que mais adiante copia, outro escrito conheceu referindo-se ao mesmo descobrimento, mas também não dá qualquer indicação sobre a sua autoria ou proveniência.

A crónica de Zurara, quando a copia, apresenta-a reduzida em alguns capítulos, o que pode também deixar a dúvida se seria ele quem

copiou na íntegra o primitivo escrito deste cronista, de 1453, antes das alterações que a levam a uma data de acontecimentos muito posteriores. Ao terminar essa cópia, fecha o escrito com este desabafo, o que é indicativo de a ter feito :

«Deus seja louvado ano de 1506 aos 14 dias de novẽbro acaba-  
bey aqui de escrever e trelladar esta historia de Guynee»

Valentym

Fernãdes

alemã

Mas também é aceitável, que ao tresladar a crónica fosse suprimindo o que era supérfluo, importando-lhe apenas o que eram informações correlativas ao que pretendia sobre informação dos povos indígenas e possibilidades comerciais, objectivo que ressalta em todo o manuscrito. É essa a característica essencial, que predomina em tudo que deixou escrito Valentim Fernandes — o que importa à condição geográfica e o que interessa a negócio.

Quando descreve com minucioso cuidado as riquezas da Madeira na produção do açúcar, do trigo e dos frutos, é o mesmo cuidado informativo que predomina e que ele estende ao valor das madeiras ali existentes o — «cedro ã he hũm pao muy cheiroso e ha arvores delle tão grossos de ã vy tavoas de sete palmos em largo», sendo aqui especialmente de notar, que quem deu a informação a Valentim Fernandes viu as tábuas, das quais — «fazẽ caixas e mesas e cadeyras».

Ainda a outras árvores se refere, provávelmente as grandes madeiras de construção de que falava Zurara; — o «tyll he hum pao ã cheyra propriamente como lixo de homẽ. E he tã gordo ã fazẽ tavoas de cinco palmos em largo. E das tavoas deste pao fazẽ as caixas de açúcar». O «teyxo pao de ã fazẽ os arcos, naçe aqui muyta e arvore tã gordas de ã fazẽ tavoas de sete palmos», madeira esta à qual já se referira Diogo Gomes, como às outras, deste modo — «tesch da grossura de uma pipa e muito alto». Outro era o — «pao brãco ã he muyto duro de ã fazẽ os eixos e prefusos para os engenhos de açúcar».

É a mesma flora que encontramos depois nos Açores e da qual restam nas ilhas preciosos travejamentos nas igrejas, velhas casas e

no que foi o seu rico mobiliário em caixas e armários, com lados, tampos e portas duma só tábua.

Não ha fantasia no que escreve Valentim Fernandes, antes procura o apoio do informador que lh'as deu, quando o exagero da narrativa leva a duvidar. Assim, quando descreve a ilha de S. Tomé, não deixa de dizer :

«Ho seguinte escrevy eu Valenty Fernandez Alemã de Gonçalo Piriz marinheyro q̃ foy a esta e outras ylhas, muytas veses, homẽ maduro e de credito ãno de 1506, no dezẽbro».

E ele conta-lhe entre outras coisas que — «vira XV homẽs cortar em hũa arvore sem verẽ hũns a outros» ; com ela se fizeram dois navios dum só pau e era — «tã grãde como caravella de 30 toneladas», mas esta maravilha não o surpreende porque :

«vio eu em tempo delrey Dõ Johã ho segũdo de pia memoria no ãno de 1496 hũa mea tavao ou a metade de hũa tavao q̃ ho dito rey mandara serrar na dita ylha q̃ tinha em largo 16 palmos porq̃ mãdara la serras pera yssõ e nõ cabia no navio a tavao de 32 palmos sarrarõ na por meo e lhes levarõ. E destas duas metades vio eu hũa a qual vy quãdo o dito rey mãdou mostrar ao doctor Jeronimo Monetario alemão cuja lingoa eu era.»

Pela ordem em que estão as narrativas, as referências às ilhas dos Açores vem a seguir às do arquipélago da Madeira, depois a cópia da crónica de Zurara, a que continua a narrativa de Diogo Gomes a Behaim e os livros de rotear, estes com indicações pormenorizadas sobre navegação.

Quase ao encerrar o manuscrito, volta a falar na «Ilha do Fayal e Pico», fazendo referência à sua colonização pelos flamengos como adeante analizaremos.

O exame do manuscrito de Valentim Fernandes revela o carácter informativo de tudo que escreveu. Não é um cronista, colhe informações, copia pura e simplesmente o que encontra escrito e lhe chega às mãos, toma nota de tudo que lhe contam sobre as descobertas por-

tuguesas. Mas veio a propósito a análise sumária, que fazemos ao manuscrito, para assentar que o impressor Valentim Fernandes, do mesmo modo que era cuidadoso no trabalho de editor, era também preciso nas minúcias com que escrevia essas informações, pois tudo que colhe é tão cheio de pormenores, que parece exigência pessoal o modo como se certificava do que lhe contavam, se não era condição exigida e probatória para as fazer valer a quem as remetia.

Do que deixou escrito, conclue-se que trabalhava de encomenda, fornecendo ao seu país dados que importava conhecer e que ele ia captando, à medida que mais afirmava o seu valor de exímio impressor. O seu desaparecimento depois, sem rasto que precise o final das suas actividades, também pode levar a pensar, que viera até nós com esse fim propositado, sob a cobertura duma profissão já muito aperfeiçoada no seu país e que entre nós mal se ia afirmando. Quem sabe se seria subsidiado por altos potentados comerciais para o resultado que tinham em vista e tiveram com as suas informações.

Valeu esta digressão, através o seu escrito, para considerar com idêntico valor o que nos conta acerca dos Açores. A sua informação, é que as ilhas são 9, que foram procura-las duas caravelas em 1443:

«E em 270 legoas de Lisboa acharom huma ylha que agora se chama de Sancta Maria despovorada com muytos açores. E viron outra e forom a ella que agora se chama Sam Miguel tembem despovorada, e chea d'açores e assi acharom a Terceyra e outras todas com muytos açores pello qual a estas ylhas ficou o nome açores».

Mas faz esta referência especial — «porem a ylha do fayal jaz com a rocha de sintra leste hoeste 280 legoas», e dizendo que todæs — «som povoradas ao presente de 1507 a fóra a ylha do corvo e das Flores», informa certo que a — «ylha do fayal e o Pico e a Graciosa som falecidas dagoas por nom serem em tanta avundança como as outras».

A referência especial às características das ilhas onde se instalou a colónia de flamengos parece intencional, sobretudo ao Faial, que como vimos indica de modo especial quanto à sua distância, sendo ela de facto o centro principal dessa tentativa de colonização — «ylha dos flamengos» — como ele lhe chama que :

«povoraram esta ylha a qual depois os navios de portugal visitarom e foram morar ali, assi que ja acerca a lingoa framenga he nella perdida».

Os anos que indica, 1443 para a descoberta, 1444 e 45 para o povoamento de Santa Maria e São Miguel, seriam os das viagens de que ele tivera conhecimento, mas sobre a Terceira firma tais indicações sobre criação de gados e cultura de cereais, «que levam para Portugal» e «pastel para tingir panos», que revelam intuits de informação comercial.

Ao tratar desta última, em capítulo especial, diz o seguinte:

«A ylha terceyra foy assi chamada porque foy achada depois das outras duas s. sancta maria e sam miguel. E tambem contra hoeste faz a terceyra em numero».

A referência, puramente cartográfica, já fora reparada por Gabriel Pereira, que transcreveu este trecho pondo-lhe a anotação (sic).

Deixemos a razão numérica da descoberta em aberto, mas o nome que lhe fica «ilha da Terceira», que subsiste sempre, parece mais proveniente da situação geográfica — «contra hoeste faz a terceyra em numero», do que propriamente por ordem de descoberta, razão que não vemos repetir em qualquer das outras, porque é certo que nenhuma delas tem nome que seja um número. Só como uma marcação de navegação, é que melhor se compreende o nome dado à ilha e outra mais forte razão se não encontra, que justifique esta excepção de só a esta se pôr um número por nome.

Mas o que é essencial nas informações de Valentim Fernandes, é a afirmativa de que as Flores e Corvo estando despovoadas — «ha nestas ylhas gados bravos s. vacas e porcos» e que — «afastadas das outras 40 legoas tem o nome de açores como as outras povoradas».

Este modo de dizer, pode fazer pensar, que ao seu conhecimento tivesse surgido notícia de qualquer disputa, alegando que elas não pertenciam ao arquipélago, o que até certo ponto se harmoniza com a bula de Xisto IV, de 21 de Junho de 1481, que em especial as mencionava.

Desta sua informação, só uma certeza se pode tirar, — que tinham

o nome de Açores porque foram descobertas da mesma assentada por Gonçalo Velho e tinham gados, não obstante despovoadas, porque lá os deixara os seus navios, quando da segunda viagem veio nessa missão de distribuir animais para preparar o povoamento.

### FR. BARTOLOMEU DE LAS CASAS

Na ordem cronológica das informações referentes à descoberta das ilhas dos Açores, em especial no que respeita às Flores, tem interesse analisar o que diz este autor na sua *Historia de las Indias*.

A notícia entra apenas como motivo colateral, para firmar a segurança que Colombo possuía sobre os mares em que se ia lançar, mas serviu para levantar dúvidas sobre a primazia da descoberta das duas ilhas do grupo ocidental. O livro foi publicado em 1576, mas está assente que o começou a escrever em 1527 e o concluiu entre 1552 e 1569.

Não obstante a afirmativa de Behaim e a legenda de Valsequa, que atribuem a descoberta de todas as ilhas, duma só assentada, a pilotos portugueses, embora em datas diferentes, o afastamento das duas ilhas, a falta de dados concretos sobre o facto, como aliás subsistem também para todas as outras, a circunstância das cartas de povoamento de 1439 e 1449 referirem só 7 ilhas, tem sido motivo para concluir, que a sua descoberta fosse muito posterior às datas que se convencionou aceitar para as duas primeiras viagens de Gonçalo Velho, a da procura das ilhas e a da distribuição dos gados, preparatórios para a futura colonização.

Nem a distância, nem a situação, parecem razões de peso para excluir, que um navegador procurando ilhas em longos bordejos de norte a sul, as não encontrasse como encontrou as outras. Até as informações que existem do conhecimento do mar dos Sargaços por marítimos portugueses, já em 1432, o que Andrea Biancho regista no seu mapa de 1436, conhecimento que se coaduna com a hipótese de ter recebido a informação de origem nossa, levam a concluir, que a procura de ilhas no Atlântico se estendeu até aquelas paragens e outra viagem se não conhece para estes lados anteriormente à primeira de Gonçalo Velho.

Mas a bula de Xisto IV, de 21 de Junho de 1481, ao confirmar anteriores direitos à coroa de Portugal e à Ordem de Cristo, faz a menção especial de os conceder agora para — *as ilhas dos Açores e das Flores* — e daí a conclusão, sem fundamento mais categórico, para estabelecer que estas ilhas não eram consideradas como pertencendo ao arquipélago dos Açores.

Depois, o conhecimento da carta de D. Afonso V, de 28 de Janeiro de 1474, para que Fernão Telles pedesse haver as — *Ilhas Foreiras* — que adquirira por contrato com João de Teive — *ilhas que ha pouco que acharom Diogo de Teyve e Johan de Teyve seu filho . . . a que ficaram por morte do dito seu pay* — parecia arrumar definitivamente o assunto, sem possibilidades de dúvidas, em face desta prova documental. Além disso, a revelação desta carta, parecia de acordo com o que pretendia Fr. Bartolomeu de las Casas, ao carrear dados e informações para a glória que proclamava sobre a ciência nautica e conhecimentos adquiridos por Colombo, para o empreendimento da descoberta da América.

Visto o caso com menos propósito de enaltecer um para diminuir outro, as informações de Las Casas nada acrescentam que o esclareça. Não tem ele, aliás, nenhum objectivo contra o descobridor apontado para os Açores, mas vieram servir os seus dizeres para os que persistem contrários ou se mantêm duvidosamente esclarecidos, encontrando assim nos seus escritos uma certeza que não tem. Como se trata da descoberta de ilhas dos Açores, o caso merece mais atenção e nele nos vamos fixar procurando melhor esclarecimento.

A relação entre o documento de Fernão Teles e as informações transmitidas por Fr. Bartolomeu de Las Casas, reside essencialmente na referência duma viagem do piloto Pedro Velasco com um Diego de Tiene para aquelas paragens do Atlântico, noticia que fora colher, segundo se deduz, aos papeis de Colombo de quem era amigo e que tinham ficado na posse do filho D. Fernando Colombo.

A história, afinal, anda toda à volta da procura da célebre Antília, a ilha do Ouro, que o filho de Colombo e Las Casas embrulham nas datas, 40 anos antes do descobrimento da América, mais com o propósito de afirmar os grandes conhecimentos do Almirante do que referências concludentes, pois só no tempo de D. João II começaram de facto as explorações para ocidente, as quais deram base, por nada

encontrarem, para a sua firmeza nas cláusulas que impoz ao negociar o tratado de Tordesilhas.

A seguir reproduzimos a parte do texto relativa à descoberta da Ilha das Flores, extraída do livro *Le Historie Della Vita e dei Fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio*, publicado em Venesa em 1571 e que Henry Harrisse considera como um livro apócrifo. Igualmente transcrevemos o que diz Fr. Bartolomeu de Las Casas em 1576 e ainda o que se encontra em Antonio de Herrera, *Historia General de los Hechos de los Castellanos*, publicada em Madrid em 1726.

Ao lê-los uma conclusão se tira logo a seguir, é que a notícia referida pelo filho de Colombo se repete nos outros sem apoio de qualquer outra prova, apenas com ligeiras variantes de redação e alguns erros reveladores de ignorância geográfica, muito contingentes para poderem firmar a presumível descoberta das Flores.

É devida à amável deferência do ilustre padre, professor do Seminário, Sr. Dr. Simão de Betencourt, que obtivemos a seguinte tradução do escrito de Fernando Colombo.

Partiu ainda em busca desta ilha um certo Diogo de Tiene cujo piloto, de nome Pedro de Velasco, natural de Palos de Moguer em Portugal, disse ao Almirante em Santa Maria da Arrabida: que eles partiram do Faial e navegaram mais de cento e cinquenta léguas para Sudoeste (Libecchio — vento de sudoeste) e ao regressarem descobriram a ilha das Flores para a qual foram guiados por muitas aves que via voar naquela direcção, porque, sendo, tais aves, terrestres e não marítimas, julgaram eles que não podiam elas ir refugiar-se senão a alguma terra; e então caminharam tanto para Nordeste que tomaram o Cabo de Clara na Irlanda para oeste; nesta paragem (ou extensão de mar junto à costa) encontraram ventos fortissimos do Poente, e o mar sem mexer. O que, pensavam, só podia dar-se havendo uma terra que os cobrisse do lado do Ocidente. Mas, porque se estava já em Agosto, não voltaram (não tomaram pelo mesmo caminho em direcção) aquella Ilha com medo do inverno. Isto passou-se mais de quarenta anos antes de se descobrirem as nossas Indias. Isto lhe era confirmado pelo relato feito por

um marinheiro vêsgo, no porto de Santa Maria, o qual lhe disse que numa sua viagem feita à Irlanda viu a dita terra que então pensava ser a Tartaria que ficava para Ocidente, a qual devia ser a que agora chamamos Terra de Bacalaos: e da qual não poderam aproximar-se por causa das terríveis tempestades. Com o que concordava diz, um Pedro de Velasco Galego o qual lhe afirmou na cidade de Murcia em Castela que, viajando ele por aquele caminho de Irlanda, se desviaram tanto para Noroeste (à letra — se aproximaram tanto ao Noroeste) que viram terra para o ocidente da Irlanda: terra que ele pensa ser aquela que um Fermaldomos tentou descobrir da maneira que aqui descreverei fielmente, tal como encontrei nos escritos de meu pai; afim de que se saiba como de uma pequena coisa chegam alguns a fazer ponto de partida para outra maior.

Afinal, a informação base para tão formais conclusões históricas, fora dada por um marinheiro vesgo no porto de Santa Maria, que viajara para a Irlanda e vira uma terra, que devia ser a mesma que lhe afirmou em Murcia ter visto um Pedro de Velasco Galego, que se desviou tanto para noroeste, que ainda a viu a ocidente da dita Irlanda, julgando ser aquela que um Fermaldomos tentou descobrir.

Se este Pedro Velasco era o mesmo, que no começo do trecho parte em sentido oposto para sudoeste — per Libecchio — á procura da ilha, que devia ser a cubiçada Antilia, não o diz o marinheiro vesgo, antes seria lógico concluir que fosse outro, tão mal identificado, que o filho de Colombo o dá como natural de Palos de Mogher em Portugal, o que sendo nota de manifesta ignorância geográfica, serve de conveniente indicação para firmar os conhecimentos do pai em boas informações de proveniência portuguesa.

É afinal uma respeitável embrulhada sem qualquer valor documental histórico, donde apenas se tira, que a ser o Fermaldomos, o verdadeiro Fernão Dulmo, leva a informação para uma data muito posterior, baseada decerto no que dizia Behaim, no Faial, em 1486, sobre as riquezas da Antilia, pois é nesta data que Dulmo tem a concessão.

A distância de 34 anos, entre 1452 e 1486, explicam melhor a naturalidade com que se fala no Faial e nas Flores, já povoadas, para

fundamentar o que sabia o marinheiro vesgo quanto ao empreendimento de Fernão Dulmo, do que os 40 antes da descoberta das *nos-sas Indias*, que Fernando Colombo indica para justificar, que os feitos do pai tinham galgado duma assentada, porque os portugueses fazendo esta *pequena coisa* em tão largo período, não tinham feito *outra maior*. E como era preciso o apoio de mais alguém, vá de se arranjar o Diego de Tiene, a quem o marinheiro vesgo se não refere.

Da citação só se conclue, que o filho de Colombo tinha engenho, se o livro não é apócrifo, como sustenta HARRISSE com esta convicção :

«enfin les catalogues volumineux que Fernand Colomb redigeait si soigneusement de sa bibliotheque e de ses propres écrits, ses notes, ses manuscrits, son testament détaillé, ses analyses, recueils précieux que nous possedons encore, ne contiennent pas un seul indice qui permette de supposer que Fernand Colomb ait jamais composé, dicté ou écrit une vie de son illustre père.»

Mas se esta história estava de facto nos seus papeis, demonstra, que não podendo ele provar, que os espanhois tivessem antes andado por estes lados, vá de a espalhar pondo um piloto daquele país ao serviço de Portugal, o que para alguns foi de fácil aceitação não obstante em detrimento dos nossos.

Até admira, se assim foi, que não encontrasse no episódio força bastante para atribuir ao Pedro Velasco a descoberta das Flores, como seria inteiramente lógico. A falta de razão, a opposição da verdade, ainda são poderosas forças inibitórias contra a tropelia.

Não diz Fernando Colombo, ou quem abusa do seu nome, como é arranjado o Pedro Velasco, «nativo de Palos de Mogher em Portugal», quando o marinheiro vesgo, de quem colhe a notícia, o dá a falar na cidade de Murcia em Castela, se este de apelido *Galego* é o mesmo, mas se o era, o episódio ao ser narrado toma a feição que mais convém para o efeito que se quer tirar.

Mas aceitemos, que Cristovão Colombo ao estudar o plano e as possibilidades da sua viagem, procurava colher informações de todos os navegantes e entre eles estaria a propósito Fernão Dulmo, que mais

não fosse, pelos conhecimentos que mostrava ter desses mares ao pedir a sua concessão.

Falava-se naturalmente tanto de ilhas, que o Dr. Geronimo Monetário na carta que escreveu a D. João II, afirma a existência dessas novas terras, problema de tal modo agitado, que não é de admitir Colombo o desconhecesse. A concessão a Fernão Dulmo, é justamente para descobrir a ilha das *Sete cidades*.

Em empreendimentos marítimos, o que se contava com fundamento, fantasia ou simples suposição, tudo era aproveitado. Só se pode aceitar, e com vontade de contemporizar, que a viagem de Pedro Velasco com Diego de Tiene, fosse da mesma categoria da que projectava Fernão Dulmo, mas para este ainda ha o documento incontestável da carta de D. João II, ao passo que para Pedro Velasco, só resta a vaga referência do marinheiro vesgo, que tanto podia existir como não:

Como maior precisão do caso, o que diz Fr. Bartolomeu de Las Casas, é positivamente o mesmo que está no escrito atribuido ao filho de Colombo. É no cap. XIII da edição de 1875, que vemos a notícia que ele dá e onde começa por contar as razões, que levaram o Almirante a empreender a viagem, as quais são sensivelmente as mesmas que deu o Dr. Monetário a D. João II, na sua célebre carta de 14 de Julho de 1493.

Acrescentando mais algumas, relata que o piloto Martim Vicente, colheu a 450 léguas a poente do Cabo de S. Vicente, um pedaço de madeira trabalhada, e que Pedro Correia, cunhado de Cristovão Colombo, vira na ilha do Porto Santo um arrojo do mar com características idênticas. Cita ainda as canas grossas e pedaços de paus de pinho arrojados aos Açores, sobretudo nas ilhas Graciosa e Faial, e os dois cadáveres que apareceram nas costas das Flores com as caras mui largas, tal qual como diz Monetário.

Como se verifica, Las Casas não acrescenta nem tira mais nada ao que era já sabido, repetindo o que se dizia sobre a existência da Antília, a 200 léguas das Canárias e Açores, e da ilha das Sete Cidades, até povoada por lusitanos desde o tempo em que se perdera a Espanha, reinando o rei D. Rodrigo, repetindo a lenda de ali terem ficado

estes cristãos, sendo a terra quase toda constituída por ouro. E foi por essa razão que :

«Algunos salieron de Portugal a buscar esta misma, que, por comum vocablo la llamaban Antilla, entre los cuales salió uno que se decia Diego Detiene, cuyo piloto, que se llamó Pedro Velasco, vecino de Palos, afirmó al mismo Cristobal Colon, en el monasterio de Sancta Maria de la Rabida, que habian partido de la isla del Fayal, y anduvieron 150 legoas por el viento lebechio, que es el viento Norueste yá la vuelta descubrieron la isla de las Flores, guiandose por muchas aves que vian volar hacia allá» . . . . . «Esto diz que fué cuarenta años antes que el Cristobal Colon descubriese nuestras Índias».

E mais adiante :

«Item, un marinero que se llamó Pedro de Velasco Galego, digo al Cristobal Colon en Murcia, que yendo aquel viage de Irlanda, fueron navegando y metiendose tanto al Norueste, que vieron tierra hácia el Poniente de Ibernia, y esta creyeron los que alli iban que debia de ser la que quiso descobrir un Hernan Dolinos, como luego se dirá».

Na necessidade de reforçar razões, relata ainda os episódios de Francisco e Lucas Caçana com o mesmo piloto Vicen Dias e as viagens de Miguel e Gaspar Corte Real, com esta informação fundamental e de igual valor quanto a conhecimentos sobre descobertas — «hijos del Capitan que descubrio la dicha isla Tercera».

Bastaria esta referência, para pôr de parte as facilidades com que Fr. Bartolomeu de Las Casas aceitava as informações, quanto ao Diego Detiene e Pedro Velasco que descobriram as Flores, voltando com ventos contrários e seguindo rumos que nunca os conduziriam para lá. Aceitemos mesmo que partiram do Faial e tocaram naquela ilha, embora não haja nenhuma referência a estas viagens senão as que dá Fernando Colombo. Mas que assim fosse, da naturalidade do relato, ao referir a vista das Flores, o que transparece, é que sabiam da sua existência e do nome, servindo as aves apenas para indicar que a ilha estaria próxima.

Ha que assentar, que será sempre de péssima conclusão, fazer juízo pelos dizeres dum só cronista, sem fazer a coordenação dos episódios narrados com outros que se conhecem e já não deixam dúvidas para a sua aceitação. Muito menos se pode atribuir confusões desses escritores, para explicar, à distância a que estamos, o que eles não souberam cabalmente esclarecer.

A facilidade com que se desculpam os enganos quanto ao Pedro Velasco ser daqui ou dali, não desvanece a dúvida sobre a sua existência real ou imaginária. Até parece que são dois indivíduos diferentes, mas tudo tem fácil explicação na desculpa de confusões, que se não achou a propósito levantar, para se poder considerar o Diego da Tiene ou Detiene como o autêntico Diogo de Teive.

O que se sabe ao certo até hoje, é que nenhum destes nomes figura na relação dos nossos navegadores sem que se lhe atribua a dúvida da sua identificação. Só para o Hernan Dolinos se consolida a suposição de ser o Fermaldolmos ou o Fernão Dulmo, da carta de D. João II, que está provado teve existência real na ilha Terceira.

*A Historia General de los Hechos de los Castellanos*, de Antonio de Herrera, publicada em 1601, ainda levanta mais a confusão. Conta por idêntica forma, as causas que levaram Colombo a propor a sua viagem e a «creer que avia nuevas tierras», o que leva a concluir não disponha de outros elementos de informação além do que encontrou em Las Casas, como a seguir se transcreve:

«Dicen mas, que los grumetes del navio Portugues, cogieron cierta tierra, o arena, para su fagon, y que hallaron que mucha parte della era oro, y algunos salieron de Portugal a buscar esta provincia, entre los quales fue uno, llamado Diego de Tiene, cuyo Piloto, dicho Diego Velasquez vecino de Palos. afirmó a don Christobal Colon, en el monasterio de Santa Maria de la Rubida, que se perdieron de la isla del Fayal, y que anduvieron ciento y cincuenta legoas por el viento Leveche, que es el Sudueste: y que a la buelta descubrieron la isla de las Flores»...

contando a seguir a continuação da viagem, tal qual como Las Casas, dando ainda nota da que fez um marinheiro do Porto de Santa Maria

— «que navegando a Irlanda viu terra», e outra de Vicente Diaz, piloto Portugues de Tavira, que vindo da Guiné na paragem da Madeira, viu uma ilha que lhe pareceu verdadeira terra para a qual navegou Francisco de Caçana sem nada achar

«y bolviendo el Piloto a la Tercera, con el ayuda de Lucas de Caçana, armó un navio, y salio dos o tres vezes mas de ciento e tantas leguas, y jamas hallo nada.»

Embora a versão de Herrera chame ao piloto Diego Velasquez e não Pedro de Velasco, não vale o caso reparo especial para maior ou menor crédito da hipótese, embora para conclusões favoráveis se procure a desculpa dum engano, que os partidários aceitam tão de boa mente. Todas as versões se filiam afinal na de Fernando Colombo.

De resto, Diegos surgem a monte em todas as hipóteses sobre a descoberta dos Açores. Até Wanwermans no seu estudo sobre *Henri le navigateur*, 1890, dá-a por l'Andalon Diego, o que em seu parecer, atribue ter dado origem à marcação das ilhas no *Portulano Mediceu*, que D. Pedro trouxe de Veneza ao irmão, como também para ele é aceitável, que o Diego de Sevilha da legenda de Valsequa, teria vindo com Gonçalo Velho Cabral na sua segunda viagem.

O que tem foros de probabilidade, é que o Pedro Valasco fosse uma invenção dos herdeiros de Martim Alonso Pinzon, companheiro da primeira viagem de Colombo, quando quizeram provar que tinham mais direito a benesses do que este, porque àquele se devia ter a empresa triunfado, evitando que Colombo voltasse para traz, como o tentou em certa altura do caminho.

O processo dessa disputa, chamado os «Pleitos de Colon», que traz referências relativas a 1532 e 1535, é de presumir fosse sobejamente conhecido de Fernando Colombo, e é de aceitar que fosse por ele que tomasse conhecimento do Pero Vasquez de la Frontera, figura misteriosa de piloto, que navega em Portugal e que mais ninguém refere. Só pelas testemunhas ouvidas se conhece ter ele dado notícias ao pai, que pelo teor das respostas, parecem não só de encomenda, mas até de viagens orientadas para outros sítios muito diferentes dos Açores.

É natural que mais preocupasse louvar os conhecimentos nauticos do pai, do que alterar o nome Pero Vasquez para Pietro di Velasco, a 40 anos do empreendimento, e o resto é fácil, para confusão, na série de referências que lhe vão fazendo, os que depois escrevem sobre o assunto.

Ha que notar, que nenhuma das testemunhas dos «Pleitos» fala em Diego da Tiene, o que seria fraca memória para tanto que se lembravam das viagens do Pero Vasquez de la Frontera, passado quase um século.

No campo das suposições tudo se pode aceitar, mas do que não ha referência, é de qualquer destes nomes nos empreendimentos portugueses. Também seria estranho que o Diogo de Teive, de tão nobre estirpe, fosse conhecido na grei dos marinheiros, pelo nome tão familiar e até de tamanha igualdade profissional, como parece indicar o *da Tiene* do filho de Colombo ou o *Detiene* de Las Casas, quando nos «Pleitos de Colon», o Pero Vasquez de la Frontera, sempre o mesmo para todas as testemunhas que depõem, figura umas vezes a viajar com um Infante de Portugal, outras com um criado do rei, que só — «tenia noticia de la tierra de las dichas Indias». Há ainda que notar, que para qualquer destas testemunhas, vão já passados 40 anos sobre a data da viagem de Colombo em 1492, tempo mais que suficiente para esquecerem nomes e datas. Dos seus depoimentos tira-se apenas a informação do diz-se e do ouviu-se, ainda com menores fundamentos do que se possa dizer da viagem de Gonçalo Velho descobrindo todas as ilhas dos Açores duma só assentada.

Pretender que este Diego de Tiene, verdadeiro ou imaginário, seja o Diogo de Teive da Madeira, de genealogia comprovadamente fidalga, vai uma dúvida muito grande. O que se sabe ao certo, é que ele era daquela ilha e que em 1452 lhe é dada a concessão de instalar um moinho de açúcar, e que o Diogo de Teive da carta de 28 de Janeiro de 1474 a Fernão Teles, é o mesmo que está comprovado foi ouvidor de Jacomo de Bruges, primeiro capitão donatário da Terceira. Mas, não obstante não poderem subsistir dúvidas, é preciso que se faça prevalecer a lógica dos factos e da cronologia, para se não aceitar à primeira, o que pode ser interpretado de modo diferente e com melhor fundamento no episódio flamengo de colonização dos Açores, como adiante o analizaremos.

Mas desde já se pode assentar, que em 18 de Agosto de 1475, Diogo de Teive ainda é vivo, dando-o a carta a Fernão Teles como morto. Certifica-o a prova documental do processo das *Contendas*, como também se encontra registo do filho, João, em 6 de Março de 1534, fazer testamento instituindo a capela de N.ª S.ª da Assumpção no convento de São Francisco da Praia, como se vê no *Espelho Cristalino*, de Fr. Diogo das Chagas, e o escreve também Ernesto do Canto em nota à margem do manuscrito *Genealogias da Ilha Terceira*, hoje na biblioteca pública de Ponta Delgada.

Dando crédito aos 40 anos, antes da descoberta da América, para a viagem do Diego da Tiene, dá justamente a data de 1452, mas mesmo que se não repare, que a vontade de aceitar essa viagem, leva a concordar e achar muito certo que — o pouco ha que acharon, da carta de 1474 a Fernão Teles, possa ter esta distância de 22 anos, o que de modo algum pode ter concordância, é o filho João, em 1534, ainda estar vivo para fazer testamento, o que em relação a 1452 dava a distância de 82 anos, que com os 20 que precisaria ter a mais, para poder viajar com o pai, lhe daria a bonita idade de 102 anos.

Por outro lado, tira-se a conclusão, que o Diogo de Teive teria pelo menos mais 25 anos que o filho, ou seja em relação à data dessa suposta viagem de 1452, cerca de 45, o que levaria a data do seu nascimento para 1407 ou ainda a idade de 68 quando do seu último acto conhecido como ouvidor de Jacomo de Bruges, pelo celebre documento do processo das *Contendas*, de 18 de Agosto de 1475. E isto podia então estar certo.

Ha a juntar, que estes dados coincidem com as referências genealógicas que se lhe conhecem e se consideram cabalmente esclarecidas pelos investigadores da Madeira, o que no quadro adiante reproduzimos.

Diogo de Teive era filho de Lopo Af.º de Teive, casado com Leonor Glz Ferreira, filha de Martim Ferreira de Sampaio, porteiro-mor de D. Afonso V, e tudo concorda para se aceitar, que fosse o primeiro deste nome que passou à Madeira. Que as não tivesse pelo pai, compreende-se que pelas altas funções do avô na corte, lhe adviesse o título de fidalgo escudeiro, a licença de engenho de moer açúcar e o posto de confiança junto do flamengo Jacomo de Bruges, ao ser dada a este a capitania da ilha Terceira.

Lopo Af.<sup>o</sup> de Teive fúm dos primeiros povoadores da Madeira)

c. c.

Leonor Glz. Ferreira (f.<sup>a</sup> Martim Fer.<sup>a</sup> de Sampaio, port.<sup>o</sup> mor D. Af.<sup>o</sup> V)

Diogo de Teive Ferreira  
(loco-tenente Jac.<sup>o</sup> Bruges)

c. c.

Beatriz Glz. de Vargas  
(n.<sup>a</sup> Sevilha)

João de Teive (cav.<sup>o</sup> S.<sup>o</sup> Iago)

c. c.

Leonor M. de Vas.<sup>o</sup>

João de Teive

c. c.

Franc.<sup>a</sup> Glz. Barcelos

Ignez de Teive

c. c.

Franc.<sup>o</sup> Lagarto (tab.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> Praia 1567)

Joana de Teive

c. c.

Alvaro Glz. da Maia (f.<sup>o</sup> Fernão Alv. da  
Maia da c.<sup>a</sup> Inf. D. P.<sup>o</sup> m. Alfarrobeira)

Diogo Vaz de Teive (preso c. o pai de-  
pois Alf.<sup>a</sup> m. pobre 1464)

c. c.

Ana Machado (em Pombeiro)

Diogo de Teive (foi p.<sup>a</sup> Madeira chama-  
do p.<sup>o</sup> tio avô Diogo Teive fdg.<sup>o</sup>  
C. R. fez morg.<sup>o</sup> 1531 m. 1536)

c. c.

Cat.<sup>a</sup> Roiz (f.<sup>a</sup> Guil. Roiz, mercador  
flmg.<sup>o</sup> m.<sup>o</sup> rico)

Da análise destes dados genealógicos, podem-se deduzir interessantes conclusões, pondo-se em jogo as informações cronológicas que se colhem nos dois ramos em que se bifurca a descendência do primeiro Teive da Madeira — o ramo terceirense de Diogo de Teive e o da irmã Joana que deu origem aos Teives da Maia, que ficam depois naquela ilha.

Dessas conclusões, a primeira que salta à vista, é saber-se que o filho de Joana de Teive, chamado Diogo Vaz de Teive, que esteve preso com o pai e com bens confiscados depois de 1449, viveu pobre, casado com Ana Machado, em Pombeiro, e morreu em 1464. Se tivesse 20 anos em 1449, boa idade já para guerreiro e para acompanhar o pai, teria nascido em 1429, para o que não seria muito, antecipar mais 25 anos para o nascimento da mãe, Joana de Teive, irmã do Diogo de Teive, da Terceira, ou seja em 1404, o que daria somente a diferença de 3 anos com a já deduzida para o irmão, o que seria razoável.

Sendo a Madeira começada a povoar em 1420 e sendo ele dos primeiros, não é muito que ele para lá fosse com 25 anos, em 1432, e a irmã Joana ficasse casada no continente com cerca de 28.

Estas deduções são colhidas nas *Genealogias da Ilha da Madeira*, de João Agostinho Pereira d'Agrela, que é precioso auxiliar para as dúvidas que se tem mantido sobre os vários Diogos de Teive, que muitos querem ver ao mesmo tempo naquela ilha.

Dessas *Genealogias* se colhe, que do infortunado filho de Joana de Teive, nasceu um outro Diogo de Teive, que se passou à ilha da Madeira, a chamado do seu tio avô, e aí casou com Catarina Roiz, filha de Guilherme Roiz, mercador flamengo muito rico, e da sua mulher Gracia Dias, filha de Diogo Cardoso, de Lisboa, que também viveu e morreu nesta ilha. Este Diogo foi fidalgo da Casa Real e fez assento no lugar da Ribeira Brava, onde instituiu morgado com provisão de ElRei D. João III, em 1531, falecendo em 1536.

É natural e familiarmente aceitável que Diogo de Teive, o futuro ouvidor de Jacomo de Bruges, a quem fora concedido o privilégio do engenho de açúcar em 1452, pessoa de categoria na Madeira, em face das desgraças sucedidas à irmã Joana, chamasse o neto dela que ficara pobre e sem recursos com a prisão do pai, para vir para a sua companhia. Pode-se até aceitar que visse nisso não só um dever familiar, mas esperanças dum auxílio futuro para o desenvolvimento dos seus negócios de produção de açúcar. E também se pode aceitar que a sua situação como ouvidor de Jacomo de Bruges, favorecesse o casamento do rapaz com a filha do rico mercador flamengo.

É de presumir ainda, que se tratasse de pessoa jovem, pois o pai estivera preso com o avô, casado com Joana de Teive, depois de Alfarrobeira, em que se envolvera esta preferência familiar pela causa perdida do Infante D. Pedro. Se dermos a esse rapaz Diogo, na data de 1452, uma idade à roda de 6 anos, teria nascido cerca de 1446 e falecido ao razar 90 anos, em relação ao ano registado de 1536.

As datas que se podem deduzir para a sua ascendência seriam também aceitáveis. O pai, filho de Joana de Teive com mais 20 anos do que o filho, teria nascido à roda de 1426, o que ainda está de acordo com a data acima atribuída ao nascimento desta em 1404, que lhe daria a boa idade genésica de 22 anos e ao marido Alvaro Glx. da Maia uma data de nascimento cerca de 1406 aceitando-se o mesmo

critério de 20 anos mais velho que o filho, tendo então 43 quando se deu a batalha de Alfarrobeira e ainda compatível com a idade de Fernão da Maia, o visavô, para ir a essa batalha com 63 anos, portanto nascido à roda de 1386, se naquela família os casamentos se fizessem pelos 20 anos e tivessem o mesmo seguimento prolífico.

Como é que uma geração, tão caracterizada como esta dos Teives da Madeira, aparece transmudada nos Diegos da Tiene, sem haver respeito pelo nome de nobreza, que seria naturalmente mantido em qualquer parte, é que se não pode explicar, como se não pode conceber que sendo conhecidos como residentes naquela ilha à data de 1452, estivessem em companhia do Pero Velasco, de Palos de Mogher, a navegar pelo Atlântico.

Parece que seria preferível deixar a fantasia das notícias de estranhos, para se aceitar as que tem a lógica e a confirmação de episódios nacionais bem conhecidos e em melhor conexão para explicar o que se afigura em desacordo, mas em grau incomparavelmente muito menor do que os que vimos de apontar.

Moveu toda esta extensão de análise, a hipotética viagem de Pedro Velasco e Diego da Tiene, por pura curiosidade espiritual, para firmar convicção já de longa data formada, que as pessoas são imaginárias e essa viagem se não fez.

De resto, quem se der ao trabalho de analisar, na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a reprodução em gravura da carta de Andrea Biancho, de 1436, verá que as duas ilhas, Flores e Corvo, já nela se encontram figuradas a distância equivalente do grupo central dos Açores, que corresponde muito aproximadamente à sua real situação, designadas com os nomes *Coruo* a que fica por baixo, *Corbo marino* a que lhe fica por cima. A oeste de todas as ilhas figuradas, acompanhando-as em extensão, a inscrição — *Questo xe Mar de Baga*.

Trata-se dum cartógrafo em ligação com idênticos trabalhos portugueses da sua época, porque antes de 1448 passou em Sagres a caminho de Londres e em 1459 trabalha em conjunto com Fra Mauro na confecção do mapa conhecido por este nome, encomendado por D. Afonso V.

Antes de 1436 só ha conhecimento das duas viagens de Gonçalo

Velho aos Açores, e não vale quebrar cabeças se veio só a distribuir gado em todas elas, porque mesmo nesse objectivo chegou também às Flores e ao Corvo, a não ser que da arca de Noé lá tivessem ficado os reprodutores dos gados, que os cronistas referem existiam em abundância, quando chegaram os primeiros povoadores.

A certeza de Andrea Biancho, quanto às duas ilhas e ao Mar da Baga, são melhores indicações dedutivas para concluir que Gonçalo Velho velejou metódica e porfiadamente à procura de todas as ilhas, que a inconsistente e incomprovada viagem do espanhol Pedro Velasco com Diego da Tiene. Não obstante por ela ainda subsistem preferências na apreciação unilateral de tão vagos e indocumentados informes.

Mas disso trataremos adiante, quando analizarmos o problema do povoamento, que nos dará uma explicação para os dizeres da concessão de 28 de Janeiro de 1474 a Fernão Teles, mais satisfatória que a pretendida viagem de Diogo de Teive e do filho.

### ANTÓNIO GALVÃO

O seu *Tratado dos descobrimentos* é uma obra póstuma, impressa em 1563, que dá informações até 1550 e foi deixada em manuscrito pelo autor ao seu testamenteiro, Francisco de Sousa Tavares, segundo este próprio o declara ao apresentar o livro.

É nele que se encontra a referência ao mapa que em 528 se achava no cartório de Alcobaça, a que já nos referimos, feito ha mais de 120 anos ou seja 1408, onde se via toda a navegação da India com o Cabo da Boa Esperança, levando o autor a concluir:— «se isto é assim, já em tempo passado era descoberto tanto como agora ou mais». O mapa dava assim conhecimentos que só depois das nossas navegações foram revelados, mas o que também não vem suficientemente esclarecido é se ele no original já conteria essas indicações ou se elas depois lhe foram acrescentadas.

O que se nota de facto, desde o início do livro, é um propósito de dar conhecimento de informações respeitantes a navegações de outros povos, que a serem verdadeiras, não se explica como caíram no esquecimento, não foram continuadas e se perdeu delas completo conhe-

cimento até que os portugueses revelaram ao mundo as suas descobertas.

Haveria assim notícia, que os chineses teriam vindo pelo norte até às praias da Alemanha e que seguindo a costa pelo outro lado, chegaram ao Cabo da Boa Esperança e mesmo até ao Peru. Também um rei, em Espanha, no ano 650, depois do dilúvio, chamado Hispalo, teria ido às Hesperides, que são as ilhas de S. Tomé e Príncipe, possibilidades tão extraordinárias de que não ficou nenhuma memória nos povos. E mais, depois da destruição de Troia, o rei Menelau saiu pelo Estreito de Gibraltar e navegando pela costa da Guiné, dobrou o Cabo da Boa Esperança, chegando à Índia com a mesma facilidade, que um rei do Egipto, mandou os fenícios seguirem a costa oriental de Africa, dando a volta ao contrário e entrando outra vez no Mediterrâneo pelo referido estreito. Também em 1353, em tempo de Frederico Barba Roxa, appareceu na Alemanha uma canoa com certos indios que ninguém entendia e que vinham da terra do Bacalhau.

Ha que desculpar, que António Galvão ao escrever o seu *Tratado dos descobrimentos*, desse conhecimento de tudo que lhe constara sobre o caso, mas também se pode pensar que à sua alma mestiça de oriental, não quizesse deixar só ao valor patrimonial da sua ascendência paterna, o que já era aquisição dos povos da sua origem materna. Era filho de Duarte Galvão, secretário de D. Afonso V e de D. João II, que teve altas funções diplomáticas junto de Maximiliano, rei dos romanos, como nas cortes de França, Austria e até da Abissinia, mas nascera de amores ilícitos e para muitos seria mesmo indiano de origem, donde veio depois para o reino, sabendo-se que a 22 de Janeiro de 1522 embarca ao serviço do rei, numa nau capitaneada pelo primo D. Pedro de Castro.

Também se pode encontrar explicação na amargura e desolação com que os seus valorosos feitos foram esquecidos, sem a merecida recompensa, pois morre completamente abandonado, senão mesmo repudiado, no hospital de Lisboa onde durante 17 anos foi vencendo as magras sopas da caridade com o tratamento que prestava aos enfermos.

Já pelo pai, já pelo avô, Rui Galvão, que fora escrivão da Camara de D. Afonso V, a posição de António Galvão seria de primeira plana para trazer conhecimentos importantes sobre os nossos empreendi-

mentos marítimos, que é natural encontrasse no arquivo familiar ou mesmo no convívio com parentes de tamanha categoria, pois é de crer, estariam ao facto dos principais episódios. Mas o que é facto, é que o seu livro não nos traz informações de apreciável valor. Contudo, essa ausência, é ainda elemento de contar para pôr de parte suposições sobre a honestidade dos cronistas, que foram acusados da dissipação e destruição dos documentos de maior valor, que enaltecessem uns príncipes em desfavor de outros que se pretendia antes engrandecer.

O que Galvão traz é mais ou menos o que todos dizem, sendo de concluir que não existia no arquivo familiar qualquer registo especial sobre factos passados. Mas pelo que respeita a informações sobre conhecimentos adquiridos na sua época, o livro é precioso, pois já refere o «azeite que tiram dos poços» na ilha de Samatra e sobretudo episódios das evoluções espanholas no golfo do México, de tal modo relacionadas, seguidas e de precisão informativa, que levam a suspeitar existissem registos especiais possivelmente tidos debaixo de vigilância familiar.

É muito de notar a precisão com que fala nos reis dos Incas e sobre os nomes e sucessos mais importantes dos seus reinados, a par dos conhecimentos que revela sobre usos e intrigas dos chefes indianos do México, com dados acerca da fauna e flora de tal modo claros, que até faz lembrar o mesmo empenho informativo que se nota no manuscrito de Valentim Fernandes.

A isso reserva o autor o capítulo especial dos «Descobrimentos das Antilhas e Indico feitos pelos Espanhois», que constitue a segunda parte do seu livro, mas a par vai falando dos nossos sem os deixar ficar em plano inferior, como seria o achado da ilha de Sam Mateus, que se julga ser a Fernando Noronha, 87 anos antes de 1525 ou seja em 1438, o que daria razões para a tese de Joaquim Bensaude sobre o conhecimento que D. João II teria já da existência do Brasil, quando rígida e intransigentemente, apresentou as suas clausulas para o tratado de Tordesilhas.

Vem tudo isto a propósito, para fazer notar quanto António Galvão nos informa sobre descobertas a occidente e tão pouco nos diz a respeito dos Açores, limitando-se a escrever que :

«no anno de 1449 elrei D. Afonso (V) deu licença ao Infante D.

Henrique, seu tio, para mandar povoar as ilhas dos Açores, que havia dias que eram descobertas».

É certo que quando escreve o seu livro, vai passado mais de um século sobre essa descoberta e os episódios do seu povoamento. Nem recordação já devia existir, nem as guardava o arquivo familiar, o que não deixa de admirar nas altas funções que o pai e o avô desempenharam na corte dos reis onde eles por certo agitaram debatidas negociações.

É a nota que nos fica mais concludente, perfeitamente a par do desaparecimento do tomo de D. Afonso V relativo ao assunto, pois é justamente no seu reinado que se agita a maior intensidade do início dos descobrimentos. Mas aí já se não pode dizer que Zurara, Rui de Pina ou qualquer outro, tivesse ido rasgar e mutilar arquivos para lustre e revelação dos seus conhecimentos de cronista e segredo perpétuo das fontes de informação, ou ainda para satisfação do que seria ignomínia familiar das casas reinantes, encomendando destruições do que recordava os feitos dos seus antepassados para só fazer sobressair os seus.

Contudo, se documentos existiram e desapareceram, também não encontra António Galvão na casa dos seus progenitores, que viveram esses episódios, qualquer indicativo, e isso ainda é argumento para se poder pensar, que o servidor obediente e consciente da sua alta missão na corte, fizera desaparecer do arquivo particular o que identicamente se mandara propositadamente fazer desaparecer do tomo real, para não deixar revelação, nem ao menos suspeita do grave problema, que se presume fosse debatido com a tentativa de colonização pelos flamengos das ilhas do grupo central dos Açores.

No pitoresco dizer de António Galvão estas ilhas eram as pontas das serras da Estrela que se tinham metido no mar por alturas da Vila de Sintra, como as da Madeira seriam os cumes da serra de Monchique, porque elas tinham as raízes em terra firme e de outra maneira se não poderiam sustentar no mar.

A ser verdadeiro tal conceito geológico, havia fundada razão para elas serem de Portugal e a ele ficaram de facto pertencendo para sempre.

**DAMIAO DE GOIS**

Nascido em 1502, quando morre em 1574 já vai passado mais de um século sobre o descobrimento dos Açores e quase o mesmo sobre os episódios do seu povoamento.

O que o caso pudesse ter agitado os conhecimentos dos cronistas do período em que ele decorreu, já era esquecido completamente para que viesse ao seu conhecimento. O problema, se o houve, fora inteiramente resolvido a nosso favor. Nem dele haveria já remeniscência. Tanto, que andando Damião de Gois, a partir de 1529, largo tempo pelo estrangeiro, permanecendo na Flandres por largos períodos, nada colhe que com o caso se relacione, o que é natural supor porque nada refere e o que diz sobre a estátua do Corvo, parece sobeja prova para assentar, que só dominaria o ambiente, o que se relacionava com a descoberta da América.

Damião de Gois vive mais em convívio com filósofos e humanistas do que com gentes dos descobrimentos. O seu meio é selecionado; não admira pois que mais lhe prendam a atenção os factos do que as pessoas. Assim se explicam as perseguições que sofreu.

Em 1548, é nomeado guarda-mor da Torre do Tombo para substituir o filho de Rui de Pina, preso pela Inquisição por crime de heresia, do que o acusam mais tarde a ele também. Só 10 anos depois é que é encarregado pelo cardeal D. Henrique de escrever a *Crónica de D. Manuel*, que ficou concluída em 1567, mas que não agradou. Por esta data é que aparece também a *Crónica do serenissimo Principe D. João*, que é a narrativa dos factos ocorridos no reinado de D. Afonso V, em especial desde o nascimento do filho, o futuro sucessor D. João II.

É justamente esta crónica que particularmente nos interessa pelas referências que faz aos Açores. Também é nela, no Cap. VI que justifica ter pretendido escrever cousas tão memoráveis, já que tinha alcançado de Deus como natural destes reinos a graça de o poder fazer :

«pelo que me movi a fazer huma breve digressão nos dous capitulos seguintes, do que pude alcançar que se até o nascimento do Principe Dom João por meyo, e industria do Infante D. Hen-

rique, tratou, estes novos descobrimentos, o que me pareceo que era razão que fizesse, para se nesta Cronica, pois he de Principe destes Reynos, que depois foy Rey delles, se achar em suma aquilo que muyto por extenso houvera de ser escrito na Terceyra Parte da Cronica de ElRey D. João o I depois da tomada de Seuta até seu falecimento, que foy tempo de dezoite anos, dos quaes 18 anos não vi cousa que Fernão Lopes (que foy Chronista, e Guarda da Torre do Tombo e compoz de novo esta Chronica de ElRey D. João) escrevesse, a qual Terceyra Parte eu ousaria de afirmar que ele fez, mas como se lhe este trabalho roubou, não me atreveria a dizer por honra dos que depois dele escreverão; e posto que Gomes Eannes de Zurara, que succedeo no officio de Chronista, e Guarda mor da Torre a Fernão Lopes, nos dous livros, que fez dos feytos do Conde de Vila Real D. Pedro de Menezes, primeiro Capitão de Seuta (que acabou no ano do Senhor de 1463, trinta anos depois do falecimento do dito Rey D. João) trate brevemente na segunda Parte destes dous livros, no capitulo 26, acerca do ano de 1430 algumas cousas, que tocão ao negocio do Reyno; com tudo nestas novas navegações, que já neste tempo erão começadas, não fala nada, nem menos na Chronica do Conde de Viana D. Duarte, Capitão de Alcacer, que ele escreveo depois da do Conde D. Pedro de Menezes seu pay: mas pode ser que o fizesse na história da Guiné, que ele diz que compoz de que ha noticia, e se o não fez nesta historia, nem nas dos Condes, creyo que seria pelo Fernão Lopes ter feyto na historia Geral do Reyno, a que se muytas vezes Gomes Eannes se refere nesta do Conde D. Pedro e D. Duarte, na qual historia geral, Fernão Lopes continuou até à morte do infante D. Pedro, como mais largamente trato na quarta Parte da Chronica de ElRey D. Manoel capitulo 37, que compuz alguns anos depois desta, e deste tempo por diante se pode crer que continuasse Gomes Eannes, porque viveu muytos anos depois de ElRey D. Afonso V ter tomado aos Mouros a Vila de Alcacer, onde o mesmo Rey o mandou para ahi escrever os feytos, que este Conde de Viana D. Duarte de Menezes, e os da sua companhia fazião em Africa.....»

E como se fosse pouco ainda insinua que na crónica de D. Duarte :

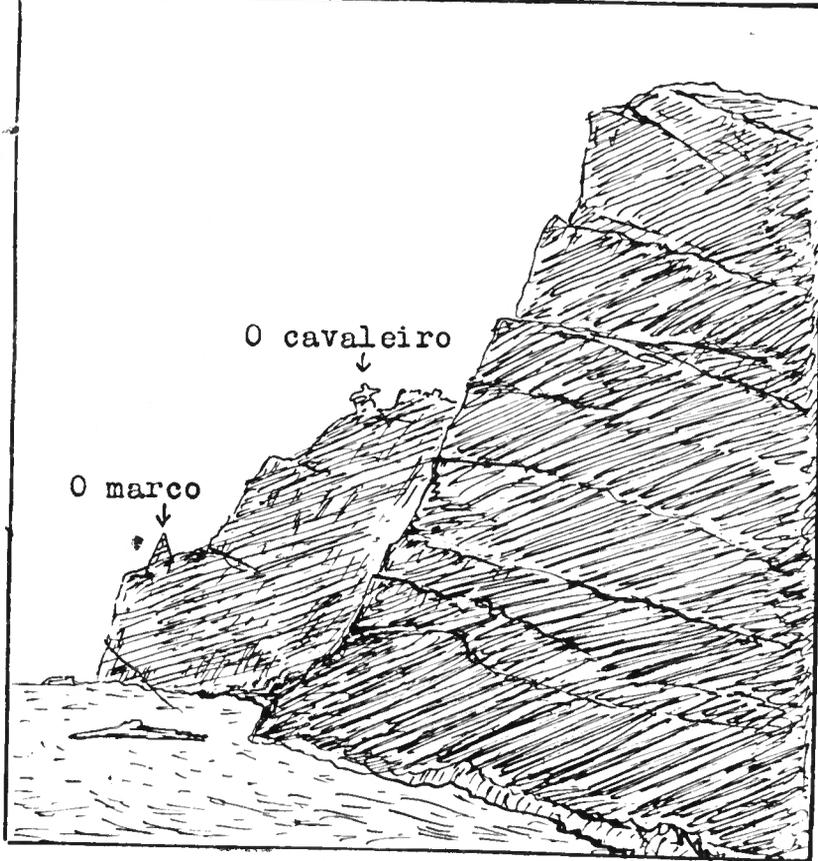
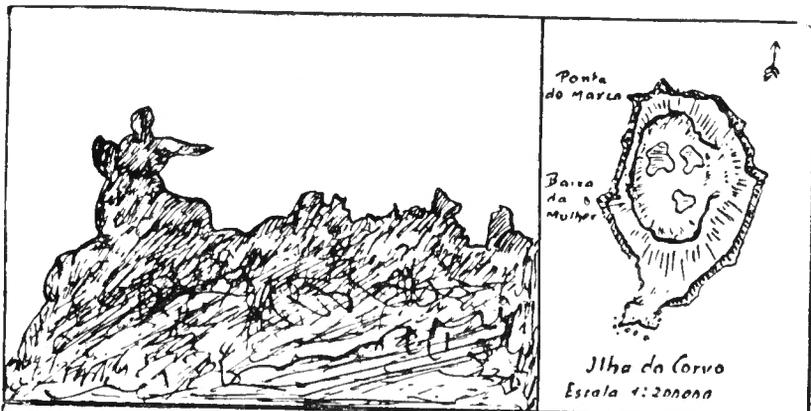
«todos os razuamentos, que na dita Chronica são escritos sobre a ida a Tanger, o que se bem conhece, e vê do estylo, e ordem acostumada do mesmo Gomes Eanes, posto que algumas palavras, e termos antigos, que ele usava no que escrevia com razuamentos prolixos, e cheyos de metáforas, ou figuras, que no estilo historico não tem lugar, estejam mudados em modo mais moderno de falar.»

Levanta assim Damião de Gois uma grave suspeita contra o seu antecessor na Torre do Tombo, o que fez cair sobre Rui de Pina uma fama pouco lisongeira e que deve ficar em suspenso, por não ser tão facilmente aceitável, que o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo fosse entregue a qualquer troca-tintas das letras e muito menos larápio.

Além do respeito a haver pela formação espiritual dos cronistas, ha que pensar, que a sua missão não estaria isenta de qualquer fiscalização e das respectivas sanções em matéria tão grave como a da violação dos arquivos. E se alguma coisa se passou, outros mais altos poderes se teriam levantado a ordena-los como o pode levar a pensar, referiria a terceira parte da Crónica de Fernão Lopes, dando à interferência de D. Pedro nos descobrimentos justamente o que lhe era devido, mas que conviria ou se ordenaria fosse suprimido, na mesma condenação de perpétuo esquecimento da memória dos homens depois da sua morte em Alfaroqueira.

É no cap. VIII que Damião de Gois fala na descoberta das ilhas, primeiro a Madeira e Porto Santo, a que dá o povoamento em 1420 e faz referência ao período de 1435 a 1440, da morte de D. Duarte e cativo de D. Fernando, em que não houve navegações :

«E deste tempo até o ano de 1455 em que ElRey D. João nasceu não achey cousa escrita, nem por memoria de qualidade para se dela fazer menção, salvo que já neste tempo erão descobertas as Ilhas dos Açores; o que se pode afirmar por testemunho, que disse da hum privilégio que ElRey D. Afonso V deu aos da Ilha de S. Miguel, porque lhes concedeu que não



Desenho da costa oeste da ilha do Corvo, feito pelo Exmo. Tenente-Coronel José Agostinho, mostrando o Marco e o Cavaleiro a que se refere Damião de Góis e ao alto, em pormenor, o bloco de basalto que figura essa estátua.  
Publicada na *Açoreano*, Vol. IV. Fasc. I, 1946, obsequiosamente cedido pelo mesmo Exmo. Sr.



pagassem dizima de tudo o que trouxessem a estes Reynos, a qual Ilha era do Infante D. Pedro, e o privilegio foi dado no ano do Senhor de 1447».

No cap. IX, em que o autor trata algumas particularidades das ilhas dos Açores e de uma antigualha, que nelas se achou :

«Estão estas ilhas Leste Oeste da rocha de Cintra, o são perto das 9 a saber, S. Miguel que foy a primeira que se achou, e apoz esta foy descoberta a de Santa Maria, e depois a Terceira, que se chama de Jesu Cristo, e logo S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flores e Corvo.»

Sem ter conhecimento de vista das ilhas, Damião de Gois por raciocínio ou outras informações, dá-nos uma seriação da descoberta das ilhas perfeitamente de acordo com a sua situação geográfica e até com a rota que devia seguir o navegador. Bastaria o que tal conceito significa de originalidade para afirmar a alta cultura e exigência espiritual de Damião de Gois. Quem procure as ilhas, bolinando de norte a sul, pode muito bem encontra-las por esta ordem.

Sobre a ilha do Corvo faz uma referência muito especial, dizendo que os mareantes lhe chamam a Ilha do Marco e que nela existia uma estátua apontando o ocidente — a América.

«Destas Ilhas, a que mais está ao norte é a do Corvo, que terá uma legua de terra; os mareantes lhe chamam Ilha do Marco, porque com ella (por ter uma serra alta) se demarcam, quando vem demandar qualquer das outras. No cume desta serra da parte do Noroeste, se achou uma estatua de pedra posta sobre uma lage, que era um homem em cima de um cavallo em osso, e o homem vestido de uma capa como bedem, sem barrete, com uma mão na coma do cavallo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos chamam index, com que apontava contra o poente. Esta imagem, que toda sabia mocissa da mesma lage, mandou el-rei D. Manoel tirar pelo natural, por um seu creado debuxador, que se chamava Duarte Darmas; e depois que viu o debuxo, man-

dou um homem engenhoso, natural da cidade do Porto, que andara muito em França e Italia, que fosse a esta ilha, para, com aparelhos que levou, tirar aquella antigualha; o qual quando d'ella tornou, disse a el-rei que a achara defeita de uma tormenta, que fizera o hynverno passado. Mas a verdade foi que a quebraram por mau aso; e trouxeram pedaços d'ella, a saber: a cabeça do homem e o braço direito com a mão, e uma perna, e a cabeça do cavallo, e uma mão que estava dobrada, e levantada, e um pedaço de uma perna; o que tudo esteve na guarda-roupa d'elrei alguns dias, mas o que depois se fez d'estas coisas, ou onde se poseram, eu não o pude saber.

Esta Ilha do Corvo e Santo Antão forão de João da Fonseca, escrivão da Fazenda de Elrey D. Manoel e dele as herdou seu filho Pero da Fonseca, escrivão da chancelaria do mesmo rei e de ElRey D. João III, seu filho, o qual Pero da Fonseca no ano de 1529 as foy ver, e soube dos moradores que na rocha abaixo d'onde estivera a estatua, estavam entalhadas na mesma pedra da rocha umas letras; e por o logar ser perigoso para se poder ir onde o letreiro está, fez abaixar alguns homens por cordas bem atadas, os quais imprimiram as letras, que ainda a antiguidade de todo não tinha cegas, em cera que para isso levaram: contudo as que trouxeram impressas na cera eram já mui gastadas, e quasi sem forma; assim que por serem taes ou poventura por na companhia não haver pessoa que tivesse conhecimento mais que de letras latinas, e este imperfeito, nem um dos que alli se achavam presentes soube dar razão, nem do que as letras diziam, nem ainda poderam conhecer que letras fossem».

Fizemos esta longa transcrição, hoje de considerar em desmerecimento do autor, para justificar quanto preocupou o cronista o reflexo das opiniões que se agitavam no seu tempo. O caso da estátua devia ser contada com tais pormenores, que Damião de Gois se não pode eximir, não obstante a sua illustração, a esse contágio deturpador.

A distância a que estamos, não podemos negar a veracidade da existência destes pedaços de estátua, tanto mais que o diz um cronista da responsabilidade intelectual de Damião de Gois.

Está-se em plena efervescência sobre os conhecimentos das terras ocidentais e já se acendem disputas tirando a Colombo grande parte da sua glória. A ilha do Corvo é um marco para a navegação — *por ter uma serra alta*, diz o cronista. À ilha vinham ter os navios no regresso da rota do ocidente, auxiliados na marcha pela corrente do Golfo. Os recortes da rocha, vistos de longe são caprichosos; o perfil do cavalo e do cavaleiro reconstitue-se assim ao largo na maior semelhança com a forma dessas figuras.

Era tanta a convicção da estátua — «esta imagem, que toda sabia mocissa da mesma lage», que o rei D. Manoel a manda apear, naturalmente para a guardar ainda como triunfo do seu reinado.

Até que ponto a vontade dos reis tem de ser cumprida e executados os seus desejos, só o poderia explicar o homem que foi mandado apear a estátua e a não encontrou pela simples razão de que nunca existiu. Mas creio piamente que os destroços citados pelo cronista, deram entrada no guarda-roupa do rei, o tempo bastante, para não deixar ficar mal o que fora pura e simples credulidade do soberano e foi preciso colorir com estes aspectos de realidade para evitar o ridículo.

Nem vale discutir o calor com que crédulos e descrentes, durante largo tempo, debateram a questão. Ainda hoje lá está o cavaleiro, como já o verifica em 1851, o major do corpo de engenheiros, António Homem da Costa Noronha, (*Revista dos Açores*, T. I) e como até o podem ver no desenho do Tenente-coronel José Agostinho, reproduzido na *Açoreana* de 1946 (n.º 1, Vol. IV), mas apenas na figuração dum perfil da rocha.

### JOÃO DE BARROS

Na sua *Década* 1.<sup>a</sup> também encontramos referência aos Açores e tanto no que a antecede, como no que se lhe segue, percebe-se que o autor foi colher a notícia à crónica de Zurara, privilégio que parece não ter usufruído Damião de Gois.

A primeira *Década* aparece em 1552; a *Crónica do Príncipe D. João*, de Damião de Gois, em 1567. São 15 anos de diferença. Se este é nomeado guarda-mor da Torre do Tombo em 1548, é de presumir que antes dele já João de Barros compulsava os arquivos, para 4 anos depois poder sair com o primeiro volume da sua obra.

É a história da Índia que se propõe escrever, para o que é nomeado por morte do tio, Lourenço de Caceres, que disse fora encarregado. Nascido em 1496, tem então 56 anos, a idade madura do conceito formado e da opinião assente. O seu modo de pensar traduzo por estas palavras — «mais trabalhamos no substancial da Historia do que no ampliar as miudezas que enfadam e não deleitam».

Tem personalidade, uma nova orientação que o destaca de todos os anteriores cronistas. Por isso não agrada. Suscita invejas, inimizades. Da primeira e segunda *Décadas*, que aparecem a seguir em 1552 e 1553, até publicar a terceira, decorrem dez anos e só a consegue imprimir em 1563. A sua obra é recebida com hostilidade.

Contra esse desagrado justifica-se com esta superioridade :

«os escritores dos individuos não podem dar conta e quem muito procura por eles quebra o nervo da Historia, parte onde está toda a força dela»

mas a sua seriedade encontra ao tempo mais favor no estrangeiro do que no país. A sua honestidade afirma-se na consulta de documentos e no relato de tudo que respeitava ao Oriente, sobre o qual mostra grandes conhecimentos e dá preciosas informações.

É na *Década 1.<sup>a</sup>*, L.<sup>o</sup> II, Cap. I, que fala nos Açores e dele transcrevemos a parte especial que nos interessa das seguintes referências relativas ao período de D. Afonso V :

«Mas como logo no principio que ElRey começou governar antrelle, e o Infante D. Pedro seu tio que fora Regente destes Reynos houve a differença, que na parte de Europa relatamos, e assi idos de Africa e Castella, que quasi occuparam a vida del-Rey, causou não levar o fio deste descobrimento tão continuado como no tempo do Infante D. Henrique foi; de escrever os quaes feitos teve cuidado Gomezeanes de Zurara, cronista destes Reinos, homem neste mister da historia assaz deligente, o que bem mereceo o nome do officio que teve; porque se alguma cousa ha bem escrita das Cronicas deste Reino he da sua mão, assi dos tempos, em que elle concorreo, como d'alguns atraz, de cousas de que não havia escritura: e estas que elle

escreveo deste descobrimento do tempo do Infante D. Henrique (segundo elle diz) já as recebeo de um Afonso Cerveira, que foi o primeiro que as poz em ordem, do qual Afonso Cerveira nós achamos algumas cartas escritas em Beny, estando elle ali feiturizando por parte delRey D. Afonso. E posto que tudo, ou a maior parte do que té qui escrevemos, seja tirado da escritura de Gomezeanes, e assi deste Afonso Cerveira, não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas, e por papeis rotos, e fora da ordem, que elle Gomezeanes levou no processo deste descobrimento. As cousas do tempo delRey D. Afonso, como elle prometeo, não as achamos, parece que teria a vontade, e não o tempo; ou se as escreveo, serão perdidas, como outras escrituras, que o tempo consumio. Por tanto o que escrevemos do tempo delRey D. Afonso não são mais que algumas lembranças, que achamos no Tombo, e nos livros da sua fazenda, sem aquella ordem de annos que seguimos atras, somente huns fragmentos deste descobrimento. Nas quaes lembranças achamos, que no anno de quatrocentos quarenta e nove deo ElRey licença ao Infante D. Henrique que pudesse mandar povoar as sete Ilhas dos Açores, as quaes já naquelle tempo eram descubertas e nellas lançado algum gado per mandado do mesmo Infante, per hum Gonçalo Velho Comendador de Almourol junto da Villa de Tancos. E no anno de quatrocentos cincoenta e sete fez ElRey mercê ao Infante D. Fernando seu irmão de totalas Ilhas que té então eram descubertas, com jurisdição de Cível e Crime, e com certas limitações. E no de quatrocentos e sessenta fez o Infante D. Henrique doação ao Infante D. Fernando seu sobrinho, e filho adoptivo destas duas Ilhas, Jesus e Graciosa, reservando sómente pera si a espiritualidade, que era da Ordem de Christo, que elle governava, a qual doação confirmou ElRey em Lisboa a dous de Setembro do mesmo anno.►

Importa a extensão do que acabamos de transcrever para tirar uma conclusão. João de Barros procurando documentações para o seu trabalho na parte respeitante aos descobrimentos do tempo de D. Afonso V, não os encontra, tanto mais que Zurara prometera deles

tratar e não o achava. O que relata foi — «tirado da escritura de Gomezeanes e assi deste Afonso Cerveira.»

Depreende-se portanto que conheceu a *Crónica da Guiné* e seria a sua vista a última dos que a viram até um século depois do seu aparecimento. Mas a exigência documental de João de Barros queria mais: vai à própria chancelaria procurar novos registos e com surpresa verifica que no arquivo do rei a desordem é manifesta.

Nem no Tombo, nem nos livros da sua Fazenda se encontram referências suficientes, pois não vão além de «algumas lembranças» e não é pequeno o trabalho que teve para se documentar — «em ajuntar cousas derramadas e per papeis rotos e fóra da ordem, que elle Gomezeanes levou no processo deste descobrimento», cronista a quem considera como homem — «que bem mereceo o nome do officio que teve», mas por estes dizeres também se levanta a dúvida se a *Cronica da Guiné* já não seria perdida, pois é certo que a não cita em especial.

O facto inegável, verificável, é que o arquivo estava em grande desordem. Um trabalho propositado de razia e desaparecimento de dados importantes, é de concluir fosse o motivo. Dele ficam sinais, papeis rotos, sem ordem, alguns fragmentos documentais e raras lembranças nos livros da Fazenda real.

Quem o fez não teve o cuidado de esconder o acto que praticava. Não temeu que a descoberta desse vandalismo tivesse a penalidade merecida. Pelo contrário, até parece que lhe doi tanto destruir, porque deixa — fragmentos e papeis rotos, fora de ordem — para que alguma coisa fique.

Assim o parece também compreender João de Barros porque não incrimina nenhum dos guarda-mores do arquivo. O facto passara-se por qualquer razão acima da maldade dos homens, que não temeram, que se não esconderam e que não são condenados como criminosos.

É fácil lançar sempre sobre alguém a culpa das consequências dum acto de que se não conhecem pormenores acerca dos autores e dos motivos que o originaram. Sobre cronistas e sobre reis, foi fácil lançar a culpa e fazer impender a leviana conclusão de que o fizeram, por maldade uns, para que desaparecessem provas do valor alheio; por vaidade outros, para que só para eles ficasse a glória dos grandes feitos.

Seria de concluir, que tamanha pequenez d'alma, não podia de

facto criar grandes feitos; mas estes fizeram-se, o que torna incompatível um tal acto de mesquinhez com o valor dos grandes homens da-quele tempo.

Os feitos grandiosos só podem de facto ser praticados por gente de elevada estrutura interna nos conceitos de nobreza e pureza de alma, tão necessária ao artista, como ao cientista, como ao letrado e até ao político. A mesquinhez humana não pode criar o grandioso; a sua exteriorização nunca fará passar do insignificante o acto que pratica. E grandiosa foi toda aquela época.

O desaparecimento do arquivo só pode encontrar como explicação uma imperiosa necessidade do Estado, que obrigasse a suprimir documentações, que, parece, até ao próprio arquivista custou executar integralmente. Nessa voragem acabou por desaparecer a própria *Crónica dos feitos da Guiné* de Zurara, como a 3.<sup>a</sup> parte da *Crónica de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V*, da autoria de Fernão Lopes. Tudo que apanha o período da descoberta e colonização dos Açores, desaparece nesse grande mistério. De Zurara, a quem é encomendada a *Crónica da Guiné*, desaparece também a *Cronica de D. Duarte*. É manifesto que se trata dum desaparecimento intencional e não ocasional.

Só ficou o que não importa conhecer em melindre ou contingência com essa superior razão de Estado. E dos Açores apenas as referências que João de Barros aponta como essencialmente conhecidas e sem levantar dúvidas: — que em 1449 foi dada ordem para

«povoar as sete ilhas dos Açores, as quais já naquelle tempo eram descubertas e nellas lançado algum gado per mandado do mesmo Infante, per hum Gonçalo Velho».

A prova de que João de Barros viu bem e nada mais encontrou, é fazer referência a um documento de 1457 que mais ninguem encontrou e se não encontra transcrito em parte alguma.

### GASPAR FRUTUOSO

As informações de Gaspar Frutuoso sobre a descoberta dos Açores, já as analizamos no trabalho anterior, de que este é complemento.

Não obstante ter vivido a pouco mais de um século do seu povoamento, o que indaga, o que colhe, o que deixa escrito, é tudo vago, impreciso, às vezes contraditório.

Marcando a data de 1431 para a primeira viagem de Gonçalo Velho e o achado de S. Miguel em 1444, no n.º 9, do Cap. I, do L.º IV, diz o seguinte :—

«E logo no ano de mil e quatrocentos e quarenta e nove elRey D. Afonso, sendo ainda no primeiro ano do seu reinado, deu licença ao infante D. Henrique, seu tio, para mandar povoar estas ilhas dos Açores, que havia dias que eram descobertas».

A notícia é extraída, integralmente, de António Galvão, sem medir o que chocava com os seus dados anteriores.

A sua versão da descoberta das ilhas, na primeira viagem de Gonçalo Velho, a ver só as Formigas, sem mais procurar, desiludido, como um inábil navegador, é uma história de se ouvir à lareira na conversa de gente rude, mas não para um letrado formado em Salamanca em duas faculdades.

Aquela fantasia do Infante saber que S. Miguel era maior que Santa Maria, uma ilha, outra ilheu, até parece credence de poder de adivinho, que não condiz com a categoria dum sacerdote. A própria versão da descoberta das outras ilhas estende-se pelo campo duma ignorância geográfica já esclarecida no seu tempo, pois quem vê uma, vê todas as outras do grupo central. Dos seus dizeres tira-se a convicção de que ele atribue os factos mais ao acaso do que à ciência. De resto não tem nenhum espírito crítico.

Talvez daí venha a explicação do giro da sua vida. Formado em Artes em 1549 e em Teologia em 1558, está em Bragança a partir de 1560 como coadjutor do Bispo D. Julião d'Alva, mas em 1565 surge como simples vigário na matriz da Ribeira Grande. Esta formidável descida, sem explicação, parece indicar um falhanço na vida. Estava então com 43 anos, a idade do triunfo intelectual, do sólido potencial do espírito, do assentamento na sociedade e na profissão.

Já a sua formatura em teologia com 36 anos, nove depois do curso em Artes, tem qualquer coisa de anómalo. Hoje como ontem, é idade de estudante cábula, veterano de vida académica.

Como simples vigário permanece assim durante mais de 20 anos, sem qualquer produção literária que se lhe conheça, sem tendências de cronista, pois os seus biógrafos lhe atribuem já com 64 anos, entre 1586 e 1590, o ter-se dedicado ao escrito do seu livro. Ele é a *Verdade* que a *Fama* procura—«querendo eu contar as cousas desta ilha de S. Miguel em que vivo, disse à Fama», e é ainda a *Verdade* que se espande no L.<sup>o</sup> I.<sup>o</sup> em considerações que revelam mágua e desilusão.

Nos últimos anos da sua vida, já doente, é que começa a escrever. Tem 64, morre com 69, em 1591. Fazendo grandes referências no começo da obra a factos relacionados com o ano de 1590, prova que ainda estava no princípio do manuscrito já em vésperas de morrer.

Parece sobressair o desejo de mostrar agora o valor das suas formaturas. Até em certas passagens transluz a preocupação de fazer obra de cronista e é natural supor, que o desejo lhe surgisse ao tomar conhecimento do *Tratado dos Descobrimentos*, de António Galvão, possivelmente da crónica de Damião de Gois a quem chama «douto e grave cronista», ou das *Décadas*, de João de Barros, que ele revela conhecer bem, completando para as ilhas o que qualquer deles não dizia. Assim o parece indicar o que escreve logo no começo do Cap. XXVII, do L.<sup>o</sup> I — «quero começar a contar o duvidoso e incerto destas ilhas, que dias ha que são descobertas», o que para o seu tempo era o desconexo de perto de século e meio de distância já passada.

Mas são desilusão da mocidade, dolorimento de intuítos mal compreendidos, confissão de desgostos passados e experiência que se lastima, quando revela aquele desterro da *Verdade*, ele próprio, na serra de S. Miguel com os tres aforismos no peito — «não digas quanto sabes; não creias quanto ouves; não desejes quanto vês».

Já os ímpetos da mocidade vão passados, já se cerca de cuidados para poupar dissabores. Quando se refere aos latrocínios de Drake, feitos por ordem da rainha de Inglaterra — «como isso sejam materias de estado, não convem ir mais adiante» — e até esta parte do parágrafo estava riscado na cópia de que se fez o extracto do L.<sup>o</sup> I.<sup>o</sup>, reprodução igual por certo ao que estava no original. Não segue contudo a essência dos tres aforismos: do que é lícito supor devia saber, deixa a confusão; do que ouve, por mais inverosímil que seja e

devia assim parecer a um homem formado em duas faculdades, tudo acredita.

Não iremos ao extremo do morgado André da Ponte Quental, avô paterno de Antero de Quental, poeta, amigo íntimo de Bocage, parlamentar das constituintes de 1821, para quem a obra de Gaspar Frutuoso era — «totalmente inutil e de uma prolixidade fastidiosa e insuportavel; em estilo semi-barbaro, cheia de trapalhadas e absurdos ridículos, como pode verificar quem tiver paciencia para ler tanta palheirada.»

Mas ha frases de Frutuoso, que são característica própria das pessoas insignificantes, que só acham modo de sobresaír diminuindo nas outras, quando vê — «muito gastar e pouco ter, muito falar e pouco saber, e muito presumir e pouco valer». Se era remoque para os seus contemporâneos, pouco respeito devia haver pelo seu saber e pela sua pessoa na «terra da desigualdade», como chama à sua, onde «mais blazona aqui de fidalguia o rico vilão que o fidalgo nobre e mais presunção tem de saber o tosco nescio que o discreto sabio».

Na idade da condescendência, já velho quando escreve, ha qualquer coisa retida que o faz ainda desabafar deste modo. Quem sabe se nesse escorregar do que devia ser condescendência sacerdotal para os defeitos alheios, batendo-os com remoques para poder sobresaír, estará a razão máxima da sonegação do seu manuscrito pela Companhia de Jesus, completamente ignorado durante 169 anos, até ao dia em que o sargento-mor Antonio Borges de Betencourt deu com ele, fazendo o arrolamento dos livros dos jesuitas, depois da sua expulsão em 1760.

Em toda a sua obra se encontra de facto um formidável desequilíbrio. O próprio P.<sup>c</sup> Cordeiro, seu maior admirador, não o esconde quando diz — «apontarey o que elle traz disperso & desunido em muytas & muy diversas partes, como muytas vezes faz em seu antigo estylo».

É autêntica e brilhante crónica, o pormenor com que descreve o saque da cidade do Funchal pelos franceses em 1566, para noutros pontos ser confuso, com repetições, sem plano e até disparatado em dados cronológicos e historiográficos. Estes contrastes da sua formação intelectual e da sua cultura, ao alcançar a idade já madura do conceito, mas ainda não decrépita para uma tal exteriorização, pode até

servir de índice explicativo para o seu insucesso junto do Bispo de Bragança, onde se demora apenas cinco anos escassos.

As *Saudades da Terra* seriam assim a melhor e mais elegante explicação para o seu regresso à ilha natal, mas que ele pretendeu fazer uma *Historia das ilhas* depreende-se de algumas passagens da sua obra. É muito confuso sob esse ponto de vista o que escreveu e ainda dá trabalho respigar no seu o livro, o que propriamente aproveita entre tanta futilidade e desconexo. O que nele essencialmente sobressai é a parte descritiva, que constitue o máximo interesse do manuscrito.

Mal se pode admitir, que no seu tempo se tivesse o conceito de navegação, que traduz a sua narrativa sobre as viagens de Gonçalo Velho. A indecisão que ele põe no navegador, só serve para manifestar a ignorância do cronista nos mais elementares princípios de navegação à vela, pondo ao sabor do acaso o que já era então ciência e experiência certa. Ainda o podia salvar, na conta de bom juízo crítico, o que escreve no Cap. XII, do L.<sup>o</sup> III, sobre a descoberta da Terceira:

«e commumente se diz (ainda que em seu logar direi o que outros dizem e sentem por mais certeza) que vindo o dito Frei Gonçalo Velho a esta empreza, mandado do dito Infante, descobriu primeiro a Ilha Terceira e depois a de São Jorge e Graciosa, com o que o Infante lhe ficou mais afeiçoado.»

Mesmo que não fosse na primeira viagem, traduziria a ideia das singraduras que os navios tinham de fazer de norte a sul para atingirem os Açores, preceito comezinho de navegação à vela, ainda hoje seguido, e assim será sempre segundo as direcções dos ventos do sudoeste ou do noroeste. Um simples reparo naquela informação, seria legítimo motivo para lhe levantar a dúvida sobre o que aquela hipótese podia traduzir, em vez da fantasia de vir o navegador direitinho como uma seta rachar sobre as Formigas e ficar Gonçalo Velho boquiaberto, desiludido, voltando na mesma linha inflexível de regresso, como se o puxasse um mágico cordão de sirga, que ficasse preso no continente. Nem as aves tão citadas pelos navegadores e explicativas do achado de algumas ilhas, apareceram para indicar, que por ali perto outras terras haveriam.

Prometia Frutuoso «em seu logar» voltar ao assunto, provavelmente quando tratasse da Terceira, mas ele que em 1590 ainda escreve sobre a Madeira e conta a investida de Santa Maria pelos corsários franceses, em 2 de Novembro de 1589, dois anos antes de morrer, não podia concluir o seu livro em relação às outras ilhas. Até é curioso, que contando sucessos desta ilha com grandes pormenores, não fale da passagem de Colombo, de regresso da América, em 15 de Fevereiro de 1493, o que deu origem a episódios importantes, que o obrigaram a demorar em Santa Maria até ao dia 24 seguinte, quando ao mesmo se refere no propósito da sua ida a Lisboa para amesquinhar D. João II, mostrando-lhe os sucessos da sua viagem, antes repudiada pelo rei português.

Perdeu-se de facto, o que podia ser uma explicação ou mesmo uma valiosa informação, o que Frutuoso prometia dizer «em seo logar» quando tratasse da Terceira. O livro VI que se refere às *ilhas de Baixo* não é da sua autoria. Segundo o morgado João d'Arruda que viu o manuscrito, o teve em seu poder e o copiou em parte, o L.<sup>o</sup> VI não é da letra de Frutuoso e o que afirma é tão categórico, as apreciações que faz tão minuciosas, que não ha que duvidar e são bastantes para se lhe dar todo o crédito.

É de pensar, que a obra de Gaspar Frutuoso, entregue aos jesuitas do Colégio, fosse depois completada por algum dos padres da Companhia, com elementos possivelmente já colhidos ou com outros adquiridos e acrescentados, até em outros capítulos com factos posteriores, como uma simples análise da obra o revela. E perdeu-se com Frutuoso o rico manancial de informações, que poderia colher, se possuísse o espírito crítico necessário à grandeza da obra que se propoz escrever.

Mas que o livro VI foi acrescentado logo a seguir, é indicativo do facto o conhecimento que dele nos dá Fr. Diogo das Chagas, o cronista que se lhe segue e escreve à roda de 1665 ou seja pouco mais de meio século depois.

Não obstante as deficiências de Gaspar Frutuoso, para o poder pôr na primeira plana como informador da descoberta dos Açores, tem a seu favor o que nenhum outro pode apresentar, ou seja, residir nas ilhas um século depois de serem conhecidas, e ter a possibilidade de colher directamente dos descendentes das gentes que acompanharam

Gonçalo Velho ou deles parentes mais próximos, em situação de destaque na ilha, informações em primeira mão sobre as viagens deste navegador a caminho dos Açores.

Em toda a sua obra Gaspar Frutuoso revela um poder de dedução tão fraca, que ao indicar Gonçalo Velho como o descobridor das ilhas, deve ter encontrado a notícia na certeza dum conhecimento assente entre todos os descendentes dos primeiros povoadores, os quais a tal distância seriam netos com memória tão certa como cronológica e genealógicamente o podiam de facto ser.

\*

\* \*

De toda esta — Revisão ao problema da descoberta dos Açores — não se tiram dados precisos, datas irrevogáveis, certezas definitivas, acerca desse feito. Não se tira, de resto, igualmente para nenhuma das outras descobertas que a antecederam ao longo da costa de Africa ou se lhe seguiram na proximidade dos primeiros anos que das ilhas houve conhecimento.

O que se passa com a falta de registos precisos sobre a descoberta dos Açores, verifica-se ainda depois quanto ás ilhas em pleno Atlântico sul — Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e até da Trindade, junto á costa brasileira.

Incontestavelmente todas descobertas por portugueses, para estas e muito outras no Oceano Indico, só se pode tirar alguma conclusão sobre as datas aproximadas em que foram encontradas, por um aturado estudo de análise, comparação e dedução, dos relatos das viagens das nossas armadas a caminho da India.

Para algumas figura a menção de se avistar uma ilha sem nome se lhe chegar a pôr.

A explicação tem de ser sempre a mesma: Como passara sem importância a descoberta dos Açores, ilhas desabitadas e sem riquezas a explorar, o mesmo se verificava então para essas outras dispersas e pequenas ilhas em pleno Atlântico sul, que iam sendo avistadas pelas nossas armadas ao acaso da rota e por imposição dos ventos, na ida ou no regresso da India, objectivo máximo e dominante dessas viagens.

Não pensamos que fosse por razão de sigilo, nem tão pouco por propositada incerteza. A mesma dúvida subsiste para todas as navegações dessa época.

Porque?

Não se encontra explicação mais satisfatória do que a memória dos homens a querer substituir os registos. Os velhos julgam que a morte nunca lhes chega. A recordação vai com eles para os túmulos, e os novos desse tempo, com idênticos anceios de descoberta e conquista, pensam sempre mais no que vêem, do que nas coisas que os outros lhe dizem ter visto.

Zurara encarregado de escrever uma crónica laudatória do Infante D. Henrique, não encontra datas precisas. Diogo Gomes, o velho marinheiro, conhecendo bem os factos, ignora-as também, esquecendo até as dos seus próprios episódios.

Mas não obstante essa falta, não se pode negar que os factos se passaram com ele, como com os outros, e não se compreende que tendo-se encontrado feitos importantes de Gonçalo Velho, ao longo da costa africana, fosse necessário ocultar estes que mais o fazem acreditar como navegador, quando veio por mandado do Infante procurar as ilhas, que se pensava poderiam existir pela mesma razão que as do arquipélago da Madeira, achadas 12 anos antes. E que essa ideia de mais ilhas prevaleceu sempre e era aceitável outras existissem no grande mar Oceano, o Atlântico, demonstra-o ainda a sequência de expedições para oeste, porque antes de Colombo, já para lá navegavam os nossos à procura das riquezas fabulosas da Antilia e Sete Cidades, então no domínio acreditável duma fantasia sem limites.

Foi a quebra desse entusiasmo, na certeza de que elas se não encontravam em tão baldadas pesquisas, que levou D. João II a regeitar a proposta de Colombo e a firmar depois a sua exigência, para que no tratado de Tordesilhas, o meridiano a demarcar a zona espanhola, ficasse para oeste 370 léguas a partir das ilhas de Cabo Verde. E veja cada qual num dos mapas mais modernos que tiver à mão, quanto isso representava de conhecimento geográfico e certeza. Um navio partindo nesse sentido e percorrendo essa extensão, não encontraria nenhuma terra.

Nenhum dos documentos em que se faz cavalo de batalha, para negar a Gonçalo Velho a glória da descoberta dos Açores, vale mais

do que os que o indicam como tal. Mas ha que dar ao velho navegador não só a glória, como também a competência para realizar o empreendimento com todos os preceitos de ciência nautica, descobrindo as ilhas todas por uma só vez. Não encontramos, que o negue, nenhum dos cronistas que citamos e até o parecem afirmar os dizeres de alguns.

Pensar que a gente de então empregava a linguagem no mesmo sentido e significado com que hoje o fazemos, não passa duma presunção, para querer impor a 5 séculos de distância os significados do dicionário actual. Mandar povoar era certamente o melhor título de posse. Ontem como hoje, é o inegavel da nacionalização. O descobrir ficava na recordação, mas o mandar povoar era a efectivação dum direito.

É já começo de posse, quando Gonçalo Velho volta a deitar gado em todas as ilhas, o que só se efectiva quando vem os primeiros colonos assentar as raizes da nacionalidade para um dominio incontestável. Mas também não pode ficar dúvida que se ele veio deitar gado com toda aquela certeza da situação das ilhas, é porque sabia bem o lugar onde todas elas ficavam. Tinha a derrota bem marcada e isso só podia verificar-se tendo já vindo a elas—a sua primeira viagem de 1431.

O mapa de Bianco de 1439, apontando o mar dos Sargaços e a situação das Flores e Corvo em condigna distância com as outras ilhas; as referências de Behaim; a legenda da carta de Valsequa; as próprias informações que colhe e tão mal analisa Gaspar Frutuoso, são dados todos concordes, para assentar, que o empreendimento se fez por uma só vez, e só o poderia ser como já o figuramos, dirigindo o navegador a sua rota em longos zigue-zagues de norte a sul, procurando metódicamente, como quem varre uma sala à procura dum diamante, passo a passo, singradura a singradura, no mar imenso, o que tinha fatalmente de encontrar se lá existisse.

E como de facto existiam, assim se descobriram as ilhas dos Açores.

O próprio dispositivo em que estavam as ilhas da Madeira e Porto Santo, uma mais ao norte, outra mais ao sul, uma mais a leste, outra mais a oeste, daria ao mais insignificante estudo sobre o caso, a conclusão que só por aquele processo de navegar se poderiam encontrar ilhas dispersas no mar imenso. Mas não obstante a simplicidade do raciocínio, não consta que alguém tenha pendido para acerto tão insignificante.

## REVISÃO AO PROBLEMA DO POVOAMENTO

Se o problema da descoberta, deu origem às dúvidas e incertezas que vimos de analisar, o do povoamento das ilhas não deixa menores hesitações, quanto à data do seu início e mesmo quanto ao volume e categoria dos colonizadores.

Mas se pròpriamente de descoberta não falam as crônicas, sobre povoamento fazem todas elas uniforme referência. Para muitos, os dois termos teriam significação idêntica e pretende-se concluir que a palavra descobrir seria empregada muitas vezes no sentido de tornar a ver.

A ilha encontra-se descoberta, no sentido de visível, é ainda hoje muito usual expressão dos marítimos.

Parece até que a notação do povoamento tinha preferência sobre o conhecimento da descoberta e isso está também em relação de boa harmonia com o que os cronistas nos deixaram escrito, mais referindo sucessos quanto aos povos que encontravam do que pròpriamente quanto a precisões sobre as datas em que os encontraram.

Quem analisa as crônicas de Zurara ou as narrativas de Diogo Gomes e Valentim Fernandes, encontra apenas vagas referências aos anos em que os sucessos se realizaram. Uma preocupação dominava todo o empreendimento das descobertas, conhecer povos, as suas riquezas comerciais, as possibilidades de aproveitamento mercantil. Na recordação dos mareantes e no registo dos sucessos, ficava apenas o vago — *pelo ano de...* facto passado que tinha a evidência perdurável duma aquisição que se usufruia e já esquecera na memória do seu início.

O que se passava então, é o mesmo que hoje se verifica com o usufruto de tantas outras descobertas em todos os campos da actividade humana. Saberá ao certo cada aviador quando se voou pela primeira vez? Lembrar-se-ha qualquer engenheiro mecânico quando se descobriu o primeiro motor de explosão? Conhecerá a fundo qualquer biologista a data precisa em que se ensaiou a primeira imunização?

O empreendimento contínuo das descobertas, multipartido por inúmeras actividades, tem a data incerta de todos os que conceberam, combinaram, prepararam e se arrojjaram ao mar nesse impulso contínuo e temerário de devassar os segiedos do Oceano imenso. É obra de muitos, igual no esforço, no intento e na realização, tão uniformemente repartido por todos, tão continuamente seguida, que não havia registos de referência de uns para outros. Até se pode pensar que esse esforço entraria já no domínio da banalidade, à força de repetição.

Para os mareantes não seriam feitos de estarrecer; para quem os mandava executar, teriam apenas o apreço da compensação a tirar.

Pensará um construtor de aparelhos receptores radiofónicos, quanto é pequena a melhoria e perfeição que lhe introduz, em face da grandeza da descoberta da primeira onda herteziana? Contudo só se regista, se nomeia e se apreciam, os primores desse aperfeiçoamento, a ninguém lembrando a descoberta inicial.

A procura das ilhas dos Açores, sugerida, naturalmente, mais por dedução lógica com a revelação da existência da Madeira e Porto Santo, do que por conhecimento da sua figuração em mapas e portulanos, tem um intuito determinado e preciso de descoberta. Mas também é de pensar, tenha trazido, inicialmente, mais desilusão que regosijo.

Pequenas, desabitadas, dispersas, sem riquezas, meta principal dos empreendimentos marítimos, é natural que de entrada, nos primeiros anos, fossem tomadas como aquisição sem grande valor.

A demora que se regista no seu povoamento, está mais de acordo com esta suposição, do que com a dificuldade de arranjar colonos, que vemos surgirem depois em maior volume e valor, justamente quando maior amplitude nos empreendimentos pareciam mais dificultar, poder contar-se com disponibilidades humanas para a sua colonização.

Se a Madeira é descoberta em 1419 e já em 1420 se registam começos de colonização, para os Açores, ao contrário, fora os vagos indícios que levam a suspeitar que desde 1432 Gonçalo Velho começou a transportar colonos para Santa Maria e S. Miguel, só a partir de 1449 se verifica um intensivo movimento de colonização nas restantes ilhas dos Açores. Se o facto para a Madeira se explica e não ha outro melhor, pelo valor da ilha como ponto de passagem na ida e no regresso dos empreendimentos ao longo da costa africana, só encontramos para os Açores, correlativo com aquela data, que melhor o ex-

plique, o aparecimento dos flamengos na Terceira, impondo a capitania a um estrangeiro dessa nacionalidade, que se ficou chamando Jacomo de Bruges.

Era o avanço dos povos do norte para o sul, a consumação da intentada persistência com que outros pretendiam chegar também ao contacto dos povos da costa africana, onde brilhava a miragem do ouro, que todos ambicionavam. Só a partir de então se pode compreender o volte face do indeferentismo pelo povoamento açoreano durante 20 anos, para lhe dar o incremento que se verifica a partir de 1450, data em que é dada a capitania da Terceira a Jossue Van den Berg que toma o nome acima citado de Jacomo de Bruges.

## AS INFORMAÇÕES DOS CRONISTAS

A análise de todo o problema do povoamento dos Açores, não pode ser dissociado para cada grupo de ilhas. É do confronto do que se passou numas em relação às outras, que se pode apreender a diversidade de razões e objectivos, que orientaram esse povoamento.

É nesse intuito de esclarecimento que trazemos novamente ao exame, o que sobre o assunto encontramos nos cronistas que a ele se referem e nos documentos que sobre o mesmo nos ilucidam.

### GOMES EANES DE ZURARA

Uma análise, mesmo sem grande circunstância, ao que este escreveu — «como foé povoada a ilha da Madeira, e assy as outras ilhas que som em aquella parte» — leva a concluir, que tendo o cronista um conhecimento razoável sobre a constituição do arquipélago da Madeira, sobre o dos Açores, tinha ideias muito confusas. Tanto, que serviram os seus dizeres para levantar, com maior ou menor fundamento, a hipótese da crónica ter sido mutilada, e como melhor explicação do inverosímil, truncada por ele próprio, por razões que sempre é fácil arranjar a quem parte duma ideia preconcebida para interpretar um facto histórico.

A própria confusão do que Zurara deixou escrito, seria a melhor explicação, justamente para se não pôr uma tal hipótese, pois não é aceitável que ao fazer a propositada mutilação ao seu escrito, o não tivesse corrigido depois em melhor frase para mais fácil compreensão.

Mesmo sem se aceitar a data entre 1474 e 1485, que a crítica atribue, senão ao original, pelo menos a cópias sucessivas que dele se tenham feito, e ficando em razões mais consentâneas com episódios posteriores à data de 1453, que o autor indica como data da sua entrega ao rei D. Afonso V, ainda dentro desta última se pode aceitar, que ele conhecia a carta de povoamento de 1449, que indica as 7 ilhas dos Açores para serem povoadas, porque de facto anda quase sempre à roda deste número.

Mas como não teria noção exacta da sua situação e como essa carta de 1449, era um imperativo urgente para povoar as ilhas, que a investida de Van den Berg sobre uma delas, a Terceira, ameaçava, vá de as englobar com a *Deserta*, esta tão à vista da Madeira, para também nela se mandar deitar gado, quando esta última era já povoada desde 1420.

O erro geográfico, confusão ou ainda possível ordem dada a esse fim, de que o cronista teve conhecimento, só pode ter aceitação no intuito ou na necessidade de se afirmar sobre a *Deserta* um legítimo direito de posse, podendo ela por ventura estar também ameaçada por idêntica pretensão flamenga, com apoio nos deste país que residiam na Madeira e até com títulos de mercador rico, como o encontramos no casamento do sobrinho de Diogo de Teive com a filha de Guilherme Roiz.

Assim se pode explicar a redacção do seguinte trecho da crónica:

«E fez lançar gado em outra ilha, que esta a sete legoas da ilha da Madeira, com entençom de a mandar povorar como as outras, aqual se chama a ilha *Deserta*. E destas vii (7) ilhas as quatro som tamanhas como a da Madeira, e as tres mais pequenas.»

E tanto se depreende que destas 7 ilhas faz um grupo à parte, porque logo a seguir continua:

«E por acrescentamento da ordem de Xpõ, cujo governador o Iffante era ao tempo da dicta povoação, deu aa dicta ordem todo o spiritual da ilha da Madeira e do Porto Sancto e todo o spiritual e temporal da outra ilha, de que fez commendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de Sam Miguel lhe leixou o dizemo, e ameetade dos açucaraes.»

Ora a doação do spiritual da Madeira à Ordem de Cristo, por D. Duarte, é de 26 de Setembro de 1433; a dos Açores só o é especificadamente em 1454. Mas o que o trecho indica claramente é que o cronista ao indicar a — *outra ilha, de que fez Comendador Gonçalo Velho e mais da ilha de Sam Miguel* — não parece considera-las no grupo das 7 acima referidas, tanto que as menciona em separado tratando em especial do seu povoamento:

«na era de mil e iiijc.rv annos (1445) mandou o Iffante a huñ cavalleiro, que se chama Gonçalo Velho, comendador que era na ordem de Xpõ, que fosse povoar outras duas ilhas, que estam afastadas daquelas (Madeira e Porto Santo) CLXX legoas ao noroeste; e hũa daquestas começou o Iffante Dom Pedro de mandar povorar com prazimento de seu irmão, e seguyusse sua morte em breve, pello qual ficou despois ao Iffante dom Henrique; e a esta posera o iffante dom Pedro nome a ilha de Sam Miguel pella singular devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto.»

D. Duarte morreu em 1438; a primeira carta de povoamento dos Açores, é de 1439. É natural que D. Pedro, regente do reino, desde esta data fizesse esforços de colonização em S. Miguel e não a partir de 1445, já nesta data muito abalada e preocupada a sua posição à testa da regência. Por outro lado, faria-o por sua própria vontade, pois como regente era ele o poder supremo do reino.

Também é sabido que D. João I, nunca delegou nos filhos direitos de povoamento. A Madeira em 1420, começou a ser povoada por seu mandado directo e é aceitável que para os Açores o mesmo começasse ainda em sua vida, pois o seu reinado estende-se de 1385 a 1433 e está assente que as ilhas foram descobertas em 1431.

O povoamento atribuído a Gonçalo Velho, em 1445, para as duas ilhas de S. Miguel e Santa Maria, significa apenas o conhecimento da data certa das suas viagens aos Açores, pois também se aceita que ele já em 1432 tinha voltado a distribuir gados pelas ilhas, sendo ainda de presumir que nas duas referidas ilhas já algum colono ficasse, como se refere e se insiste com a existência de 30 casais mouriscos, pelo menos em S. Miguel.

Quando Zurara se refere às 7 ilhas e logo a seguir fala — *no spiritual e temporal de outra ilha de que fez Comendador Gonçalo Velho e mais da Ilha de Sam Miguel*, não inclue estas no grupo das 7.

Ha justamente a ter em vista, que 7 é o mesmo número que figura nas cartas de povoamento de 1439 e 1449, e tanto pode significar ser a segunda uma cópia da primeira, como indicarem as duas uma extensão às 7 ilhas restantes, do que já se efectuava em Santa Maria e S. Miguel como início do povoamento. A carta de 1449, aparentemente escusada, só se explica satisfatoriamente como um reforço de direitos existentes sobre estas mesmas sete ilhas.

Como esta última hipótese, é a que mais se coaduna com o desenrolar da colonização das cinco ilhas do grupo central e das duas Flores e Corvo, perfazendo justamente o número de sete, por esta mais racional interpretação nos ficamos.

### DIOGO GOMES

Na sua narrativa, quando conta a Behaim episódios das nossas navegações, o que se julga ter sido à roda de 1482, já todos os Açores estavam povoados e os incidentes da colonização já de todo esquecidos. Nem mesmo é natural tivessem chegado ao seu conhecimento, essencialmente navegador como ele era do mar do sul, ao longo da costa africana.

Só episódicamente passou perto dos Açores, como já relatamos, desviado pelos ventos contrários, quando partiu da Madeira para Lisboa, depois de descobrir as ilhas de Cabo Verde, acidente de que resultou ter o companheiro, António de Noli, partindo depois, com melhor tempo, chegado mais cedo a Lisboa e houvesse a capitania daquelas ilhas.

Nem em nenhuma dos Açores tocou e só a duas delas se refere, S. Miguel e Santa Maria, provavelmente por na sua vizinhança ter passado.

Em relação à data presumível da narrativa, 1482, referindo-se à Madeira diz: «ali fui pela primeira vez, que ha já mais de trinta anos», o que corresponde aproximadamente à data de 1452, e em 1460 foi a sua última viagem quando passa pelos Açores. Toda a sua vida de mareante vive afastado dos episódios açoreanos, mas bastantes guardava a sua recordação dos que vivera em explorações africanas.

Contudo, na sua narrativa a Behaim, ha uma referência dum alto significado, que vem em apoio do que pensamos sobre a importância das ilhas dos Açores, barrando a passagem aos navegadores do norte para o caminho dos mares do sul. É quando conta a perfilhação de D. Fernando pelo Infante D. Henrique, a quem fez herdeiro das ilhas dos Açores e Madeira e de tudo que lhe pertencia no secular, porque o espiritual o cedera à Ordem de Cristo com aprovação do papa «que então era Eugenio» — *para que ninguém podesse ir à Guiné.*

Para a sua memória, é facto assente que Gonçalo Velho foi mandado conduzir animais domésticos para a ilha que tinha o seu nome e se chamava «hoje Sancta Maria», ilha onde habitou — «o referido cavaleiro por algum tempo». Iguamente considera como facto imediato — «passarem-se dali à Ilha de S. Miguel», o que está de acordo com os dados que outros referem da segunda viagem de Gonçalo Velho, em 1432.

E conta também como todos os outros autores, que D. Pedro a pediu e «mandou homens para povoar aquela ilha», o que deve estar de acordo com propósitos de enaltecimento sentimental do Infante D. Henrique, quando o regente naturalmente não precisaria de pedir, mas de impor o seu desejo como governo que era, e se precisou pedir, é porque ainda estaria vivo seu pai D. João I ou então já no reinado de D. Duarte, o que leva a colonização de S. Miguel para uma data recuada e anterior à morte de qualquer destes soberanos, entre 1431 e 1433 para o primeiro, entre este ano e 1438, tempo em que decorre o reinado do segundo.

Mas se não pormenoriza dados, uma coisa diz terminante a Behaim, é que — «o Sumo Pontifice Eugenio confirmou, declarando que

todas as ilhas achadas no mar Oceano fossem de Sr. Infante e da Ordem de Cristo».

Também em Diogo Gomes se não encontram referências, que levem a supor um retardo tão grande no povoamento das duas ilhas, como a muitos se lhe afigura. A existência de referências a datas posteriores, tais como a isenção de dizima da carta de 5 de Abril de 1443, por cinco anos, aos moradores dos Açores, só se compreende podesse ter sido decretada, por já haver população a beneficiar, o que implica alguns anos prévios de grupos de colonos, meios de cultura e produção, já em tal riqueza, que dessem sustento para eles e ainda para remeter para o reino. Só assim se percebe que houvesse que isentar.

Não se compreende o tributo sem haver que tributar, nem tão pouco a existência do privilégio para produtos tirados dum esforço que não existisse. Nem mesmo para estímulo da colonização se pode aceitar o diploma, pois ela não era livre mas sim condicionada pelo sistema das sesmarias, que imponham um prazo mínimo de cinco anos para aproveitamento dos terrenos e quanto ele poderia ser nas grandes extensões das datas e no desbravamento dos campos, é fácil compreender o número de anos que teriam de rolar para que se podessem cobrar dízimos.

O diploma de 1443 só pode significar, que já havia produção, o que obriga a remontar o povoamento a uma época muito anterior, que não é demasiado fazer recuar a 1432-33 para que essa produção já podesse existir. A concessão que o diploma trazia, era para que esse grande trabalho continuasse, permitindo efectuar os carregamentos dos navios, a que se refere Zurara, não sendo legitimo aceitar que se refira só à Madeira.

### MARTIM BEHAIM

As referências de Behaim ao povoamento dos Açores, tem um valor crítico de apreciação de alto interesse.

É que ele residiu nos Açores, em convívio com o Capitão donatário do Faial, seu sogro, o que legitima informações dignas de apreço. Indo para aquela ilha em 1484 ali viveu até 1490, data em que vai a Nurenberg para construir o seu celebre *Globo*, voltando depois ao Faial onde permanece de 1494 a 1506, segundo refere Ghillany no seu

trabalho sobre — «A vida do navegador e cavalheiro Martin Behaim», Nurenberg, 1890.

Mas ha dados que levam a concluir, que a permanência não foi continuada durante todos aqueles anos, porque está averiguado que naquela primeira data foi novamente chamado por D. João II para o encarregar duma missão junto do imperador Maximiliano, a qual se frustou por ter sido aprisionado duas vezes por corsários, ter ficado às portas da morte na primeira e na segunda precisar ser resgatado. Depois destes incidentes, é que voltou novamente áquella ilha onde residiu até 1506, voltando então definitivamente para Lisboa onde morre no ano seguinte «muito pobre, num hospital.»

Muito tem pesado para o desconceito deste homem extraordinário, quanto se explorou alguns dos seus dizeres em desfavor dos nossos marinheiros; mas o que se pode concluir, é que foi a crítica estrangeira, enaltecendo os seus conhecimentos nauticos em detrimento dos nossos, o maior mal que lhe poderam fazer, dando origem a procurar-se colher precisão sobre o conhecimento dos seus erros.

Não lhe negaram o seu convívio os navegadores da sua época; não o repudiou o ânimo grandioso de D. João II para ainda o aproveitar no regresso a Portugal, depois das suas afirmações tão criticadas, inscritas no seu *Globo*. Behaim deve ter marcado no seu tempo como um espírito interessantissimo, aberto às mais largas concepções, prodigiosamente engenhoso.

A sua ideia fixa de terras a ocidente, que a sua leitura dos astros revelava possuirem fabulosas riquezas, deve ter sido o motivo porque se desloca para os Açores, depois da viagem que faz com Diogo Cão até ao Zaire. Prefere a ilha do Faial, é de supor, porque desde 1464 estão ali os flamengos chefiados por Jobs Van Huerter, ou seja 20 anos antes dele para lá se dirigir. Dois anos depois, 1486, casa com a filha do donatário e vive na intimidade do sogro até 1490 em que vai à sua cidade natal.

Não se sabe ao certo o que ele fez no Faial durante estes seis anos, mas dele ficou tradição que recolheram os cronistas açoreanos, pela qual se depreende o engenho deste homem extravagante, que lia nos astros sucessos maravilhosos e em muitos acerta até ao ponto de o considerarem um adivinho.

Ao Faial cabe a glória deste prodigioso espirito ter ali concebido

a realização do seu *Globo*, obra extraordinária, só por si o bastante para afirmar o seu saber e a ideia completa que ele já formava do mundo. Perante essa formidável concepção, nada valem os erros que lhe apontam.

As distâncias calculadas em maior ou menor engano, o que tem sido o cavallo de batalha para desmerecer nos seus conhecimentos, facilmente explicáveis pela própria figuração das terras sobre o *Globo*, que era natural errasse nas extensões e nos contornos que lhes attribua, são muito pouco em face da concepção genial da sua obra. Foi mesmo partindo de informações tão categóricas como as que lhe são attribuidas, que Pigafeta relatando a «Primeira viagem em torno do globo» feita por Fernão de Magalhães em 1521, atribue a persistência deste em procurar aquele «stretto molto nascoto» — estreito muito escondido — porque o vira numa carta existente na tesouraria do Rei de Portugal feita por Martin Behaim.

A par duma tal grandeza espiritual, devem estar as suas referências aos Açores, que ele inscreve sobre o seu *Globo* num preito de homenagem à família e à posteridade açoreana. E é aí que diz o seguinte, a par de outros trechos já transcritos:

As ilhas dos Açores foram habitadas em 1466 quando ElRei de Portugal as dêo, depois de muitas instancias, à Duqueza de Borgonha sua Irmã, por nome Izabel. Havia então em Flandres huma grande guerra, acompanhada de huma extrema fome; e a Duqueza mandou para estas Ilhas grande quantidade de homens, e mulheres de todos os officios, e igualmente Sacerdotes. e tudo o mais que pertence ao Culto religioso; tambem mandou varios navios carregados de moveis, e o necessario para a cultura das terras, e edificação das casas, e lhes fez dar durante dois annos tudo aquillo de que podião ter necessidade para subsistir a fim de que pelo tempo adiante, em todas as Missas, cada huma pessoa rezasse por ella huma Ave Maria, e subião estas a duas mil; de sorte que, com aquelles que ali passarão e nascerão depois, formarão alguns milhares. Em 1490 havia ainda alguns milheiros de pessoas, tanto Alemans como Flamenegas, que ali tinhão vindo com o nobre Cavalheiro Job de Huerter, senhor de Moerkirchen em Flandres, meu caro Sogro, a

quem estas Ilhas forão dadas para elle e seus descendentes, pela dita Duqueza de Borgonha.

Não vale insistir na confusão do parentesco da Duqueza de Borgonha com o rei dessa data, D. Afonso V, de quem ella era tia e não irmã. O pormenor histórico, para um estrangeiro, nada põe ou tira, como o não daria também para qualquer nacional mais ou menos conhecedor das genealogias reais.

Também não iremos a um reparo que salta à vista: havia fome na Flandres e os colonos vinham por benefício para uma ilha deserta, sem produtos de cultura, mas com os navios carregados de tudo que era preciso. Um privilégio! O que também pode ser a desculpa do sogro ao genro, envergonhado de não ter mantido com firmeza a missão de que o incumbiram.

O facto capital e que importa registrar, é a certeza com que aponta a vinda do sogro para o Faial e as informações correlativas com a provisão de mantimentos para dois anos, com o que concorda o relato dos cronistas açoreanos, que dão como motivo duma revolta dos colonos contra o seu chefe, pouco mais ou menos a essa distância, o esgotamento desses recursos.

Conhece-se que a carta de doação a Jobs Van Huerter, é de 1468, portanto, se entrou na ilha em 1464, como diz Guilherme Bersmacher, flamengo do Faial, a Valentim Fernandes, ou mesmo 1466, como diz Behaim, entrou violentamente, abusivamente, instalando-se na ilha sem permissão régia portuguesa. Ella só lhe é dada, quando vai a Lisboa fugido à revolta dos companheiros e casa então com a dama do Paço, Beatris de Macedo.

Não ficaram nos registos portugueses, documentos ou dados, que dêem melhor informação sobre os sucessos que devem ter ocorrido. Nada mais diz Behaim do que acabamos de transcrever, mas o que é certo, é que concorda inteiramente com o pouco que se sabe. Se Job Van Huerter entrou no Faial, abusivamente e acompanhado com o número de colonos que Behaim indica, trazia intenções determinadas e por certo sólido apoio dos soberanos do seu país.

Era portuguesa de origem, filha de D. João I, a Duqueza de Borgonha. Esse apoio tem significado, sabido que o marido, Filipe o Bom, tivera sempre intuitos de expansão continental. Não ha nenhum docu-

mento que diga que as ilhas dos Açores fossem dadas à princesa portuguesa, mas quando a elas se refere Behaim, seriam somente as sete que restam, excluindo Santa Maria e S. Miguel, sendo justamente nalgumas delas que se verifica a entrada de flamengos a partir de 1450.

Depois, como adiante analizaremos com maior pormenor e já o fizemos em trabalho anterior que este continua, é justamente neste período que vai de 1450 a 1466, que se desenvolvem episódios de colonização com tal frequência, que denotam rápido e propositado movimento de ocupar posições de garantia e de posse, até então nunca vistas no povoamento das outras ilhas.

A quantidade de diplomas que saem em 1460 sobre esse povoamento, é tanta, que mais denotariam uma confusão de atribuições, se por detraz deles não existissem fortes razões de Estado para a sua sequência. E outra razão se lhes não encontra senão esta coincidência com a investida formal dos flamengos sobre as ilhas, falhada como tinha resultado a primeira tentativa de Van den Berg sobre a Terceira.

É certo, que a afirmativa de Behaim não pode suprir a falta de documentação, que prove a doação à Duquesa de Borgonha das sete ilhas dos Açores, a que nos referimos, mas essa falta também não a invalida completamente, e tanto, que o Visconde de Santarem no seu *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, 1843, pág. 101, traz o seguinte:

*Ano 1466 Elrei D. Afonso faz doação das ilhas dos Açores a sua tia Infanta D. Izabel, Duquesa de Borgonha*

E na nota (141) ao fundo da página, indica: «Vide a curiosa Relac. em de Reiffenberg, Anc. Relat. de la Belg. e du Portug. p. 28».

Mas por mais que procurasse nos arquivos das Bibliotecas de Lisboa e Coimbra, não consegui encontrar a obra referida nesta nota. Ficam contudo as indicações de Behaim e as que encontrou o Visconde de Santarem, como a melhor explicação para a designação de — *Ilhas Flamengas* — com que figuram nos arquivos de Bruges até à data de 1590.

Não poderão estes sucessos explicar o desaparecimento de toda

a documentação relativa à descoberta e povoamento dos Açores, que se não encontrou no arquivo de D. Afonso V?

Naquela data de 1466, ainda está na Terceira Jacomo de Bruges, mas já se acentua a acção de Alvaro Martins Homem nos lados de Angra, em opposição ao governo único da ilha pelo flamengo, para o que lhe não faltava o apoio do Paço, como o traduz a sua carta de capitania de 17 de Fevereiro de 1474. É também o ano em que desembarca no Faial o grupo flamengo de Jobs Van Huerter.

D. Henrique faleceu em 1460; a ordem de Cristo passara às mãos de D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, com atributos de perfilhação e herdeiro do Infante, affectividade que parece ter propósito, antes nunca visto na casa real, nem renovado depois.

Os direitos de posse sobre as terras descobertas estavam manifestamente enfraquecidos, dando folga a que a pretensão flamenga se pudesse firmar de novo. O que fora possivelmente um desforço com a vinda de Van den Berg em 1449-50, pelo insucesso da embaixada do Deão de Vergy, a razão política da expansão dava-lhe agora outro significado, a que as relações tensas entre os dois países permitia liberdade de proceder.

O que se passou ficou nos segredos misteriosos da história, mas o que se apura, é que Jacomo de Bruges pretende ir à Flandres, embarca num navio e este chega a Lisboa sem ele, nunca mais se sabendo da sua existência.

Mas por esse tempo estava também a terminar o ciclo pessoal das interferências no assunto. Com a morte dos seus agitadores, voltava a quietitude e a confiança na posse indiscutível das ilhas pela vontade e fixação dos colonos que nelas afirmavam a soberania portuguesa. D. Fernando morre a 18 de Setembro de 1470; a Duquesa de Borgonha a 17 de Dezembro de 1471; o marido Filipe o Bom, alheio ao conflito e interessado apenas nas lutas continentais, nelas continua até à sua morte em frente de Nancy em 1477.

O que é curioso, é que a partir da morte da Duquesa de Borgonha, é que as relações entre Portugal e Flandres começam a melhorar e estão já em boa harmonia com a sucessão de Carlos o Temerário. Também já em 1468, Jobs van Huerter se submetera ao domínio português e em 1474, quando a capitania da Terceira é dividida em duas, já a influência flamenga se não acentua, avisada como é a mulher de

Jacomo de Bruges para dar conta do marido, o que ela não consegue — «assignando-lhe para isso tempo d'um anno e depois mais.»

Mas sobre a verdade dos factos sobrepõe-se apenas o verosímil da conjectura, com uma realidade em suspenso — se esta não serve, muito menos satisfaz a explicação que tem subsistido.

### VALENTIM FERNANDES

Quando Valentim Fernandes ou de Moravia, como de começo foi conhecido, por ser esta a terra da sua naturalidade, aparece em Portugal no tempo de D. João II, já os Açores estavam em pleno povoamento.

Aparece como impressor, de sociedade com Nicolau de Saxonia, e a primeira edição que deles aparece é em 1495. O primor com que o faz, a perfeição com que a apresenta e todas as que se seguem, denotam tratar-se de pessoas bem possuidas da sua arte e com recursos de tipografia, que deixam em suspenso uma dúvida como é legítimo levantar: — se disponham de meios próprios para essa instalação ou se vieram subsidiados para esse fim.

Nada encontro a sustentar a suspeita de operarem sob esse disfarce, para colherem informações do que era então a grande actividade nacional dos empreendimentos marítimos. Mas a posteridade revelou a existência na biblioteca de Munich, dum manuscrito da sua autoria, que é uma colecção de informações muito completas sobre a actividade portuguesa nos mares, a par de pormenorizadas descrições de terras, costumes, riquezas e hábitos dos povos por onde andaram os nossos navegadores.

Esse manuscrito, que tem todas as características de reunir dados informativos, colhidos e escritos em várias datas, apresenta-se num só volume, tudo indicando que a sua junção não foi feita por ele, mas naturalmente muito depois, pela pessoa que os possuía ou a quem seriam remetidos.

A crónica de Zurara, como a narrativa de Diogo Gomes e os relatos de viagens, todos até então desconhecidos, entre os quais um de referências idênticas aquela, que pode levar a pensar tratar-se da crónica de Afonso Cerveira, ou reminiscência dela por quem lh'a conta, são indicativos de rara habilidade ou duvidosa deligência para colher

informações, de que não cuidavam os cronistas portugueses do seu tempo. Sendo estrangeiro conhecia coisas que os nossos ignoravam, o que hoje se traduziria pelos actos duma espionagem muito bem dirigida.

Disso é indicativo o capítulo de entrada do manuscrito — *Cepta e sua Costa* que diz «scrito no año de 1507» com esta informação entre parêntesis — (*Q deo Pero*) — provavelmente o nome do informador, descrição que segue depois mais adiante na fl. 45, para antes escrever o capítulo «Do viagõ de Dõ Francisco dalmeйда» a que dá a data de 22 de Maio de 1506.

Ao terminar a cópia da crónica da Guiné, diz que quem a fez — «foy Gomez Eânes de Zurara professo cavalleyro e comõdador na Ordõ de Christo» — mas tem esta exclamação de alegria ou desabafo pelo que representou de esforços e dificuldades a vencer para o conseguir — «Deus seja louvado año de 1506 aos 14 dias de novẽbro acabey aqui de escrever e trelladar esta historia de Guynee».

Estas observações afiguram-se-me de grande importância para assentar, que as suas informações sobre as ilhas podem não ter nenhuma relação com estas datas e referirem-se a conhecimentos que tivera em outras, desde a sua fixação em Portugal. A isso chegamos com a sua referência relativa às ilhas do Corvo e Flores já naquelas datas povoadas e que ele diz — «ambas despovoradas por ser a terra muy fragosa» — quando é sabido que à roda de 1466-68 para as Flores fora o flamengo Wilhelm Van der Hague e que pela data de 1475, segundo os 10 anos de permanência na ilha que lhe marca Fr. Diogo das Chagas, a deve ter abandonado, segundo este cronista açoreano, por razões idênticas às que Valentim Fernandes indica.

E vale voltar à insistência porque ha proximidade de coincidência com a data de 28 de Janeiro de 1474, da doação a Fernão Teles das *ilhas foreiras*, que adquiriu por contrato com João de Teive.

Sobre todas as ilhas do Atlântico, indo até à de Fernando Pó, no golfo da Guiné, Valentim Fernandes procura dar informações concretas, a tal ponto, que as desenha uma por uma e das mais próximas faz agrupamentos para melhor identificação de distâncias dumas às outras, como vemos nas junções S. Miguel, Santa Maria, Formigas; no conjunto Faial e extremos das ilhas do Pico e S. Jorge; e nas reuniões

das ilhas Terceira, Pico, S. Jorge, Graciosa e do grupo Flores, Corvo, em que esta figura como um ilheu.

Em todas elas indica portos, sendo de notar que na *Ilha das frores* localiza um *porto dos framencos* e na Terceira as *Quatro Ribeiras* e a *Serra de jando tebe*, locais intimamente ligados com episódios averiguados da colonização dos flamengos.

Hoje, uma tal informação, significaria indicações para acesso das ilhas e naquele tempo também não diria o contrário, fosse a marcação para bons ou maus fins. Mas se atendermos a que a informação era para o estrangeiro e é justamente encontrada antes da sua entrada na biblioteca de Munich, em mãos que interferem no comércio entre Portugal e a Flandres, será de considerar que tenham relação com o que importava saber sobre a situação flamenga no povoamento das ilhas dos Açores, que formam os grupos central e ocidental.

Esse carácter informativo dos escritos de Valentim Fernandes, parecem até ter preferência em maior pormenor sobre as ilhas em que os flamengos pozeram pé, como a Terceira, que reveste da maior importância pela «grande criação de vacas e porcos e ovelhas», pelo «muyto trigo e cevada e mostarda» que nela nasce e até pelos pormenores que dá sobre o valor do *pastel*.

Sam Jorge, Pico e Fajal, ilhas onde também entraram colonos flamengos, merecem-lhe igualmente referências especiais bem como Flores e Corvo, dizendo — «Ha nestas ylhas gados bravos s. vacas e porcos» — o que está em desacordo com a anterior informação de que estavam despovoadas, se não se quizer aceitar que Gonçalo Velho lá as foi distribuir porque então proviriam de geração espontânea. Nem como deixa de Van der Hague é também legítimo aceitar, pois ele que se retira para se fixar em outras ilhas, levaria consigo, naturalmente, todo o gado que possuía, o que era valor que não deixaria atraz.

Mas é sobre o Faial que dá maiores informações, a que chama *ylha dos framengos*, referindo a interferência da Duqueza de Borgonha e o casamento de — *Jost de Utre* — «com huma portuguesa chamada . . . d'Azevedo», ignorância que se desculpa quanto aos episódios da colonização da ilha pelos flamengos:

a qual depois os navios de portugal visitaram e foram morar allí, assi que já acerca a lingoa framenga he nella perdida.

Sobre os pormenores da colonização, já esquecidos ou mesmo ignorados por quem lh'os fornecia, sobresaía este conhecimento da certeza que lhe davam, traduzindo a posse incontestável que o esforço português tivera de realizar.

Quase no fim do volume, encontra-se um novo trecho intitulado — *Ilha do Fayal e Pico* — intercalado com referências a Arzilha, Tenerife e Sam Tomé e até com esta indicação especial quanto à primeira :

«Anno de 1508 aos dias ij de novẽbro aas vj horas depois do meyo dia party de Lixboa.»

Sobre Tenerife traz uma ilucidação acerca das suas andadas :

«Anno de 1492 estãdo eu ã Sevilha quãdo cõquistarõ esta ylha.»

Mas nelas fica por esclarecer se era ele ou quem lhe dava as informações, o que pode ter interesse em precisar, porque em 1518 publica o seu *Reportorio dos tempos*, não se sabendo mais das suas actividades, nem dele.

Mas nessa sua última referência às ilhas do Faial e Pico, onde assentaram a sua investida os flamengos de Jobst Van Huerter, percebe-se o intuito de precisar informações que não podera dar e agora lhe trazia — «hum Guylmo Bersmacher framengo que vii e conheci» — até por sinal concordantes com as dos cronistas açoreanos, que igualmente as referem, sem terem conhecido o manuscrito de Valentim Fernandes.

Aqueles colonos tinham vindo seduzidos pela promessa de que havia «muita prata e stanho» nas ilhas, onde permaneceram —

«hum anno pello qual acabarom de comer ho que tinha pello qual os moradores denojados que nom acharom o que lhes foy promettido andarom para matar o seu capitam pello qual com boa industria se sayo e foy a portugal onde elrey em vindo sua diligencia e perigos deulhe huma moça fermosa da casa do ynfante dom Fernando pay delrey dom Manuel chamado por nome Isabel de Macedo com a qual então elrey mandou seos navigos e homens honrados.»

A distância de então como à de hoje, pouco importa o engano do nome da dama. Importante é a afirmação final dos homens e navios que vieram firmar a soberania portuguesa, que não existia na ilha, e o facto de D. Fernando ter a posse de todas elas por herança do tio D. Henrique.

Está certa a cronologia, com as informações colhidas por Valentim Fernandes ao flamengo do Faial, Guylelmo Bersmacher, como o está com as referências dos cronistas açoreanos, que não conheceram a sua obra, no que respeita à revolta dos colonos que vieram com Van Huerter. Só então é que este tem a sua carta de capitão donatário com data de 21 de Fevereiro de 1468, como o conseguiu descobrir o investigador faialense Antonio Ferreira de Serpa, do que nos dá conta no seu livro — *Os Flamengos na Ilha do Faial*.

A revolta dos companheiros, a quebra do seu prestígio de chefe, o abandono do seu país pelo empreendimento que o trouxera aos Açores, levou Jobs Van Huerter a preferir a nacionalidade portuguesa sob a prudente e larga visão política do rei D. Afonso V.

Se havia compromissos com a Flandres, a captação do novo capitão donatário do Faial, fazia-os esquecer e proventura lhes deu desaminho uma propositada supressão dos papeis do tombo de D. Afonso V, tão misteriosamente desaparecidos na parte em que se devia referir a estes episódios.

Mas de boa aceitação não ficariam todos os antigos companheiros de povoamento no Faial, porque pouco antes de 1494, Joz de Hutra aparece novamente em Lisboa, estando relacionada a sua viagem com uma nova revolta na ilha, de protesto contra um corregedor que ali fora em serviço do rei, do que se encontra também notícia nos cronistas açoreanos.

É então que se encontra com o Dr. Monetárius, alojados ambos no palácio dos Estaos, como este o refere no seu *Itinerarium*:

«Estavamos hospedados numa grandiosa e notável casa régia habitação do sogro do senhor Martinho Boémio, o senhor Jodocus de Hurder, chamado de Bruges, fidalgo e capitão na Ilha do Faial e Pico. E tinha por esposa uma senhora nobre, sábia e perita em tudo, que nos deu de presente ânforas de musgo de urzela e nos tratou com a maior distinção. Esta casa está na praça principal e num campo espaçossissimo, junto do Mosteiro de S. Domingos, onde fomos excelentemente tratados.»

## O QUE DIZEM OS OUTROS CRONISTAS

Sobre o povoamento, que nos interesse, não encontramos em Antonio Galvão, Damião de Gois e João de Barros, referência que aproveite.

Só o primeiro conta que :

«no ano de 1449 ElRei D. Afonso V deu licença ao Infante D. Henrique, seu tio, para mandar povoar as ilhas dos Açores, que havia dias que eram descobertas»

e em Damião de Gois :

«E deste tempo (1440) até o ano de 1445 em que ElRey D. João nasceo, não achei cousa escrita, nem por memoria de qualidade para se dela fazer menção, salvo que já neste tempo são descobertas as Ilhas dos Açores; o que se pode afirmar por testemunho, que disso da hum privilegio que ElRey D. Afonso V deu aos da Ilha de S. Miguel, porque lhes concedeo que não pagassem dizima de tudo o que trouxessem a estes Reynos a qual Ilha era do Infante D. Pedro, e o privilegio foi dado no ano do Senhor de 1447.»

A dedução é tudo quanto ha de mais lógica e própria da mentalidade superior de Damião de Gois: para haver motivo de isenção de dízima em 1447, é porque antes, muito antes de 1445, já havia povoadores. Ignorava assim a anterior isenção de 5 de Abril de 1443, extensiva a todos os Açores, muito mais significativa, porque sendo para todos eles, se deduz já haver povoamento em outras ilhas. Como a mercê é dada a Gonçalo Velho —

«comêdador das ilhas dos Açores e a todollos povoadores q̃  
estam e vivẽ nas ditas ilhas»

vá que se considere este privilégio só para as duas de Santa Maria e

S. Miguel. Mas se em 1443, para os moradores destas duas ilhas já se concedia um tal benefício, é porque havia que levar para o continente, e não é pouco o espaço de 11 anos, que decorre entre a distribuição de gados em 1432 e aquela data, para ajuizar da gente que devia existir, de modo a que o trabalho das terras podesse produzir o necessário para o seu sustento e ainda para exportar.

A não ser que se admitam gerações espontâneas de cultura, de que nenhum indício se regista nos Açores, é fantasia supor que 12 anos de desbravamento de terras, construções de habitações e tudo o mais preciso à vida dos colonos, fosse para aquele tempo o bastante para uma intensificação de culturas, o que hoje se não pode também verificar ainda que se ponham em prática processos mais aperfeiçoados. Seria preciso para o aceitar, que se registasse a pouca distância de 1443 uma grande massa de colonos para as duas ilhas e isso não se regista e muito menos se pode condescender com Gaspar Frutuoso, que ainda retarda a descoberta de S. Miguel para o ano de 1444.

Não se pode deixar de concluir que as duas ilhas de Gonçalo Velho já naquela data tinham uma colonização em marcha e proveitosa, o que leva a admitir que a estas duas se não referia o diploma de 1439 e muito menos o de 1449, que mandam povoar as 7 ilhas dos Açores. Este número corresponde justamente às restantes ilhas que ainda o não estavam.

É de aceitar que seriam mesmo os resultados já satisfatórios e colhidos nas duas, que levariam a determinar o povoamento das restantes em que providentemente se pensara também em 1432, mandando nelas distribuir gados.

As referências que já fizemos ao que dizem vários cronistas sobre a riqueza de gados nas ilhas, até nas Flores, como vimos em Valentim Fernandes, encontram em Gaspar Frutuoso a confirmação do que era a abundância desses bens comuns a todos os colonos, que foi preciso regular pelo — *Foral do Almoxarifado*, que se encontra transcrito no Vol. I dos — *Annaes da Ilha Terceira*, o mesmo que fora dado à Madeira em 2 de Junho de 1437, e se applicou àquela ilha na data de 4 de Julho de 1499, com algumas alterações que a ela respeitavam. Mas nesta data já existe na Terceira uma população apreciável, duas Vilas e todo o litoral da ilha com povoações.

Vão passados 67 anos em relação a 1432. Ainda havia que regu-

lamentar no usufruto desses bens comuns do povo; muito gado sem dono devia haver, para tanto se ter comido à farta como o foral o indica. Mas é preciso lembrar, que uma vaca só tem cria uma vez por ano e que decerto não vieram rebanhos delas na segunda viagem de Gonçalo Velho, acreditando nos 16 navios de que fala Behaim, para poder em todas as ilhas deixar alguns casais de reprodutores, como depois se verificou assim fora feito, vista a abundância dos gados que se encontraram.

É lógico pensar que a capacidade dos navios não permitiriam transportar mais que um ou dois pares de cada espécie, para cada uma das ilhas, contando que elas são 9 e as espécies domésticas mais importantes, pelo menos cinco, das de maior porte. Pode subsistir a dúvida, imperar a negação pela exigência do documento que o confirme ou pela preferência de opiniões contrárias, mas o raciocínio diz que assim é mais aceitável, o que até é confirmado pela prova biológica da propagação das espécies.

Se de 1449 a 1468 se não provasse por todos estes meios, que os portugueses tinham estado em todas as ilhas, nas duas primeiras viagens de Gonçalo Velho, teriam subsistido para 7 delas o nome de — *Ilhas flandricas* — quando por aquela primeira data os flamengos apareceram nos Açores com Jossue Van den Berg, na Terceira, e continuaram as suas tentativas de fixação até á segunda, quando Jobs Van Huerter, corrido pelos companheiros, recebe a capitania do Faial em troca da sua nacionalização e submissão à coroa de Portugal.

O desenrolar do episódio flamengo no Faial, o que se encontra escrito nos cronistas açoreanos, o que relata o Dr. Monetarius, levam a concluir que Joz de Hutra se deslocou a Lisboa duas vezes. Mas se da primeira, corrido e ameaçado pelos companheiros, trazia o prestígio da sua carta da capitania e do seu casamento com a dama do Paço, Beatris de Macedo, da segunda, vem com a elevada consideração que D. João II lhe manifestara, e que era afinal a completa integração dos flamengos na comunidade nacional.

## REFERÊNCIAS DOS GRANDES GEÓGRAFOS

Duas obras de geógrafos estrangeiros, de renome universal, entre muitas que se referem aos Açores, merecem uma citação especial.

São as de Abrahamns Ortelius e William Guthrie, respectivamente com os nomes — *Theatrum Orbis Teriarum* e — *A new system of modern geography*.

### ABRAÃO ORTELIUS

O seu tratado, escrito em latim e editado em Anvers em 1470, é uma obra notavel de geografia, onde todas as ilhas estão esplendidamente desenhadas e rigorosamente situadas, com os seus verdadeiros nomes, até as Formigas. O seu autor é um dos maiores geógrafos e cartógrafos do sec. XVI (1527-1598) e a procura da obra tanta, que logo no ano seguinte se teve de fazer nova edição.

Na vista rápida com que podemos compulsar este tratado, só nos foi possível copiar o texto latino intitulado—*Asores insulae* e os tres capítulos a seguir, exclusivamente dedicados à Terceira — Pico — Fayal, que a seguir transcrevemos, traduzidos por especial deferência do illustrissimo professor de latim do Seminário, Cônego José Augusto Pereira, da Sé de Angra.

### AS ILHAS AÇORES

Ilhas no Oceano Atlântico ou Ocidental, que os Espanhois chamam *Açores*. Ha quem creia que lhe coube a sorte deste nome, do genero de aves de rapina que, na forma do plural de *Açor*, eles chamam *Açores*. Ha outros que ineptamente escrevem que elas são assim chamadas, do verbo francês *Esser*, que significa «secar, arejar». Os do nosso Pais chamam-nas *Flaemsche eylanden*, isto é flamengas, porque se crê que por estes, mercadores de Bruges, foram primeiro descobertas. Nesse tempo, nada se encontrou nelas senão árvores, entre as

quais muitos cedros, silvas e vários géneros de aves e (diz-se) eles mândaram para lá colonos e as tornaram cultivadas. Depois as entregaram ao domínio Lusitano, a quem até agora obedecem. Que os antigos as não conheceram é certo; se lhes deram o nome, é incerto. E se as descreveram sob o nome de Cassitéridas, duvido. Os navios carregados de mercadorias das Indias, na volta costumam ordinariamente tocar nestas ilhas, antes de aportarem a Lisboa ou a Cadix. Para não inventar porém qualquer cousa de extraordinário do solo e do céu destas ilhas, acreditei isto: — que os navegadores que partem do nosso hemisfério para a América ou Novo Mundo, como chamam, logo que tenham deixado para traz os Açores, imediatamente ficam livres de percevejos e pulgas e de todo o género de perigos que infestam os homens, o que logo que são passadas estas Ilhas, tudo morre e se extingue. São em número de nove chamadas: S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Pico, Faial, Graciosa, Flores, Corvo e St.<sup>a</sup> Maria, das quais referiremos as seguintes.

### TERCEIRA

Esta é chamada Terceira, por ser por ordem a terceira aos que vêm de Espanha. É ilha fértil em trigo e frutas e não é de todo estéril em vinho. Tem os habitantes grande lucro na rúbia dos tintureiros, com a qual dão ao pano a cor vermelha. A grande produção desta erva é aqui, em volta dos logares chamados *Los Altares & Folladores*. A cidade principal é Angra com um promontório ou castelo bem armado, chamado Brasil. Os espanhois chamam-lhe também Ilha do nosso Salvador Jesus — *Isola del buen Jesu*.

### PICO

Esta ilha recebe o nome do monte que tem, em forma de pirâmide redonda, terminando numa ponta aguda, pois tudo o que tem esta forma natural é chamado *Pico* pelos portuguezes. Este monte é de 3.000 passos de altitude; por dentro é cavernoso e escavado em muitas furnas. Costuma às vezes lançar chamas e à maneira de vapor. Na falda oriental deste monte, vê-se uma

fonte de água-doce, que às vezes vomita lavas e pedras queimadas, com tanta violência e ímpeto, que, como torrente, se estende por declives e vales, até ao mar e ali, deste amontuado de pedras, forma um promontório a que vulgarmente chamam *Misterio*. Dista este da dita fonte XII M. P. Hoje estende-se no mar a mais de 1500 passos pelo contínuo entulhamento de pedras, dali derivadas. Enganam-se os que escrevem que esta Ilha toma o seu nome Pico da ave marcia.

#### FAIAL

Da árvore *Faia* se denomina esta ilha. Pois os portugueses chamam à *Fagum* faia e ao *Fagutal*, isto é logar cultivado de faias chamam *faial*.

Por um português fidedigno fui informado de que existiam ainda nesta Ilha, algumas famílias da posteridade dos flamengos, que primeiro as habitaram, como são as que se chamam *Brum* e *Utrech*, etc.

Das outras, a saber as que tomaram o nome: das Flores da abundância de flores; do Corvo, dos corvos; Graciosa, pela beleza; ou de Santa Maria, S. Jorge e S. Miguel, assim chamadas dos Santos (pois era familiar aos espanhois dar aos logares os nomes daqueles santos) em cujo dia a eles aportavam pela primeira vez, não tenho que acrescentar, a não ser que Teoveto errou, em atribuir falsa e levianamente, à ilha de S. Miguel, a história daquela montanha, que nós no Pico, plenamente descrevemos.

A curiosidade do assunto, a raridade da obra e que nos conste, o facto de nunca ter sido transcrito tão apreciavel trecho referente aos Açores, arrastou-nos ao desejo de dar dele conhecimento integral.

As ilhas que especifica, são justamente aquelas onde se acentuou a interferência flamenga, e embora no texto não encontre referência especial ao incidente, o facto de só a elas mencionar, junta à circunstância da obra ser editada em Anvers, leva-nos a pensar, que para o autor, as tres ilhas teriam um significado muito diferente das outras.

A referência na Terceira aos — *Altas* e *Folladores*, revela de facto um conhecimento de pormenores desta ilha, que levam a pensar

estaria ela em lugar primacial para obtenção de informações que muito importava saber. A conjectura ficando adstrita ao nosso ponto de vista, fica em suspenso ao esclarecimento de melhor hipótese, pois só vejo citada esta obra por Jules Mees, dando-a como fonte de informação a William Guthrie sobre a vinda de Jossue Van den Berg à Terceira, o que não encontro no texto de Ortelius e também por mais ninguém vejo referido.

Mas ainda ao nosso ponto de vista, uma menção especial se colhe deste tratado. É quando diz, que a Terceira é assim chamada — *por ser por ordem a terceira aos que vem da Espanha.* — Se não fora conhecimento especial, colhido de informação segura quanto à nomenclatura das ilhas, o conceito é rigorosamente geográfico e outro se não compreende que desse a esta ilha o exclusivo da designação numérica, que a nenhuma das outras se estendeu.

Mais que a ordem da descoberta, é acerto pensar, que o seu nome obedecesse a essa referência de orientação cartográfica na rota para os Açores — era a terceira que se via, era a terceira na marcação do rumo para os que iam das costas de Espanha para o ocidente, apontando ao arquipélago. Para a mesma interpretação condiz a carta de capitania passada a Jacomo de Bruges, de 21 de Março de 1450 — *terceira das ditas ilhas.* O Infante D. Henrique, que concede a capitania, designava-a com a mesma referência geográfica e isso é bastante, não só como justificação explicativa do nome que lhe deram, como até para certificar a autenticidade da carta, pois também é de aceitar que os pertensos falsificadores ignorassem estes conhecimentos e lhes falcasse engenho que os suprisse.

### WILLIAM GUTHRIE

A sua obra teve uma voga extraordinária. Sendo editada na Inglaterra, pela primeira vez, em 1785, 13 anos depois, em 1798, já tinha a sua 18.<sup>a</sup> edição, a qual é então traduzida em Paris no Ano VII da revolução francesa com o título — *Nouvelle Geographie Universelle.*

É no seu tomo 3.<sup>o</sup>, a seguir à descrição da Guiné e das ilhas do Atlântico, Cabo Verde, Canárias e Madeira, que se refere aos Açores, o que transcrevemos na íntegra :

Illes Açores — En quittant les îles mères, qui terminent la description de l'Afrique, nous continuons notre route à l'O., à travers cet immense Océan que nous conduit aux Açores, ou comme on les appelle, les îles de l'Ouest.

Elles sont situées entre 27,°20' et 35,°20' de long. O. et 37 et 40 d. de latit. N. à 300 lieues à l'O. du Portugal, et à une distance égale à l'E. de Terre-Neuve; et presque à moitié chemin de l'Europe et de l'Amérique. Ces îles sont au nombre de neuf, savoir: Sainte-Marie, Saint-Michel, ou Saint-Michael, Tercère, Saint-Georges, Fayal, le Pic, Flores et Corvo.

Elles furent découvertes au milieu du 15.<sup>e</sup> siècle, par Josua Vandenberg, marchand de Bruges en Flandres, qui dans un voyage à Lisbonne, fut porté par la tempête sur ces îles, qu'il trouva inhabitées. Il les appela les îles Flamandes. A son arrivée à Lisbonne, il se vanta de cette découverte, et les Portugais envoyèrent de suite en prendre possession. Ces îles leur appartiennent encore, et on les appelle en général les Açores, à cause de la quantité d'éperviers et faucons qu'on y trouve. Toutes ces îles sont sous un ciel clair et serène, l'air en est salubre; mais elles sont exposées à de violents tremblements de terre, dont elles ont souffert fréquemment. etc.

A referência especial à Terceira, trazemo-la novamente à citação, na sequência das conclusões que pretendemos tirar, mas fora o erro fundamental do autor atribuir a descoberta de todas as ilhas ao flamengo Josua Vandenberg, não anula o seu avanço sobre as ilhas do grupo central e em especial sobre a Terceira, onde depois se instalou como capitão donatário com o nome de Jacomo de Bruges.

Pondo mesmo de parte que nada descobriu, porque já o fizera Gonçalo Velho em data muito anterior, o dar com ilhas desertas favoreceu a afirmativa de William Guthrie, que nos dá uma informação preciosa: — a de Vandenberg se ter vangloriado em Lisboa da sua descoberta, do que resultou — «les portugais envoyèrent de suite en prendre possession».

Isto que chegara ao conhecimento do autor, é a inteira explicação, a completa informação, a confirmação evidente do episódio de colonização, que se passou na Terceira dum modo completamente diferente

de qualquer outra ilha: — surgirem ao mesmo tempo dois núcleos de povoadores, um nas *Quatro Ribeiras*, ao norte, outro na *Ribeira de Fr. João*, ao sul, o primeiro flamengo, o segundo português.

O que se deve ter passado, com mais raciocínio do que fantasia, apresentamo-lo já em trabalho anterior, que este continua, fundamentado em factos relatados pelos cronistas açoreanos e por documentos que ainda se encontraram. E entre todos eles merece destacar o autor dos—*Annaes da Ilha Terceira*, Francisco Ferreira Drumond, único que cita a informação de Guthrie, facto tanto mais digno de registo quanto a obra é muito rara e só a consegui encontrar na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

É sempre mais cómodo fazer nas opiniões já feitas, do que bater os alicerces duma nova concepção. Não ha nada mais difícil, segundo Joaquim Bensaude, do que destruir um erro histórico.

O que deve ter sido inicialmente um acto de violência flamenga, tem sido até ao presente adocicado como uma gentileza de auxílio ou como um favor português prestado a dificuldades existentes na Flandres com fomes, guerras e não sei se peste.

A razão não devia satisfazer ao prof. Jules Mees, que se lançou ao estudo do caso na sua — *Histoire de la Découverte des Açores e de l'origine de leur Denomination d'Ilhes Flamandes*, 1901, mas também sem documentos que o esclarecessem nos arquivos da Flandres, ficou-se no que se tornava mais cómodo aceitar, e era doutrina mais simpática, — a docilidade confraternizadora dos intuitos flamengos nos Açores.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

Menos contemporizador fora o Barão de Haulleville em 1898:

«As Ilhas Flamengas, incontestavelmente colonizadas pelos nossos maiores pertenceram-lhe em um momento dado. Em 1466 elas foram dadas por Afonso V de Portugal a sua tia Isabel mulher de Filipe o Bom.»

Eram então razões de ordem política que voltavam a agitar o

assunto. A' imitação dos franceses com reivindicações sobre a Guiné, em 1840, também na Bélgica se levantou no último quartel do século passado, o entusiasmo por captações coloniais, que era preciso afirmar tinham sólida raiz na tradição navegadora do povo.

O caso fora solução de favor das grandes potencias, para evitar o desaguisado da pretensão, que todas desejavam para si, e assim se forjou um Congo Belga, que vai criando raizes até que os grandes criem outras razões. E contra nós foram-se firmando no descrédito, que o Barão de Humboldt, em 1853, no seu—*Examen critique de la géographie du Nouveau Monde*, lançara sobre a ciência nautica dos nossos primeiros navegadores, fazendo crer que fora tudo aventura.

Batendo-se pela mesma doutrina Wanwermans — lieutenant-general — em 1890, no seu trabalho—*Henri le navigateur et l'Académie Portugaise de Sagres — introduction à l'étude de l'Ecole Anversoise de Géographie do XVI Siècle*, sem dizer onde os colhe, volta ao assunto de Van den Berg com novos dados, de incontestável interesse para a coordenação do caso com os episódios que se conhecem.

Depois de algumas fantasias sobre o escachoar da água em torno das Formigas, assustando Gonçalo Velho, que tomou aquilo como a marmitta do inferno, localizada perto da portentosa e terrível Antília, onde em fantástica contradição tudo era ouro e morte para quem o quizesse ir buscar, não consente ao navegador experimentado, que fora em 1425 estudar as correntes marítimas e o regimen dos ventos ao longo da costa africana, o mais pequeno privilégio de saber. Foi preciso, nada mais, que o Diego de Sevilha viesse com ele na segunda viagem para descobrir Santa Maria, quando antes, cingindo-se à carta de Valsequa, diz que em 1427 a descoberta de todas as ilhas fora feita por «l'Andalon Diego», do que encontrou o Infante confirmação sobre um «portulano mediceu» enviado de Veneza pelo irmão D. Pedro.

Mais do que qualquer outro, sem se saber qual a razão, Gonçalo Velho ficava em nada como navegador. No que interessa especialmente à Terceira, escreveu o seguinte:

Il parait qu'un marin flamand, poussé par la tempête, alla s'échouer sur une île nomée *Brazil* sur les anciennes cartes italiennes, et qu'il designa à son tour sous le nom d'île de Jé-

sus-Christ, de Jesus, ou même de Bon-Jésus, probablement parce qu'il y aborda la veille de la Noël (plus tard île Tercère). Certains prétendent que ce marin était Fernand Dulmo (sans doute Ferdinand *Van Olm* ou de *l'Orme*) attaché à la maison de *Josse Van den Berg* de Bruges (comme en Portugal sous le nom de *Josse van Brugge* ou de *Jacomo de Bruges*) établi à Lisbonne et faisant le commerce entre les Pays-Bas et le Portugal. D'autres attribuent la découverte à Van den Berg lui même. Van den Berg était un étranger en Portugal et ne pouvait espérer être mis en possession de son île, au même titre que Velho Cabral, il conserva sa découverte secrète, comptant sur quelque circonstance favorable pour en tirer profit. N'abandonnant pas ses explorations il découvrit encore successivement St. Georges, Fayal e Pico. Il est probable que ce fut en utilisant les renseignements fournis par Van den Berg ou l'un de ses associés, que Valsecca dressa le portulan de 1439, avec l'indication de ces îles. Van den Berg épousa à Lisbonne une dame noble, Dona Sanche Rodrigues de Arca, attachée antérieurement à la maison de Dona Brites (depuis contesse de Arundel) fille naturel de Jean I. Usant du credit de sa femme à la cour, il fit hommage de sa découverte à Dona Isabelle duchesse de Bourgogne. «A la suite d'une grande disette qui régnait en Flandre», dit un auteur, «cette princesse y fit transporter une colonie de Flamands», d'ou vient le nom d'îles Flamandes (*Flamingo* ou *Vlaemsche Eylanden*) ou Nouvelle-Flandre donné à ces îles. Ce fut vraisemblablement à la suite de cette colonisation flamande que Velho Cabral, à la veille d'être dépossédé d'une partie du domaine auquel il croyait pouvoir prétendre, se décida à occuper l'île de Saint Miguel. Grâce à la protection de la duchesse de Bourgogne *Jacomo de Bruges* obtint, en 1450, la concession de *l'île de Jesus-Crist* qu'on nomma dès lors Tercère (c'est-à-dire *la troisieme* de l'Archipel) au même titre que Velho Cabral avait obtenu celle de Sainte Marie et Saint Miguel.

O assunto retorcido só a favor do ponto de vista do autor, não esclarece o assunto, mas merece a referência que lhe damos, tanto mais,

que é com extraordinária surpresa, que nele encontramos como afirmação, o que apresentamos como dedução, quanto à designação de *Ilha de Jesus* dada à Terceira pelos flamengos e quais as razões de ordem numérica, no que respeita a rumo e situação, que levaram a dar-lhe este último nome sem qualquer relação com o seguimento da descoberta.

Foi pena que o autor não desse a indicação da origem da sua informação. Ela seria importantíssima e definitiva para arrumar o assunto. É possível que propositadamente o não diga, para que Gonçalo Velho não ficasse com a inteira glória de ter descoberto todas as ilhas, porque deve ser essa prova a única que valeu para que as sete restantes não ficassem em posse permanente dos flamengos.

Já as deligências de Van den Berg para casar com a dama que lhe garantia protecção no Paço, já a afirmação que faz — «ce fut vraisemblablement a la suite de cette colonisation flamande que Velho Cabral, à la veile d'être depossédé d'une partie du domaine auquel il croyait pouvoir pretendre» — dão a entender que seriam justamente os direitos derivados do navegador português ter descoberto todas as ilhas, o que mais pesara no derimir do pleito.

O que Wanwermans encobre por conveniência nacional, é a melhor comprovação dos episódios que deduzimos. A descoberta das fontes onde os foi colher, seria possivelmente a sua cabal afirmação. Como sucede a toda a opinião com objectivo determinado, o trabalho de Wanwermans peca justamente por inflectir a cronologia dos factos à melhor prova do seu ponto de vista, mas o que é certo, é que nos dá informações preciosas, que abrem luz no episódio tão fantasiado e tão frouxamente alicerçado da vinda de Jacomo de Bruges como capitão donatário da ilha, por merecimento próprio e por recompensa de serviços prestados.

## O POVOAMENTO DA TERCEIRA

A pretensão de Van den Berg sobre esta ilha, deve ter provocado um caso agudo na colonização das 7 ilhas dos Açores, que faltavam povoar. É a partir de então que se nota uma intensificação acelerada de remessa de colonos para essas ilhas.

A data inicial corresponde à carta de capitania de Jacomo de Bru-

ges, de 21 de Março de 1450, diploma que se encontra registado nos livros da Camara da Praia, local onde ele assentou arraiais. Mas tem-se incriminado de falso este documento, como melhor saída para explicar a pretensão de Diogo Paim, casado com a filha do capitão donatário, porque nessa carta vinha a cláusula de ela herdar a capitania e o despacho posterior à pretensão diz justamente o contrário: — que não tinha direito por não haver — *filho lidimo varão* — o que também vem especificado na carta de doação a Alvaro Martins Homem, a quem foi dada depois essa capitania.

O documento estava de facto registado e à distância a que estamos, não é lícito levantar a suspeita, que se lançasse nos livros da Camara uma falsidade, aliás não haveria que confiar nos tombo e nos arquivos, e toda a história podia assim ser uma mentira acreditada. De resto, fora a cláusula da capitania passar à filha, o que ainda é aceitável como uma necessidade imperiosa de arrumar o caso à pressa, a redação é tudo quanto ha de mais terminante para afirmar os direitos do Infante sobre a ilha — *no presente ser minha*.

Jacomo de Bruges não seria nomeado sem uma carta régia, e mesmo aceitando o seu desaparecimento por propositada violência, não importa agora discutir mandado por quem, o que é natural, é que a familia guardasse pelo menos uma cópia para o que desse e viesse, pois a sua situação na ilha não era muito favorecida e respeitada. A filha permanecendo no continente, à cautela, por segurança, podia ser a depositária desse documento, pois não consta que tenha vindo à Terceira durante os 20 anos da sua capitania.

O aparecimento da cópia da carta de Joz Dutra, do Faial, confirma-nos por analogia, que idêntico documento devia existir para Jacomo de Bruges. Até será legítimo concluir, que foi a sua pretensão, que motivou a passagem de cartas a outros capitães donatários que as não tinham, como Gonçalves Zarco na Madeira, a quem é passada com a data de 1 de Novembro de 1450, embora já em 1440 e 1446 tivessem sido dadas as de Machico e Porto Santo, a Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo.

Também se desconhece a data da carta de doação a Gonçalo Velho Cabral. A que Frutuoso transcreve tem a data de 19 de Maio de 1470, mas mais correlativa com este arrumar da casa, é lícito considerar uma confusão de leitura, justamente o que podia ser 1450 se

em vez dum 5 se tivesse lido um 7, o que não é hipótese muito de arredar tratando-se de cópias e algarismos mal escritos.

Se a concessão a Jacomo de Bruges foi forçada, devia haver pressa em arrumar o caso, pelo que representou de agressiva e impertinente a embaixada do Deão de Vergy, enviado pelos Duques de Borgonha, Filipe o Bom e mulher, a Infanta portuguesa D. Isabel, destinada a protestar contra as atitudes tomadas por D. Afonso V contra a memória do tio, D. Pedro, depois da sua morte em Alfarrobeira, por seu lado cunhado e irmão dos referidos duques.

A confiscação dos bens, a perseguição aos filhos, a insepultura do cadáver do tio, regente do reino na sua menoridade, trouxera para D. Afonso V uma péssima atmosfera internacional, que se manifestou por protestos do Papa e por aquela embaixada dos Duques de Borgonha. Mas a irritação causada no ânimo do rei foi tal e tão formal, que a seguir à primeira audiência do embaixador, a 6 de Dezembro de 1449, logo no dia 10, pela carta régia de Almeirim, declarou D. Pedro como traidor e a todos os seus companheiros, privando-os de bens e honras. O intuito apaziguador da missão, viera ao contrário despertar uma animosidade, que parecia já ir esquecendo.

Tem alto interesse as cartas do Deão de Vergy, que Oliveira Martins transcreve no final do seu livro—*Os filhos de D. João I*, e para sua inteira compreensão, reproduzimos a seguir o que sobre elas escreve o autor, referindo-se à citada carta régia de Almeirim, de 10 de Dezembro de 1449:

Esse documento coincide com a missão que os duques de Borgonha, tios de el-rei, enviaram a Portugal. Soara por toda a Europa, onde o nome do infante era conhecido e respeitado, a notícia da catástrofe de Alfarrobeira. O próprio Papa Nicolau V publicou uma bula fazendo a apoteose de D. Pedro. O embaixador dos duques de Borgonha, deão de Vergy, clérigo diplomata, ao depois bispo de Arras e cardeal, foi recebido por Afonso V em Evora, pela primeira vez a 6 de Dezembro (1449). Reclamava a reabilitação da memória de D. Pedro e a restituição de honras e bens a seus filhos; tinha instruções para levar o cadáver do infante, caso não se lhe quizesse dar sepultura condigna. Acusava formalmente a côrte portuguesa em

nome de Borgonha, entremeando o seu discurso com as citações da Antiguidade clássica e judaica, à moda do tempo, aduzindo exemplos e desenvolvendo teses de piedade e sentimento humano. Este primeiro assalto do eloquente embaixador foi em vão. O rei entregou-lhe uma resposta escrita, que era uma recusa formal. Dias depois houve outra audiência (13 de Dezembro de 1449). Já estava publicada a carta em que o rei sancionava a condenação do tio; e então o embaixador falou num tom diverso, mais solto, condenando asperamente os conselheiros criminosos do rei, declarando que se recusava a mandar a Filipe-o-Bom a resposta real, invectivando Afonso V pelo exemplo funesto que dera de traição e parricídio. D. Pedro fôra com efeito um pae para o moço rei de Portugal que vacilava hesitante. A 12 de Janeiro de 1450, ha nova audiência e outro discurso, que é uma defesa formal de D. Pedro à vista do direito feudal; e quatro dias depois (16 de Janeiro de 1450) finalmente a despedida. Não foi coroada de exito a missão do embaixador borgonhez, nem o podia ser. O facto consumado não podia destruir-se, sob pena de negação completa e abdição formal do partido vencedor. Mas não foi tambem inutil, porque moderou os ímpetos da vingança.

As datas são as mesmas. Se Jacomo de Bruges era o Van den Berg, não sei como se possa dissociar essa coincidência para tirar conclusões menos verosímeis.

A interferência dos duques de Borgonha, sobretudo da duquesa, filha de D. João I, irmã do Infante D. Pedro, é possível que partisse duma irritação familiar, mas como dum e outro lado se tratava de pessoas reais, tem de se aceitar que as coisas não ficariam só em palavras. O que é inegável, é que a morte de D. Pedro trouxe graves desacordos entre Portugal e a Flandres. Talvez fosse mais a razão do sangue de irmã, do que a de Estado, que fizera eclodir o conflito, mas o que está averiguado é que ele existiu.

A Infanta D. Isabel casou com Filipe o Bom, duque de Borgonha, em 1430, e já desde 1433 existia na Flandres um feitor, Pedro Eanes, criado do rei D. João I. É provável que a Infanta favorecesse a vinda de flamengos para os Açores porque eles aparecem de facto na Ma-

deira e S. Miguel antes de 1450. Mas com os protestos do Deão de Vergy, as relações com a Flandres ficaram por muito tempo quase interrompidas até depois da morte do duque de Bragança em 1461.

A Infanta D. Isabel morre em 1471, o marido, Filipe o Bom em 1477, D. Fernando, herdeiro de D. Henrique, 10 anos depois deste em 1470; o rei D. Afonso V em 1481. São tudo datas que comportam a suposição do Visconde de Santarem, a que já fizemos referência em capítulo anterior, quanto à doação das ilhas à duquesa de Borgonha.

Mas o que é facto, é que sendo só a partir da morte desta, que as relações entre Portugal e a Flandres tomam algum incremento, ainda durante os 10 anos do governo de Carlos o Temerário elas se mantêm esfriadas, só se restabelecendo com maior intensidade e crescendo, quando a filha deste casa com Maximiliano, corcado imperador em 1493, e reina entre nós D. João II. É também quando aparece Behaim e se encontram referências ao papel que este desempenha, na troca de relações entre os dois soberanos, em missões que não estão contudo bem definidas.

Mas ainda nesse campo, Joaquim Bensaude dá-nos a notícia que a seguir, a 23 de Junho de 1494, são assinados os — *Capitulos de Pazes do imperador Maximiliano e Filipe seu filho com El-Rei Don Johan o II de Portugal*, pelo procurador do rei Diogo Fernandes Correia.

Diz-nos ainda o ilustre investigador, que não existe notícia, nem cópia deste tratado de paz na Torre do Tombo. Só ele conseguiu a foto-cópia do exemplar que existe na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, o que ignoro se foi já publicado.

A data não se afasta muito dos episódios flamengos nos Açores, embora J. Bensaude considere o objectivo do tratado, que seria secreto, para combater e resistir à intriga dos Braganças na corte de Castela.

A carta régia de Almeirim, como resposta de irritação real à petição dos Duques de Borgonha, pode explicar e decerto muito melhor o faz que qualquer outra hipótese, o aparecimento do flamengó Van den Berg nos Açores.

Vivendo em Lisboa, no Porto, ou em Ourense como o indica o

filho, Pero Gonçalves, na sua demanda com Antão Martins Homem para obter a capitania, em qualquer delas muito à mão para receber a ordem e preparar a viagem, aparece na Terceira logo a seguir, ou no Natal de 1449, como pretende Wanwermans, ou no dia 1 de Janeiro de 1450, como o prefere Fr. Diogo das Chagas, para um e outro servindo de fundamento, o que é razoável aceitar, o nome de Jesus Cristo com que ele baptiza a ilha ainda sem habitantes.

Marinheiro experimentado nas viagens entre Portugal e a Flandres, é fácil acreditar que simulasse partir numa dessas voltas, para que lhe fosse confiada a missão, que era também resposta de propozição e de irritação, ao modo brusco como D. Afonso V recebeu as duas primeiras cartas do embaixador Deão de Vergy. Assim se explica ainda a corrida para a ocupação da ilha, dos dois núcleos de povoadores que se registam, um ao norte da ilha, nas Quatro Ribeiras, constituído por flamengos, outro ao sul, na Ribeira de Fr. João, por portugueses.

A concessão da capitania a Jacomo de Bruges, explica-se também por transigência, por meio propiciatório a conciliar um conflito, possivelmente por suborno e promessas, mas ficava explícito que — *a ilha de Jesus Christo Terceira das ditas ilhas. . . . ao presente ser minha*, — segundo o fazia escrever na carta de doação o Infante D. Henrique.

O que se verifica depois com a categoria das pessoas que formam o núcleo inicial do povoamento português e os que se lhe juntaram depois, segundo o indicam os genealogistas açoreanos, são outro indício do carácter dessa ocupação, resoluta e intransigente, para afirmar o domínio português.

São os mesmos apelidos que vemos caminharem ao longo da costa africana nos empreendimentos marítimos, gente experimentada, decidida, prática no ardil e na luta, duma fidelidade e duma segurança a toda a prova. Devem alguns serem já descendentes, outros os próprios, que encontramos na crónica de Zurara e nos relatos de Diogo Gomes, nomes que não são inventados porque os escrevem os primeiros genealogistas dos Açores, ainda essas crónicas eram completamente ignoradas e ficam subsistindo nos seus descendentes.

São Afonso Gonçalves Baldaia, que viaja para o rio do Ouro em 1434-36 e que em 1450, 16 anos depois, se então tivesse só 25, podia

andar à roda dos 40, idade perfeitamente compatível com os dois casamentos que lhe apontam e a série de filhos que teve de qualquer deles.

É Heitor Homem, o moço arrojado de 17 anos, que vai com Baldaia em 1429 — no *barinel Tallium* e penetra no sertão a cavalo, explorando a terra dos negros. Provavelmente um filho deste seria o que testou em 1527, o que cronologicamente se não compadeceria com idade ainda compatível com a vida do pai.

É um João Bernardes, que em 1444 parte de Lagos para Cabo Branco; um Antão Gonçalves, presumivelmente o Castelhana de que falam os genealogistas, que navega de 1441 a 46 com Garcia Homem e Diogo Homem. É ainda um Lançarote Gonçalves, quem sabe se o próprio, se descendente daquele arrojado algarvio, que em 1444-45 faz formidáveis razias pelas costas africanas.

São os Homens, tendo à cabeça Alvaro Martins Homem, filho de Garcia Homem, genro de João Gonçalves Zarco, que surge na Terceira, dez anos depois de Jacomo de Bruges e com ele sustenta uma luta de domínio, com foros de capitão do lado de Angra. São ainda os Picanços, que aparecem depois na Graciosa e no Faial.

Colhe-se a impressão que é tudo gente escolhida; a situação a isso devia obrigar. Mas entre todos percebe-se o grupo compacto dos Homens, essencial a uma missão em que não pode haver dispersão. São quatro famílias distintas, que se concentram na Praia e a que se juntam os dois Cardosos, irmãos da mulher de Alvaro Martins Homem.

É apelido que acompanha os feitos marítimos nos reinados de D. Manuel e D. João III como pleiade ilustre de cartógrafos: os irmãos André, António e Tomé Homem, à roda de 1565; Diogo Homem em 1572, autor do portulano de Veneza e ainda um Lopo Homem que se destaca pelas mesmas datas.

No manuscrito de Valentim Fernandes, ao descrever a viagem de D. Francisco de Almeida, quando vai de Mombaça para Melinde, 1505, cinco léguas abaixo desta cidade, achou a caravela de — *Johã Home* — a qual tomava duas ilhas e conta um episódio com este sucedido, que tem semelhança com o que se transcreveu no Vol. 5.º do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, sobre as provanças que faz um indivíduo do mesmo nome em 1527.

Como procede o grupo português para arrebatam o flamengo a soberania da ilha, facilita as conjecturas a fazer, o desfecho dessa luta

com o desaparecimento de Jacomo de Bruges e o dispositivo que pelas doações se verifica ter tomado, ocupando posições de colonização, que são um verdadeiro cerco à Praia, onde ele se fixou.

O desenho junto mostra a distribuição dos primeiros povoadores de que ha notícias, pelos lugares que segundo escrituras e testamentos localizam as suas—*dadas*—de terrenos. Assim se verifica que dos dois grupos de flamengos, o de Jacomo de Bruges, naturalmente o mais importante, estava cercado na Praia sem possibilidades de expansão em face das posições que ocupavam os povoadores portugueses.

De começo, e tudo leva a pensar seria logo a seguir ao alarme dado com a permanência de Fernão Dulmo nas Quatro Ribeiras, antes mesmo de ser dada a capitania a Jacomo de Bruges, estabeleceu-se à roda da Ribeira de Fr. João, o núcleo português chefiado por Gonçalo Anes da Fonseca. Com o Capitão-donatário ao fixar-se na Praia, veio o ouvidor Diogo de Teive e provavelmente Afonso Gonçalves Baldaia com o filho Pedro Afonso d'Areia, de que se encontram possibilidades cronológicas com dados genealógicos que adeante se apontam.

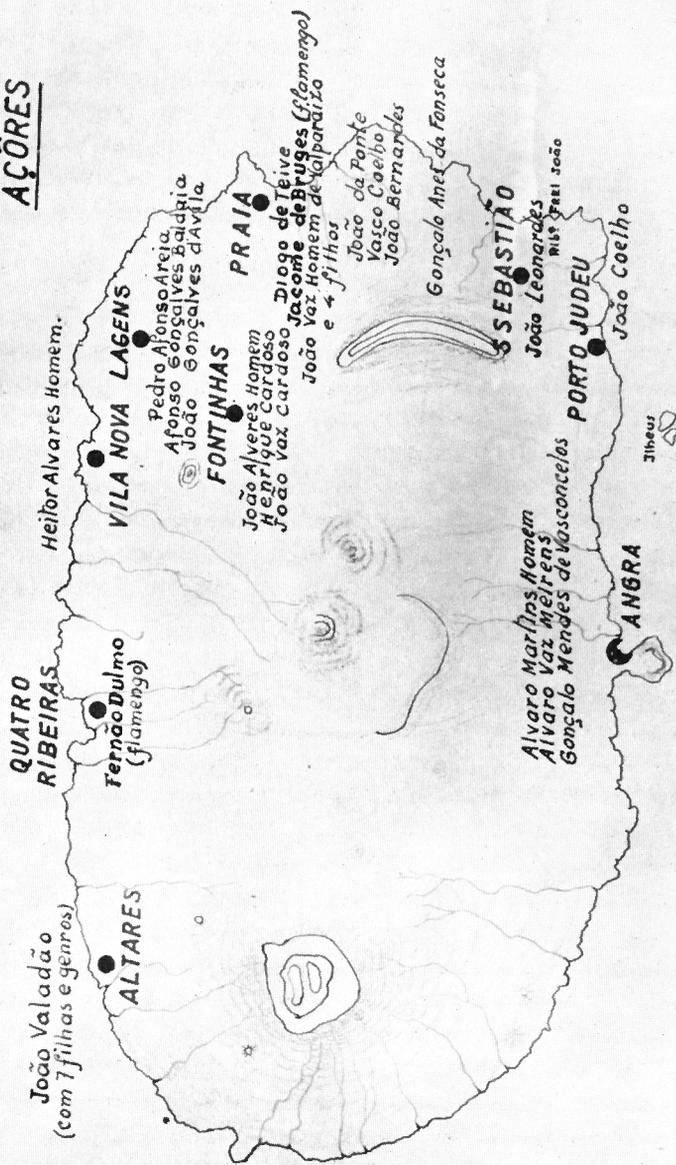
A vinda de Alvaro Martins Homem a seguir a 1460, com atribuições definidas duma segunda capitania, deve ter originado a fixação do grupo forte dos Homens e dos Cardosos na jurisdição de Jacomo de Bruges, com o que concordam outros dados cronológicos que em devido lugar se mencionarão.

A fixação de João Valadão nos Altares, com filhas já casadas, parece obedecer ao mesmo plano de barrar a expansão do grupo flamengo de Fernão Dulmo por aquele lado. A distância a que fica dos outros é tanta, que parece uma sentinela avançada.

Da localização da sua colônia, naturalmente deve vir por adulteração popular o nome de *Folladores*, que se encontra no mapa de Luis Teixeira, junto aos Altares, ao que também se refere Ortelius ao fazer menção da ilha como atraz se transcreveu. O lugar dos *Valadões* passou facilmente a *Faladões*, como já o ouvi referido a uma família da ilha e daí a *Folladores* não vai grande distância.

O dispositivo dos povoadores surge assim com uma metódica e estratégica distribuição de grupos portugueses destinados a ocupar as terras, tomando posições tendentes a evitar o alargamento das colô-

# ILHA TERCEIRA AÇORES



PONTOS EM QUE SE ESTABELECEAM OS PRIMEIROS POVOADORES PORTUGUESES E OS FLAMENGO



nias flamengas. Com isso se harmoniza o que Gaspar Frutuoso nos diz sobre as informações dadas por Bartoleza Roiz Columbreira, mulher de Gonçalo Mendes de Vasconcelos quando no principio — «não haver mais que duas povoações de muito pouca gente: uma na banda da Praia onde se chama o Paul de Beljardim, que fica entre a Vila que agora é de Praia e o Cabo da mesma Praia, e outra onde agora é a cidade de Angra, que era Vila, em que estava a jurisdição de toda a ilha, sem haver outra».

Se assim era, os poderes de Alvaro Martins Homem sobreponham-se aos de Jacomo de Bruges e com eles melhor se explicam os episódios que depois se sucedem, levando este a ir à Flandres, possivelmente a pedir apoio, desaparecendo então misteriosamente durante essa viagem.

Assim se dominou a investida flamenga na Terceira. Outra surgiu mais tarde no Faial, em 1466, e mais grave ainda, mas o mesmo denodo, a mesma hábil transigência até que a massa portuguesa pudesse subverter a onda flamenga, é possível que explique ser preciso ter chegado àquela maior condescendência de doar as ilhas à Duquesa de Borgonha, como o refere Behaim, e disso encontrou reminiscência o Visconde de Santarem, como já referimos.

Também se não encontra outra explicação para o que este mesmo autor relata na sua obra — *Memória para a História e teoria das Côrtes Gerais*, acerca da agitação levantada nas cortes de Evora em 1481, contra a permanência de estrangeiros nas ilhas. Mas como essas cortes se reuniram pouco mais de dois meses depois da subida ao trono de D. João II, os protestos diriam decerto respeito a factos passados no tempo de D. Afonso V.

O que se agita nessas cortes está em perfeito acordo com o ponto de vista que apresentamos: — protestar, proibir, pedir providências para não consentir estrangeiros no país, e outros se não encontram naquele reinado que chamem a atenção pela intenção e pelo significado do seu número, a não serem os flamengos nos Açores.

E as razões fundamentam-se: ao abrir as cortes expõem-se perigos e pede-se ao povo para que não consinta que os estrangeiros se estabeleçam — *em seus reinos e senhorios* — porque — «nunca fizeram proveito salvo rouballos de moeda douro e prata e descobrir vasos sagrados da Mina e Ilhas.» E mais se alegou, que o Infante D.

Henrique, sentindo o dano que esses estrangeiros podiam fazer, obstara sempre a que eles ali fossem consentidos.

A teoria histórica, enternecedoramente simplista do auxilio flamengo no povoamento dos Açores, passou sempre de largo ou ignorou, o que se tem de considerar como essência e fundamento do protesto levantado em cortes, que só a esse povo se podia referir. E era tão necessária a repressão, que foi deliberado lançar o aviso para eles sairem das ilhas durante um ano e este passado, não o fazendo, seriam presos e lançados fora com perda de tudo — «que nas ilhas e no regno ca lhes for achado.»

Parece não haver mais que alegar: nesse tempo e anteriormente, não se regista nas ilhas nenhum outro movimento de estrangeiros, que tome vulto, a não ser o dos flamengos.

Havia 15 anos, em 1466, que Joz de Hutra se estabelecera no Faial com uma forte colónia de flamengos, mas havia sobretudo que contar com a energia, força de vontade e decisão do novo rei português D. João II.

É também a data em que se restabelecem com maior intensidade as relações diplomáticas entre Portugal e a Flandres, interrompidas até à morte, em 1471, da Duquesa de Borgonha, muito esfriadas durante os 10 anos de governo de Carlos o Temerário e só se acentuando depois, a partir do casamento do imperador Maximiliano com a filha deste em 1477.

O decorrer dos factos, a vontade dos povos, a perseverança dos colonos portugueses nas ilhas ameaçadas, tinham já dominado completamente a tentativa estrangeira. Do outro lado, a forte dose de sangue português nas veias de Maximiliano, neto de D. Duarte, primo direito com D. João II, era terreno propício à conciliação, ao esquecimento, quem sabe se à combinação da supressão de tudo que lembrasse o lamentável incidente, dando explicação para a falta dos documentos que não aparecem e tão propositadamente parecem destruídos, porque mais conviesse e tinha preferênciã firmar bom acordo em outras exigentes combinações diplomáticas, que o movimento dos povos, como o avanço turco sobre a Europa e as suas ameaças, a isso obrigavam.

Até que ponto se possa considerar ainda como restos de colónia flamenga, o que Drumond a pág. 384, Vol. I, dos *Annaes da Ilha Ter-*

*ceira*, diz sobre reunião de franceses e flamengos em 1593, como viu numa carta escrita em espanhol pelo governador D. Antonio de la Puebla ao rei, não encontro outra menção que permita deduzi-lo. Contudo, fosse por necessidades comerciais ou por descendência de antigos colonos flamengos, ainda em 14 de Maio de 1625, o comandante das forças castelhanas na ilha, D. Pedro Estevão de Avila, transmitia ao seu rei os receios que lhe inspiravam — «gran número de estrangeiros, ingleses, flamencos y franceses», que nela existiam e juntos com a rebeldia constante de toda a população lhe causavam sérias apreensões, como o revela o Dr. Francisco Mendes da Luz, por pesquisas feitas nos Arquivos de Madrid e Simancas, publicados no Vol. VI do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

O receio que o comandante manifesta nas suas cartas ao rei, visam em especial os holandeses, então em luta com a Espanha, mas que a ilha ficou sempre no pensamento flamengo como um desejo de posse, parece ainda indica-lo o que nos — *Anais da Academia Portuguesa de História*, Vol. VII, 1942, diz Artur Guimarães de Araujo Jorge no artigo — «A Restauração e a História diplomática do Brasil holandês» (1640-1661) — quando Francisco de Sousa Coutinho pretendeu fazer pazes com os holandeses, até com a promessa de lhes restituir a parte do Brasil que eles reivindicavam, estes declararam só aceitar a proposta com a entrega imediata, como penhor, da Ilha Terceira ou da cidade da Baía.

Seria sempre o mesmo desejo, que recrudescer depois com os descréditos que sobre nós caíram em 1890 e nos deixam uma permanente recordação da luta pela posse da ilha nos tempos primitivos da colonização, que parece não esquecer, jazendo ainda latente no desejo desses povos a efectivarem.

O mesmo intuito, porventura, motivou a vinda de Jean Hugues em 1589, nela se demorando dois anos a colher pormenores da ilha, tantos e tão especificados sobre a sua defesa, como se verifica na sua — *Histoire de la Navigation*, que mais pode parecer missão especial de informação do que pura curiosidade geográfica.

## REVISÃO AOS DOCUMENTOS

Ficam vagas, imprecisas, mesmo indemonstráveis à face dos arquivos, as concepções que se acabam de expor.

Dos documentos locais referentes ao povoamento dos Açores e a episódios correlativos com as pessoas que nele intervieram nos tempos obscuros do seu início, só restam os que a paciente investigação de Francisco Ferreira Drumond transcreveu nos seus—*Annaes da Ilha Terceira*, os que os genealogistas açoreanos inserem nos seus manuscritos e os que a actividade desse extraordinário e benemérito impulsador da pesquisa histórica sobre os Açores, que foi Ernesto do Canto, publicou e comentou na obra admirável de erudição e perseverante esforço, que constitue a colecção do — *Arquivo dos Açores*.

A colectânea dos mais essenciais e por assim dizer documentos base do assunto, encontram-se reunidos no apreciável trabalho do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, que intitulou — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, publicado em 1932, em comemoração do V centenário desse acontecimento.

Aí ficam as indicações para os que quizerem retomar, profundar e esclarecer, tão confuso e absorvente successo. Ele enquadra num período de actividades nacionais, por excelência notáveis; ele faz parte da sequência de feitos admiráveis, que iluminaram os primeiros passos no caminho dos descobrimentos. É successo que desse período fulgente da nacionalidade se não pode também excluir; faz parte integrante de todos esses extraordinários acontecimentos.

Como no mistério em que fica a realização da maior parte deles, se não encontra outra documentação, que os relatos das crónicas no que respeita à fase inicial dos empreendimentos marítimos, assim fica também a descoberta das ilhas; mas se são vagas, imprecisas, sem pormenores, as notícias que nos dão, o incontestável da sua efectivação não se pode negar e não precisa maior esclarecimento para ser affirmado, que a verdade irrefutável dos objectivos atingidos durante anos sucessivos ao longo da costa africana.

As próprias crónicas iniciais, perdidas durante perto de 400 anos, ao serem descobertas no século passado, quase só serviram para revelar alguns nomes ignorados, confirmar factos que a crítica dos successos já tinha previsto e esclarecer outros, que a doutrina histórica preconcebida teima em fazer persistir.

Mas uma conclusão parece definir-se, a convicção que os registos não eram metódica e obrigatoriamente feitos. Na ânsia dos successos, no tumultuar das informações, na necessidade de andar depressa, esqueciam as notícias que se sabiam com outras que chegavam cada vez mais impressionantes.

Quando os cronistas eram propositadamente encarregados de as compilar e fazer a narrativa, já a confusão devia desnortear recordações que se misturavam, ou já a certeza dos feitos pouco interessava ao registo, que o entusiasmo deixava em aberto. João de Barros, metódico, escrupuloso e exigente de documentação, ao procurar nos arquivos material seguro e certificado desses successos, a sua decepção é frisante: — só encontra papeis rotos, fragmentos, notas dispersas. Já no seu tempo não existia o que depois se quiz atribuir como destruído pelo incêndio da — *Casa da Mina e da Índia*.

O facto era tão estranho, que os próprios cronistas se atribuíram uns aos outros propósitos de destruição e subtracção de documentos, não só para o brilho pessoal e privativo dos seus conhecimentos e escritos, mas muito peor, para satisfação de orgulhos reais, diminuindo no valor dos seus antepassados, o que pretendiam só para lustre próprio. Mas este juízo não é aceitável. À distância a que estamos, não podemos lançar sobre esses insignes e doutos cronistas um laquê de tamanha preversidade, nem tão pouco sobre a memória de reis tão gloriosos, como foram todos os desse período aureo dos nossos descobrimentos, inspiração de tamanha mesquinhez. A grandeza da época não se compadeceria com a pequenez desse proceder.

Quanto ao que respeita ao problema dos Açores, será fácil aceitar, que os registos da descoberta ficassem omissoes como todos os outros da costa africana. Dele falam os cronistas, no mesmo seguimento destes, como episódio que com eles enquadrasse. Até o descuido inicial de cartas de povoamento e de donatária de capitánias, parece patente com o que já referimos quanto às de João Gonçalves Zarco e Gonçalo Velho Cabral. Elas aparecem depois a legalizar a

sua situação, quando em 1450 surge o avanço flamengo sobre a Terceira.

Quanto ao problema do povoamento, nada também se encontrou em relação às pessoas primaciais, que nele tomaram uma parte activa. Só os nomes se lhe puderam reunir nas pacientes investigações dos genealogistas açoreanos e no pouco que se encontrou em documentos dispersos e registos de Camaras, que é o trabalho admirável de Ferreira Drumond e Ernesto do Canto.

Todo o episódio inicial e agudo da colonização dos Açores, decorre no tempo de D. Afonso V. Se os documentos existiram e desapareceram, alguma razão extraordinária teria havido para isso. Não se compreende mesmo, que desaparecessem uns e ficassem outros, e os que desapareceram são justamente os que poderiam dar informações sobre as pessoas, que tomaram parte efectiva no povoamento. Há que convir que não interessaria decerto, nem ao cronista, nem ao orgulho real, destruir documentos de tão pouca monta, para que daí viesse maior realce ou glória para uns ou para outros. O desaparecimento desses documentos e registos, só se explica com um objectivo especial, por uma necessidade imperiosa, por um motivo essencial conducente aos mesmos sucessos. E outro se não encontra, outro se não vê, senão o do episódio flamengo nos Açores.

A princesa D. Isabel, duquesa de Borgonha, filha de D. João I, irmã dos infantes D. Pedro e D. Henrique, tia do rei desses sucessos D. Afonso V, participa activamente, segundo está provado, no povoamento da ilha do Faial. Nada pode excluir, que já o não participasse na investida de Van den Berg sobre a Terceira, quando o sobrinho responde aos pedidos de benevolência, que lhe dirige pelo seu embaixador Deão de Vergy sobre a memória do irmão D. Pedro, com a carta régia de 10 de Dezembro de 1449, proclamando-o traidor e a todos os seus adeptos com castigos do maior rigor.

São pessoas reais; para afrontas de tal quilate as respostas são também conducentes aos poderes de que dispõem.

O conflito esbatido pelo tempo, amenizado pelas transigências recíprocas que se cederam, o pacto da promessa da doação das ilhas à princesa em 1466 e a insistência desenvolvida na intensificação do povoamento português, é de aceitar, que tudo se conjugasse para que em vespéras da sua morte, em 1471, o ardor patriótico da filha de D.

João I, a parceirar com os irmãos da ínclita geração, chegasse aquele estado de espírito e de paz propenso a anular toda essa já longa e inglória disputa. É possível então, que para realce da grandeza de tão valerosos e dignos reinantes, os arquivos cá e lá em dada época, rasgaram, destruíram, sumiram, os documentos que referiam ou se ligavam com tão lamentável dissídio.

Fantasia ? Mas não ha outra razão que o explique melhor.

No pouco que ficou referido da colonização flamenga nos Açores, só se encontra o nome da princesa portuguesa, pois o marido, Filipe o Bom, interessava-lhe apenas a expansão por terras limitrofes da sua, vindo a morrer em frente de Nancy, em 1477, cansado de desastres, abandonado dos seus e até se supõe que assassinado.

É justamente no ano seguinte à morte da duquesa, em 1472, que desaparece Jacomo de Bruges e se faz a grande remodelação das capitánias nos Açores, sendo Joz Dutra o único flamengo que fica com tal título, reabilitado desde 1468 com a sua carta e com o seu casamento com uma dama da corte. Era o único que ficava subsistindo à frente da sua capitania, talvez menos por preito de homenagem à princesa portuguesa de quem fora servidor leal, mas por conveniência, como chefe do avultado número de estrangeiros que dirigia, numa captação que não foi improfíqua para a confiança que nele depositaram. E não houve que arrepender a lealdade, que continuou a manifestar o servidor agradecido, aceitando essa honra.

Iniciava-se então um novo período de actividades marítimas para o ocidente dos Açores, mas essa procura atarefada de ilhas era ainda uma cautela para estranhos as não ocuparem como se deduz das concessões, que se antecipavam mesmo à sua descoberta.

## **O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS**

É sabido que os documentos base do povoamento dos Açores, são as cartas de 2 de julho de 1439 e de 10 de Março de 1449. A primeira corresponde à tomada da regência pelo Infante D. Pedro na menoridade de D. Afonso V, pois D. Duarte falecera no ano anterior, em 1438. Traduz a precaução de pôr as coisas em ordem ; governo metódico e documentado.

Da sua redacção que a maior parte tem concluído dar início ao povoamento, parece-me antes dever depreender-se, que o regente a mandasse lavrar como documento preciso para legalizar uma situação, que não estava oficialmente determinada. No seu zelo de governante, ponha a questão no campo jurídico da autorização, que ainda não fora dada e já se usufruía. Para isso dá o privilégio em nome do rei e estriba-se na:

«autoridade da Sra. rainha sua madre como sua tetor e curador que he com acordo do Infante Dom Pedro seu tio defensor por el dos ditos regnos e senhorio.»

O documento afigura-se-me ser mandado fazer por escrúpulos de legalidade do regente, para dar licença ao Infante D. Henrique de as poder povoar, visto este dizer :

«mandara lançar ovelhas nas ssete Ilhas dos Açores, e que se nos aprouguese que as mandaria pobrar.»

O número 7 tem servido para afirmar, que se conheciam até então só as duas ilhas do grupo oriental e as 5 do grupo central, ignorando-se ainda a existência das Flores e Corvo. Quem contar ao contrário, encontra justamente o mesmo número, partindo-se do princípio que a estas duas incluiria a carta já com gados distribuídos e sem povoadores, pois as duas do grupo oriental, Santa Maria e S. Miguel, é muito presumível nessa data já terem colonos.

Para estas não havia que autorizar o que já estava feito e pelo que D. Pedro não tinha que responder. Acautelava a sua acção de regente para que o não acusassem em relação às outras. Se lhe fora concedida a ilha de S. Miguel e Gonçalo Velho interferia na outra ilha com o nome de Santa Maria, é natural que para estas não subsistissem as razões da concessão.

Em apoio desta suposição temos ainda a carta que concede a Gonçalo Velho jurisdição sobre as duas ilhas, transcrito por Frutuoso, carta que tanto pode ser de 1470 como de 60 ou 50, pois a primeira data está manifestamente mal copiada, sabido que dada pelo Infante D. Henrique, na primeira daquelas datas já não era vivo.

Ainda em reforço da probabilidade das duas ilhas de S. Miguel e Santa Maria já estarem povoadas na data de 1439, temos a carta de isenção de dizima de 5 de Abril de 1443, para:

«todollos povoradores q̃ estam e vivẽ nas ditas ilhas . . . . de quaaesquer cousas q̃ das ditas ilhas tragom.»

Ora como estas datas ficam à distância uma da outra, tres anos e nove meses, é para concluir, que muito pouco haveria que isentar ao reduzido número de colonos, que decerto existiriam, se só a partir de 1439 para elas tivessem vindo. Mas ainda em reforço desta conclusão, das duas ilhas estarem já povoadas, temos a carta de perdão a João de Lisboa, de 22 de Maio de 1455. Fora degredado — «para as Ilhas de q̃ Gs.<sup>o</sup> Velho tem o cargo» e não para a ilha, e já lá estava naquela data ha 9 anos, perdoando-lhe os 6 que faltavam. Uma simples conta, faz reputar a sua vinda ao ano de 1446.

A conjugação dos dizeres da carta com as datas, só se podem interpretar dentro das seguintes conclusões: em 1446 D. Pedro era o regente e querendo proteger o parente do seu escudeiro, perdoou-lhe a pena de morte pela de desterro. É natural que mandasse o rapaz para a sua ilha de S. Miguel, e assim se explica, que em 1455 já banido o seu nome dos registos e a ilha passando a Gonçalo Velho, se teve de escrever—«pera as Ilhas de Gonçalo Velho» e não—«pera a Ilha de Gonçalo Velho», que era então naquela data só Santa Maria. Mas também se tira outra conclusão, é que D. Pedro mandando um criminoso desterrado para a sua ilha, é porque ela já tinha adequada organização para o vigiar e guardar, o que se não compadece com um povoamento sem organização, muito pequeno e de muito recente data.

A carta de 10 de Março de 1449, é quase a reprodução da de 1439. Já então ninguém levanta a hipótese de haver dúvidas que Santa Maria e S. Miguel estivessem por povoar, mas como se teima em dizer que as Flores e o Corvo o não estavam, arranjou-se-lhe a explicação comezinha e simplista — D. Afonso V afirmava agora a soberania que o tio regente usufruira, quando em 1439 expedira a carta em seu nome e com as cautelas que já vimos quanto à aprovação — «com a autoridade da Sra. rainha sua madre.»

Assentar-se que a carta se repetia para certificar o poder real, é

razão de muita pieguice, porque o rei estava de facto e direito em pleno uso das suas funções e nada havia que acrescentar à carta, porque já em 1439 era em seu nome que se concedia o encargo do povoamento ao Infante D. Henrique.

A explicação mais razoável, seria a necessidade de renovar o direito do Infante D. Henrique para povoar as 7 ilhas ainda não povoadas, que ele por razões ignoradas não podera efectivar.

De facto, na data de 10 de Março de 1449, não ha indício da existência de colonos portugueses nessas restantes 7 ilhas dos Açores, a não ser que por essa data já os flamengos Van den Berg e Fernão Dulmo tivessem abordado a Ilha Terceira e a carta se justificasse como diploma essencial para garantir um direito de posse, que o — «lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores» não seria bastante, embora o fosse como forte argumento de descoberta.

Um documento anterior, de 20 de Abril de 1447, tem um significado muito especial. D. Afonso V entrara em plena soberania dos reinos e ainda não acesa a campanha contra o regente, tinha para com este uma manifestação de gratidão dum realce extraordinário:

«querendo fazer graça e mercê ao Infante D. Pedro meu muito prezado e amado tio e padre, nosso curador e regedor por nós de nossos reinos e senhorios, por ter azo delle poder melhor encaminhar como a sua ilha de S. Miguel seja bem povoada: Temos por bem e quitamos d'este dia para todo sempre a todos os moradores que ora vivem e moram, ou morarem d'aqui em diante em a dita ilha a dizima de todo o pão e vinho e pescados e madeira e legumes e todallas outras cousas que nella houverem e trouverem a estes nossos reinos por qualquer guiza.»

Era uma concessão formidável, que nos dá o certificado da ilha ser do Infante D. Pedro e por ele estar sendo povoada. Portanto, a carta de 2 de Junho de 1439, dando licença a D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores, não podia incluir esta, e esta excluída só restavam as 7 despovoadas do grupo central e ocidental, ou então seriam 8 se o documento também visava Santa Maria, para ficar apenas em 6, a contentar a dúvida dos que presistem em afirmar que as Flores e Corvo ainda não estavam descobertas.

E daqui não ha que fugir, porque em 1439, regendo o reino D. Pedro e pretendendo a ilha de S. Miguel para si, não a daria certamente ao irmão, o Infante D. Henrique, e se este a tivesse decerto não lh'a tornaria a tirar, o que não é legítimo aceitar. De resto, não ha nenhum documento que o diga ou ao menos o faça suspeitar.

Por outro lado, 1447 à distância de 1439, apenas 8 anos incompletos, não é grande espaço de tempo para que já houvesse — «pão e vinho... e todallas outras cousas», em tal quantidade, que fosse grande concessão isentar de dízima.

Para uma terra que se tinha de desbravar, chamamos em especial a atenção para o vinho: o tempo preciso para a sua plantação se desenvolver e a extensão que ela devia ter para produzir quantidade, que permitisse ser exportada. É de concluir, que o povoamento da ilha já era anterior a 1439, como o era sem dúvida o de Santa Maria.

As 7 ilhas da carta desta data, não podem ser outras senão as 5 do grupo central e as duas mais afastadas, Flores e Corvo.

Todos estes quatro documentos se encontram na Torre do Tombo, sendo pela ordem das datas, os dois primeiros na Chancelaria de D. Afonso V, os dois últimos no L.º 2.º *Místicos* do mesmo rei.

Outro documento encontrado no L.º 3.º dos *Místicos* do Tombo deste rei e que tem levantado fortes dúvidas de interpretação acerca do seu significado ou motivo, é a carta de doação da ilha do Corvo de 20 de Janeiro de 1453 a D. Afonso, duque de Bragança e conde de Barcelos.

A ilha estava despovoada como o regista a própria carta e não consta que o Duque de Bragança alguma vez intentasse ou pretendesse exercer sobre ela qualquer dos direitos que ela lhe conferia. Mas na sua redacção ha dizeres que merecem alguma atenção.

É de — «motu proprio, livre vontade, certa sciencia, poder absoluto sem nol-o elle pedindo nem outrem por elle» — que a graça e mercê é concedida pelo rei, mas a enumeração do que podia usufruir o Duque é quase uma descrição da ilha — «montes rotos e por romper, rocios e pacigos, arvores e fontes e rios» — que denotam tratar-se duma ilha maior que o Corvo.

Tudo leva a concluir, que se trataria da ilha das Flores, não só

porque seria ridículo dar como prêmio ao seu — «muito presado e amado tio», pelos — «muitos singulares serviços que nos ha feitos» — uma ilha tão pequena, mas principalmente porque nesses tempos e ainda durante muitos anos a seguir, as duas ilhas eram representadas cartograficamente às avessas. No lugar do Corvo estava a maior, até com configuração de desenho idêntica à das Flores, como hoje é representada, e no sítio desta a mais pequena. A estas razões acresce ainda, que era justamente essa maior, que tinha a designação de — *Corvi marini* em todas essas cartas geográficas.

Com a data desta doação, tem-se pretendido relacionar o — «pouco ha que acharom», da carta de 28 de Janeiro de 1474, que refere o contracto de Fernão Teles com João de Teive.

Já não é pouco 21 anos de espaço, tempo mais que suficiente para qualquer coisa se esquecer, aceitar aquela frase, mas não havendo outro modo de harmonizar o caso, assim se tem pretendido ligar as duas datas com o mesmo episódio, o que manifesta fácil vontade e boa condescendência. Para mais, aquele Pedro Velasco e o Diego da Tiene, que Las Casas foi desencantar nos apontamentos de Colombo e Herrera depois aproveitou com outros nomes, davam apoio sem mais cuidados de investigação, sobre a sua existência real ou fantasiada, para se aceitar o ano anterior, 1452, como data da descoberta das Flores, de que a carta de doação ao Duque de Bragança, por razão de proximidade, servia de confirmação.

O que se não percebe, é como Pedro Velasco descobrindo as Flores não reivindicou para o seu país a posse da ilha e como sendo o Diego da Tiene, o Teive de 1474, não ficou logo de posse da ilha, porque é inegável a autenticidade do documento que a doa ao Duque de Bragança. Se a razão é insuficiente para duvidar que o próprio Velasco existisse, menos provado se encontra que ele fizesse a viagem, até para alguns por duas vezes partindo sempre do Faial, o que representa escravizar o rigor de certeza, que se pede à documentação a favor de Gonçalo Velho, ao vago e impreciso que escreve o filho de Colombo. Também se não percebe, que estando o Faial desabitado e tendo aqueles navegadores dele partido, não preferisse o Diego esta às Flores, como maior, melhor e com aquela esplendida vizinhança das ilhas do Pico e S. Jorge. Pensar o contrário será supor os homens daquele tempo de grande simplicidade.

Como a referência se presta a todas as hipóteses, aí vai mais uma: Se o Fernaldolmos era o Fernão Dulmo, conhecia não só Diogo de Teive como as suas altas atribuições na Terceira. Em 1474, se estava ainda na ilha, devia saber da recompensa dada ao Teive em pagamento de serviços ou proventura por ser mandado às Flores a tomar posse da ilha, tendo dela partido por essa data Van der Hague, segundo o que escreveu Fr. Diogo das Chagas. Assim se harmoniza a viagem com — «o pouco ha que acharom» e com a idade do filho.

Como homem do mar, Dulmo colheu informações e contou-as a Colombo, que as registou. Bastaria apenas, que o filho transformasse o nome em Diego da Tiene para que toda a glória ficasse em língua espanhola e tudo o mais a concordar.

A razão da carta de 1474 deve estar em correlação com os mesmos motivos que levaram à doação ao Duque de Bragança. Nela vem ainda uma cláusula que merece referência:

«que os moradores da dita ilha, quando a Deus aprouver que se povoe, façam guerra e paz por nosso mandado e não possa ser alheada nem vir salvo a nosso natural, e se corra a moeda de nossos reinos».

Em 1450 estava verificada a existência de flamengos na Terceira. Pouco antes ou pelo mesmo tempo, tinha vindo a embaixada do Deão de Vergy, com certo azedume da Duquesa de Borgonha pelo procedimento de D. Afonso V contra o regente. Se a vinda de Van den Berg era uma ameaça da Duquesa, a doação da ilha do Corvo podia ser uma resposta ou uma cautela.

O Duque de Bragança fora um dos mais acérrimos urdidores da intriga palaciana contra o regente D. Pedro e o maior instigador e provocador para o desfecho de Alfarrobeira, sendo por ele e pelo filho distribuídos os bens confiscados aos descendentes do malogrado Infante. Na violência da sua réplica ao embaixador Vergy e na persistência do seu propósito, a doação da ilha ao Duque de Bragança, era mais que uma afirmação de intransigência, a exteriorização de mais um prémio e um agradecimento ao apreço em que se tinha a atitude do mesmo. E foi justamente esta, por estar ainda despovoada, porque nas outras provávelmente já existiriam colonos, ou importava conser-

var só a autoridade de D. Henrique sobre elas para obstar a outras pretensões.

A bem ou a mal, D. Henrique teve de condescender com a doação do Corvo, de resto sem efectivação, o que ainda dá mais carácter de verosímil ao intuito com que D. Afonso V o fazia. Mas também esse procedimento real, pode explicar a preferência com que Van der Hague se vai fixar nas Flores em 1464-66, quando o forte grupo flamengo de Jobs Van Huerter se dirige para os Açores a mandado da Duquesa de Borgonha. E dez anos depois, tempo em que deixa a ilha, corresponde mais ou menos à data de 1474 e está averiguado que passa a seguir pelas Quatro Ribeiras, da Terceira, onde está Dulmo, antes de ir para o Topo em S. Jorge. Tudo isto se encontra no — *Espeelho Cristalino*, de Fr. Diogo das Chagas.

Não estará aqui a chave do episódio e a explicação para as referências a Diogo de Teive na carta de 1474 a Fernão Teles?

## AS CARTAS DE 1460

A análise dos 6 documentos que se encontram com esta data e a sua interpretação, tem uma alta importância para esclarecer a parte obscura do problema do povoamento dos Açores, em relação com o episódio dos flamengos nas ilhas do grupo central e ocidental.

Todos eles se encontram na Torre do Tombo, dois incertos nos L.<sup>os</sup> 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> dos *Místicos*, outros dois no cartório da Ordem de Cristo e ainda os dois restantes em colecção especial. Da sua leitura deprende-se uma preocupação de assegurar direitos sobre as ilhas, quanto a poder espiritual e temporal, repetindo-se e insistindo-se sobre privilégios dados a pessoas da casa real e à Ordem de Cristo, que dão a impressão de por alguém poderem ser constestados, renovando afirmações já ditas, para bem precisar o que em qualquer deles tivesse esquecido.

O primeiro desses documentos, com data de 2 de Setembro de 1460, é o que confirma a doação feita em carta de 22 de Agosto do mesmo ano, pelo Infante D. Henrique a D. Fernando, seu filho adoptivo, das ilhas de Jesus Cristo e Graciosa. É o rei D. Afonso V, quem a

concede e diz que Dom Fernando — «meu muito prezado e amado irmão», lhe enviou mostrar uma carta de D. Henrique — «meu muito prezado e amado tio», em que este fazia saber que aquele — «meu muito prezado e amado filho», lhe manifestara o desejo :

«de mandar povoar algumas ilhas, e que a mim prouvesse das minhas que tenho que ora estão por povoar lhe dar algumas d'elas».

Em face deste desejo o rei de :

«motu proprio, livre vontade, certa sciência, poder absoluto, lhe faço livre, pura, irrevogavel doação . . . de duas das ditas minhas ilhas; convem a saber da ilha de Jesus Christo e da ilha Graciosa, com todas suas rendas e pertenças e com todos outros direitos e jurisdição dellas.»

Tem-se posto em dúvida, em face destes dizeres, que na data de 1460 a Terceira, a ilha de Jesus Cristo assim designada pelos flamengos, tivesse já povoadores, mas uma coisa é D. Fernando pedir «por povoar» e outra é D. Henrique, «das ditas minhas ilhas» lhe dar as duas designadas. Na sua livre vontade, poder absoluto e motu próprio, como delibera, tanto podia doar ilhas povoadas ou não.

De resto partindo-se da certeza, que em 21 de Março de 1450, foi dada a carta de capitania a Jacomo de Bruges e que havia um núcleo flamengo ao norte da ilha, nas Quatro Ribeiras, e outro de povoadores portugueses ao sul, na Ribeira de Fr. João, vem desfazer completamente a dúvida que se levanta de ela ainda estar desabitada, o facto de se ter descoberto em 1810 uma pedra, na parede da igreja matriz da Vila da Praia, com a inscrição de 1456 como data da sua fundação. Ali se tinha estabelecido Jacomo de Bruges e a autenticidade do achado é declarada pelo vigário António Joaquim Fagundes, que a fez copiar e colocar depois na fachada da mesma igreja, como se lá vê no alto da frontaria.

Demais, a carta de 23 de Março de 1503, que cria a Vila de S. Sebastião, já refere a existência das outras duas, da Praia e Angra. São 43 anos de distância em relação a 1460, o que levaria à conclusão, que-

a intensificação do povoamento teria sido tal, que em menos de meio século desse origem a criar-se as 3 Vilas, o que hoje mesmo seria caso estranho e para aquele tempo obriga a arranjar explicação.

Mas ainda em apoio da informação que nos dá o achado da pedra da Matriz da Praia, vem também a que deixou escrita Francisco Ferreira Drumond sobre a fundação da igreja de S. Sebastião.

No manuscrito que deixou, intitulado — *Apontamentos topograficos, politicos, civis e eclesiasticos para a historia dos Açores, servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, diz o seguinte:

«Em que tempo fosse fundada a igreja não se alcança mas de uma lapide à entrada da porta principal, escripta em caracteres goticos já mui gastos le-se a era de **IIII** 55 que interpretamos segnificando o ano de 1455 e pelo dito de alguns velhos achara-se esta lapide pela parte de dentro da porta principal encaixada na umbreira direita debaixo do coro quando pelos anos de 1780 se deo nova forma ao frontespicio da mesma igreja, que já no ano de 1568 por se achar muito arruinada e pequena foi aumentada, e a sua capela-mor, como a de todas as mais parochias destas ilhas, por alvará especial.

Pela carta patente de 30 de Julho de 1568 foram afixados ao seo vigario por ter a parochia mais de 200 fogos 23\$000.»

Duvidar que Ferreira Drumond tivesse visto a pedra, seria ultrage à memória de tão escrupuloso investigador e propósito formal de negativismo. Ele viu a inscrição e não podendo caracterizar o que estava «já mui gasto» escreveu integralmente, honestamente, **IIII** 55, sendo os quatro primeiros sinais unas garatujas alongadas, que deviam corresponder aos — *iiii* — que se lêem por 400, como se encontram em documentos daquele tempo.

É perfeitamente correcta a interpretação; a data seria de facto 455, um ano ainda anterior à da Praia, o que está perfeitamente em harmonia com a evolução desses dois primeiros povoados em relação com a colonização, e quem sabe se a traduzir o propósito do grupo de povoadores portugueses afirmar sempre a primazia. Mas ha que notar, que em 1568 havia só 200 fogos, ou sejam 113 anos depois da data

da igreja e 65 a partir da criação da Vila, número que nem mesmo o justificaria, se outras razões não tivessem surgido para a isso obrigarem, quem sabe se ainda com menor número de fogos.

A melhor explicação que se pode encontrar para o conteúdo da carta que vimos analisando, é de facto o estabelecimento de flamengos na ilha sob a chefia de indesejado Jacomo de Bruges, com quem se tivera de pactuar dando-lhe a capitania. Mas também ha que considerar que o Infante, já velho, vendo a morte próxima, que o atinge a 13 de Novembro seguinte, procurasse acautelar as ilhas que via ameaçadas e que só os seus direitos sobre elas conseguira fazer respeitar.

D. Fernando pedindo as ilhas ainda por povoar, quem sabe se por combinação, levantava um pretexto para que aquelas duas lhe fossem cedidas. Mas a razão do pedido — estarem por povoar — tinha um objectivo mais alto. Era a necessidade imperiosa de mandar para a Terceira novos povoadores e novos chefes e é justamente por esta data, que surge na ilha Alvaro Martins Homem com privilégios especiais para conceder terrenos, fixando-se em Angra fora da jurisdição de Jacomo de Bruges. Para esta situação era preciso de facto pedir uma ilha despovoada, e satisfez-se o pedido, supondo assim a Terceira, para que nela podesse entrar com tais poderes o servidor da casa do Infante D. Fernando, que era Alvaro Martins Homem.

Em 1474 quando este é nomeado para a capitania da Praia, diz a carta, que entre ele e Jacomo de Bruges — «sempre houve alguns debates por a terra da dita Ilha não terem de todo partido» e conclue-se que já muito antes estava na ilha, porque João Vaz Corte Real, na mesma data, o tem de indemnizar dos dispêndios feitos com a construção de moinhos: — 14 anos dá a diferença entre 1474 e 1460.

Não se encontra melhor explicação para aquella doação das duas ilhas, que o pretexto para Alvaro Martins Homem poder entrar na Terceira com tamanhos poderes.

Também com data de 18 de Setembro de 1460, apparecem tres outras cartas, estas agora emanadas do Infante D. Henrique.

Na primeira diz que deu e fez — «doaçom aa muitos annos» das suas ilhas de S. Miguel e Santa Maria à ordem de Cristo, mas que

o fazia de novo — «assinada per mym e seellada do seello das minhas armas pera se poer no cartorio da ordem».

Ha que notar que na carta já citada de perdão a João de Lisboa, de 22 de Maio de 1455, o próprio rei D. Afonso V chama às duas — «as ilhas q̃ Gs.<sup>o</sup> Velho tem o cargo» e dando o perdão manda — «ao dito G.<sup>o</sup> Velho que leixe viir levrem.te o dito Jonhan de Lixboa pera nossos reynos».

Aquela carta só pode ter a mesma explicação. Era um título de segurança a reforçar o pouco que representariam os privilégios concedidos a Gonçalo Velho, quanto a uma disputa com estranhos sobre a posse destas duas ilhas e tanto que adiante, ao analisarmos a carta de 3 de Dezembro do mesmo ano, veremos que é o próprio rei D. Afonso V, que se arroga direitos e jurisdição sobre todas as ilhas, incluindo estas duas, para de todas elas fazer mercê ao irmão D. Fernando.

Na segunda carta daquela data, volta o Infante D. Henrique, em diploma especial, a referir-se só às duas de Jesus Cristo e Graciosa, dizendo que doara a temporalidade a D. Fernando, mas — «com condiçam que a espiritualidade ficasse com a dita ordem» e porque esta ainda não tinha carta que o justificasse, o fazia para — «poer na torre do Cartorio do Convento da minha villa de thomar».

Algum cuidado especial merecia a Terceira e Graciosa, porque ainda em 1 de junho de 1489, surge a carta de D. João II doando-as a D. Manuel, duque de Beja:

«sem embargos de quaesquer leis hordenações, grosas opiniões de doutores, capitulles de cores que em comtrario desto possam fazer as quaes todas pella presentem avemos por annulladas e de nenhum vallor».

Pouco antes, em 17 de Março de 1483, era negado por sentença, o direito de sucessão requerido por Pero Gonçalves, que o pedia contra Antão Martins Homem, apresentando-se como filho de Jacomo de Bruges. Mas da análise dos textos dos dois diplomas, ressalta da própria linguagem empregada, haver certa relação entre eles.

Na terceira carta daquela mesma data, D. Henrique doa ao soberano, o próprio rei D. Afonso V, a temporalidade das ilhas de S. Luis, S. Dinis, S. Jorge, S. Tomaz e Santa Iria. São justamente as 5 ilhas que faltam, as 3 primeiras do grupo central, respectivamente Faial, Pico e a do mesmo nome actual, S. Jorge; as duas últimas, as do grupo ocidental, Flores e Corvo.

Neste diploma, D. Henrique considera-se dono destas ilhas, reservando e espiritualidade para si e para os seus sucessores na Ordem de Cristo, dizendo que — «dou e faço serviço a elrei Dom Affonso meu S.<sup>or</sup> e sobrinho que Ds. mantenha das minhas Ilhas que se chamam...» e a todas nomeia, embora seja muito estranho que o sobrinho «faça serviço» ao rei dando-lhe as ilhas de que ele era senhor.

Só uma explicação aparece como aceitável: o documento trazia o propósito de revelar a existência das 5 ilhas, que os outros dois não mencionavam e segurar nas mãos potentes do soberano um direito de posse, que ainda se não efectivara com um número apreciável de colonos.

Existindo já carta de 1449, que o concedia por ordem de D. Afonso V, parecia escusada esta transmissão de posse a quem por direito real o possuía. Outros motivos por certo o deviam impor e outros se não encontram senão a vizinhança de flamengos na Terceira, aliás seria de pensar, que os registos das chancelarias seriam uma coisa confusa, imprecisa e desordenada, o que de facto se não verifica em outros assuntos.

Os nomes porque essas 5 ilhas vem designadas, é outro motivo em suspenso. De todas elas só a de S. Jorge tem já a designação que depois conserva; as outras quase logo a seguir os adquirem também.

Seriam assim nomeadas por Gonçalo Velho quando as descobriu? Seriam agora declaradas com aqueles nomes, para prova de que assim eram designadas nos registos portugueses, contra qualquer outra nomenclatura que desse motivo a dúvidas, como sucedera à Terceira a quem Van den Berg chamou a ilha de Jesus Cristo?

Parece que alguma coisa ficou existindo no estrangeiro registado com aqueles nomes, porque vemos na interessante monografia que o prof. Amorim Ferreira publicou em 1947, intitulada — *Os Açores, Setubal e Lisboa*, com o sub-título «vistos por uma dama escocesa em 1774-76», que sendo o pequeno navio arrastado pelo temporal para

o fazia de novo — «assinada per mym e seellada do seello das minhas armas pera se poer no cartorio da ordem».

Ha que notar que na carta já citada de perdão a João de Lisboa, de 22 de Maio de 1455, o próprio rei D. Afonso V chama às duas — «as ilhas q̃ Gs.<sup>o</sup> Velho tem o cargo» e dando o perdão manda — «ao dito G.<sup>o</sup> Velho que leixe viir levrem.<sup>te</sup> o dito Jonhan de Lixboa pera nossos reynos».

Aquella carta só pode ter a mesma explicação. Era um título de segurança a reforçar o pouco que representariam os privilégios concedidos a Gonçalo Velho, quanto a uma disputa com estranhos sobre a posse destas duas ilhas e tanto que adiante, ao analisarmos a carta de 3 de Dezembro do mesmo ano, veremos que é o próprio rei D. Afonso V, que se arroga direitos e jurisdição sobre todas as ilhas, incluindo estas duas, para de todas elas fazer mercê ao irmão D. Fernando.

Na segunda carta daquela data, volta o Infante D. Henrique, em diploma especial, a referir-se só às duas de Jesus Cristo e Graciosa, dizendo que doara a temporalidade a D. Fernando, mas — «com condiçam que a espiritualidade ficasse com a dita ordem» e porque esta ainda não tinha carta que o justificasse, o fazia para — «poer na torre do Cartorio do Convento da minha villa de thomar».

Algum cuidado especial merecia a Terceira e Graciosa, porque ainda em 1 de junho de 1489, surge a carta de D. João II doando-as a D. Manuel, duque de Beja:

«sem embargos de quaesquer leis hordenações, grosas opiniões de doutores, capitulles de cores que em comtrario desto posam fazer as quaes todas pella presentem avemos por annulladas e de nenhum vallor».

Pouco antes, em 17 de Março de 1483, era negado por sentença, o direito de sucessão requerido por Pero Gonçalves, que o pedia contra Antão Martins Homem, apresentando-se como filho de Jacomo de Bruges. Mas da análise dos textos dos dois diplomas, ressalta da própria linguagem empregada, haver certa relação entre eles.

Na terceira carta daquela mesma data, D. Henrique doa ao soberano, o próprio rei D. Afonso V, a temporalidade das ilhas de S. Luis, S. Dinis, S. Jorge, S. Tomaz e Santa Iria. São justamente as 5 ilhas que faltam, as 3 primeiras do grupo central, respectivamente Faial, Pico e a do mesmo nome actual, S. Jorge; as duas últimas, as do grupo ocidental, Flores e Corvo.

Neste diploma, D. Henrique considera-se dono destas ilhas, reservando e espiritualidade para si e para os seus sucessores na Ordem de Cristo, dizendo que — «dou e faço serviço a elrei Dom Affonso meu S.or e sobrinho que Ds. mantenha das minhas Ilhas que se chamam...» e a todas nomeia, embora seja muito estranho que o sobrinho «faça serviço» ao rei dando-lhe as ilhas de que ele era senhor.

Só uma explicação aparece como aceitável: o documento trazia o propósito de revelar a existência das 5 ilhas, que os outros dois não mencionavam e segurar nas mãos potentes do soberano um direito de posse, que ainda se não efectivara com um número apreciável de colonos.

Existindo já carta de 1449, que o concedia por ordem de D. Afonso V, parecia escusada esta transmissão de posse a quem por direito real o possuía. Outros motivos por certo o deviam impor e outros se não encontram senão a vizinhança de flamengos na Terceira, aliás seria de pensar, que os registos das chancelarias seriam uma coisa confusa, imprecisa e desordenada, o que de facto se não verifica em outros assuntos.

Os nomes porque essas 5 ilhas vem designadas, é outro motivo em suspenso. De todas elas só a de S. Jorge tem já a designação que depois conserva; as outras quase logo a seguir os adquirem também.

Seriam assim nomeadas por Gonçalo Velho quando as descobriu? Seriam agora declaradas com aqueles nomes, para prova de que assim eram designadas nos registos portugueses, contra qualquer outra nomenclatura que desse motivo a dúvidas, como sucedera à Terceira a quem Van den Berg chamou a ilha de Jesus Cristo?

Parece que alguma coisa ficou existindo no estrangeiro registado com aqueles nomes, porque vemos na interessante monografia que o prof. Amorim Ferreira publicou em 1947, intitulada — *Os Açores, Setúbal e Lisboa*, com o sub-título «vistos por uma dama escocesa em 1774-76», que sendo o pequeno navio arrastado pelo temporal para

os Açores, vão avistando as ilhas que nomeiam Pico, Faial, S. Jorge e São Tomás, referindo-se a estas duas últimas do seguinte modo — «São Jorge é muito alta e rochosa e parece uma linda ilha; São Tomás é ainda mais pequena, mas é muito verde e parece ter muitas arvores».

Esta terceira carta, com data de 18 de Setembro de 1460, que vimos referindo, é natural que surgisse com idênticos motivos aos que originaram as outras. Nela transparece, que se quer assentar direitos de soberania e aparece justamente pouco depois da que, a nosso ver, justificou a vinda de Alvaro Martins Homem.

Dois factos nos levam a pensar que a acção deste se estendeu a todas as ilhas ainda por povoar e que de Angra, onde se fixara, dirigia esforços nesse sentido. São eles, a existência na fachada da actual matriz das Velas, da data de 1460 como ano da sua fundação e é a existência de Antão Vaz Homem na ilha do Corvo, como seu primeiro povoador, segundo o refere Fr. Diogo das Chagas.

De facto na — *Fenix Angrence*, do P.<sup>e</sup> Maldonado, encontra-se que este 2.<sup>o</sup> filho de João Vaz Homem de Valparaíso, um dos 4—*Vazes*— da Praia, não deixa descendência na Terceira, mas toda ela se estende pelas Flores e Corvo, cruzando depois com Vieiras, Pimentéis, Fragoas e Noas.

O irmão mais velho, Gonçalo Vaz Homem, testando em 1520, à distância de 60 anos de 1460, justifica cronologicamente que ao irmão a seguir, Antão, à roda de 20 anos de idade, lhe fosse confiada a missão de ir para o Corvo afirmar a soberania portuguesa, por mandado ou indicação do tio, Alvaro Martins Homem.

A não ser que se regeitem os dados dos genealogistas, com a sem-cerimónia de se considerarem mais bem informados os que agora escrevem, a 500 anos de distância, do que eles estariam apenas a um século dos acontecimentos.

Outro documento do mesmo ano de 1460, é o testamento do Infante D. Henrique feito a 28 de Outubro, ao qual estava anexo um outro ou codicilo, com a data anterior de 13 desse mês.

É nesta parte, que vem cuidadosamente mencionadas todas as igrejas as quais especificadamente cita com esta categórica afirmação

para cada uma — «ordenei e estabeleci». Vem citadas todas as ilhas do arquipélago da Madeira, até a Deserta, e quanto aos Açores, faz a enumeração pela ordem dos grupos como vêm contidas nas cartas de 18 de Setembro de 1460, que vimos de analisar.

O testamento traduz, acima de tudo, a preocupação de não subsistir qualquer dúvida quanto ao conhecimento que dava e à posse que efectivara de todas as ilhas. Em cada uma ordenou e estabeleceu a sua igreja, mas o que ordenou não pode por certo realizar em todas elas.

Justamente um mês depois do primeiro testamento, a 13 de Novembro de 1460, falecia o Infante D. Henrique. Mesmo que todas as igrejas não estivessem feitas a ordem estava dada e para a sua efectivação, é de aceitar, devem ter logo a seguir partido os primeiros colonos e freires da Ordem de Cristo para as ilhas ainda desabitadas.

Conheceram os cronistas açoreanos dados, que os levam a admitir a existência de colonos no Faial e Pico já antes da vinda de Jobs van Huerter. Até para esta última ilha, ha indícios de povoadores no lado do sul, antes dos flamengos se instalarem na parte em frente do Faial.

Para lá devem ter começado a seguir, provavelmente, a partir de 1460, como é caso conhecido e de apoio a esta ideia, a ida de Antão Vaz Homem para o Corvo.

O último documento daquele ano, já falecido o Infante D. Henrique, é a carta de D. Afonso V, de 3 de Dezembro de 1460, doando ao irmão D. Fernando as ilhas da Madeira, Porto Santo, Deserta, S. Luís, S. Diniz, S. Miguel, Santa Maria, S. Jacobo, S. Filipe, das Maias, S. Cristovão e de Lana, com todos os direitos e jurisdições que pertencem a El-Rei e como as-*tinha*-o Infante D. Henrique. Nesta redacção, em contradição com os poderes que o Infante D. Henrique transmitia ao rei na carta anteriormente analisada, é agora D. Afonso V quem diz que as dá com — «todallas rrendas, direitos, . . . . assy como as de nos avia ho Yffante Dom Anrique meu tyo que Deus aja».

A tão pouca distância, estes dizeres tornam ainda mais confusa a razão porque se arrogava D. Henrique o direito de dar ao sobrinho, o

próprio rei, em 18 de Setembro, as cinco que referimos de S. Luís, S. Diniz, S. Jorge, S. Tomaz e Santa Iria. A não ser que na casa real e nas chancelarias imperasse a mais inconcebível ignorância, tem de se aceitar a razão oculta que subsistia, para que tais documentos, tão aparentemente disparatados, tivessem surgido e até permanecido na voragem que todos os outros levaram.

Só uma razão o pode explicar com alguma lógica: no conflito com a duquesa de Borgonha, as disposições do irmão D. Henrique teriam por certo mais peso, que as do sobrinho, o rei D. Afonso V.

Pelo que respeita às ilhas dos Açores, os nomes e ordem de citação neste documento de 3 de Dezembro, é a mesma do testamento do Infante. Parece haver a preocupação de nada alterar. Mas a mais do que continha esse testamento, vem citadas as ilhas de S. Jacobo, S. Filipe, das Maias, S. Cristovão e de Lana, de que igualmente se fazia mercê ao Infante D. Fernando.

A explicação do facto só pode ser uma, a preocupação dominante de não deixar nenhuma ilha aos flamengos ou outros povos navegadores e o dar-se ouvidos ao boato, que corria entre os mareantes, de se avistarem novas ilhas, como se colhe informação de outros diplomas que já citamos. Não fazendo delas menção no seu testamento, D. Henrique dá-nos a certeza do modo como trabalhavam os seus navegadores. Só ficavam registadas, como certas, as ilhas que realmente se descobriam.

A pouca distância a que o diploma de 3 de Dezembro está do testamento de 18 de Setembro, diz-nos contudo, que a ideia dessas outras ilhas devia correr com insistência, levando o rei D. Afonso V a menciona-las num excesso de cautela, não se desse o caso de existirem e darem motivo a novas pretensões. De resto, daria ainda origem a uma tal prevenção, o objectivo de defender a rota do sul aos navegadores do norte da Europa.

Não se pode compreender e muito menos aceitar, que a descoberta de ilhas no Atlântico, não despertasse nesses povos o desejo de outras encontrarem e nelas se fixarem, que mais não fosse como benefício de escala para os seus navios. A razão é tão comezinha, que não a considerar, é ter em muito pouco a capacidade dos outros.

## OUTROS DOCUMENTOS

Só esse objectivo constante de defesa para que outros povos se não instalassem em ilhas do Atlântico, pode explicar ter D. Afonso V, em 19 de Fevereiro de 1462, passado a João Vogado a carta em que lhe doa as duas que nunca existiram — *Lono* e *Capraria*, como também, a 29 de Outubro do mesmo ano, fazer doação a D. Fernando duma outra que Gonçalo Fernandes tinha visto, vindo das pescarias do Rio do Ouro, como aquele lhe tinha dito, facto que se repete com a viúva D. Brites, que lhe volta a anunciar ter o marido informação de mais uma ilha que apareceu a través da de S. Tiago, não obstante a ter mandado procurar em vão, mas de que lhe fazia doação e aos filhos por carta de 12 de Janeiro de 1473.

A corrida para as ilhas que ainda se julgava existirem, é uma persistente preocupação que se estende durante o reinado de D. Afonso V e ainda se prolonga pelo de D. João II e D. Manuel. Mas se as cartas a Ruy Gonçalves da Camara e a Fernão Teles traduzem uma preocupação à roda dos Açores, sempre presentes ao espírito de D. Afonso V, a carta de D. João II a Fernão Dulmo e as de D. Manuel a Gaspar e Miguel Corte Real, são já objectivos para o ocidente, sugeridos pelas dúvidas que a insistência de Colombo levantou no pensamento do primeiro e a certeza do seu achado começou a preocupar o segundo.

Pouco interessa explanar o assunto para o objectivo deste trabalho, mas tem importância ainda para o seu esclarecimento, no que respeita às ilhas das Flores e Corvo, analisar com maior atenção as cartas de 28 de Janeiro de 1474 e 10 de Novembro de 1475.

Na primeira faz D. Afonso V doação a Fernão Teles das ilhas que achar, não sendo nas partes da Guiné e declarando que o mesmo «tenha e aja» as — *ilhas Foreiras*, que adquiriu por contracto com João de Teive, o qual com seu pai Diogo de Teive — «pouco ha que acharom». A segunda faz esclarecimentos a essa doação, em especial — «algũas outras ylhas poboadas, que ao presente nom som navegadas nem achadas nem trautadas per meus naturais.»

Numa e outra carta, é bem explicita e várias vezes repetida a — «condiçam que as ditas ylhas nom seiam nos mares cercanos a Guynea», depreendendo-se que a exploração tem de ser feita na direcção das - *Sete Cidades*, que se localizava a oeste dos Açores, mandando que sem licença do dito Fernão Teles não podessem entrar nessas ilhas — «todollos ditos meus naturais e sobditos, e a todollos outros de quaes quer rregnos que seiam».

Estas indicações de povoamento, constituíram fundamento para J. Bensaude levantar a hipótese, que D. João II já tinha conhecimento da existência do Brasil, quando se firmou com intransigência no meridiano a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde para o tratado de Torresilhas. Ha no entanto a observar, que as condições imponham não ser a exploração feita nos mares — «cercanos a Guynea», o que naturalmente não seria desrespeitado.

Não ha dados seguros que digam se Fernão Teles fez a viagem ou não. No final da carta é que se encontra a tão discutida alusão às *ilhas Foreiras*, que transcrevemos na íntegra para completa illicação :

«Outrossy nos praz e queremos, que o dito Fernam Tellez tenha e aja, e assy seus sobresoçessores, as ylhas que chamam Foreyras, que pouco ha que acharom Diogo de Teyve e Joham de Teyve, seu filho, e elle dito Fernam Tellez ora ouve per huum contrauto, que fez com Joham de Teyve, filho do dito Diogo de Teyve, que as ditas ylhas achou e tinha, e esto naquella forma e com aquellas comdiçoões e maneyra que as elle ouve do dito Joham de Teyve, a que ficaram per morte do dito seu pay, e no dito contrauto he comtheudo, e mays com todollos outros privilegios, graças e liberdades, jurdiçam, dominio e senhorio, mero, misto imperio, e alçada, com que lhe nos damos estas, que assy de novo ha de buscar, e segundo nesta nossa doaçam acima he declarado e contheudo.»

Considerar o espaço de 22 anos, que medeia entre a data de 1452, a que se atribue essa viagem de Diogo de Teive com Pedro Velasco, e a data da carta de 1474, como compatível com o — «pouco ha que acharom», é vontade de condescender. Um tal espaço, é tempo mais

que suficiente para se esquecer qualquer coisa, mesmo na boa vontade de dar às palavras um significado que nunca tiveram.

Já sobre a hipótese bordamos considerações, que nos escusa de as repetir novamente, mas vale recordar, que só pela citação de Fernaldos se pode encontrar ligação, que satisfaça as notícias de descobertas a oeste dos Açores, aceitando que aquele nome seja o de Fernão Dulmo, estropiado nos apontamentos do filho de Colombo. De facto, a carta de D. João II, de 24 de Julho de 1486, confirmando o contracto feito entre Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito para a procura da ilha das — *Sete Cidades*, 6 anos antes da descoberta da América, dá tempo bastante, 12 anos em relação a 1474, para que Dulmo e Colombo trocassem impressões sobre assunto que existia no espírito dos dois, sendo também natural que se procurassem colhendo recíprocas informações.

Segundo os dados obtidos quanto à chegada dos povoadores flamengos ao Faial e pelas informações do cronista açoreano Fr. Diogo das Chagas, Guilherme Van der Hagen, no ano de 1474 deve ainda estar nas Flores, pois diz que viveu ali — «nas furnas que fez na rocha, que é aquela parte de tufo, amodo de salas e casas muito grandes aonde habitou passante 10 anos.» E conta que viu essas furnas sendo rapaz e que a avó — «mulher muito pratica», lhe dizia serem «cazas em que moraram os framengos quando descobriram a Ilha».

Pouco antes desta data, em 1471, a duquesa de Borgonha tinha falecido. Quaisquer razões que levassem a consentir durante a sua vida a ocupação da ilha, a ocasião seria oportuna para acabar com a permanência de flamengos nela e até se depreende, que com grande satisfação de Van der Hagen.

Se saíam da Terceira embarcações para as outras ilhas ou possivelmente já para explorações marítimas, como Ernesto do Canto o descobre quanto a Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador, não será grande ousadia ou forçar uma conclusão histórica, supor que Diogo de Teive e o filho, tenham então pouco antes da data de 1474 ido às Flores, em missão de soberania e a convencer o flamengo Van der Hagen, a bem ou a mal, a deixar a ilha. Isso estaria perfeitamente dentro das elevadas funções que Diogo de Teive exercia como ouvidor na Terceira e ainda muito mais dentro da verdade do — «pouco ha que acharom».

Mas outra verdade vem ainda contender com o caso. Está documentado, que em 18 de Agosto de 1474, Diogo de Teive é vivo e exerce na Terceira as suas funções de ouvidor, dando a concessão das — *terras das contendias* a João Leonardes.

Se já para o filho o acompanhar na suposta viagem de 1452, se tinha de admitir que à data do seu testamento, a 6 de Março de 1534, teria a bonita idade de mais de cem anos, porque decerto não acompanharia o pai com muito menos de vinte, o ter recebido as — *ilhas Foreiras* por morte do pai, é outra grande dúvida que se levanta na veracidade destes documentos.

Confusão? Propósito? Erro de leitura de datas? Só subsiste a realidade do defectível humano, para encobrir na própria verdade o que ela contém na pureza das suas revelações.

Mas também não admira que a Diogo de Teive fossem dadas — *as Foreiras* como recompensa dos seus serviços. Eles mereciam tanto e ficaram tão lembrados, que em 4 de Julho de 1517, o rei D. Manoel voltava a repetir o seu alvará de 16 de Junho de 1515, isentando o filho João de Teive da jurisdição de Antão Martins, capitão na parte da Praia da ilha Terceira, para que este e seu filho — «não entendam em nenhuma coisa que tocar a João de Teive, fidalgo de nossa casa, que se ora vae viver à dita ilha, nem de seus criados e amos, nem lavradores, encabeçados, visto a inimidade que antre elles ha por causa de uma demanda d'agoa».

Tudo leva a concluir, que o Diogo de Teive, da Terceira, não podia andar de mistura com os marítimos de Palos de Mogher em 1452. Mas que as Flores constituiram preocupação nos registos das chancelarias, atesta-o a bula de Xisto IV, de 21 de Junho de 1481, com a menção especial — *as ilhas dos Açores e das Flores*, como no contracto de 6 de Março de 1480, feito antes entre D. Afonso V e os reis de Castela e Aragão, se guardarem à coroa portuguesa exclusivos direitos sobre as — *Yslas de la Madeira, Puerto Santo & Desertas, e las Yslas de los Açores & Yslas de las Flores*.

Alguma coisa motivara um tal cuidado de precisão documental e outro não encontramos, mesmo que se aceitasse a sua descoberta em 1452, senão a dúvida que se poderia ter levantado das Flores não pertencerem à coroa portuguesa por ser primeiramente habitada pelos flamengos, chefiados por Van der Hagen.

O último documento que citaremos e que interessa ao conhecimento do período inicial do povoamento dos Açores, é a carta de D. João II, de 24 de Julho de 1486, confirmando o contracto feito entre Fernão Dulmo — «cavalleiro da casa del Rey nosso senhor, e capitam na ylha Terceira» e João Afonso do Estreito, para a descoberta da — *Ilha das Sete Cidades*.

Se nada mais se soube deste empreendimento, nem referências se encontram relativas à sua partida da Terceira para essa expedição, também se não conhece outra actividade de Fernão Dulmo por esse tempo, a não ser o seu provável encontro com Colombo, a quem dá informações. São 37 anos passados em relação a 1449, data da sua chegada às Quatro Ribeiras, o que é cronologicamente compatível.

Não se pode pôr em dúvida, que Fernão Dulmo residiu naquele local onde teve direitos incontestados sobre terras, como se verifica pela carta de 18 de Maio de 1487, um ano depois da anterior, em que o ouvidor Vasco Afonso dá autorização a Pedro Alvares da Camara, sogro de Antão Martins Homem, que regia a capitania na ausência deste, para que em nome do Duque de Beja desse essas terras na capitania das Quatro Ribeiras a que tinha direito Fernão Dulmo — «samente por acrescentamento das rendas do dito Sr. e assi por crescimento da povoação destas Ilhas e para se agazalharem muitos moradores que ora vem de Portugal e doutras partes a morar nesta ilha», e mandava-as dar não obstante uma demanda que existia porque — «isto não prejudicando em cousa alguma a todo o direito que o dito Fernão Dulmo tiver na dita capitania das Quatro Ribeiras sobre que é movida a dita demanda».

A conclusão a tirar, é que este com direitos naquele local, não queria obedecer ao capitão donatário da Praia.

Estamos a 15 anos de distância do desaparecimento de Jacomo de Bruges. Fernão Dulmo dado como elemento das suas equipagens e desembarcando nas Quatro Ribeiras, conserva direitos e cria situação que o chefe da expedição não soube ou não pôde manter.

São nomes estrangeiros que se não podem afastar das conclusões a tirar sobre o povoamento da Terceira.

## ALGUNS DADOS GENEALÓGICOS E CRONOLÓGICOS

A revisão documental que vimos de fazer, a seqüência com que o analisamos em relação com os sucessos ainda obscuros da colonização das ilhas, a interpretação com que os encadeamos no decorrer dos acontecimentos conhecidos e de que restam provas incontestáveis quanto às pessoas que neles intervieram e aos factos passados, levaram-nos a supor que o episódio dos flamengos nos Açores teve um outro significado muito diferente daquele que se aceitou até hoje e se mantém por inércia na opinião dada pelos primeiros que ao assunto se referiram.

Não ha que negar, que as notícias colhidas nos cronistas e a redacção dos documentos, não afirmam esta opinião, mas ha que assentar, que todos eles se referem exclusivamente a concessões e privilégios individuais. Só resta saber os motivos que os originavam, pois também não é lícito supor que surgissem sem uma razão fundamental, que só o favor não explica.

Ha que concordar que o Estado não alienaria direitos e concedesse regalias a estrangeiros, sem se reservar o direito de os comandar e muito menos privilégios, que pouco se afastavam de autênticos poderes de soberania pessoal. O facto não se verificou em nenhuma outra parte, nem tão pouco surgiram tão confusas e aparentemente escusadas repetições, como se verifica na série dos documentos de 1460, que dando-nos a nota dum conhecimento perfeito de todas as ilhas, insistem em esclarecimentos que só traduzem a preocupação de emendar uma dúvida, que podesse surgir ou possivelmente fora levantada. Até aquele em que o Infante D. Henrique doa a temporalidade de certas ilhas ao sobrinho, o próprio rei D. Afonso V, é tão extraordinário e inconcebível em direito de soberania real, que se não encontra fundamento jurídico que o possa esclarecer e muito menos justificar. Só graves e estranhas razões podiam exigir o aparecimento de um tal documento.

É inegável a vinda dos flamengos para os Açores, mas o que não está provado é que ela fosse solicitada e muito menos agradecida

como um auxílio que se desejava. Também não ha dúvida, que foi a partir do aparecimento dos flamengos nos Açores, que se intensificou a colonização portuguesa das ilhas. Se valesse o argumento de que os flamengos vieram suprir a falta de gente que havia em Portugal para esse povoamento, muito menos se justifica que fosse justamente nos tempos em que o país dava maior incremento às suas navegações e mais gente para elas precisava, que houvesse disponibilidade de tantos colonos para poderem vir para as ilhas.

Os nomes que aparecem precisamente na Terceira, no início do seu povoamento, são os mesmos que as crônicas de Zurara, Diogo Gomes e Valentim Fernandes, apresentam como mais valorosos nas navegações que se vinham intensificando ao longo da costa africana. Não é aceitável que proviessem de outros troncos originários com os mesmos nomes. É mesmo natural supor, que alguns fossem os próprios, outros directos descendentes ou parentes muito chegados em igual valor e dedicação.

Por outro lado, a rebeldia do núcleo português, que se estabeleceu na ilha contra o mando de Jacomo de Bruges, indica um propósito determinado, estimulado e consentido, que só se pode interpretar como destinado a anular a sua influência e tão pronunciadamente elle actua, que leva ao seu desaparecimento por processos violentos. Outras suposições que o queiram estabelecer não o podem explicar melhor.

Na ilha do Faial onde em 1464 ou 66 aparece Jobs Van Huerter com outro núcleo flamengo, o caso toma aspecto evidente de assalto à ilha, porque só em 21 de Fevereiro de 1468 lhe é concedida a capitania e depois de elle ir a Lisboa onde casa com uma dama do paço.

O caso dos flamengos, occulto nos documentos que ficaram, possivelmente desaparecido no sumidoiro ou destruição dos que houve conveniência suprimir, levou a critica histórica, em mais fácil simplicidade explicativa, a attribuir o facto, antes a malévolos intuitos humanos do que a propósitos do próprio Estado. Assim tem sido sempre interpretada, com benévola aceitação, a vinda dos flamengos e até como favorável auxílio por todos os cronistas incluindo os açoreanos.

Mas ha que atender, que no tempo em que estes abordam o episódio, já elle era passado com dois séculos decorridos e os descendentes que deles ficaram, já completamente nacionalizados, eram pes-

soas importantes e de predomínio, a quem não conviriam ou mesmo não consentiriam referências, que seriam desprimor para a memória dos seus antepassados, se alguma coisa suspeitaram esses cronistas a tal respeito.

Só em 1850, a figura extraordinária de investigador e crítico histórico que foi Francisco Ferreira Drumond, nos seus *Annaes da Ilha Terceira*, levanta a primeira dúvida às razões ou justificações que levaram o Infante D. Henrique a dar a capitania da ilha a Jacomo de Bruges — talvez a dessem para ele não reivindicar a posse por outros meios.

Outro problema que se tem levantado a respeito desta ilha, é a data provável em que se iniciou o seu povoamento, pondo-se de parte ainda por razões favoráveis à descendência de Jacomo de Bruges, que a sua carta de donatário, transcrita nos livros da Camara da Praia, é falsa, para o que se quer encontrar forte fundamento na carta já citada, de 2 de Setembro de 1460, em que D. Fernando pede para povoar ilhas desabitadas e D. Henrique lhe doa as de Jesus Cristo e Graciosa.

A interpretação que demos a tais dizeres, que de resto não obrigam, a que pedida uma coisa se não desse outra melhor, pode encontrar fácil explicação no pretexto que motivara a carta e outro se não vê, que mais se harmonize com a sua data, que a justificação para a vinda de Alvaro Martins Homem, com poderes que manifesta e decerto lhe conferiram, como se de facto mais ninguém mandasse na ilha.

O caso perfeitamente dentro do ardil diplomático, tem satisfatório cabimento, mas importaria confirma-lo com a demonstração de que a ilha, de facto, já tinha povoadores e é isso que vamos procurar esclarecer não só para ela como para algumas das outras, com os dados genealógicos a seguir colhidos, todos de incontroversa veracidade, em registos paroquiais, escrituras e testamentos, que os genealogistas açoreanos pacientemente registaram e vem desde os primitivos Fr. Diogo das Chagas e Padre Maldonado, passando pela argúcia investigadora de Ernesto do Canto e Francisco Ferreira Drumond até ao conceituado mestre actual, Sr. Rodrigo Rodrigues, a quem devo a gentileza de me facultar a consulta e o aproveitamento do que nos seus preciosos apontamentos genealógicos tem registado. Outros são colhidos no livro de Marcelino Lima — *Familias Faialenses*, e nas — *Notas Históricas* do P. Manuel d'Azevedo da Cunha, investigador jorgense.

Na apreciação desses dados, tres datas de referência pretendemos essencialmente fixar para o que importa considerar relativo ao início do povoamento dos Açores. São elas: a de 1450 em que é dada a capitania da Terceira ao flamengo Jossue Van den Berg, que figura nessa carta com o nome de Jacomo de Bruges, como é opinião corrente de identificação; a de 1460, é a que corresponde à citada carta de 2 de Setembro de 1460, e se presume justifica a vinda de Alvaro Martins Homem para a mesma ilha. A outra data em referência, é a da entrada de Jobs Van Huerter no Faial em 1464 ou 66, que só obtem carta de capitania em 1468.

Os dados recolhidos que adiante se citam, tem de ser interpretados dentro das possibilidades da vida humana e da vida social. É lógico assentar, que os casamentos se façam à roda dos 25 anos e que em condições normais de saúde, a vida humana pode galgar os 80 anos. Os exemplos que hoje encontramos, repetiram-se no passado ainda com mais probabilidades de verificação, como até os registos o confirmam.

Dentro deste raciocínio, os cálculos feitos levam a aceitar que se encontram probabilidades para estabelecer, que em 1450 vieram colonos para a Terceira; que em 1460 vieram outros e que por todas as outras ilhas alguns se fixaram por essa data; que em 1466 se passa no Faial um fenómeno de colonização flamenga absolutamente imprevisto.

O que continham os documentos da chancelaria de D. Afonso V, que o contavam, foi possivelmente a grande razão e a primacial indicação para o seu desaparecimento. Outros motivos se não encontram que tenham maior fundamento para o explicar e mesmo justificar.

Ontem, hoje, amanhã, quando um povo estranho se lança sobre uma terra, tem logo o desejo de a considerar como sua.

Ainda é ponto discutível se foi por acaso ou propositada a vinda de Jacomo de Bruges, o que se pode ajustar com o repúdio de D. Afonso V à embaixada do Deão de Vergy, mas que foi violenta e determinada, a entrada de Joz Dutra no Faial, não ha que o pôr em dúvida, a não ser quem queira ver estas coisas com a candura e o favorecimento que nunca tais actos revelaram até hoje embora apregoados com intenções favoráveis.

Os dados que a seguir se apresentam dizem respeito às 7 ilhas dos grupos central e ocidental dos Açores.

## RELATIVOS À TERCEIRA

A lápide da sepultura de Duarte Paym, pretendente à capitania da Terceira por ter casado com a filha de Jacomo de Bruges, que se encontrou em Santa Justa, em Lisboa, tinha a seguinte inscrição:

«Aqui jaz Duarte Paym, fid.<sup>o</sup> da Casa d'Elrey, comendador da Ordem de Santiago, cap.<sup>am</sup> da Ilha Terceira, faleceo a 21 de Maio de 1499.»

Se tivesse falecido com 70 anos, teria nascido em 1429, e se casasse à roda dos 30, seria cerca de 1459, época em que o sogro já estaria na sua capitania; se este fosse mais velho que o genro 30 anos, teria nascido em 1399, tendo à data da sua chegada à Terceira 51 anos e 73 quando desaparece em 1472, o que é razoavel supor se atendermos ao que traduz a sua falta de energia no governo da ilha.

Se Fernão Dulmo, seu companheiro, que desembarca nas Quatro Ribeiras, fosse homem à roda de 20 anos por essa data de 1450, teria nascido em 1430 e em 1486, data do contracto com Afonso de Estreito, andaria à volta dos 56 anos, idade ainda compatível com a aventura.

Diogo Paim, neto de Jacomo de Bruges, casa em 17 de Junho de 1521, em segundas núpcias, com Catarina da Camara, filha de Antão Martins Homem. São 71 anos de distância em relação a Jacomo de Bruges, 1450, e 61 a Alvaro Martins Homem, 1460.

Catarina d'Ornelas da Camara, bisneta de Jacomo de Bruges, casa com João Vaz Fagundes, a 26 de Abril de 1539. São 89 anos em relação à data de 1450, o que cronologicamente comporta bem 4 gerações.

João de Ornelas Savedra, casou com uma filha de Diogo de Teive e serviu no almoxarifado da Praia de 1482 a 1503. Em relação a 1450 vão apenas 32 anos, sem contar que ela já teria nascido na ilha e o pai, ouvidor, ali residente.

Foge à lógica usual, que Jacomo de Bruges não viesse de segui-

da ocupar a sua capitania e concumitaneamente o representante da lei, o ouvidor.

João de Teive, filho de Diogo de Teive, ambos dados como descobridores das Flores, com fundamento no documento de 28 de Janeiro de 1474, em ligação com referência colhida por Fr. Bartolomeu de Las Casas nos apontamentos do filho de Cristovão Colombo, testou em 6 de Março de 1534, instituindo a capela de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Assumpção, no convento de S. Francisco, na Vila da Praia.

A referência encontra-se no — *Espelho Cristalino*, de Fr. Diogo das Chagas, ao tratar da raiz e descendência dos Teves, e nas — *Genealogias da Ilha Terceira*, manuscrito composto e escrito por Antonio Correia de Avila, em 1625, que existe na Biblioteca Pública de Ponta Delgada e pertenceu à coleção de Ernesto do Canto.

A data do testamento em relação à de 1452, atribuída à viagem do Pedro Velasco com o Diego da Tiene, dá a distância de 82 anos. O filho que acompanhou o pai teria pelo menos 20 anos, o que representaria ter testado com mais de 100 anos. Fugiria muito ao vulgar e ainda menos compatível com a hipótese destes — *Teves* serem os *Tienes* da referência espanhola, mesmo que fosse facto comprovado a referida viagem.

Salvador Coelho teve braço de armas em 1556 e testou a 26 de Fevereiro de 1566. É neto, segundo os melhores dados genealógicos, de João Coelho, um dos 4 — *Joões* — que vieram na primeira leva portuguesa, o qual se estabeleceu no Porto Judeu.

Atribuindo 50 anos às duas gerações e dando o avô como vindo em 1450, o Salvador teria nascido à roda de 1500, o que cronologicamente se acerta com as datas que apontamos.

Acresce que Gaspar Coelho, neto do Salvador, foi morto em 1581, por ser do partido de D. Antonio, o que está na mesma razão cronológica.

Pedro Anes Rebelo, casado com Isabel Dias Vieira, veio em nome do provedor das fortificações a esta ilha, em 1513, quando se fez o Castelo dos Moinhos.

Segundo Drumond, Gonçalo Anes da Fonseca, dado como chefe

do primeiro grupo de povoadores portugueses, esteve preso neste Castelo, por ordem de João Vaz Corte Real, quando do conflito em que este quiz alargar os marcos da sua capitania para além da Ribeira Seca, o que deu origem a ser o caso disputado à mão armada e ficar aquele venerável ancião preso 8 anos, até que uma provisão régia ordenou que os juizes ordinários da V.<sup>a</sup> da Praia—«fossem com as varas na mão» ao lugar onde se achava e o restituíssem a sua casa.

A Praia já era Vila e tinha juizes; S. Sebastião foi-o em 1503. Se Gonçalo Anes da Fonseca veio rapaz novo para a Terceira, à roda dos 20, teria então 83, idade pouco favorável para tais lutas.

O episódio deve-se ter dado muito antes, pois João Vaz Corte Real faleceu em 1496. Então Gonçalo Anes da Fonseca podia ter apenas 66 e o provedor ter vindo inspecionar a fortaleza e não construir.

O filho, Gaspar Gonçalves Machado, o primeiro homem que nasce na ilha, fez testamento a 16 de Fevereiro de 1545 e o Gonçalo Anes, pai, foi o chefe do grupo português que desembarcou na Ribeira de Fr. João em 1449 ou 1450, voltando a Lisboa 10 anos depois e trazendo a mulher, o que é compatível com a data do testamento do filho.

Um neto deste Gonçalo Anes da Fonseca, chamado Pedro Lourenço Machado, foi vereador de Angra em 1534 e morreu nas Doze Ribeiras, onde foi capitão e fundador da ermida de S. Jorge. São 84 anos à distância de 1450 e está assente que só 10 anos depois de estar na ilha, Gonçalo Anes foi a Lisboa buscar a mulher, e teve 7 filhos, sendo este neto filho de Marquesa Gonçalves Teixeira, que casou com Afonso Lourenço, de quem o P.<sup>e</sup> Maldonado encontrou o nome, como padrinho, em vários registos de baptisados designado pelo «Senhor Afonso Lourenço» como nome dos principais de Angra.

Gonçalo Enes Barcelos Machado, neto do mesmo e filho de Pedro Pinheiro, testou em 13 de Outubro da 1543. São 93 anos em relação a 1450, que podem passar a 83 com as restrições acima notadas quanto à data do casamento do avô, quando 10 anos depois vai a Portugal buscar a mulher.

João Leonardes, um dos 4 — *Joões* — que aparecem no começo da povoação da ilha, morreu em 1503. Em relação a 1450 vão 53 anos,

perfeitamente aceitável para vir para a Terceira naquela data, com cerca de 20 anos, no grupo que desembarca na Ribeira de Fr. João.

A filha Catarina Dias Leonardo fez testamento a 13 de Agosto de 1535, o que dá um salto para 85 anos de distância, mas segundo outros, esta Catarina seria neta e não filha. O marido dela, Lopo Dias Cabaço, teve alvará de cavaleiro a 6 de Março de 1520 e morreu em 1542, o que está mais de acordo com esta última hipótese.

A neta do 2.º casamento de Afonso Gonçalves Baldaia, efectuado já na Terceira com Iñez Rodrigues Fagundes, chamada Leonor Gomes de Carvalho, que foi casada com Martim Fernandes Correia, sepultada na Matriz de Viana em 1525, instituiu um vínculo de 44 moios de trigo nas Quatro Ribeiras.

Em relação a 1460, data provável da vinda do avô com Alvaro Martins Homem, encontram-se decorridos 65 anos, que comportam bem três gerações. Ha a accentuar que é neta do 2.º casamento já efectuado na Terceira, o que leva a supor que muito antes Afonso Gonçalves Baldaia estaria na ilha. Em relação a 1450, data da vinda do capitão donatário Jacomo de Bruges, medeiam 75 anos, o que é ainda perfeitamente comportável para a hipótese do Velho de S. Francisco, como era conhecido, ter vindo com a primeira leva de portugueses.

Ainda está de acordo com a indicação destas datas, o facto de Maria Cota da Malha, casada com Cristovão Nunes, que é neta da segunda irmã da Leonor, chamada Luzia Gonçalves Fagundes, mulher de Gonçalo Anes de Barcelos, baptizar um filho a 23 de Abril de 1554. Trata-se portanto duma bisneta do Baldaia, que nesta data teria pelo menos 20 anos, portanto nascida à roda de 1534, o que em relação a 1450 daria uma distância de 84 anos, perfeitamente compatível com quatro gerações, ainda favorecida com o facto de serem descendentes de um segundo casamento já efectuado na ilha.

Estes dados servem para sustentar a hipótese, que se afigura mais aceitável, de António Gonçalves Baldaia ou Antona, como também é conhecido, ter vindo para a ilha com o grupo português de 1450 e não em 1460 com Alvaro Martins Homem.

As datas que referimos e o facto de ele ter vindo, como dizem todos os registos, já com alvará para lhe darem duas dadas de terrenos

uma para ele, outra para o filho Pedro Afonso d'Areia, estabelecendo-se o pai nas Lages e o filho na Ribeira da Areia, localidade logo a seguir, é mais compatível com os poderes de capitão de Jacomo de Bruges, do que com os de Alvaro Martins Homem, fixado em Angra em 1460, e decerto sem grande interferência na jurisdição daquele.

Qual a relação de parentesco entre este Baldaia e aquele que vem citado na crónica da Guiné, com o mesmo nome, navegando para o sul com Gil Eanes em 1435, ninguém o diz, mas ao nosso ponto de vista não seria cronologicamente impossível que fosse o mesmo. São apenas 15 anos de distância entre aquela data e a de 1450, o que para um homem ainda novo permite todos os sucessos que se lhe registam.

Catarina Gonçalves d'Avila, 3.<sup>a</sup> filha de Antão Glz. d'Avila e Ignez Glz. Antona, filha do Baldaia, casou com Martim Nunes d'Abilheira, assim chamado por ter muitos enchames de abelhas.

Em 19 de Novembro de 1578 era baptizado um bisneto deste casal, chamado P.<sup>o</sup>, portanto 4.<sup>o</sup> neto do mesmo Baldaia. Em relação a 1450 vão 128 anos que podem comportar cinco gerações a 25 anos cada uma.

Uma neta do 2.<sup>o</sup> casamento do mesmo Baldaia, chamada Catarina Neta, casou na Terceira em 1533 com Francisco Dias do Carvalho, que veio da Índia em 1520.

A primeira data, dá 83 anos em relação a 1450, o que não é demasiado para uma neta do 2.<sup>o</sup> casamento.

Uma filha do segundo casamento do Baldaia, Catarina Lourenço Fagundes, casada com João Vaz Merens, vinculou com o marido em 1548.

Em relação a 1450 são 98 anos, como é do 2.<sup>o</sup> casamento, se tivesse nascido 20 anos depois, teria somente 78.

Gonçalo Anes Machado, casado com Catarina Correia, fizeram testamento em 21 de Junho de 1531. Ele é neto de Antão Gonçalves d'Avila, chamado o Castelhana, que acompanhou Afonso Gonçalves Baldaia, casado com uma filha. Em relação a 1450 na mesma hipóte-

se de ter vindo na primeira leva, vão 81 anos, o que é compatível com tres gerações.

Na crónica da Guiné encontram-se os dois nomes, Afonso Gonçalves Baldaia e Antão Gonçalves, viajando para o sul, o primeiro entre 1435-36, o segundo 1441-47. A distância maior a 1450 é de 15 anos.

A importância do episódio flamengo, não explicaria o facto de tão ilustres e experimentados navegadores serem mandados para a Terceira? E não seriam os dois os mesmos da crónica da Guiné até na relação familiar, tão usual como é os homens do mar casarem na família dos companheiros?

Tanto mais que cronologicamente é possível e os nomes são os mesmos.

Vasco Coelho casado com Leonor Fernandes, irmão ou próximo parente de João Coelho, que veio para a ilha casado nos começos da povoação, fixando-se no Cabo da Praia, fez testamento a 15 de Fevereiro de 1522, o que dá 72 anos em relação a 1450. Seria então muito velho, contando com os que já teria antes de embarcar, mas tem forte sabor alegre de troça, a cláusula do testamento, em que deixa aos parentes, por recordação, apenas um copo de água.

Um bisneto de Alvaro Martins Homem, chamado Sebastião Cardoso Homem, em 1533 era juiz dos orfãos na Praia. Em relação a 1460 vão 73 anos, muito comportável para 4 gerações e até para 3 se em vez de bisneto fosse neto, como ha dúvidas genealógicas.

Antão Martins Homem, 1.º filho e sucessor de Alvaro Martins Homem, fez testamento a 21 de Maio de 1530. Casou na Madeira em 1483.

Se tivesse casado com 30 anos, teria nascido em 1453 e se faleceu pouco depois do testamento, teria 77 anos. Consta de facto, que Alvaro Martins Homem quando veio para a Terceira trouxe toda a família consigo.

João Alvares Homem, irmão de Heitor Alvares Homem, que vieram com Alvaro Martins Homem, fez testamento no qual instituiu terça

e chamou para ela por administradora, a sua 2.<sup>a</sup> mulher Isabel Valadão, filha de João Valadão, o velho, outro dos seus companheiros.

Ela prestou contas no Juízo da Provedoria dos Resíduos em que teve sentença a 6 de Março de 1529 e mostrou já ter dado contas em 1525 e as continuou a prestar até 18 de Janeiro de 1535. Era uma terça de 2 moios de terra, na freguesia de S. Roque dos Altares, no sítio denominado as Courelas.

O João Valadão tinha-se de facto estabelecido ali, talvez nos — *Folladores*, bastante distante de todos os outros núcleos de população, ficando afastado do povoado flamengo das Quatro Ribeiras apenas pela intreposição da zona inacessível dos Biscoitos.

Uma irmã da Isabel, chamada Margarida, como já vimos, testou a 28 de Outubro de 1547. A diferença para 1535 é de 12 anos, perfeitamente lógica para considerar as duas irmãs pela mesma época.

Por outro lado nas — *provanças*, do João Homem do Guadalupe, transcritas no Vol. V do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, já em 13 de Julho de 1527, aquele João Alvares Homem tinha falecido. O irmão Heitor tinha feito o seu 2.<sup>o</sup> testamento a 4 de Fevereiro de 1527. São dados concordantes para a identificação dos dois irmãos.

Se a 2.<sup>a</sup> mulher do João Alvares em 1525 prestou contas, é porque ele já falecera e a distância desta data a 1460 é de 65 anos, perfeitamente compatível com a sua vinda em rapaz novo, à roda dos 20 anos. Por outro lado a filha do João Valadão, prestando contas até 1535 está a 75 anos de distância de 1460, aceitável com a vinda do pai por esta data, sendo ela pequena ou já nascida nas ilhas.

Gonçalo Vaz Homem, filho de João Homem de Valparaízo, fez testamento em 1520. Em relação a 1460 são 60 anos. Consta que os 4 filhos os — *Vazes* — da Praia, vieram com o pai.

Se o Gonçalo tivesse vindo com 20 anos, teria 80 à data do testamento, o que é perfeitamente compatível sob o ponto de vista cronológico. Tem importância este conhecimento, porque o segundo irmão, Antão Vaz Homem, é o primeiro povoador do Corvo, como o refere Fr. Diogo das Chagas, o que permite supor, que a ida de colonos para aquela ilha está em relação com a vinda de Alvaro Martins Homem.

Heitor Alvares Homem fez dois testamentos, um a 3 de Agosto de 1519, outro a 4 de Fevereiro de 1527. São datas que em relação a 1460 dão distâncias de 59 e 67 anos, que podem acertar com a de um rapaz de 20 anos, quando veio com o primo, Alvaro Martins Homem.

Em relação a 1435, o último testamento, dá 92 anos, data que vem citada pelos cronistas de que um rapaz daquele nome, com 18 anos, se meteu a cavalo por terra africana a colher informações. Seria o mesmo? Seria um filho?

Catarina Franca, casada com Sebastião Cardoso, filho de João de Galhegos, fez testamento a 13 de Janeiro de 1544.

Este Sebastião era bisneto de Alvaro Martins Homem. São 84 anos em relação a 1460, que bem comportam quatro gerações ainda com o apoio da filha do donatário vir já casadoira para a Terceira.

Pedro Cardoso, filho de Sebastião Cardoso e de Catarina Franca, é bisneto de Alvaro Martins Homem e testou a sua mãe, a 13 de Janeiro de 1544, o que dá em relação a 1460 o intervalo de 84 anos, que comporta quatro gerações.

Nuno Cardoso Evangelho, filho de Henrique Cardoso, irmão da mulher de Alvaro Martins Homem, fez testamento na Praia a 4 de Fevereiro de 1518. São 58 anos de distância para 1460. Se viesse com o pai, rapaz de 20 anos, teria 78, o que é aceitável, pois o pai veio com o cunhado e não seria naturalmente muito velho.

Se tivesse vindo em 1474, com a mesma idade, teria 64 anos à data do testamento, o que também é possível e mais explica a sua dada de terras nas Fontinhas, estando já na capitania Alvaro Martins Homem.

Margarida Valadão, filha de João Valadão o Velho, que veio com Alvaro Martins Homem, fez testamento a 28 de Outubro de 1547. Em relação a 1460 vão 87 anos, o que é compatível com o seu nascimento na ilha.

Uma neta do mesmo João Valadão, chamada Iseu Pacheco de Lima, casou com Cristovão Borges da Costa, a 16 de Agosto de 1542, ou seja 82 anos a partir de 1460.

Roque Simão, neto do mesmo Valadão, que veio com Alvaro Martins Homem, testou a 20 de Março de 1551. Era filho de Margarida Valadão, que testou a 28 de Outubro de 1547, e de Martim Simão o Galego.

Em relação a 1460, a primeira data dá uma distância de 91 anos, a segunda 87. Se a mãe nasceu na ilha já depois de ele avô nela residir, é compatível com a data.

Catarina Evangelho, casada com Diogo de Barcelos, 3.º filho de Pedro Pinheiro de Barcelos Maris, o Pero Pinheiro navegador, fez testamento a 30 de Março de 1538 e faleceu a 22 de Dezembro de 1539. Em relação às viagens do sogro em 1495, que se conhece pela descoberta de Ernesto do Canto nos documentos da casa de Pedro Anes do Canto, vão apenas 44 anos, tempo bastante para ela ter já nascido na Terceira e o sogro ainda idade para navegar.

#### RELATIVOS À GRACIOSA

Ignez Martins Cid, bisneta de João Fernandes Raposo, chamado o do Sul grande, porque era dono de metade da ilha Graciosa e se diz ter acompanhado o 1.º donatário Duarte Barreto, foi a Lisboa em 1551, já viúva, e obteve por provisão de 21 de Setembro de 1552, que as justiças orfanológicas não se intromettessem mais com ela.

A diferença para 1460 é de 91 anos, o que comporta bem 4 gerações e nos dá uma indicação, para aceitar a data de 1465, como sendo aquela em que Duarte Barreto veio para a Graciosa, sendo também por esse tempo, que os cronistas açoreanos referem a luta que sustentou com invasores da ilha, que o aprisionaram e o levaram sem mais dele se saber notícias.

É entre 1464 e 66 que desembarcam os flamengos no Faial e ha que lembrar, que a 2 e 18 de Setembro de 1460, havia providências especiais de doação desta ilha com a de Jesus Cristo, o que não seria sem qualquer razão.

A estes sucessos já nos referimos ao fazer a revisão dos documentos de 1460, que deixam a confusão de sucessivas doações, sem outra explicação possível, que não fosse a ignorância do que antes já se havia doado, o que também se não pode aceitar.

**RELATIVOS A S. JORGE**

Sebastião Dias veio para a Calheta de S. Jorge em 1484 e teve dadas de terras na Ribeira Seca.

Um filho, João Dias, podia ter vindo já com ele, mas aceitamos que tivesse nascido na ilha naquela data de 1484. Este casou com Suzana Gonçalves Teixeira, neta de Gerónimo Glz. Teixeira, que veio de Traz-os-Montes para S. Jorge, cavaleiro de Cristo, a quem foram dadas terras no Topo. Não será caprichoso admitir que a Suzana tivesse nascido também à roda de 1484, tendo mais ou menos a idade do marido.

A mãe da Suzana, Isabel Pires, já tinha casado em S. Jorge com André Gonçalves Teixeira, filho do Gerónimo. Mais velha 20 anos que a filha, teria nascido em 1464, mas o avô da Isabel chamado Fernão Luis de Sousa, natural de Santarem, cavaleiro d'Africa, veio com uma armada aos Açores e casou nas ilhas, o que dando para a mulher mais 20 anos que a filha, daria o nascimento à roda de 1444. Podia portanto ter vindo com 16 anos, o que com correcções de ano a mais ou a menos dá justamente a data de 1460 para deduzir já existirem colonos em S. Jorge.

Jorge de Lemos, povoador de S. Jorge, faz uma escritura em 1543 doando um moio de trigo para pãssal de Santo Antonio, na freguesia do Norte Grande e testamento em 6 de Abril de 1556.

Para 1460 em relação à primeira data, vão 83 anos; para a segunda 96, o que nos diz, que durante aqueles anos já a povoação se estendera até ao mais alto da ilha. Basta conhece-la para se ajuizar quanta gente já devia haver para que o povoamento ali chegasse, o que leva a supor viesse de longa data.

João Pires de Matos, escudeiro, fez testamento com a mulher Maria da Silveira, filha de Guilherme Van der Haguen a 30 de Março de 1518 e morava no Topo. Esta fez depois testamento a 14 de Agosto de 1545, tendo o marido falecido naquele ano de 1518.

São datas que dão distâncias de 50 e 64 anos em relação a 1468, uma das datas da vinda de flamengos para os Açores.

Ha que notar, que o Van der Haguen esteve dez anos nas Flores e à roda de 1474 se fixou no Topo.

A vila das Velas foi instituída em 1500, a do Topo em 1501. São respectivamente 40 e 50 anos em relação a 1460

A vila de S. Sebastião, na Terceira, foi instituída em 1503, 43 anos em relação a 1450, data inicial em que se marca a vinda do primeiro núcleo português. A proporção é a mesma, as razões naturalmente idênticas.

Guilherme Van der Hagen, Guilherme da Silveira, teve 3 filhos e 5 filhas. Em 12 de Junho de 1529, a filha mais nova, Margarida da Silveira, casada com Jorge da Terra, fez testamento no Topo instituindo capela por mão do seu confessor P.<sup>e</sup> Melchior Pires, nomeando administrador o filho João da Silveira.

São 69 anos em relação a 1460, o que cronologicamente condiz com as andadas do pai pelo Faial, Flores, Terceira e Topo de S. Jorge, porque vindo com Joz Dutra em 1466-68 e falecendo em 1500, tem 34 anos para toda esta actividade, com 10 de maior paragem nas Flores como o regista Fr. Diogo das Chagas.

#### RELATIVOS AO FAIAL

Uma neta de Diogo Afonso Picanço, criado de D. Fernando, que foi dos primeiros povoadores do Faial e se estabeleceu na Praia do Almojarife, chamada Catarina Picanço, casou com Diogo Homem, filho de Heitor Homem e Catarina Pires, em 3 de Maio de 1562.

Partindo de 1460, são 102 anos, o que é muito para 3 gerações, mas também se não diz a idade dos nubentes. Mas fica o registo, porque Picanço é o nome dum dos mareantes de 1445 ao longo da costa da Guiné.

Em 29 de Agosto de 1492, fez-se uma escritura na Vila da Horta, de venda de terra, em que é testemunha Gonçalo Velho, escudeiro do Duque de Vizeu D. Manuel (Tombo de Pedro Anes do Canto, fl. 57 v.<sup>o</sup>)

São 26 anos depois da entrada de Jobs Van Huerter, o que significa já haver transacções de propriedades e possibilidades de registos, o que só denota já certa fixidez e organização, próprias duma colónia de alguns anos.

Antonio da Silveira Pereira, neto de Guilherme Van der Hagen, depõe numa sentença a 20 de Dezembro de 1578. Em relação à data de 1468 em que viria o avô, são 110 anos, mas também se não diz com que idade depoz.

Em 1519 João Garcia Pereira, já em avançada idade, vai a bordo da nau de Lopo Soares d'Albergaria, governador da Índia, que era seu parente e fizera escala pelo Faial.

Para a ilha viera desterrado por ter morto, por razões de ciúme, um individuo na corte. Em relação a 1460 vão apenas 59 anos, que somados aos 25 que poderia ter para tais ímpetos amorosos, dão 84, idade compatível com a referência de ser já velho e poder estar no Faial algum tempo antes dos flamengos.

### RELATIVOS AO PICO

Ha um Nuno Martins Pilha, que casa no Pico e tem um filho que se consorcia com uma filha de Vasco Gil Sodre, da ilha Graciosa.

O filho do primeiro teria pelo menos 20 anos e o pai casou no Pico. Está assente que já em 1465, Vasco Gil Sodre estava na Graciosa. É natural que os dois noivos tivessem aproximadamente a mesma idade.

Se o Pilha tinha casado no Pico e à roda de 1465 tinha um filho de 20 anos, partindo do principio que a filha do Gil Sodre tinha vindo com o pai já casadoira, é porque antes de 1465 já havia povoadores no Pico.

A mãe de Ruy Dias Evangelho, feito ouvidor para o Pico e Faial, por alvará de 11 de Junho de 1559, era natural das Lages do Pico e chamava-se Filipa Pereira, casada com Gaspar Rodrigues Evangelho, senhor de grandes propriedades naquela ilha.

Ela era filha de Isabel Pereira, fundadora da ermida da Conceição onde hoje é o convento de S. Francisco. Em relação a este avô, partindo da data de 1460, vão 99 anos, o que serve de apoio para presumir que no Pico, por aquela data, já haveria povoadores, pois naquele período se comportam bem 3 gerações.

O Ruy Dias casou com a filha natural de Jorge Peixoto de Carva-

lho, que foi dos primeiros povoadores portugueses do Faial, chamada Isabel de Carvalho Peixoto, natural dos Cedros, que depois foi legitimada por D. João III, a 19 de Junho de 1539, como filha do Peixoto e de Maria Lopes, solteira, herdando a filha todos os bens do pai.

Acresce que estes Evangelhos tinham ligações estreitas de parentesco com Alvaro Martins Homem, o que é outra razão para supor que por seu mandado tivessem ido para o Pico.

Um tio deste Ruy Dias Evangelho, chamado Fernão Lourenço Evangelho, foi para a Índia e fez testamento em Lisboa a 21 de Julho de 1491, data que em relação a 1559 se distancia 68 anos, tempo bastante para 3 gerações.

Rodrigo Alvares, dos primeiros povoadores do Pico e fundador da V.<sup>a</sup> da S. Roque, fez testamento com a mulher em 1480.

A diferença para 1460, é apenas de 20 anos. Não é natural que viesse já velho como povoador e parece pouco 20 anos para desenvolver o povoado até ser vila.

### RELATIVOS ÀS FLORES

Gaspar Dias Rodovalho veio para as Flores, por ouvidor do donatário, à roda de 1480 e casou com Beatris Lourenço Fagundes, filha do 2.<sup>o</sup> casamento de Afonso Gonçalves Baldaia.

De 1450 a 1480 vão apenas 30 anos e temos um 2.<sup>o</sup> casamento; é forte apoio para se dizer que o Baldaia teria vindo ao mesmo tempo que Jacomo de Bugues.

Catarina de Fragoa Rodovalho, sabe-se que morreu nas Flores a 15 de Agosto de 1594 e também nela nasceu. Era casada com Mateus Coelho, filho de Baltazar Coelho, do seu 2.<sup>o</sup> casamento com Violante Valadão. Este era o 7.<sup>o</sup> filho de João Coelho o Velho, que veio para a Terceira em 1450.

Se a Catarina tivesse falecido com 70 anos teria nascido em 1524, nas Flores, onde estavam já os pais. Ora, de facto, os pais da Catarina, Ignacio de Fragoa e Gracia Dias Fagundes, filha por seu turno de Gaspar Dias Rodovalho e Beatris Lourenço Fagundes, já tinham tam-

bém casado nas Flores, ele filho de António de Fragoa e Isabel Roiz, que foram dos primeiros povoadores.

Esta Beatris Lourenço Fagundes é a mesma da nota anterior que, segundo Fr. Diogo das Chagas, já estavam também nas Flores. Assim se poderia recuar o povoamento das Flores para antes de 1474, data da carta de Fernão Teles, colocando-o em correlação com a ida de Antão Vaz para o Corvo sob possível influência de Alvaro Martins Homem.

### RELATIVOS AO CORVO

Ao tratar — «de outros do mesmo appellido Homem, que procedem de Gonçalo Vaz Homem», Fr. Diogo das Chagas — *Espelho Cristalino* — diz o seguinte:

«Gonçalo Vaz Homem foi hum dos tres irmãos que por antonomazia heram ditos e chamados os vazes da Praya, q̃ forão os tres fidalgos mais conhecidos, e nomeados de seus tempos, e mais em particular Antam Vaz q̃ herã o mais velho, os quais vierão em companhia do mesmo Cap.<sup>am</sup> Alvaro Martins Homem, de q.<sup>m</sup> herão primos irmãos conforme, eu vi e li em instrumento autentico» . . . .

Ao dar a relação dos bispos de Angra diz ainda:

«Dom Agostinho p.<sup>ro</sup> Bispo das Ilhas, q̃ foi Capellam, de hum Antam Vaz p.<sup>ro</sup> povoador e descobridor do Ilheo do Corvo, aonde lhe administrava os sacramentos, e ensinava mininos, e dizem ser elle natural da mesma Ilha, e podesse m.<sup>to</sup> bem conjecturar ser assim, porq̃ nenhum Bispo de q.<sup>tos</sup> tem vindo a este Bispado foi aquellas Ilhas, se nam este»; . . . . .

Embora a razão não seja de peso, seria notícia que ficara. O certo, é que o bispado foi criado em 1534, sendo rei D. João III e Papa Paulo III. Pelo mesmo Fr. Diogo das Chagas se conhece, que o testamento de Gonçalo Vaz Homem foi feito em 1520.

Em relação a 1460, data presumível da vinda de Alvaro Martins

Homem, vão decorridos 60 anos. A idade dos dois irmãos, Gonçalo e Antão, por certo, não se distanciariam muito e todos os outros genealogistas dão justamente o Antão como filho segundo. É de resto mais natural que assim fosse, por ser este o deslocado para a ilha do Corvo, pois a sucessão da casa do pai, João Vaz Homem de Valparaizo, devia continuar no filho mais velho.

Verifica-se também — *Fenix Angrence* — que é nas ilhas do Corvo e Flores, que se encontra a sua descendência, casando ele com Ignês Vieira e cruzando-se os descendentes com os Pimenteis, Fragoas e Noas, todos nomes dos primeiros povoadores daquelas duas ilhas.

Da data 1534, da criação do bispado, a 1460, vão 74 anos. Pode comportar de facto o nascimento de um rapaz no Corvo e a sua evolução até padre, prestando ainda assistência religiosa ao Antão Vaz. Bastaria que 30 anos depois, 1490, nascesse este futuro Bispo, para ter 44 de idade á data da criação do bispado e 30 à do testamento de Gonçalo Vaz em 1520.

Fr. Diogo das Chagas vivendo muitos anos nas Flores, a dois séculos de distância destes sucessos, devia ter melhores elementos para o dizer, do que hoje se pode arranjar para o negar.

Diogo Pimentel que depõe nas — *provanças* — que João Homem faz a 13 de Julho de 1527 (Vol. V do Bol. I.º Hist. I.ª Terceira), diz ser morador nas Flores e casado com uma prima segundo do requerente. Ela é filha de Antão Vaz Homem, primeiro povoador do Corvo e de sua mulher Ignês Vieira.

Da data das — *provanças* — 1527 a 1460, vão 67 anos, o que satisfaz a duas gerações, pois Antão e João são primos no mesmo grau.

Um neto do Diogo, com o mesmo nome, casa nas Flores a 14 de Setembro de 1579. Se a filha do Antão tivesse casado 30 anos depois do pai ir para o Corvo, ou seja na hipótese, em 1490, o casamento do neto, o segundo Diogo, em 1579, realizava-se 89 anos depois, o que comporta as quatro gerações até ao visavô Antão, para se aceitar que teria ido para aquela ilha à roda de 1460.

## A TERMINAR

Seria de esperar, que ao finalizar tão longa exposição, revendo o problema da descoberta e povoamento dos Açores, algumas conclusões pretendesse apresentar.

A análise pormenorizada que acabamos de fazer, contém elementos que julgamos suficientes para sugerir ou não, novas dúvidas aos que a este estudo se tenham dedicado e queiram tornar a revê-lo, entrando em jogo com estes ou outros factores, que se julguem cabidos e essenciais para pôr em equação na complexidade deste assunto.

Tirar conclusões sobre factos passados a tal distância, tão pouco esclarecidos com os dados que nos restam, tão diferentemente referidos como se confere no decorrer deste estudo, mas tão uniformemente aceites e estabelecidos pelos que até hoje sobre eles se tem pronunciado, é pretensão que não levantamos. Pensamos mesmo, que não moverão pretexto ou propensão, para que ao menos uma dúvida venha contender com a comodidade espiritual de se não ir ao encontro do que é doutrina já feita.

O que é produto da imaginação humana, pode por vezes permanecer com a feição estabelecida de ser como uma verdade revelada, mas, no caso em questão, não me satisfaz porque a não compreendo. Sirva apenas o que aí fica, para consolo íntimo dos meus desejos de profundar tão complicado assunto, sem outro intuito, que a satisfação pessoal de melhor o poder explicar. E assim me convenço :

que antes de Gonçalo Velho Cabral ninguém conhecia os Açores;

que a ideia de procurar novas ilhas no Atlântico, surgiu como dedução lógica de se terem descoberto as ilhas do Porto Santo e Madeira;

que achadas as ilhas, nunca houve dificuldade em voltar ao continente e a elas outra vez, o que indica as grandes possibilidades de navegação que já nessa data existiam;

que o nome de Terceira não tem relação nenhuma com a or-

- dem porque as ilhas foram descobertas, mas sim por razão geográfica e de marcação de rumo para a navegação, por ser justamente a Terceira em situação para os que partiam do continente;
- que o nome de ilha de Jesus Cristo, é o nome que os flamengos lhe pozeram, devendo por isso ser regeitado, por ser de origem estrangeira e recordar uma tentativa de usurpação;
- que as ilhas de S. Miguel e Santa Maria começaram a ter povoadores logo a seguir ao seu descobrimento;
- que na Terceira se caracterizam dois grupos de povoadores pelo mesmo tempo, 1449-50, um de flamengos nas Quatro Ribeiras, outro português na Ribeira de Fr. João;
- que o aparecimento de flamengos na Terceira, coincide com o repúdio da embaixada dos duques de Borgonha representados pelo Deão de Vergy, a quem D. Afonso V não atende no que intercedia pela memória do regente D. Pedro;
- que houve quebra de relações entre Portugal e a Flandres desde a vinda dessa embaixada até à morte da duquesa de Borgonha em 1471;
- que em 1464-66, um outro grupo flamengo, chefiado por Jobs Van Huerter, se estabelece no Faial e pela mesma data Wilhelm Van der Hagen, outro desse grupo, se instala nas Flores;
- que por essa data, houve uma investida de estrangeiros sobre a ilha Graciosa, do que resultou haver luta à mão armada e ser aprisionado o capitão-donatário Duarte Pacheco de quem não houve mais notícias;
- que o Visconde de Santarem encontrou referências nos trabalhos históricos do barão de Reiffenberg (1795-1850), relativos a uma doação das ilhas dos Açores à Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, por D. Afonso V, em 1466;
- que é durante o reinado deste, que se passam todos os episódios com o povoamento dos Açores pelos flamengos;
- que a confusão que os documentos de 1460 revelam, só se podem explicar pelas razões de ameaça que essa investida flamenga trazia à posse portuguesa das ilhas;

que a carta de 2 de Setembro deste ano, doando a D. Fernando as ilhas de Jesus Cristo e Graciosa, pedidas por este com o fundamento de estarem despovoadas, seria um pretexto para a ela mandar o grupo de colonos chefiado por Alvaro Martins Homem, pois a ilha estava já habitada e sob a capitania do flamengo Jacomo de Bruges;

que o desaparecimento dos documentos que o podiam referir e a desordem em que se encontraram os que ficaram no Tombo daquele rei, só encontram fácil explicação no propósito de os suprimir ao conhecimento dos vindouros e só se compreende podesse ser executado por ordem expressa do rei;

que — «o pouco ha que acharom», da carta de 28 de Janeiro de 1474, attribuindo a posse das — *Foreyras* — a Diogo de Teive — «que as ditas yllhas achou e tinha», encontra melhor explicação na hipótese deste ali ter sido enviado para delas tomar posse e combinar a saída do flamengo Wilhelm Van der Haguen, dando-se-lhe depois a este, em substituição, as terras do Topo em S. Jorge;

que certos dados genealógicos e cronológicos, levam a concluir, que a partir de 1460 foram enviados povoadores portugueses para todas as 7 ilhas, que constituem os grupos central e occidental dos Açores.

As razões de todo este convencimento resultaram do estudo que se apresenta. Que não convençam os que tiverem melhores razões para de outro modo interpretarem os factos, que se ligam com o povoamento dos Açores, é campo ainda aberto para o fulgor intelectual dos que voltarem a estudá-lo.

Não ha que estender as mãos à palmatória, por propósitos pessoais de diminuir o que outros tenham dito ou escrito sobre o caso. Pode ficar o inconsistente da prova, mas muito mais fica do insustentável do não provado, que se tem mantido até hoje.

Já o filósofo inglês rasgara as conclusões históricas que assentara sobre o passado, quando do alto da Torre de Londres, vendo com os seus próprios olhos um conflito na rua, no outro dia o ouviu contar de modo muito diverso por todas as outras pessoas.

Para o caso dos Açores, não ha quem o tivesse visto, mas que existiu ninguém o pode negar. O que agora se apresenta não é desejo de vencer a inércia intelectual, o torpor dedutivo ou o comodismo do esforço crítico dos que pensam de outro modo, só com o propósito de se ir ao contrário; é conceito formado com o estudo do caso e com o pensamento assente, que episódios análogos se deram por outras partes em todo o decurso da evolução dos povos.

Uns mais de perto, outros de mais longo tempo, é sempre o mesmo fenómeno de expansão e absorção dos povos uns pelos outros, até mais por imperativo biológico, do que propriamente por tendência humana de fazer mal.

Partiu-se duma certeza: é que na marcha da humanidade não se verifica a dispersão; nos intuitos dos homens, a finalidade satisfatória, é realizar o objectivo em vista. Como se não pode aceitar que os flamengos viessem para as ilhas a título recreativo ou na inconcebível deserção, como se pretende, fugindo às lutas que o seu país sustentava, seria legítimo procurar razões que melhor o explicassem.

Elas seriam naturalmente as mesmas que nos lançavam no caminho das navegações. Julgar os empreendimentos marítimos como privilégio destinado exclusivamente aos portugueses, seria doutrina de manifesto ridículo.

As dúvidas que se não tiram, as incertezas que subsistem, como tantas outras que preclaros investigadores pretendem esclarecer em outros sectores do período mais intenso da nossa vitalidade construtiva, como é o dos empreendimentos marítimos, quanto aos Açores, ficam ainda existindo, até que novas actividades de investigação lhe tragam explicação satisfatória.

Para esse fim, ficamos esperando que surjam luzes de espírito como as de S. Filipe a explicar as verdades das escrituras, pois em muitos casos, ao ler os relatos, as crónicas e os documentos, relativos às navegações, podemos dizer como o gentio ao Apostolo — leio mas não compreendo, preciso que me explique.

## BIBLIOGRAFIA

Além das obras citadas a pág. 119 do vol. V do Boletim do I. H. I. T. mais as seguintes:

- Historia Genealógica da casa real portuguesa*, por D. Antonio Caetano de Sousa.
- Esmeraldo de Situ Orbis*, por Duarte Pacheco Pereira, apresentado por Tomaz Lino de Assumpção.
- Tratado dos descobrimentos*, por Antonio Galvão.
- Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes.
- Crónica do Serenissimo Principe D. João*, por Damião de Gois. Coimbra, 1790.
- Décadas*, por João de Barros.
- Theatrum Orbis Terrarum*, por Abrahamns Ortelius.
- Nouvelle Geographie Universelle*, por William Guthrie, tradução da 18.<sup>a</sup> Edição inglesa de 1798. Paris, Ano VII.
- Historia de las Indias*, por Fr. Bartolomeu de las Casas, 1875.
- Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y tierra firme del mar Oceano*, por Antonio de Herrera, 1601.
- Monarchia Lusitana*, por Dr. Fr. Francisco Brandam.
- Historia de la Geographie du Nouveau Continent*, por Alexandre de Humbold.
- Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal*, por Visconde de Santarem, 1843.
- Henri le navigateur et l'Academie Portugaise de Sagres, introduction à l'etude de l'Ecole Anversoise de Geographie do XVI Siècle*, 1390, por Lieutenant-General Wanwermans.
- O Infante D. Henrique e o inicio dos descobrimentos modernos*, por C. Raymond Beazley.

- Trabalhos nauticos dos portugueses*, por Sousa Viterbo.
- Portugal nos mares*, por Oliveira Martins.
- Os filhos de D João I*, por Oliveira Martins.
- Memória histórica sobre o intentado descobrimento de uma suposta ilha ao norte da Terceira, 1845*, por Bernardim José de Sena Freitas.
- As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, versão do latim por Gabriel Pereira, «Boletim da Sociedade de Geografia», 17.<sup>a</sup> Série, 1898-1899, n.º 5.
- Les Manuscrits de la «Chronica do descobrimento e conquista da Guiné»*, par Gomes Eannes de Azurara e les sources de João de Barros, por Dr. Jules Mees, «Revista Portuguesa Colonial e Maritima», tomo 2.º, 1901-1902.
- Les Açores d'après les portulans*, por Dr. Jules Mees, «Boletim da Sociedade de Geografia», n.º 9, 17.<sup>a</sup> série, 1898-1899, ano 19.º, 1901.
- Genealogias da Ilha da Madeira*, por João Agostinho Pereira d'Agrella.
- Coisas de vária história*, por Duarte Leite.
- Acerca da «Cronica dos feitos da Guiné»*, por Duarte Leite.
- A caravela portuguesa*, por Quirino da Fonseca.
- Os navios da descoberta*, por João Braz de Oliveira.
- Navegações dos Portugueses*, por Henrique Lopes de Mendonça.
- A sciencia nautica dos Pilotos Portugueses nos séculos XV e XVI*, por L. de Moraes e Sousa.
- Marinharia dos descobrimentos*, por Comandante Foutoura da Costa.
- Perfil do Infante D. Henrique*, por Comandante Eduardo Lupi, Vol. II da «Revista Ethnos», 1942.
- Pilotos das navegações portuguesas dos séculos XVI e XVII*, por Frazão de Vasconcelos, «Revista Ethnos», 1942.
- O cabo de Bojedor. Origem desta denominação. Importância da ultra-passagem deste Cabo de Gil Eanes*, por Dr. Jordão de Freitas, «Revista Ethnos», Vol. II, 1947.
- As Ilhas do Atlântico*, por Gabriel Pereira, «Revista Colonial e Maritima», n.º 32.

- Apontamentos de Historia Insular*, por João Cabral do Nascimento, 1927.
- Cronica do descobrimento e conquista de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, por José de Bragança.
- Introdução à edição da «Cronica do descobrimento e conquista de Guiné»*, por José de Bragança, 1937.
- A cronica dos feitos da Guiné, as minhas teses e as teses de Duarte Leite*, por Alvaro Julio da Costa Pimpão, «Biblos», tomo II, Vol. XVII, 1941.
- A cronica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, por Alvaro Julio da Costa Pimpão, «Biblos», Vol. II, 1926.
- Infante D. Henrique*, por Costa Brochado.
- Historia da administração publica em Portugal*, de Henrique de Gama Barros, 2.<sup>a</sup> edição, Tomo V, por Torquato de Sousa Soares.
- Do sigilo nacional sobre os descobrimentos*, por Jaime Cortesão, «Lusitania», fasc. I, 1924.
- A viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, por Jaime Cortesão, «Arquivo Histórico da Marinha», Vol. I.
- Ilhas de Zarco*, por Eduardo C. N. Pereira.
- Elucidário Madeirense*, por P.<sup>e</sup> Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes.
- Lacunes et surprises de l'Histoire des decouvertes maritimes* (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes), por Joaquim Bensaude, 1930.
- Estudos sobre D. João II - O roteiro da Flandres; O retrato de D. João II; O Tratado de Tordesilhas*, por Joaquim Bensaude, Sep. dos «Anais da Academia Portuguesa de Historia», II série, Vol. I.
- Les légendes allemandes sur l'histoire des decouvertes maritimes portugaises* (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes) por Joaquim Bensaude.
- Histoire de la science nautique portugaise*, por Joaquim Bensaude, 1917.
- Regimento de Estrolabio*, por Joaquim Bensaude, 1924.
- Deux voyages portugais de découverte dans l'atlantique Occidental*, por Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima.
- As «Formigas» e a primeira viagem de Gonçalo Velho aos*

*Açores*, por Coronel Francisco Afonso Chaves, «Revista Açoreana», Vol. IV, Fasc. III.

*Notas históricas*, por P.<sup>e</sup> Manuel d'Azevedo da Cunha, S. Jorge, 1924.

*Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, colecção.

*História dos descobrimentos portugueses*, por Damião Peres.

*O descobrimento e os descobridores das ilhas dos Açores*, por Dr. Sousa Gomes, Bol. Soc. Geografia de Lisboa, n.<sup>os</sup> 9 e 10, 1948.

# Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída do "Livro de Registo de Passaportes da Capitania Geral dos Açores"

(Continuação da página 55 do Vol. 6º)

Por ANTONIO RAIMUNDO BELO

## ILHA TERCEIRA

Ano de 1788:

— João Machado de Avila, de Santa Barbara, à cidade do Rio de Janeiro com sua mulher e tres filhos menores e um cunhado chamado Antonio Vaz, para a companhia de um tio de sua mulher que os mandara buscar.

— Manuel Machado Evangelho, da Ribeirinha, à mesma cidade, a procurar a companhia de seu irmão José Machado Evangelho.

— Izabel Joaquina e sua filha Antonia Joaquina, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu filho e irmão António José Joaquim.

— Laureano José de Fraga, do Porto Judeu, à cidade do Rio de

Janeiro, para a companhia de seu tio Domingos Fraga de Melo, que o mandara buscar.

— Maria Joaquina, de Angra, à mesma cidade, para a companhia de seu marido Pedro José d'Avila, que a mandara buscar, levando na sua companhia suas duas filhas Euzebia Joaquina e Eufemia Rosa e dois cunhados Agostinho José d'Avila e Maria do Carmo.

— Ana Joaquina, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Tomaz Paim da Camara, do Porto Judeu, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar sua mãe e irmãs.

— Francisco Paim, de São Sebastião, à mesma cidade, para a companhia do seu pai Manuel Fagundes que o mandara buscar.

— Francisco Gonçalves de Melo, do Porto Judeu, à cidade do Rio de Janeiro, com um famulo chamado Antonio Homem de Melo, para a companhia de seu tio Francisco Gonçalves de Melo, que o mandara buscar.

— Antonio Martins, dos Altares, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— João de Sousa, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu pai José de Sousa Furtado, que o mandara buscar.

— Francisco Nunes de Mendonça, da Fonte do Bastardo, à mesma cidade, para a companhia de seu irmão José Nunes de Mendonça, que o mandara buscar para o favorecer.

— Francisco Machado Franco, da Vila da Praia, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Baltazar Pereira e sua irmã Maria Joaquina, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu irmão Antonio Pereira de Matos, que os mandara buscar.

— Manuel Gonçalves Ramos, dos Altares, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— José de Barcelos, da Fonte do Bastardo, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Antonio Pereira Manjor, de Angra, à Baía, a receber certa herança, levando em sua companhia uma filha chamada Faustina Rosa.

— Antonio Tomé, da Ribeirinha, à Baía, a procurar o amparo de seu tio Manuel Machado.

— Francisco Machado Toste, da Ribeirinha, à Baía, a procurar o

amparo de seu irmão José Machado Evangelho, a ver se lhe fazia património para se ordenar.

— Antonio Joaquim da Costa, menor, de Angra, à Baía, para a companhia de seu pai José Antonio da Costa.

— José Machado Evangelho, da Ribeirinha, à Baía, a procurar a companhia de seu irmão Manuel Machado Evangelho.

— Manuel Machado Evangelho, da Ribeirinha, à Baía, a procurar o amparo de seu irmão José Machado Evangelho.

— Pedro Rodrigues Correia, à Baía, a continuar o seu meio de vida.

— Vitoriano José de Mendonça, de Angra, à Baía, a procurar o amparo de dois tios.

— Cosme, escravo pardo, de Vital de Betencourt, à Baía, por ordem do seu senhor, a casa de Luiz Pereira de Lacerda.

— Rita Jacinta, viúva, de Angra, à Baía, com seu sobrinho João de Azevedo, a procurar o amparo de um seu irmão.

— Joaquim, escravo pardo, de José Leite Botelho, de Angra, à Baía, pelo o escuzar do seu serviço.

Ano de 1789:

— Rita Catarina da Silveira Vila Lobos, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de sua irmã, que a mandara buscar.

— Mariana Rosa, de Angra, à mesma cidade, para a companhia de seu marido Francisco Xavier Cardoso, que a mandara buscar, levando em sua companhia um seu filho de 13 meses de idade.

— Antonia de Jesus, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu marido José Francisco Brum, que a mandara buscar, levando em sua companhia seus 4 filhos menores, chamados Joaquim, Vitorino, Manuel e Maria.

— Francisco da Silveira, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, com sua mulher Rosa Joaquina e seus 3 filhos Gabriel, Rosa e Luiz.

— Francisco Mariano, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, na companhia de Francisco de Oliveira.

— Pedro José Paim, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Francisca e Maria, escravas de Dioniso da Costa, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, pelas escusas do seu serviço.

— Clara Antonia de São Caetano, da Aqualva, para a companhia de seus filhos Antonio Alves, João Alves e Francisco Alves, que a mandaram buscar, levando em sua companhia sua filha e irmã deles Maria Catarina, à mesma cidade.

— Antonio Cardoso de Viz, do Porto Judeu, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de um seu tio que o mandara buscar.

— Raimundo José Coelho, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar melhor fortuna pelo seu officio, levando em sua companhia sua mulher Umbelina Rosa.

— Antonio José da Costa, de Angra, à mesma cidade, com sua mulher Luzia Bernarda, dois filhos menores chamados Manuel e Gertrudes e seu sogro José Bento.

— José Correia da Costa, de Angra, à Baía, para a companhia de um seu irmão.

— Inácio José Caetano, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, com sua mulher Delfina Margarida, e seus filhos menores chamados Francisca e Teotônio.

— Francisco Rodrigues, do Cabo da Praia, à mesma cidade, a procurar a companhia e amparo de seu irmão João Vieira Lopes.

— Manuel José Pereira, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com sua mulher Gertrudes Mariana e uma filha menor chamada Maria.

— José Martins, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com sua mulher Izabel Maria.

— Maria Joaquina, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de uma sua tia.

— Esperança Clara, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu marido José de Sousa, com seus dois filhos menores, Antonio e José.

— Alexandre da Silveira da Costa, de Angra, à mesma cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia e amparo de um seu filho.

— Francisco da Silva, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de seu tio Braz Correia da Costa, que o mandara buscar.

— Alferes José Borges Machado de Ataíde, dos Altares, à cidade

da Baía, pela cidade do Rio de Janeiro, a cuidar de negocio e dependencias da sua casa.

— Ursula Maria, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia e amparo de seu filho José Inácio Borges, levando seu sobrinho Duarte, de 14 anos.

— Pedro Teodoro de Teive Vasconcelos, das principais familias de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar emprego conducente a sua pessoa.

— Ana Maria Claudia, de Angra, à mesma cidade, com seu filho João, de 5 anos, para companhia de seu marido Mariano José Valem, que a mandara buscar.

Francisco Machado Vieira, do Porto Judeu, à mesma cidade, a cuidar de certas cobranças pertencentes de sua casa.

— José Machado Correia, de Angra, à mesma cidade, na deligencia de arrecadar certa herança pertencente a sua sogra.

— Manuel Pinheiro, do Cabo da Praia, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de seu tio.

— D. Francisco do Canto Munhos Castil Branco, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— Francisco de Aguiar, das Lagens, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu pai que o mandara buscar.

— José Gonçalves Godinho e seu primo João da Rosa de Lemos, dos Altares, à cidade do Rio de Janeiro, a procurarem o amparo de seus primos.

— Francisco Vieira de Mendonça, das Lagens, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de seus tios.

— Manuel Nunes, à mesma cidade, a fazer certa arrecadação de uma herança pertencente a seu pai Manuel Nunes.

— José Joaquim, de Angra, de 11 anos, à Baía, para a companhia de seu pai José Antonio da Costa, que o mandara buscar.

— Xavier da Rocha, da Terra Chã, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de seus parentes.

— Manuel de Sousa, das Lagens, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— Dionizio José Simões, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Rosa Joaquina e 3 filhos menores Delfina, Antonia e José.

— José Paim Coelho, do Cabo da Praia, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de um seu tio, que o mandara buscar.

— Joana Rosa da Conceição, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu pai que a mandara buscar.

— José Machado Toste, à mesma cidade, para a companhia de seu tio Manuel Vaz que o mandara buscar.

— Tomaz José da Silva, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de seu tio Antonio Nunes da Silva, que o mandara buscar.

— Francisco Antonio Coelho da Costa Borges e Silveira, de Angra, ao Rio Grande, com sua mulher D. Inez Francisca e 5 filhos menores, Manuel José Coelho, José Coelho, Antonio Coelho, D. Ana e D. Maria e um moço para o seu serviço, chamado Antonio Picanço.

— Domingos de Lima, de Angra, à cidade, do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de seu pai Filipe José de Lima, que o mandara buscar.

— Matias Antonio, de Angra, à mesma cidade a procurar a companhia de um seu filho.

— Antonio Valadão, das Lagens, à mesma cidade, para a companhia de seu tio Manuel Fernandes que o mandara buscar.

— Inacio Antonio, de Angra, à mesma cidade, com sua mulher Maria do Carmo, e duas filhas menores Izidora e Vitorina, a procurar modo de vida.

— Pedro José, de Angra, à mesma cidade, com sua mulher Maria do Espirito Santo e 3 filhas chamadas Tereza de Jesus, Maria e Inacio, a procurar modo de vida.

— Rosa Jacinta de Medeiros, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, com seus 2 filhos menores José e Antonio, a procurar a companhia de seu pai Antonio Francisco Ramalho.

— Agostinho Machado Mendes, de Santa Barbara, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de uns tios que tem nas Minas.

— José Manuel, do Porto Judeu, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Antonio Francisco, de Angra, à mesma cidade, a cuidar de certa cobrança.

— Antonio Machado Parreira, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de um seu irmão.

— Pedro José Rebelo, de Santa Barbara, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia e amparo de uns seus parentes.

— Pedro Inacio Borges, de Angra, à mesma cidade, com sua mulher D. Ana Eufrazia Joaquina, e seus filhos D. Inacia Joaquina, Antonio Borges, Inacio Borges, Miguel, Alexandre, Margarida e Tereza, e os famulos Izabel Joaquina e Manuel Lopes.

— João Francisco, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com sua mulher Ana Vicencia e 4 filhos menores chamados Antonio, José, Maria e Rosa.

— Francisco Faleiro, de Angra, à mesma cidade, com sua mulher Inacia Francisca, a procurar modo de vida.

— Antonio Joaquim, da Ribeirinha, à mesma cidade, a procurar a companhia e amparo dos tios Francisco Vaz Toste e José Vieira Diniz.

— Antonio Cardoso da Costa, dos Altares, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar melhor fortuna.

— Antonio de Melo, de Santa Barbara, à mesma cidade, a procurar a companhia de 3 tios.

— Bento Cardoso e seu primo Manuel Machado da Costa Mendonça, das Doze Ribeiras, à mesma cidade, para a companhia de um seu tio que os mandara buscar.

— Maria Catarina Josefa, de Angra, à Ilha de Santa Catarina, a procurar a companhia de seu marido José Inacio Ferreira, que a mandara buscar com seus dois filhos menores, chamados Joséfa Mariana e Francisco José.

— André Francisco Camelo, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida pelo seu officio de marceneiro e o amparo de uns parentes de sua mulher Micaela Francisca, que leva em sua companhia com duas filhas menores de 15 anos, chamadas Mauricia Joaquina do Carmo e Tereza de Jesus do Carmo.

— Francisco de Oliveira, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Eugenia Rosa e tres filhos menores, chamados José, Francisco e Ursula, e um sobrinho chamado José Machado Leonardo.

— João das Neves de Azevedo, vigário da freguesia de Santo Antonio do Porto Judeu, à mesma cidade, a tratar de certas dependencias respeitante à sua igreja, levando em sua companhia um seu creado chamado Luiz Gonçalves.

— Padre José Benedito da Silva, de Angra, à mesma cidade, a visitar seu pai Benedito José da Silva, levando em sua companhia um criado chamado Antonio Manuel.

— Mateus Antonio de Sousa, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de um seu filho, que o mandara buscar.

— João José da Costa, de Angra, à Baía, com sua mulher Joséfa Margarida, a procurar a companhia dum tio dela.

— Manuel Joaquim Ferreira, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar modo de vida.

— João José, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Manuel Silveira Serpa, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Izabel Placida da Silveira, 4 filhos menores chamados Manuel Teodoro, Florencia Rosa, Maria Izabel e Izabel.

— Jacinto Vicente de Lemos, da Vila da Praia, à mesma cidade, a procurar modo de vida, e o amparo duns parentes.

— José Soares de Azevedo, do Porto Judeu, à mesma cidade, a procurar a companhia dum seu irmão que o mandara buscar.

— Simão de Borba, da Terra Chã, à mesma cidade, a procurar modo de vida, levando em sua companhia sua mulher Maria Joaquina, um filho chamado Januário Gonçalves e uma sobrinha chamada Rosa Joaquina.

— Domingos de Sousa Maciel, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de uma irmã, que o mandara buscar, levando sua mulher Maria Bernarda e uma sobrinha Maria do Carmo.

— Antonio Cota Barcelos, de Santa Barbara, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Raimundo Adriano de Barcelos, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— João José Pacheco, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de seu pai José Francisco Pacheco, que o mandara buscar.

— Antonio de Melo, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com suas filhas Francisca Joaquina e Francisca Mariana e uma sobrinha chamada Maria Joaquina.

— João de Almeida, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

-- Antonio Inacio e sua irmã Antonia Inacia, de Angra, à cidade,

do Rio de Janeiro, para a companhia de seu pai Domingos José Gato, que as mandara buscar, levando uma famula chamada Francisca Euzébia.

— Joaquim Pacheco, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida, com sua mulher Antonia Mariana e uma filha chamada Gertrudes.

— Rosa Narciza, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia duma sua tia, que a mandara buscar.

— Padre Alexandre José Coelho da Costa, presbitero secular da freguesia de S. Bartolomeu, ao Rio Pardo, a procurar a companhia de seu cunhado o ajudante Pedro Inacio Borges, que o mandara buscar, levando seu irmão João José Machado.

— Ana Joaquina, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, com sua filha Maria do Carmo, a procurar a companhia de seu marido Manuel José Joaquim.

— Manuel José, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de seu irmão Antonio Correia, levando sua mulher Barbara Josefa.

— Roque Nunes de Vila Nova, à mesma cidade, a procurar a companhia de um seu irmão, que o mandara buscar para o favorecer.

— Pedro Nunes do Cabo da Praia, à mesma cidade, a procurar a companhia de varios parentes.

— Manuel Pereira Gualda, de Santa Barbara, à mesma cidade, a procurar a companhia de uns parentes para o favorecerem.

— Lourenço Antonio de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de um seu irmão, que o mandara buscar.

— Lauriano José Pereira, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida com sua mulher Maria Joaquina e 4 filhos menores chamados José, Delfina, Rosalinda e Felisberta.

— Antonio Machado Enes, das Lagens, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Perpetua Maria de S. Lourenço, de Angra, à mesma cidade, a procurar a companhia de seu pai.

— Padre Sebastião Alves Diniz, da Agualva, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de seu pai, por não ter Beneficio algum, levando em sua companhia um criado chamado Manuel Gonçalves.

— Luzia Rosa de Viterbo, de Angra, à mesma cidade, com suas 3 filhas Bernarda Joaquina, Ana Margarida e Maria Fortunata, para a companhia de seu marido Filipe José de Lima, que as mandara buscar.

— Padre Urbano Antonio de Cardoso, da Vila Nova, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Leonarda Narcisa Severina, de Angra, à mesma cidade, para passar o resto da vida na companhia de algum seu parente.

— José Machado de Carvalho, do Porto Judeu, à mesma cidade, a procurar a companhia de seu pai.

— Antonio Machado Lemos Rocha, dos Altares, à mesma cidade, a procurar a companhia de um seu irmão, que o mandara buscar.

— Antonio Martins Pereira, de São Sebastião, à mesma cidade, a procurar modo de vida, na companhia de uns seus parentes.

— Francisco José Dutra, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— João Pereira Borba, da Fonte do Bastardo, à cidade, do Rio de Janeiro, a procurar a companhia e amparo de seu tio Pedro Machado Ferreira, para receber modo de vida.

— Luiz Antonio, de Angra, à mesma cidade, a procurar modo de vida.

— Manuel Vaz da Costa, de Santa Barbara, à mesma cidade, a procurar a companhia e amparo de um seu tio que o mandara buscar.

— Lourenço Coelho Ourique, de Santa Barbara, à mesma cidade, a procurar o amparo de uns parentes.

— Maria Rosa, escrava de José Soares do Amaral, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, por ordem de seu Senhor, com uma filha chamada Ana Izabel, para se venderem.

— José da Fonseca Carvão, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, por ordem de seu pai Antonio da Fonseca Carvão, a tratar de certas dependencias com seu tio José Joaquim de Noronha.

— Francisco Lourenço Rebelo, José Lourenço Rebelo e Inacio José Rebelo, das Doze Ribeiras, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu pai Pedro José Rebelo que os mandara buscar.

— Felicia Jacinta, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de Ana Joaquina, para a favorecer.

— Francisco Ribeiro, de São Sebastião, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de uns parentes.

— Francisca Inacia e sua irmã Ana Teodora, e sua sobrinha Maria do Carmo, de Angra, á Ilha de Santa Catarina para a companhia de seu irmão o capitão Vicente Ferreira de Andrade, que as mandara buscar para as favorecer.

— Mariana Joaquina, de Angra, à cidade, do Rio de Janeiro, na deligencia de arrecadar de seu irmão José Joaquim Franco a legitima que lhe adveio por falecimento de seu pai José Cardoso Franco.

— Miguel Inacio, de 13 anos, de Angra, à cidade, do Rio de Janeiro, a procurar a companhia de um seu tio que o mandara buscar para o favorecer.

— Joaquim da Silva, de Angra, à mesma cidade com sua mulher Catarina Mariana e 1 filho menor chamado Claudio, a procurar modo de vida.

#### Ano de 1792 :

— Jacinto José de Oliveira, da Vila da Praia, à cidade do Maranhão, a procurar a companhia de seu irmão José Machado, que o mandara buscar, levando um seu discipulo, chamado Laureano José.

— João Machado, da Vila da Praia, à cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de um seu tio que o mandara buscar.

— Manuel Bernardo Pereira, de Angra, à cidade de Pernambuco, a procurar modo de vida.

— Padre João António da Ave Maria Fagundes, da Vila da Praia, à cidade do Maranhão, a cuidar de certas dependencias da casa dos seus pais.

#### Ano de 1794 :

— João Antonio, de São Bartolomeu, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Jacinta Rosa e 4 filhos chamados Eusebia, Maria, Izabel e José, para o amparo de seu tio o Padre Alexandre José Coelho, que os mandara buscar.

#### Ano de 1796 :

— José Luiz, de São Bartolomeu, à cidade do Maranhão, a procurar a companhia de seu tio, que o mandara buscar.

— Antonio Cardoso de Matos, de São Bartolomeu, à cidade do Maranhão, a procurar a companhia de seu tio Gregorio de Matos.

Ano de 1797:

— José Diniz Linhares, do Porto Judeu, à cidade do Rio de Janeiro, a cuidar de certa dependencia da sua utilidade.

Ano de 1807:

— Duarte Paim da Camara, sua mulher Maria Joaquina, seus filhos Tomaz Paim, José Duarte, Izabel Francisca, Aldina e Maria, e sua cunhada Aldina Rosa, a recolher-se à companhia de seu irmão Tomaz Paim da Camara, na cidade do Rio de Janeiro.

Ano de 1808:

— Francisco Coelho Fagundes de Melo, à cidade do Rio de Janeiro.

— Antonio Paim Teles da Camara, natural da Ilha Terceira, à cidade do Rio de Janeiro.

— Francisco Antonio Pereira, coxo, de 27 anos, natural de Angra, filho do falecido Antonio Joaquim Nogueira, capitão que foi da Praça desta cidade, onde faleceu exercendo a occupação de Assentista, e cunhado de Félix Caetano Delgado, Tenente-Coronel com exercicio de Sargente Mór da Praça do Castelo de São João Batista, à cidade do Rio de Janeiro, por ser pobre.

— Fernando Maria Cabral de Teive, cadete da 4.<sup>a</sup> companhia do Batalhão do Castelo de São João Batista desta cidade, a Pernambuco com licença de 1 ano.

— Manuel de Betencout e Vasconcelos, alferes da 2.<sup>a</sup> companhia do regimento de milicias de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, pelo tempo de 1 ano, a bem de cuidar de certas dependencias da casa de seu pai João de Betencourt Vasconcelos Correia e Avila, de Angra, levando em sua companhia seu irmão Pedro de Betencourt e Vasconcelos, e um creado para seu serviço, chamado Antonio Machado Toste.

Ano de 1809:

— José Joaquim Mendes, à cidade do Rio de Janeiro.

— João Pereira da Costa, à Baía, para a companhia de sua mulher Maria Feliciana.

— Alexandre Sebastião Borges, ajudante de milicias, reformado, à cidade do Rio de Janeiro.

— José Lopes, casado com Luiza Antonia, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, a procurar o amparo de seus tios Bernardo Mariana e Francisca Mariana.

— Joaquim Machado Toste, da Vila da Praia, a Minas Gerais, a receber o que lhe deixou seu irmão Francisco Machado.

— Antonio José de Barcelos, clérigo presbitero do habito de S. Pedro, a Minas Gerais, logar do Inficionado, donde viera ha varios anos a ordenar-se e onde tem seus pais.

— Manuel de Sousa, do Posto Santo, à cidade do Rio de Janeiro.

— Francisco Machado Dutra, de Santa Barbara, a Minas Gerais, para a companhia de sua tia Garcia Espinola, que o mandou ir para cuidar do governo de seus bens.

— Luzia Severina, viuva, de Angra, á cidade do Rio de Janeiro, para a companhia de seu filho José Severino que a mandou ir.

— Caetano Machado Valadão, da Vila Nova, a Minas Gerais, a cuidar no governo e administração dos bens e dinheiro que lhe ficou por óbito de seu irmão José Lopes Valadão.

— João Ferreira, do Porto Judeu, a Minas Gerais, a habitar na companhia de seu pai, e cuidar do governo e administração dos bens dele.

— José Martins de Azevedo, da Ribeirinha, à cidade do Rio de Janeiro.

— João da Rocha, do Porto Judeu, filho de Antonio José da Rocha, à mesma cidade, para a companhia de seu tio Antonio Valadão Correia, que o mandou buscar.

— Manuel Moniz da Rocha, de Vila Nova, a Minas Gerais, para a companhia de seu tio Manuel da Rocha, que o mandou buscar.

— José Gonçalves Moniz, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para fazer a cobrança dos bens que lhe ficaram por morte de seu irmão Antonio Gonçalves Moniz, que faleceu na mesma cidade.

— Mateus Caetano, pobre cego e sem nenhum modo de vida, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Izabel Felicia, e sua prima Felipa Leonarda, a procurar modo de vida.

— Vicente Vieira, do Posto Santo, a Minas Gerais, na deligencia de receber 300\$000 reis que lhe deve Salvador Gregorio Ramalho, que ha cinco para seis anos se ausentou desta ilha.

— Tomásia Joaquina Mariana e Francisco José Dutra, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro.

#### Ano de 1810:

— João Inácio Mendes, de Angra, à Baía, a cobranças de dinheiros, levando para seu serviço 2 escravos Joaquim e Francisco.

— Luciano Irinio, solteiro, filho de Manuel Cardoso de Lemos, de Angra, à Baía.

— José Ferreira Velho, Gertrudes Margarida e Ana Placida, à cidade do Rio de Janeiro.

— Bacharel Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, à cidade do Rio de Janeiro, com 1 criado chamado Francisco José.

— Manuel Machado Duarte, filho de Rosa Delfina, viuva, Manuel Paim, Cipriano Paim, e Mariano Paim, filhos de Narciso Paim, naturais desta ilha, à cidade do Rio de Janeiro.

— José da Rocha, solteiro, ao Maranhão.

#### Ano de 1811:

— João de Sousa Dias, à cidade do Rio de Janeiro.

— Mateus de Menezes Lemos e Carvalho, à cidade do Rio de Janeiro.

— Antonio Silveira Nunes, à cidade do Rio de Janeiro.

— Inacio Pedro da Silveira, à cidade do Rio de Janeiro.

— João Silveira Soares, de Angra, à mesma cidade.

— Antonio Moniz e sua mulher Rosa Mariana, a Pernambuco.

— José Alberto do Canto, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro.

— P.<sup>e</sup> João José Toste, à cidade do Rio de Janeiro.

— Manuel José de Menezes, de Angra, à mesma cidade.

— José Joaquim dos Santos, com um rapaz chamado Eugenio, à mesma cidade.

Ano de 1812:

- Padre José Narciso de Mendonça, à cidade do Rio de Janeiro, com um creado chamado Placido.
- José Joaquim da Trindade, à mesma cidade.
- Manuel Diogo Moniz, à mesma cidade.
- Padre Joaquim José de Barcelos, à mesma cidade.
- José Vieira da Mota, à mesma cidade.
- José Pereira de Faria, com sua mulher Eugenia Rosa e seus filhos Antonio, Barbara e Maria, à mesma cidade.
- Francisco Silveira Machado, com sua mulher Ana Narciza e seus filhos Mariana e Antonio, à mesma cidade.
- Padre Bartolomeu Betencourt Leite, com um creado chamado Vitorino Antonio, à mesma cidade.
- Mariana Vitorina, mulher de José Pimentel, com seus 3 filhos Antonio, José e Maria, à cidade do Rio de Janeiro, com escala por Lisboa, acompanhando o dito seu marido e pai, que vai com Praça no actual Recrutamento.
- Francisco da Costa, à cidade do Rio de Janeiro.
- João Antonio de Azevedo, com um creado, à cidade do Rio de Janeiro.
- Hilario Coelho de Melo, à cidade do Rio de Janeiro.
- Teodoro José Biancardi, à mesma cidade, com um creado chamado Gonçalves José Pereira.
- José Inacio Silveira Machado, de Angra, à Baía.
- Luiz Ferreira da Gama, à cidade do Rio de Janeiro.
- Teodoro José Teles, à mesma cidade.
- Manuel José dos Santos, à mesma cidade.
- Mateus José da Silveira, à mesma cidade.
- José Joaquim Leandro, à mesma cidade.
- João de Fraga e sua mulher, à mesma cidade.
- Antonio Cardoso Ferreira, à mesma cidade.
- João Placido Teixeira, presbitero secular, com um creado chamado Antonio José Mendes, à cidade do Rio de Janeiro.
- Pedro Inacio Gomes Toste, de Angra, à mesma cidade.

Ano de 1813 :

- Mateus Gonçalves Pires, à cidade do Rio de Janeiro.
- Pulchéria Joana e seus 2 filhos, a Pernambuco.
- Teodoro Augusto Rodrigues Cardinas, à cidade do Rio de Janeiro.
- Padre José Nicolau Arrada, à cidade do Rio de Janeiro.
- António Pereira Homem, à cidade do Rio de Janeiro.
- Francisco Manuel Pais de Sande de Castro, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, com um creado chamado Manuel José Ferreira.
- Luiz de Freitas Borges, soldado miliciano, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, por 2 anos.

### RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades		
	Maiores	Menores	Maiores	Menores			
Ano de 1788 :							
Ao Rio de Janeiro . . .	16	3	9	—	28	40	
À Baía . . . . .	11	—	1	—	12		
Ano de 1789 :							
Ao Rio de Janeiro . . .	27	3	10	—	40		
Ao Rio de Janeiro . . .	36	16	23	10	85	96	
À Baía . . . . .	2	1	—	—	3		
Ao Rio Grande . . . .	2	3	1	2	8		
Ano de 1790 :							
Ao Rio de Janeiro . . .	40	20	24	12	96	22	
Ao Rio de Janeiro . . .	9	4	5	4	22		
Ano de 1791 :							
Ao Rio de Janeiro . . .	51	5	27	11	94	103	
À Baía . . . . .	1	—	1	—	2		
Ao Rio Pardo . . . . .	2	—	—	—	2		
À Ilha de S. Catarina.	—	1	3	1	5		
Ano de 1792 :							
Ao Rio de Janeiro . . .	54	6	31	12	103	5	
Ao Maranhão . . . . .	1	—	—	—	1		
Ao Pernambuco . . . .	3	—	—	—	3		
A Pernambuco . . . . .	1	—	—	—	1		
	5	—	—	—	5		
					A transportar . . . 266		

		Transporte . . . . .					266
Ano de 1794:							
Ao Rio de Janeiro . .		1	1	1	3	6	6
Ano de 1796:							
Ao Maranhão . . . . .		2	—	—	—	2	2
Ano de 1797:							
Ao Rio de Janeiro . .		1	—	—	—	1	1
Ano de 1807:							
Ao Rio de Janeiro . .		3	—	3	2	8	8
Ano de 1808:							
Ao Rio de Janeiro . .		4	—	—	—	4	
A Pernambuco . . . . .		1	—	—	—	1	
Ano de 1809:							
Ao Rio de Janeiro . .		5	—	—	—	5	5
Ao Rio de Janeiro . .		2	—	—	—	2	
À Baía . . . . .		1	—	—	—	1	
Ano de 1810:							
Ao Rio do Janeiro . .		3	—	—	—	3	3
Ao Rio do Janeiro . .		7	—	2	—	9	
À Baía . . . . .		2	—	—	—	2	
Ao Maranhão . . . . .		1	—	—	—	1	
Ano de 1811:							
Ao Rio de Janeiro . .		10	—	2	—	12	12
Ao Rio de Janeiro . .		9	—	—	—	9	
A Pernambuco . . . . .		1	—	1	—	2	
Ano de 1812:							
Ao Rio de Janeiro . .		10	—	1	—	11	11
Ao Rio de Janeiro . .		26	4	4	4	38	
À Baía . . . . .		1	—	—	—	1	
Ano de 1813:							
Ao Rio de Janeiro . .		27	4	4	4	39	39
Ao Rio de Janeiro . .		6	—	—	—	6	
A Pernambuco . . . . .		—	2	1	—	3	
		6	2	1	—	9	9
						362	

## LEVA DE MIL HOMENS

*Carta Régia de 27 de Março de 1638:*

Havendo-se offerecido D. Diogo Lobo a ir fazer uma leva de mil Homens ás Ilhas dos Açores, propondo que fariam alli de custo mais de ametade menos do que em Hespanha fazem, onde diz que se dão seis e oito pagas a cada soldado, que são dezesseis mil reis, e pelo menos doze; e que nos das Ilhas é a maior paga que se lhe pode dar seis mil reis, em razão do barato que tudo alli valle:

E que demais disto interessaria minha Fazenda mais de outra ametade nos bastimentos para elles, e outra nos socorros, porque em Hespanha se dão tres vintens de socorro cada dia, e nas Ilhas trinta reis é socorro bastante:

E se obrigava a que, dentro de tres mezes da sua chegada aquellas Ilhas, levantaria os mil homens, que diz serão todos mui boa gente, por serem creados com as armas nas mãos, que de ordinario trazem, entrando e sahindo de guarda:

E que pode esta gente passar d'alli ao Brazil em navios mercantes, assim nos que ha nas mesmas Ilhas, e a ellas vão commerciar, como nos que poderão ir dessa Cidade e dos mais portos desse Reino, que não custarão nada e poderão levar quantidade de bastimentos para o Exercito, que comboiados por esta gente irão seguros; em que se avançaria muito, por valerem alli mui baratos:

Vendo as conveniencias de meu serviço, que se seguiam desta proposta, fui servido acceitar-lhe o offerecimento, fiando de D. Diogo que procederá como convem a meu serviço em sua execução:

E para o fazer com melhor animo, lhe concedi algumas mercês, de que aqui lhe mandei dar os despachos.

E para effeito de se fazer logo e facilitar a leva desta gente, de que hei por bem que D. Diogo por agora seja Governador, fui servido resolver que os Capitães (cujas Companhias poderão ser de cen-

to e cincoenta homens cada uma) sejam de Nobres e natúraes d'aquellas Ilhas, e elleitos pelas Camaras dellas, assistindo a sua elleição o Corregedor e Provedor, e o mesino D. Diogo — na qual se procederá com advertencia, que, concorrendo alguns de igual qualidade proceda o que fizer algum donativo de gente á sua custa.

Que a D. Diogo se deêm Cartas para as Camaras das sete Ilhas, e Corregedor dellas, e para o Governador e Juiz de Fóra de S. Miguel lhe dar todo o favor e ajuda que lhe fôr necessario para esta leva :

E se lhe passe Provisão, para os mesmos Corregedor e Juiz de Fóra, cada um em seu districto, sentenciarem logo todos os presos para esta Armada ; e para os homisiados por casos leves se poderem embarcar livremente, com a mais gente desta leva, sem os prendem as Justiças.

E que tambem se passe Provisão, para que o Provedor de minha Fazenda d'aquellas Ilhas acuda com as pagas e socorros a estes soldados, e a D. Diogo, o tempo que alli estiverem, e com o mantimento necessario para passarem ao Brazil :

Que nas portas das Camaras d'aquellas Ilhas se fixem editos das mercês que eu concedo aos que nesta Armada do Brazil se embarcarem, firmada pelo Secretario d'Estado — dizendo mais que se terá este serviço por particular á Nobreza que se embarcar :

Que á Camara de Angra se ordene de trezentas armas para esta gente, das que tem no Armazem ; e as mais armas necessárias se enviem quando d'ahi forem os navios que hão de conduzir estes mil homens ao Brazil.

E se escreva ao Provedor de minha Fazenda que o provimento da polvora para esta gente se faça no melhor que se possa, com que lhes não falte, avisando de tudo o que em razão disto se fizer :

E se lhe ordene tambem, que, em quanto esta leva não chegar a numero de quinhentos homens, acuda a D. Diogo com o soldo de Capitão de Infantaria — e chegado aos quinhentos, por eu haver resolutu que então vença sessenta escudos, lhe acuda com elles de soldo.

Encomendo-vos muito que, attendendo com particular cuidado á conveniencia de meu serviço, que desta leva se segue, e aos bons effeitos que se podem esperar, mettendo-se no Brazil esta gente, façaes logo dar a D. Diogo todos os despachos necessarios, na conformidade do

que assim tenho resoluto, ordenando que com toda a brevidade se lhe dê embarcação, e o mais que conduzir para passar ás Ilhas a executar o que lhe está encarregado; avisando-me pelo primeiro correio do que nisto ordenardes, e do mais que se offerecer que convem, para esta leva se conseguir com a brevidade que convem.

Dom Diogo Lobo, filho do Barão de Alvito, foi «porcionista supra-numerario do Collegio de São Paulo da Univercidade de Coimbra». — Carta Régia de 8 de Agosto de 1635.

# A Igreja de S. Sebastião da Ilha Terceira

Memória apresentada ao XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ARTE DE LISBOA pelo sócio efectivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira

DR. MANUEL COELHO BAPTISTA DE LIMA  
Director do Arquivo Distrital e do Museu  
Regional de Angra do Heroísmo.

## SUMARIO :

- a) Localização
- b) Descrição pelo exterior. (Estado actual)
- c) Descrição pelo interior. (Estado actual)
- d) Elementos históricos
- e) Evolução da planta e arquitectura do edificio

### a) Localização

Fica este templo situado quasi no centro da antiga Vila de S. Sebastião, hoje freguesia do mesmo nome, junto da estrada que liga a cidade de Angra do Heroísmo com a Vila da Praia da Vitória, a cerca de 2 quilómetros da costa marítima.

Foi este local um dos primeiros a ser povoado. Admitindo como provavel para inicio do povoamento o ano de 1450, data em que foi doada a Capitania da Ilha Terceira ao flamengo Jácome de Bruges, te-

remos que convir, fundamentando-nos nos mais antigos historiadores insulanos, que o povoamento deste local lhe tenha sido posterior de alguns anos apenas.

O templo foi construído na orientação poente-nascente e encontra-se circundado por um espaçoso adro.

### b) Descrição pelo interior

A fachada é vulgar e incaracterística, semelhante à de outros templos desta Ilha, que, como este, sofreram restauro ou reconstrução no fim do século XVIII. No prolongamento do frontispício está a torre sineira, baixa, quadrangular e encimada por uma cúpula piramidal.

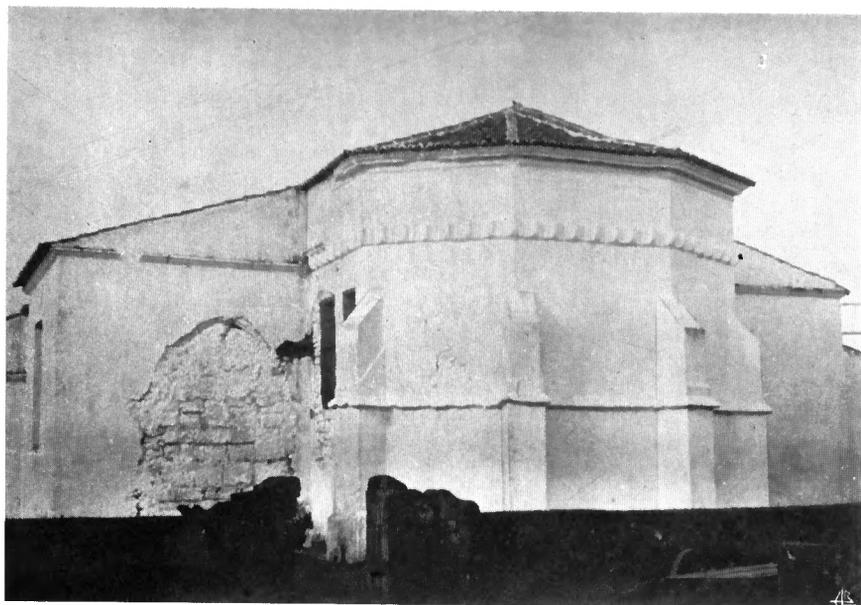
Nas faces laterais do S. e do N. há a notar dois portais góticos, de arco quebrado, tendo o do N. uma flor de lis no vértice das arquivoltas. A seguir ao portal do S. o edifício forma um saliente nesta orientação, encontrando-se na parede voltada a W. uma portada dos fins do século XVII ou princípios do século XVIII, idêntica a numerosas da mesma época que se vêem em edifícios e templos desta Ilha. Este portal dá ingresso a uma sacristia sua contemporânea.

Segue-se depois a cabeceira constituída pelo exterior da capela-mór e das absidais, correspondentes às naves laterais. Estes absidiolos, de planta quadrada, nada de notável apresentam, no estado actual, a não ser, no do lado S. vestígios de um arco quebrado, há pouco descoberto sob a calça, na parede voltada ao E. O exterior da ábside, porém, possui elementos arquitectónicos dignos da maior atenção.

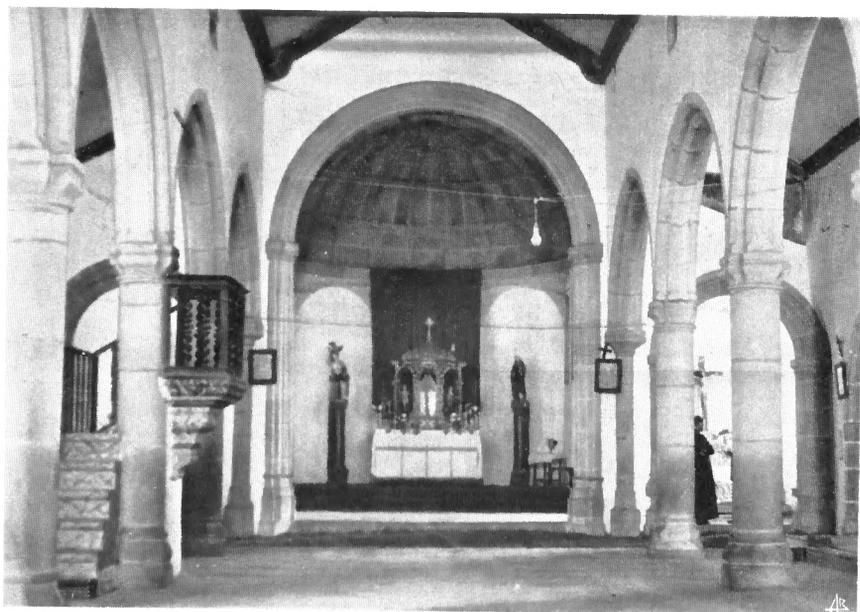
De configuração poligonal (octógono de que estão representados cinco lados) tem em cada um dos quatro vértices um botareu de secção quadrangular, cujas rampas terminam um pouco abaixo da cachorrada das mísulas. A dois terços da altura são os botarareus ligados por um cordão em rampa que envolve a ábside. A cerca de 70 cm. da cachorrada encontra-se a cimalha, com todo o aspecto de ser a primitiva e sobre ela assenta o beirado das telhas. Esta elevação da cimalha sobre a cachorrada deve-se ao facto de ter sido alteada a abóbada da capela-mór, possivelmente quando da sua reconstrução em abóbada renasçença.



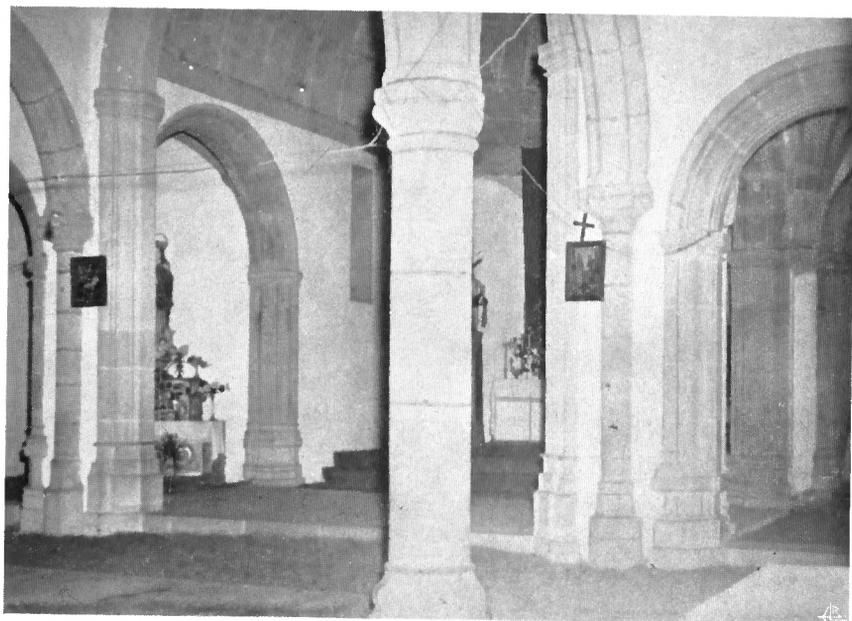
Igreja de S. Sebastião. Frontispício, estado actual. Vêem-se ainda o portal gótico do lado S. e a portada barroca da Sacristia



Cabeceira. Conserva ainda os botaréis, mísulas e cornija primitivas



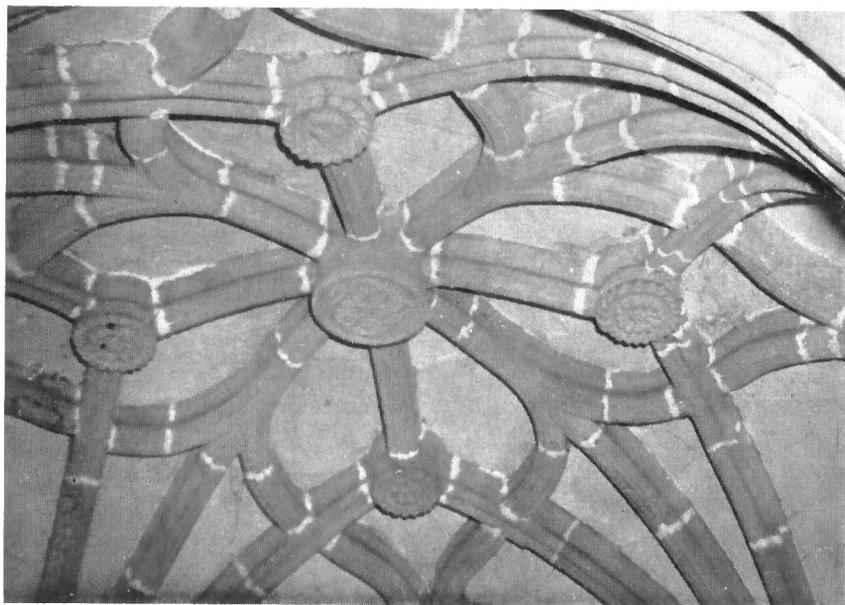
Nave central e capela-mor



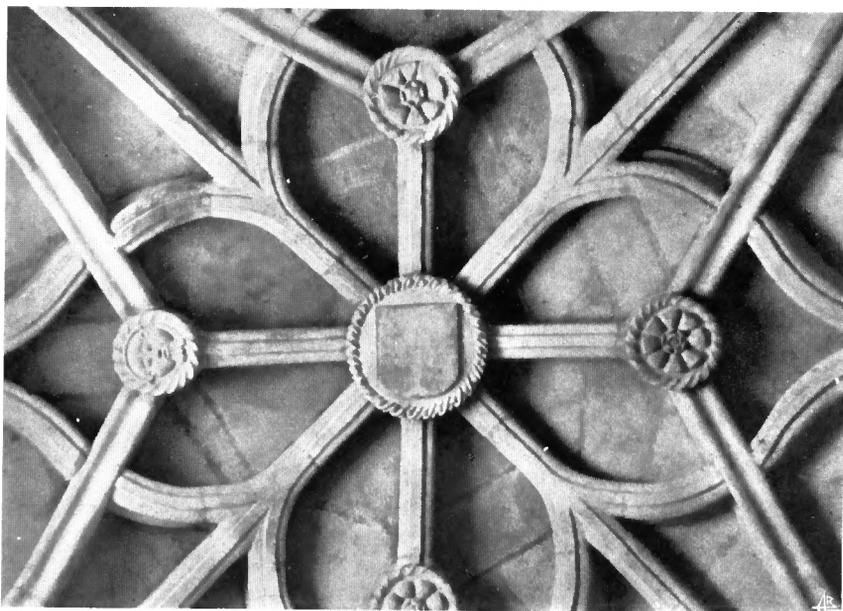
Capela-mor e arcos das capelas absidais



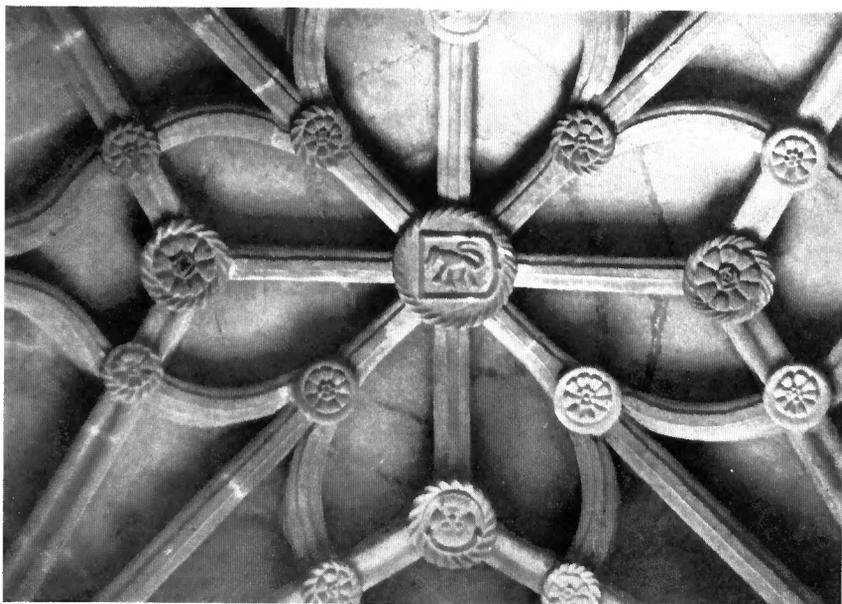
Arcos da capela absidal da direita (N.ª S.ª do Rosário) e da capela lateral, de N.ª S.ª da Encarnação



Abóbada da capela de N.ª S.ª da Encarnação, circa 1546



Abóbada da capela de N.ª S.ª do Rosário



Abóbada da capela do Santíssimo



Pintura mural, tipo freseo, dos fins do século XV ou princípio do século XVI.  
Painel representando a entrada de Cristo em Jerusalém



Pintura mural, tipo freseo, dos fins do século XV ou princípio do século XVI.  
Painel representando Santa Bárbara

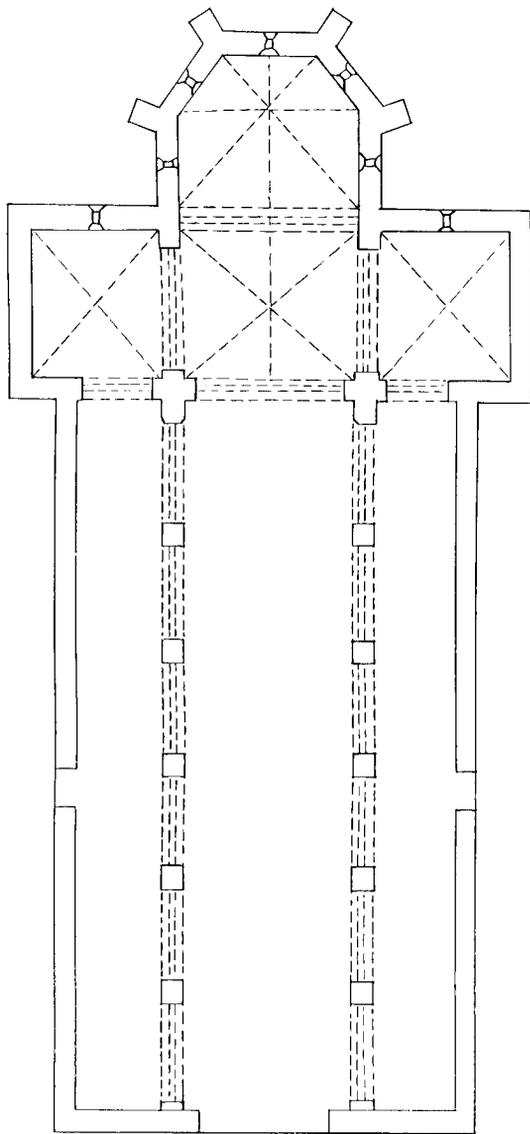


Pintura mural, tipo fresco, dos fins do século XV ou princípio do século XVI.  
A figura de Madalena do painel que representa a aparição  
de Cristo a Madalena.



Pintura mural, tipo fresco, dos fins do século XV ou princípio do século XVI.  
Painel representando o casamento de S. José com a Virgem

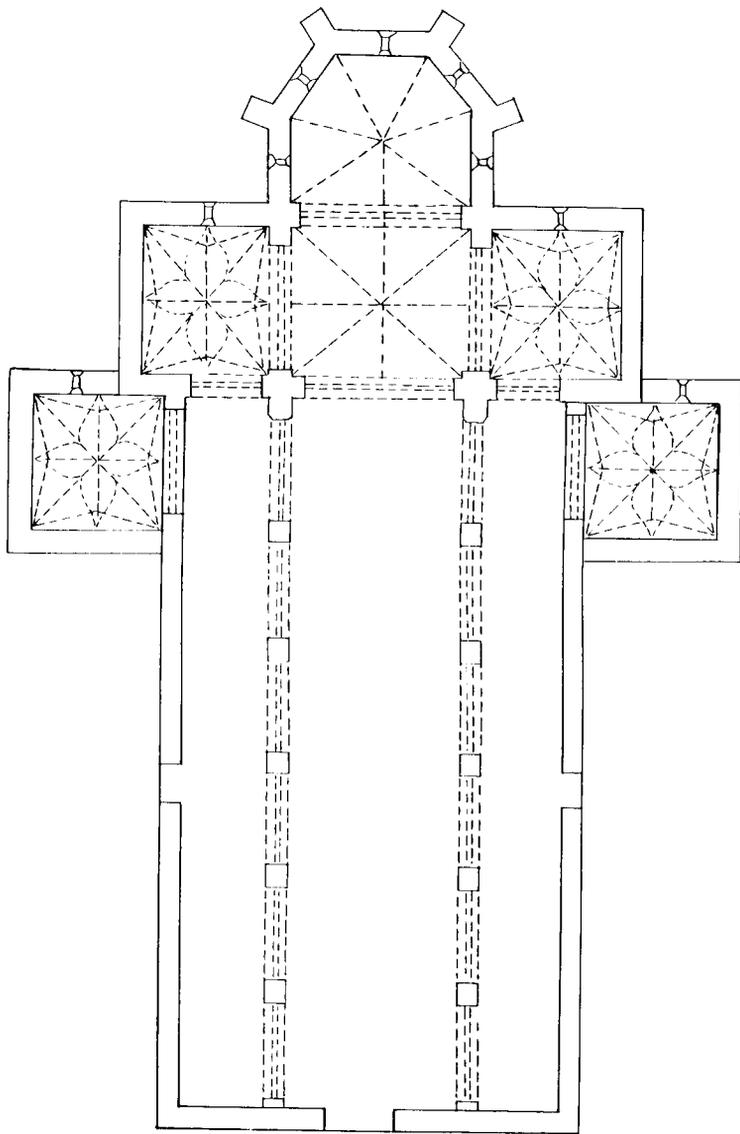




IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA ILHA TERCEIRA

Escala 1:200

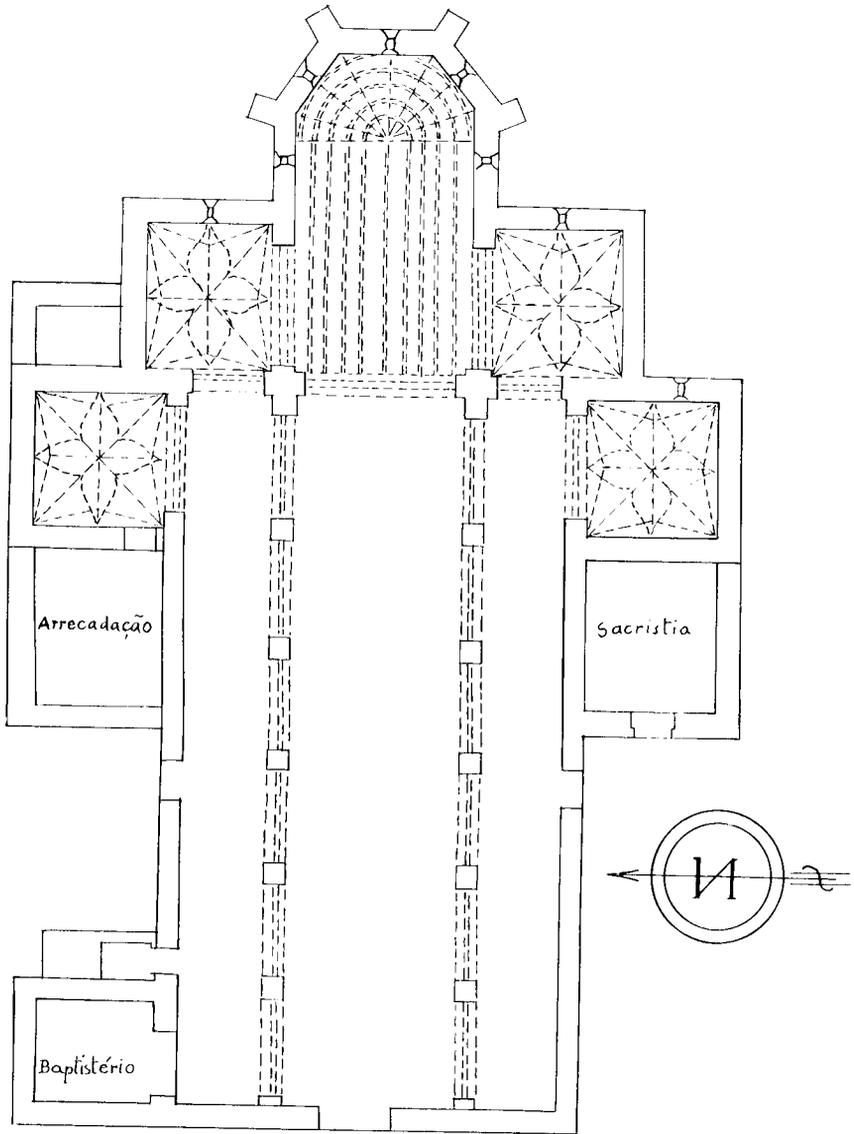
1.<sup>a</sup> FASE



IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA ILHA TERCEIRA

Escala - 1:200

2.<sup>a</sup> FASE



IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA ILHA TERCEIRA

Escala - 1:200

3.<sup>a</sup> FASE



## c) Descrição pelo interior

É o templo de três naves, sendo a central suportada por seis arcos plenos, de arestas chanfradas, com duas ordens de aduelas, que veem assentar sobre sete colunas romanas de bases e capiteis simples e fuste cilíndrico.

Nos panos de parede que correm sobre os arcos veem-se três pequenas frestas de cada lado, que anteriormente iluminavam a nave central, abrindo sobre os telhados das naves laterais. O tecto actual das três naves é de estuque, cujas ripas foram pregadas sobre a barrotaria do tecto primitivo, que segundo nos informa o carpinteiro da igreja, é trabalhada com veios abertos. Parte deste tecto antigo foi todavia, consumido no incendio de 1789. As traves mestras estão à vista, sendo lavradas na parte inferior.

Passando a porta principal e o recinto do guarda-vento podem ver-se implantadas na face interna da parede do frontispício a cerca de três metros do solo, duas mísulas tendo esculpidos carões monstruosos, semelhantes aos das gárgulas góticas e manuelinas. Estas mísulas suportam a trave do coro alto que corre sobre a entrada. Avançando pela nave da direita encontra-se na parede do S. uma pintura mural, muito danificada, que não pudemos determinar se se tratava propriamente dum fresco. Formam-na cinco paineis contiguos representando o primeiro a entrada de Jesus em Jerusalem, o segundo Santa Bárbara, o terceiro a aparição de Jesus a Madalena, o quarto quasi desapareceu, só se conhecendo um busto a uma janela, e o quinto mostra-nos o casamento da Virgem Maria com São José. O terceiro painel é o único de que ainda é possível ler a respectiva legenda cujo teor é: «Dyse XPO a Madalena molher nō me toques.»

A seguir à porta lateral vê-se metida na espessura da parede, a capela das Almas, de construção recente (1908), junto à qual se encontra dessimulada uma pequena porta para a sacristia do século XVII ou principios do século XVIII. Ao fundo desta sacristia está um pequeno nicho, vendo-se a parede coberta por três paineis emoldurados representando da esquerda para a direita: 1) S. Sebastião visitando os presos; 2) martírio de S. Sebastião pela flagelação; 3) martírio do mesmo Santo com as flechas. Trata-se de pintura em tábua dos fins do

século XVI ou princípios do século XVII. Há ainda a mencionar neste recinto um lavabo de cantaria trabalhada, muito decorativo e dois armários da época, metidos na parede, com portas almofadadas, de madeiras do Brasil.

Segue-se a capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, gótico-manuelina, de planta quadrada e abóbada estrelada, formada por arcos torais que se veem apoiar em quatro mísulas. Sobre a nervura estrelada vem entroncar o artezado quadrifólio característico da arquitectura manuelina. As nervuras apresentam dois tipos de perfil. O primeiro, que se verifica em quasi todo o artezado, mostra um perfil com dois toros separados por uma aresta chanfrada. O outro, que apenas se encontra nas pontas do estrelado, apresenta dois toros geminados. O fecho da abóbada está armoriado com um braço de armas. Na bifurcação dos quatro artezões em cruz veem-se quatro bocetes, sendo dois em forma de carão e dois em forma de roseta octifólia. Tanto o braço de armas como os bocetes teem uma cercadura encordoada. Os extremos do artezado quadrifólio assentam tambem sobre bocetes. As ligações entre as pedras dos artezões estão feitas a cal branca. O arco de entrada da capela é de volta perfeita, formando três arquivoltas que veem assentar sobre outras tantas colunas, cujos capiteis e bases apresentam decoração vegetal (truncos e folhas de hera). Esta capela tem apenas uma janela, tipo século XVIII.

Ao fundo da nave encontra-se a capela de N. Sr.<sup>a</sup> do Rosário, de planta quadrada, para onde se entra por um arco pleno, renascença, admirando-se na abóbada um artezado semelhante ao da capela anterior. No fecho encontra-se um escudo pleno, com cercadura encordoada, a mesma se verificando nos quatro bocetes dispostos à sua volta, um dos quais é uma cara de génio soprando e os outros rosetas octifólias. Como na capela da Encarnação os extremos do artezado do manuelino vão apoiar-se em bocetes. Na espessura da parede fronteira ao arco da entrada e quasi na sua correspondência, está um arco renascença, constituindo o nicho para a Santa Padroeira.

Desta capela passa-se à capela mór por um arco semelhante ao da entrada, os quais são no fundo réplicas reduzidas do arco triunfal. A abóbada desta capela é do estilo renascença, em caixotões de bela cantaria que veem até ao arco triunfal, de grandes proporções e forte envergadura. Tanto as pilastras como o arco são de cantaria

da região, semelhante à da abóbada. Este arco foi restaurado recentemente.

Da capela mór passa-se à lateral da esquerda (para quem entra no templo), antiga capela do Santíssimo, por um arco renascença semelhante ao da direita. A abóbada desta capela é suportada por um conjunto de arcos com artezões semelhantes aos das duas capelas manuelinas que descrevemos. É também de planta quadrangular. No fecho da abóbada vê-se um braço de armas (Bettencourts? Coelhos?) que ainda não identificámos, cercado por um encordoado e tendo em volta, em todos os encontros, desasseis bocetes com identico encordoado, sendo quatorze rosetas e quatro caras de génio soprando. Saindo desta capela pelo arco da nave, que é igual ao da nave direita, encontra-se a capela do Senhor dos Passos ou de S. Pedro, para onde se entra por um longo arco abatido. Os capiteis e bases das colunas são gótico-manuelinas. Os fustes, porém, foram transformados em pilastras. O arco foi alongado há relativamente poucos anos. Está ainda na memória dos antigos ter havido neste local uma capela denominada das Almas. O tecto actual é de estuque tendo todo o especto de ser recente. Esta capela fica fronteira à de N. Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, tendo a E. e W. dois pequenos quartos que servem de arrecadação. É de planta rectangular e ocupa uma área superior à das outras capelas, exceptuando a capela-mór.

Continuando pela nave, observa-se junto da porta lateral, gótica, um fragmento de pintura mural da qual não se percebem os pormenores. No ângulo N. W. encontra-se o baptistério, de abóbada de cantaria a cuja construção não deve ir além do século XVII. Sobre o baptistério fica a torre sineira.

#### d) Elementos históricos

Desconhece-se a data da fundação. Entretanto Ferreira Drumond dá notícia duma lápide de mármore que se encontrava do lado de dentro da antiga portada gótica e onde se lia em caracteres muito gastos, pela acção dos séculos, a data «cccc (P) 55» que interpretamos o ano de 1455. (1)

---

(1) Reproduzimos o próprio período de Ferreira Drumond «Em que tempo

Segundo Drumond leu na *Fenix Angrense*, do P.<sup>e</sup> Maldonado, a Igreja de S. Sebastião teria ascendido a paróquial pelos anos de 1480. (2)

Por carta régia de 6 de Março de 1503 foi elevada a Vila, a freguesia de S. Sebastião, tendo a Igreja paróquial passado a Matriz. Nesta Igreja se efectuou em diversas oportunidades a reunião das três camaras da Ilha, a partir de 15 de Abril de 1528, data em que neste local se lavrou um auto com esta resolução. (3)

Esclarece ainda Ferreira Drumond que no ano de 1546 Lopo Dias Cabaço instituiu nos bens do seu Morgadio a Capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Encarnação. Inforna tambem que a capela mór foi acrescentada (e certamente reconstruida) no ano de 1568, por se achar muito arruinada, o mesmo acontecendo às das outras paróquias desta Ilha. (4)

---

fosse fundada a egreja não se alcança, mas de uma lápide à entrada da portada principal, escrita em caractéres góticos já muito gastos lê-se a era de cccc (?) 55, que interpretamos significando o ano de 1455; e pelo dito de alguns achava-se esta lápide pela parte de dentro da porta principal, encaixada na umbreira direita, por baixo do coro, quando pelos anos de 1780 se deo nova forma ao frontispicio da mesma igreja. Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos topographicos, politicos, civis e ecclesiasticos para a história das nove ilhas dos Açores, servindo de suplemento aos Annais da Ilha Terceira*. Manuscrito inédito. Servimo-nos do extracto que dele tirou o Rev. Padre Joaquim Esteves e que obsequiosamente pôs à nossa disposição. Do mesmo autor transcrevemos ainda esta referênciã: «Dessa letra barbara é a inscripção que se acha gravada em uma pedra marmore à entrada da egreja matriz da Vila de S. Sebastião, que por muito apagada se não entende, e se diz ser da fundação daquella egreja, achada na parte interior encostada à antiga portada Gothica, que no anno de 1795 d'ali foi tirada. *Annaes da Ilha Terceira*, Vol. I, pag. 92, Nota 1. Angra do Heroismo, 1850.

(2) Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos topographicos*, etc. Ms. inédito.

(3) Cf. Francisco Ferreira Drumond, *Annaes da Ilha Terceira*, Vol. I, pag. 102. Angra do Heroismo, 1850.

(4) Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos topographicos*, etc. Ms. inédito. Cf. *Annaes da Ilha Terceira*, Vol. I, pags. 97-98. Angra do Heroismo, 1850. O autor esclarece aqui que Lopo Dias, natural de Vale de Cabaços, fora valente soldado nas partes de Africa (Çafim) e pelos seus feitos lhe havia sido conferido alvará de cavaleiro fidalgo. Era considerado o homem mais rico que naquele tempo viera à Ilha e faleceu em 1542 (sic) com testamento que instituia a capela da Encarnação. Esta discordancia de datas talvez seja apenas uma confusão entre a data do testamento e a da morte de Lopo Dias.

Não conseguimos ainda encontrar outra qualquer notícia sobre a fábrica da Igreja, anterior ao ano de 1789. O famoso terramoto de 1614 que arruinou várias Igrejas desta Ilha, parece não a ter danificado. No dia 8 de Maio de 1789 um grande incêndio consumiu parte do interior do templo, havendo grande trabalho em cortar o travejamento de grossas vigas, que segundo a tradição haviam sido fornecidas pela mata dos Arcos, no princípio do povoamento (5). As obras de restauro levaram seis anos, tendo concluído em 1795. A fachada foi totalmente modificada e ficou com a configuração actual.

#### e) Evolução da planta e arquitectura do templo

Os elementos da cabeceira — forma poligonal — botareus, cordão em rampa, cachorrada e cimalha fazem-nos pensar nas Igrejas de Santa Clara de Santarem (Circa 1264), Santa Maria dos Olivais de Tomar (reinado de D. Afonso III), S. Domingos de Guimarães (também do século XIII) e Sé de Silves (Circa 1279). (6) No século XIV ainda aparece este tipo de construção, mas já quasi se não encontra no século seguinte. No reinado de D. Afonso V, apenas na capela foral de Fernão Casal, (1477 ?) da Matriz de Alhos Vedros, se encontra uma fraca reposição deste tipo de cabeceira gótica. (7)

Juntemos a isto a lápide com a leitura provavel de 1455; o aparecimento de três merlões semelhantes aos da Sé de Évora, encaixados na espessura das paredes; o achado de duas moedas (ceitis) de D. Afonso V na capela mór; os alicerces das bases do portal gótico e dos gigantes que o flanqueavam em correspondencia aos arcos da nave central.

Embora constituindo um anacronismo architectónico, temos que a

---

(5) Cf. Francisco Ferreira Drumond, *Annaes da Ilha Terceira*, Vol. III, pag. 67-68. Angra do Heroismo, 1859.

(6) Vid. Arão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, pags. 371 a 411. Porto, 1942.

(7) Vid. *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Vol. IV, pag. 389. Barcelos, s/d.

planta deste templo se aproximava, salvo as devidas correções, ao tempo da fundação, das plantas dos templos que acabamos de mencionar.

A construcção das capelas manuelinas determinou a segunda fase da planta. Ignoramos quando tenha sido construída a primeira. Junto da capela mór foi também encontrado um ceitel de D. Manuel, na flor do cunho. Para a capela da Encarnação encontrámos a data 1546 (ou 1542). Teria a capela dos Passos ou de S. Pedro possuído abóbada semelhante? Só uma demorada pesquisa nas suas paredes e arco o poderá esclarecer.

A terceira fase architectónica deve estar determinada pela ampliação da capela mór em 1568. Até então é provável que tenha conservado a sua primitiva abóbada gótica, por isso mesmo se encontraria arruinada. Deveria vir apenas até ao transepto, do qual ficaria separada por um arco, formando este arco com os arcos das capelas absidais e o triunfal a estrutura sobre que seria lançada uma ogiva. Em 1568 a capela mór avançou até ao arco triunfal, substituindo as ogivas primitivas por uma abóbada renascença, em caixotões, terminando ao fundo da ábside em leque.

Em fins do século XVII ou principios do século XVIII, resolveram fazer a nova sacristia junto da nave direita, que certamente foi enriquecida com pintura mais antiga pertencente à própria Igreja. O tecto já desaparecido desta sacristia era, segundo a descrição dos que ainda a conheceram, de madeiras mui bem lavradas.

O que podemos considerar a quarta fase da fábrica desta Igreja, consiste na substituição total da antiga fachada gótica pela actual, depois de 1789. Encontrámos na arrecadação da Igreja um fragmento de cordão de cantaria e outro duma coluna com veios em espiral que é possível tenham pertencido ao primitivo portal gótico. Vimos igualmente e fotografámos um fragmento de cantaria com folhagens fechadas que nos fez pensar nas cruzes e nos ornamentos dos corucheus dos Jenónimos e de Santa Cruz de Coimbra.

Com esta memória cheia de imperfeições e deficiências, como aliás não podia deixar de ser, pois trata duma matéria que está fora do âmbito dos nossos modestos trabalhos de investigação, outra coisa não pretendemos que chamar a atenção dos eruditos e especialistas dos estudos de história da arte, principalmente da architectura gótica

e manuelina, para um monumento cujo valor real poderá ser discutível, mas que julgamos único nas Ilhas dos Açores. (9)

---

(9) Há 10 anos que o Pároco local, o Rev. Padre Joaquim Esteves vem limpando cantarias, restaurando arcos, refazendo pavimentos, sempre com a maior prudência e cuidado, para que nada se perca ou altere. A ele se deve também a preciosa descoberta das pinturas murais. A importância do monumento, porém, parece que não só deveria determinar a sua imediata classificação como monumento ou imóvel de interesse público, mas ainda e principalmente que as entidades competentes mandassem elaborar por técnicos especializados o projecto de restauro e reintegração, que seria executado conforme as possibilidades e disponibilidades dos respectivos serviços.

# O Distrito de Angra

(Tradução dos capítulos III, IV e V (Parte II),  
do livro do Capitão Boid — *A Description of  
the Azores* (London, 1835) por João H. Anglin)

## A ILHA TERCEIRA

Havendo visto já a Ilha de S. Miguel, visitei agora a Terceira, em circunstâncias festivas, que nunca deixam de tornar agradáveis e lisonjeiras as primeiras impressões.

A 3 de Março, com o Imperador e sua comitiva a bordo, chegou a «Rainha de Portugal» ao largo da cidade de Angra. Imediatamente desfaldámos o estandarte imperial para anunciar a aproximação de Dom Pedro, que agora vinha assumir a regência em nome de sua filha.

Após a troca de salvas com as baterias de terra, a Regência em exercício, acompanhada por outras autoridades militares, veio a bordo, e na devida forma entregou os poderes a Sua Magestade Imperial, que sem demora se dirigiu para terra, onde, ao desembarcar, foi recebido pelos principais funcionários, e conduzido, ao som de uma banda de música, ao palácio, estando as ruas do trajecto decoradas com bandeiras, arcos triunfais, verduras e colunatas de ramos de laranjeira.

A recepção não foi porém, aqui, como em S. Miguel, caracterizada por quente lealismo e entusiasmo, pois que os corações dos terceirenses, pelo menos na sua maior parte, não estavam com a causa constitucional.

Teem eles sempre sido notáveis, pelo menos os das classes ele-

vadas, pela sua fanática fidelidade ao despotismo monárquico e os das camadas mais baixas por uma submissão rastejante e passiva ao sistema do feudalismo. Em resultado disto, olhavam agora todos com suspeição a mudança que se aproximava e às ocultas iam juntando a sua influência às manhas dos padres, para combater a marcha do movimento.

Foi a Ilha Terceira descoberta a 23 de Abril de 1445 por navegadores portugueses que de Cabo Verde regressavam à Europa, devendo-se a sua actual designação ao facto de haver sido a terceira na ordem do descobrimento.

Foi inicialmente colonizada por um flamengo, de nome Jácome de Bruges, que residia na corte de Lisboa e recebeu aquela incumbência do Infante D. Henrique pouco depois do descobrimento da ilha, pelo que levou em sua companhia, ao partir do Tejo, numerosas famílias portuguesas, como colonos. A Terceira é quase redonda e situada a cerca de 24 léguas a Noroeste de S. Miguel, a 20 léguas a Nordeste do Faial e a 250 a Oeste da costa de Portugal. Tem 20 milhas de comprimento; o seu ponto mais ocidental, a Ponta da Serreta, está a 27° 22' de longitude Oeste e 38°46' de latitude Norte; e o mais oriental, Malmerenda, a 27°2' de longitude Oeste e 38°44' de latitude Norte, com a largura média de 13 milhas.

Rodeada de rochedos ásperos, escarpados e íngremes, está solidamente fortificada pela natureza contra os ataques do exterior, sendo insignificante a despesa para a tornar inexpugnável, dada a grande falta de pontos acessíveis a um exército invasor. Daí o ter sido sempre a fortaleza dos açoreanos e por tal motivo o teatro mais activo das guerras ilhoas.

Distinguiram-se os seus habitantes por valente opposição à usurpação de Felipe II, no ano de 1580, repelindo as armadas e as tropas castelhanas das suas praias.

Foram eles, porém, finalmente obrigados em 1583, a submeter-se a uma força constituída pelo escol do exército e da armada de Espanha, formada por noventa navios sob o comando do famoso D. Alvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, que, como já se disse, depois de submeter a esquadra açoreana comandada pelo conde de Vimioso, desembarcou a 27 de Julho e tomou posse da ilha, acontecimento que logo foi seguido pela submissão de todo o arquipélago.

Estes opressores, orgulhosos e tirânicos, em vingança da obstinada opposição que encontraram, infligiram aos habitantes toda a casta de ignomínias, durante os primeiros anos do seu domínio. Em 1591 ergueram uma sólida fortaleza para dominar a baía e servir de forte ou lugar de retirada em caso de derrota, à qual, em honra do seu soberano, chamaram de S. Felipe. No monte construíram um castelo que comandava a capital.

Sentindo-se finalmente em situação sólida, abrandaram os governadores estas providências rigorosas e com o fim de obter afeição e obediência voluntária adornaram a cidade com numerosas igrejas e mosteiros, além de outros edificios públicos, tudo acompanhado de outros actos de generosidade, bem calculados para conseguir o efeito previsto. Veio, porém, o dia da retribuição. No ano de 1640 foram os terceirenses os primeiros a declarar-se em favor da restauração portuguesa, proclamando D. João IV e pondo imediatamente cerco aos espanhois do castelo, que eles investiram de perto durante onze meses, findos os quais foram os castelhanos obrigados a render-se por capitulação, voltando novamente a ilha a ficar sujeita à coroa de Portugal.

Não mostraram, porém, os terceirenses, idêntica energia e zelo a favor da liberdade constitucional, quando, no ano de 1821, os amigos da razão e da justiça em S. Miguel levantaram o estandarte da liberdade. Pelo contrário, subjugaram uma fraca tentativa que surgiu a favor da causa e ainda mais firmemente consolidaram o poder do absolutismo. No célebre ano de 1828, quando os constitucionais claramente repudiaram as pretensões do tirano D. Miguel, foi só pela acção e pela bravura de Caçadores 5, regimento português de linha, que aqueles conseguiram manter a sua autoridade na ilha.

Desde então consolidou-se a situação, tornando-se a Terceira um ponto de apoio dos constitucionais, donde, sob o comando do valente patriota Vila-Flor, aqueles partiram em 1831, subjugaram todo o arquipélago e finalmente, havendo posto no trono a Rainha legítima, conquistaram para si lugar de relevo na história de Portugal.

Conta a Ilha Terceira uma população de 40.000 almas, três vilas e quinze aldeias, de que Angra é a capital bem como a sede do grupo central do arquipélago.

Angra está situada a 38°45' de latitude Norte e a 27°6' de longitude Oeste, em posição extremamente pitoresca, ao fundo de uma

baía profundamente recortada, ou angra, de que tira o nome; defendida ao sul pela fortaleza do Monte Brasil e ao norte por S. Sebastião, distantes um do outro cerca de três quartos de milha. O seu aspecto, visto do meio da baía, forma um dos mais interessantes panoramas naturais que um admirador entusiasta poderá desejar contemplar. Devo confessar que o prazer que senti no dia da nossa chegada, ao ir em barco a remos, do navio para terra, excedeu tudo quanto, neste particular, experimentara havia muitos anos.

A cidade, formada por casas brancas de cal e erguendo-se suavemente do mar, está ornada de igrejas e conventos em anfiteatro e encimada pelas pitorescas ruínas do castelo espanhol e por colinas, que coroam o conjunto. Este delicioso conjunto é circundado por arrabaldes de quintas, pomares de laranjeiras e vinhedos, que em declive suave descem as encostas, em especial no Sul, onde ao fundo se estende uma região esplêndida e fértil, a Terra Chã, sem dúvida a parte mais rica da ilha, ocupada pelas casas de campo e ricas propriedades da sua principal nobreza e dos morgados.

Não foi a nossa chegada encarada pelos habitantes desta terra com sentimentos muito propiciatórios. Porque, afora os sentimentos de inimizade provocados pelos «Corcundas», surgira uma impressão geral anti-inglesa pela vinda simultânea do corpo de marinheiros adido à esquadra, o qual, pela sua condição de desorganização e indisciplina, se encontrava sem governo e sob a influência de toda a sorte de vícios.

Muito poucos tinham sido soldados, consistindo a maior parte deles no refugo das prisões ou em expulsos das aldeias; sem respeito pelos seus superiores e sem sentimentos de camaradagem uns para com os outros. Cometeu esta gente, em terra, toda a espécie de tropealias com seus divertimentos alcoólicos, acendendo, em alguns casos, a ira dos naturais e motivando, logo na primeira noite, o assassinio, em condições atrozes, de um dos nossos homens.

Em virtude, porém, das habéis diligências e influência do Marquês de Palmela, obtiveram-se aquartelamentos para o corpo num lugar retirado do campo, na Praia, sem ligações com a soldadesca portuguesa, para onde os homens foram imediatamente mandados seguir, a fim de receberem instrução e disciplina.

Quão diferente era o estado da sociedade aqui, daquele que ve-

rificaramos em S. Miguel! Tão profundo era o abismo provocado pelas contendas entre «Malhados» e «Corcundas» que dificilmente se conseguiam relações de sociedade com as senhoras, nem estas compariavam em nenhuma festa. As nossas reuniões eram em geral à noite no palácio e limitavam-se aos oficiais que vinham apresentar os seus respetos ao Imperador. Estas assembleias só se tornavam numerosas por falta de outros lugares e meios de diversão social.

O actual palácio foi primitivamente edificado por jesuitas espanhóis, expulsos das ilhas no tempo do célebre Pombal; e no ano de 1766, quando o governo dos Açores foi confiado a um delegado do Rei, com o título de Capitão-General das ilhas, Angra ficou sendo a sede do governo e a fábrica jesuítica convertida em palácio civil, condição que desde então tem conservado.

Os habitantes da Terceira, em especial os homens, são, de um modo geral, fortes e bem constituídos; e as mulheres mais agradáveis à vista do que as de S. Miguel. Os homens das classes baixas raramente usam meias ou sapatos; e como os «lazarone» de Nápoles vagueiam pelos lugares publicos, dormindo ou fumando, durante todo o dia.

Não pude deixar de notar a sua grande inferioridade perante os habitantes de S. Miguel; a maior pobreza e dependência entre as classes mais baixas; as raras demonstrações de actividade nas artes uteis da vida, que quase se não viam; e todas as vezes que interrogava um habitante sobre a explicação destes factos, a resposta variava consoante as opiniões politicas do interpelado. Se era um «malhado», a culpa de tudo isso pertencia «à tirania do governo e à opressão da Igreja»; se um «corcunda», «o sistema que tinham era bom; estavam habituados ao estado de coisas existente; e as classes populares sentiam-se satisfeitas e não exigiam mudanças».

Além da sua esplêndida situação, possui a cidade de Angra méritos e vantagens próprias de que em tempos mais propícios poderá tirar legitimo proveito.

As ruas são regulares, todas formando ângulos rectos, muito largas e de bons passeios, com casas solidamente construidas, em geral de três andares, ainda que inacabadas e de aspecto tristonho (devido ao uso geral da pesada janela mourisca), poderão, com uma leve mudança, adaptar-se às regras do gosto moderno, pondo assim Angra em

condições de rivalizar com qualquer das mais pitorescas cidades da Europa.

É verdade que a minha primeira impressão foi desagradável, pois que as ruas são pessimamente calçadas e, como os habitantes, excessivamente imundas, sem embargo da existência de numerosos fontenários públicos na cidade, que para toda a parte conduzem abundante caudal de água.

Como prova do seu desmazelo pessoal, não posso deixar de mencionar que andando um dia a passear com um português da terra e procurando, incautamente, meter-me no meio de uma multidão aglomerada no largo, aquele me observou: «Você deve tomar cuidado quando entrar em contacto com os habitantes desta ilha», observação esta que logo me levou a escovar e sacudir as mangas do casaco e os cotevelos afim de dar satisfação ao aviso do meu companheiro. Este, porém, completou a sua advertência afirmando que de duas pessoas que eu encontrasse, uma delas sofria de sarna (?) (1), e que, devido à sujidade habitual, eram vulgaríssimas as doenças cutâneas.

Imaginem o meu horror!

Durante alguns dias depois deste caso, julguei-me incluído no número dos padecentes. E a partir de então cresceu nas ruas a minha cortesia para com os indivíduos de todas as classes e condições, de que me afastava, nos passeios, sempre que algum me aparecia à vista.

Está a cidade ornada de numerosas igrejas, mosteiros e conventos cujos torreões, campanários, galerias, etc., lhe dão de longe uma beleza original e característica, justificando a designação de Cidade das Igrejas. Vimos todos os mosteiros, excepto um, convertido em quartel militar, por estarem ainda concentrados na ilha os diferentes regimentos da expedição. Os conventos de freiras, porém, permaneciam intactos, creio que para divertimento e conveniência dos numerosos oficiais, que, cedendo às exigências do amor, se afastavam daquele facciosismo político que tanto caracterizou a nossa vida em Angra.

É impossível descrever a forma notoriamente indecorosa como se pratica o impudor conventual na Ilha Terceira.

Já o que eu presenciara em S. Miguel me causara forte impres-

---

(1) O autor diz que os habitantes sofriam de *caledonian cremona* (nota do trad.)

são; mas agora fiquei em absoluto horrorizado em face da desbragada libertinagem dos habitantes destas casas do crime, que continuamente chamava a minha atenção, ou pela observação visual, ou pelo que ouvia narrar.

O convento principal (creio que o da Conceição) pitorescamente situado em um terraço que dá para a esplêndida região da Terra Chã e donde se avistam a distância a Ilha de S. Jorge e a do Pico, com seu barrete de neve, tornou-se, em virtude dos seus atractivos exteriores e superiores fascinações internas, o ponto de reunião mais elegante de maridos infieis e celibatários amaviosos.

Era cena vulgar, ao passar, ver as freiras em colóquios amorosos com os seus namorados por baixo das janelas de grades, onde se faziam favores, se ajustavam combinações e se fixavam horas para as visitas às celas.

Era coisa divertida ver a erva completamente gasta debaixo de todas as janelas deste convento, por efeito da concorrência que ali se observava. De facto, não são as freiras mais do que cipriotas enclausuradas e os frades e o clero teem vivido em tão desenfreada licenciosidade que não nos pode surpreender a situação degradante e envilecida do povo.

A liberdade e o poder desta classe de homens são tão grandes que, quando abusivamente exercidos, arrastam como consequência inevitável a desconsideração pública da sua reputação e estas cenas profanas à vista de toda a gente fazem mais mal à causa sagrada da religião do que todas as influências de um Paine ou de um Voltaire.

As entrevistas à luz do dia com as freiras às grades tornaram-se agradáveis aos novos conhecidos e distintos visitantes pela conversação galanteadora, pelas merendas de bolos e vinho ou pelo cantar, por vezes excelente, acompanhado à viola.

As vozes delas eram em geral extremamente maviosas e por vezes observei as belas monjas acocoradas no chão durante a cena — reminiscência de costumes moiriscos que dava um aspecto romântico ao grupo quando se entoavam as lindas modinhas portuguesas.

A seguinte narrativa de um incidente, contemporâneo da nossa expedição, ilustra até certo ponto as tendências libertinas de todas as classes e categorias desta irmandade monástica.

Um jovem official português, que por motivo de lamentável falta

de pecúnia (coisa que aliás acontecia também aos seus camaradas, desprovidos dos recursos das famílias e recebendo insignificante soldo) não tinha possibilidade de substituir o esfarrapado uniforme, pediu conselho a um amigo, major do regimento, que imediatamente lhe respondeu: «Ora, meu jovem amigo! Vou dar-lhe um conselho que não falha: vá ao convento de . . . , faça namoro à madre abadessa, que ainda está fresca e vaidosa, apesar de ter três vezes a idade de você; mostre-se muito apaixonado, por dois ou três dias; depois disto verá como ela aquece com as suas juras de amor, lhe aceita os abraços e lhe dá dinheiro à farta.»

Escusado será dizer que o conselho foi logo seguido e o meu jovem amigo passou desde então a ser o mais apurado janota do regimento e, pela sua elegante figura, o feliz conquistador de muitas outras damas levianas da cidade.

Não sendo caçador, acompanhei certo dia um amigo que, com a espingarda, resolvera penetrar por algumas milhas no interior, mais para ver o país do que em perseguição de caça.

Atravessamos directamente, para o centro, uma região bravia, rica e romântica e a cerca de seis milhas a Noroeste da cidade paramos a visitar a Caldeira do Enxofre. Fica esta num vale fundo, assemelhando-se muito à bacia sulfúrica da Ribeira Grande; o gás sai por entre fissuras, de uma massa de argila saponácea, formada evidentemente pela acção do ácido sulfúrico sobre os estratos circundantes de lava decomposta, elevando-se o termometro ao ponto de ebulição.

Tudo em redor, como noutros pontos, apresenta o aspecto da influência vulcânica; as pedras nas vizinhanças imediatas mostram-se calcinadas; tudo cheira a enxofre; e toda a gente que visita o sítio não pode deixar de ficar com a forte impressão de que o fogo subterráneo se não encontra muito distante.

Noutros pontos da ilha encontram-se nascentes de água mineral e caldeiras quentes, semelhantes àquelas, ignoradas, porém, dos habitantes. Da caldeira em que penetramos, até aos cimos, por impenetráveis recessos, abundam enormes cavernas, como aliás acontece por toda a ilha. A maior parte mantém-se desconhecidas, constituindo esconderijos onde se acoitam bandidos e criminosos; e em especial, durante os últimos acontecimentos, ali se refugiam os que abertamente se rebelaram contra a causa constitucional e nelas estabeleceram escon-

dedoiros donde saem a cometer actos de rapacidade e assassínios contra os «malhados», sempre que se lhes oferece occasião.

E' montanhosa, no centro, a configuração da ilha, com encostas e declives suaves para o lado do Sul e vertentes rochosas e abruptas no Noroeste, ponto em que a costa é mais alta, isto é, próximo das altitudes verticais chamadas rochas do Peneireiro e do Queimado. Apenas se encontra cultivada uma pequena cinta em volta do litoral (pouco mais de um quarto da superfície total) embora a ilha seja tão fértil e verdejante como a de S. Miguel.

Encontrámos estas altitudes revestidas de mato e de impenetráveis tractos de silvas, bem como de arbustos vivazes de porte arbóreo, tais como o mirto, o zimbro, o buxo e o cedro anão; nos terrenos mais baixos havia matas de pinheiros e de faias.

A parte mais elevada da ilha é constituída pela crista de montanhas que se estende de Este para Oeste, chamada serra da Bagacina e Serreta, que corre para o mar e termina numa aldeia e ponta chamada S. Jorge da Serreta, no extremo Ocidental da Terceira.

E' esta ilha mais notória do que as restantes, pela quantidade de caça, abundando os coelhos, as codornizes, as galinholas e as perdizes. Não vimos, porém, nenhuma destas espécies, com excepção de miriades de coelhos, bem como superabundância de pombas, em constante vôo.

Por toda a parte, próximo das regiões habitadas, parecia haver abundância de gado, de raça superior ao de S. Miguel, pastando nas altitudes carneiros de aspecto enfezado, animais estes que em todos os Açores se criam apenas para a produção de lã.

Enquanto tomávamos um refresco na grosseira cabana de um camponês, muito nos divertimos observando a nova maneira de fazer manteiga na Terceira.

Põe-se certa quantidade de nata numa cabaça, que é agitada e mantida em constante movimento de rotação por mulheres que andam de um para outro lado a tagarelar, até que se forma a manteiga que (como succede com a desnataadeira) é separada e imediatamente salgada. De facto, parece-me que no meu país nunca provei manteiga mais saborosa, o que attribuo à qualidade superior das pastagens da Terceira, as quais, ainda que quase abandonadas à acção da natureza, são extremamente férteis e ricas.

Toda a superfície da Terceira apresenta o cunho da formação vulcânica. Muitas das enormes massas que compõem as alturas e os precipícios parecem, a avaliar pela sua condição acentuadamente calcinada, ter estado recentemente sob a influência do fogo: altitudes formadas inteiramente de pedra pomes mole e de tufo estão como que prestes a esboroar-se e a descer ao nível do solo circundante, com as primeiras chuvadas. Dão-se, com efeito, estas quebradas ou desmoronamentos de terras que em épocas recuadas se verificavam em larga e séria extensão, sepultando na queda, nas planícies em baixo, aldeias e gados.

Muitas árvores que então ficaram soterradas, são agora citadas e mostradas com grave sabedoria como prova e reminiscência do dilúvio do tempo de Noé.

Um espécime destes foi-me apresentado, numa excursão próximo das eminências da Bagacina; era o tronco de uma grande árvore que se projectava para fora do estrato inferior de um montão de terreno vulcânico, identificado, claramente, porém, com as produções vegetais aborígenes e mantendo ainda todas as suas propriedades lenhosas.

Em toda a Terceira existe abundantemente a pedra pomes, sendo porém mais áspera do que a de S. Miguel. Não duvido, porém, de que é susceptível de aplicação industrial, podendo vir a constituir fonte de receita comercial para a ilha.

Ao desenhador e ao pintor oferece a Terceira o mais largo campo para o exercício do génio; de mistura com as formas rudes de abismos rochosos e cavernas e com o aspecto severo de regiões vulcânicas, existem em numerosos pontos, quer isolados, quer em ligação com panoramas mais vastos, os mais deliciosos quadros de beleza natural, encanto e enlevo dos olhos.

Quanto ao estado da agricultura na Terceira, nada se encontra de pior e de mais lamentável. A indústria, em todos os aspectos da actividade agrícola ou fabril, acha-se no mais completo abatimento. E todavia, um clima incomparável e um solo fértil produzem todos os anos, em grande abundância, inhames, cereais, legumes de toda a espécie e hortaliças em extremo saborosas e grande variedade de frutas — estas últimas, porém, deixadas aos esforços espontâneos da natureza. A esta regra fazem excepção a laranja e o limão, que nos últimos anos se tem plantado e cultivado com mais esmero devido aos faceis

lucros que deixam, pois a Terceira entra com cerca de um quinto do total destas frutas exportadas de todos os Açores.

Após agradável excursão pelo interior, regressamos tarde da noite, não sem certa razão para alarme, pois fomos evidentemente reconhecidos e seguidos por vários individuos de aspecto suspeito (talvez habitantes renegados das cavernas das montanhas), até aos arrabaldes da cidade, onde eles se detiveram e nos pouparam, supomos, apenas pela circunstância de nos encontrarmos armados de espada.

Um dia, após uma revista de tropas, acompanhei o almirante e varios officiais de engenharia, no exame às fortificações do Monte Brasil. E' este uma pequena península formando o limite Sudoeste da baía de Angra e o Nordeste da baía do Fanal, no lado oposto.

Sob o ponto de vista geológico, é digno de curiosidade o Monte Brasil, evidentemente projectado para a superficie por erupção vulcânica, subsequente ao aparecimento de toda a ilha acima do nível do mar. E' rodeado de penedias verticais inacessíveis, com quatro picos que se erguem do centro, dos quais o mais alto conta 290 pés a partir do nível do Oceano e é chamado o Pico do Facho, tendo no cimo um telégrafo.

O pequeno vale circular, entre estes picos (conhecido por Caldeira entre os naturais, sem cúvida a cratera de vulcão extinto) estando tão fechado e abrigado, possuindo um solo muito fértil, é admiravelmente próprio para a horticultura, e pode, com muito pouco trabalho, ser convertido em belo e luxuriante jardim.

Toda a península, de cerca de uma légua de circunferência, está ligada pelo Norte por um istmo de 1500 pés de largura, defendido por fortificações muradas, fronteiro ao castelo de São João Baptista.

Apropria-se ótimamente a península a aquartelamento militar, havendo ali abundância de água e excelente terreno, quer de pastagem, quer arável. Na parte Oriental está uma bateria, chamada de Santo António, a qual, com a que lhe fica oposta, de S. Sebastião, defende a baía de Angra; havendo também outra do lado do Ocidente, chamada de S. Diogo, que defende a baía do Fanal.

Consideram os portugueses esta posição susceptível de se tornar inexpugnável, do que me inclino a duvidar, porque, se me não engano muito, as alturas acima da cidade estão ao alcance de um morteiro, o que torna ineficazes as mais completas fortificações.

Todavia, a *ilha*, se convenientemente defendida e fortificada com cuidado nos seus poucos pontos acessíveis, poderá facilmente desafiar uma agressão por mar.

Como porto, não pode Angra ufanar-se de grandes vantagens, pois que, embora completamente abrigado de todos os ventos que sopram do Norte para Sudoeste, é aberto e exposto aos outros quadrantes. Os navios, em especial os de grande tonelagem, vêem-se, nos meses de mau tempo, compelidos a ancorar na entrada da baía, em frente a Santo António, a 28 ou 30 braças, a fim de se fazerem imediatamente ao largo, no caso de o vento soprar dali.

Os temporais do inverno, extremamente violentos do Sul e de Sudoeste, provocam, em média, anualmente, a perda de cinco ou seis dos pequenos navios de comércio que frequentam Angra. (1)

E' em demasia funda, creio, a água da baía, mesmo para tornar praticável a segurança do porto, excepto para pequenos navios, coisa esta que se poderia conseguir pela continuação do cais e do quebra-mar já começados, embora em muito mais larga escala, no pequeno porto de Pipas, debaixo do castelo de S. Sebastião e escavando depois uma doca interior, o que se pode facilmente fazer em qualquer extensão, por ser o fundo constituído de materiais friáveis. Com este plano se construiria um porto de abrigo, se as obras prosseguissem em maior escala, próprio para os navios que actualmente fazem o comércio da Terceira.

Outro plano poderia consistir no corte de uma passagem através do istmo, ligando as duas baías e lançando um quebra-mar através da do Fanal, convertendo-o assim numa bacia segura para os navios maiores.

Receio, porém, que tal projecto seja demasiado arrojado para se levar a efeito, enquanto não decorrerem muitos anos de prosperidade que habilitem Angra a meter ombros à empresa.

---

(1) Deviam estes navios estar munidos de aprestos de fundeadouro consideravelmente mais pesados do que geralmente lhes é permitido para a respectiva tonelagem; pois que, quando na baía, só podem confiar nas suas âncoras e cabos para a segurança dos barcos e talvez das vidas das tripulações — que, no caso de terem de largar, se vêem em face da morte e do naufrágio. Testemunhei ocularmente um ou dois casos destes, que sem dúvida se teriam evitado se houvesse correntes e âncoras mais pesadas.

E' este um lugar admirável para os navios fazerem aguada, não só pela excelente qualidade e grande abundância de água, senão também pela facilidade com que esta se obtém, conduzida das fontes para um bom e cómodo depósito, onde os barcos se abastecem sem necessidade de remover os barris.

Faz-se com grande facilidade a navegação para dentro da baía, livre de qualquer perigo oculto. Os únicos obstáculos a evitar são os pequenos ilheus chamados das Cabras e os rochedos conhecidos por Frades, uns e outros perigosos. Os primeiros encontram-se a cerca de uma milha da terra firme e a duas e meia milhas a Este da ponta de S. Sebastião; e os segundos a duas milhas a Sudeste das Cabras, bem salientes fora de água.

Uma forte corrente frequentemente corre para Este, nesta costa; e com vento de Oeste ou de Sudoeste, forte ondulação penetra com violência na baía em volta do Monte Brasil, circunstâncias estas que o navegante tomará na devida conta, quando as condições do tempo lho exigirem.

A aproximação de Angra torna-se facilmente reconhecível pela estrutura do Monte Brasil que aparece sob a forma de uma tijela invertida, com um montículo arqueado, para a esquerda, quando se rumo a Noroeste pelo Norte; e o melhor ancoradouro para navios grandes fica em frente da bateria de S.<sup>to</sup> António, a trinta braças, com rumo à ponta de São Sebastião quase a Norte, por Oeste meio Oeste.

Em meados de Abril de 1832, no meu regresso com o almirante do bloqueio da Madeira no brigue de Sua Majestade «Vila-Flor», tive oportunidade de observar a costa Norte e Oriental da ilha. Pairámos perto de Vila Nova, aldeia importante ou antes pequena vila, situada em praia rochosa olhando ao Norte, a cerca de oito léguas de Angra; é populosa, e, em vista da sua situação, poderia, noutras circunstâncias, vir a ser um lugar florescente. Os homens ocupam-se principalmente na pesca, raro sendo o que não possui um pequeno barco. Nas vizinhanças abunda a planta da urzela (de que falarei adiante) e todas as espécies de Erica, que, segundo me informaram, estão em plena floração.

Deste lugar, navegámos ao longo da costa áspera, de aspecto rochoso de lava negra, passando pelas aldeias das Lajens e das Fontainhas e desembarcámos na praia, na intenção de nos dirigirmos por terra para a cidade.

A Vila da Praia, ainda que não muito grande, contém, além das suas igrejas, dois mosteiros de frades e dois conventos de freiras, sendo a população de cerca de 3 mil almas. Está pitorescamente situada no centro de uma bela baía com praia de areia, profundamente recortada, defendida pela natureza em suas extremidades por ásperos penhascos e por uma costa inacessível.

Os fortes de Santa Catarina e do Espírito Santo, que agora coo-roam estes rochedos para a protecção da baía, se convenientemente fortificados e reparados, impediriam facilmente a aproximação de navios e mesmo qualquer tentativa de desembarque. Já aludi à notável derrota infligida por estes fortes, mesmo nas suas actuais condições, a enorme força miguelista, acção que para sempre immortalizou o lugar bem como as tropas que nela tomaram parte.

Nada é mais triste e inhóspito, visto do mar, do que toda esta linha de costa. E' ela marginada por empinados e rudes precipícios de lava negra, a qual, pela sua natureza mole, torna impossível e absolutamente insegura, a subida a estas alturas.

Além dos pequenos ancoradouros de Biscoitos, Praia e Angra, difficilmente se encontra outro local de acesso a terra. Entre a Praia e Angra, porém, há as pequenas enseadas de Porto Martins, S. Sebastião, Salga e Porto Judeu, que uma peça de 6 libras bastaria, porém, para defender.

O ancoradouro da baía da Praia é extremamente penhascoso e estando completamente exposto a todos os ventos de Este, do Norte ou do Sul, não oferece segurança alguma nos meses de mau tempo.

A Praia não é muito saudável em consequência duma espécie de miasmas que ali se desenvolvem, produzidos num tracto de terreno baixo e pantanoso nas proximidades, que se poderia drenar com a maior facilidade, recuperando-se assim grande porção de solo extremamente fértil. A região em redor é em particular luxuriante e na antiga história da Terceira, quando se estimulava a cultura do tabaco e a da cana do açúcar, tornou-se a Praia um lugar relativamente abastado e próspero. Hoje, porém, encontra-se em situação calamitosa, vivendo os seus enfermiços habitantes na maior indolência.

No tempo a que me refiro, assumiu a Praia um ar desusado de alegria e animação em resultado da presença do corpo de marinheiros britânicos pertencentes à expedição e ali aquartelados.

Aproveitou o Almirante esta oportunidade para os passar em revista com o coronel Hodges, que, *assoprado* pelo major Williams, conseguiu que eles executassem os diferentes movimentos demonstrativos da sua nova e melhorada situação. Se considerássemos a condição de tais homens algumas semanas antes, maltrapilhos e indisciplinados, grande admiração e crédito deveríamos tributar ao chefe que conseguisse reduzi-los a uma pronta obediência e os convertesse, de um bando de artífices rudes, num corpo militar rigidamente disciplinado.

Tenho de fazer ao major Williams a justiça de proclamar que é a ele que pertence o mérito de ter levado a cabo com pleno êxito esta tarefa.

O coronel Hodges não era um soldado, nem o poderia ser, dada a natureza dos seus serviços anteriores. Antes da campanha de Portugal não tivera prática do comando de regimento, visto ser um jovem subalterno. Além disso, carecia do temperamento necessário para tratar com os soldados e de talento e aptidão para conviver com os oficiais e dirigi-los.

Era demasiado ambicioso e egoísta, como se pode verificar pela sua *Autobiografia*, e esta super-ambição estragou-lhe a carreira. Quaisquer que fossem as razões de queixa e de indignação, verdadeiras ou imaginárias, que tivesse contra o procedimento do Imperador, foi acto de muito mau gosto devolver a D. Pedro a condecoração com que este houvera por bem distingui-lo.

O major Williams possui longa prática, sendo excelente oficial e soldado; bravo como a sua espada e calmo como um pepino no campo de batalha, dispõe de qualidades conciliatórias e de tacto que lhe conquistam os corações dos seus companheiros e dos seus soldados, que prontamente se rendem ao seu prestígio, expresso apenas no olhar. Sou levado a por-me tanto mais ao lado dele, quanto é certo que conheço a indiferença com que tem sido tratado em virtude da inveja e das intrigas *dos seus próprios* conterrâneos. Mais de uma vez em frente do Porto, observei a sua conduta serena e firme, a qual, em certa ocasião, provocou as mais entusiásticas expressões de admiração e de gratidão do Imperador, que expressamente o mandou chamar e tomando-lhe ambas as mãos, lhe confessou o seu reconhecimento por forma assás notória.

Infelizmente, porém, é sina dos homens modestos e despreziosos serem postos de parte e reconhecer-se mérito aos que mais alto sabem gritar os elogios próprios.

Fala muito claramente a favor deste Batalhão e do seu estado de disciplina, muito melhorado, o facto de os habitantes, posto que miguelistas, viverem em boas relações com os homens e lamentarem bastante a sua retirada. Falo, claro está, de um modo geral; pois, em ocasiões como esta, ocorrem sempre pequenos casos mais ou menos excepcionais, motivados pelo amor do vinho ou das mulheres, tão peculiar à vida militar. Não faltaram tais incidentes para variar a monotonia da vida na Praia, tanto entre os oficiais como entre os soldados.

Os habeis estratagemas destes heróis da causa do amor empregavam-se, como já dissemos, no assédio às virginais moradoras das celas claustrais bem como às amorosas donas de habitações particulares. No primeiro caso, obtinha-se acesso à presença complacente da beldade enclausurada, em primeiro lugar pelo consentimento desta, claro está, e em seguida por meio de uma chave de prata adrede fabricada por um artifice da vizinhança.

De todos os conventos que vi ou de que ouvi falar nos Açores era o da Praia o mais notório pela franca libertinagem das freiras, que, mesmo às grades, se mostravam decididamente indecorosas nos modos e na linguagem, pedindo muitas vezes estampas duvidosas, as quais, em certa ocasião, lhes foram, com muito mau gosto, oferecidas por um individuo.

Rara seria a monja que não fosse amante professa de algum frade ou morador da cidade. Em certas ocasiões, porém, como a presente, não duvidavam elas quebrar as juras de amor feitas aos seus namorados, o que deu origem a uma infinidade de cenas e incidentes cómicos entre os nossos compatriotas, um dos quais não resisto a relatar.

Um jovem apaixonado, do batalhão inglês, mais hábil no uso do português, bem como talvez na galantaria, do que os seus camaradas, tendo obtido do célebre ferreiro, pouco depois da chegada à Praia, a indispensável chave com que pudesse entrar no santuário de Nossa Senhora da Luz, cometeu a imprudência de comunicar a sua conquista, bem como o intento de se dirigir ao convento às nove horas disfarçado no hábito de freira.

Logo que soube do caso, resolveu este oficial pregar ao seu amigo uma partida, para divertimento próprio e de outros companheiros.

Nesta conformidade, urdiu um trama para o qual, com o fim de lhe emprestar sabor mais cómico, organizou dupla conspiração contra o nosso aventureiro galanteador, cuja apaixonada era a amante do Juiz de Fora. Ficou por isso combinado que o juiz seria não só informado da infidelidade da amante, mas também da hora e do modo como ela tencionava receber o seu herético visitante a dentro das sagradas paredes, para que pudesse fazer uma espera ao atrevido.

No entretanto, participou o autor da partida o caso a um grupo de oficiais, que, como ele, se disfarçariam com fardas de soldados e a determinada hora se poriam a caminho no assalto à virtude da pseudo-freira quando esta se acercasse do edificio monástico.

Tudo preparado com as necessárias cautelas e os oficiais cuidadosamente dissimulados nas vestes alheias, bateu nove horas o sino do mosteiro. Foi então vista a freira atravessar com desembaraço e apressadamente o largo, acompanhada de uma antiga guardiã.

Quase ao mesmo tempo, surdiu do seu esconderijo o fingido grupo de soldados, que sem mais cerimónias deitaram mãos violentas ao horrorisado par.

A velha desatou em forte gritaria e a jovem *monja*, aterrada naquele transe angustioso, pos-se a pedir socorro com fingida voz feminina, implorando misericórdia. De nada lhe valeram rogos nem violência e no momento em que os figurantes da pirraça simulavam dar o golpe derradeiro, eis que, à frente do seu bando, aparece o Juiz de Fora, que naturalmente não perdeu tempo em deter e comprometer a suposta freira.

Envolvido todo o grupo em ruidoso reboliço, esgueiraram-se dois oficiais que dali a alguns segundos voltaram com os respectivos uniformes e com ar de gravidade e importância inquiriram das causas do tumulto nocturno. Ouvido o relato do caso, ordenaram estes oficiais o regresso ao quartel dos supostos soldados, conduzindo sob prisão a dissimulada freira, e garantiram ao Juiz de Fora que a ocorrência seria devidamente considerada no dia seguinte e que o delinquente sofreria o merecido castigo.

Com tal promessa se deu por plenamente satisfeito o ciúme do irritado juiz, ao mesmo tempo que se sentiu aliviado de tais apertos o

jovem galanteador, que deste modo facilmente se subtraiu à vingança do seu irado rival, ainda que não pouco vexado ao saber, de manhã, que tudo aquilo não passara de uma partida contra a sua aventura no convento.

Um dos mais trágicos acontecimentos ocorridos durante a permanência do nosso batalhão na Praia foi a morte do capitão Ramus, oficial enérgico e inteligente, que, dois dias antes da nossa chegada, saíra com o cão e a espingarda à caça dos pombos bravos, que abundam por todas aquelas costas em redor.

Tendo causado alarme a sua falta à hora habitual do jantar, foram enviados corneteiros em todas as direcções, acompanhados de soldados armados, para o libertar dos miguelistas proscritos, que, segundo se supunha, se haveriam apoderado dele.

Regressaram oficiais e soldados nessa noite, sem nada haverem encontrado.

Na manhã seguinte, porém, alguns pescadores, ouvindo contar o caso, informaram haver visto um oficial no alto da rocha, com a sua espingarda; mas que, supondo que andasse por ali à caça, não deram mais atenção ao facto.

O lugar indicado foi imediatamente objecto de pesquisas e no fundo do precipício encontrou-se o cadáver daquele oficial, despedaçado, e o pobre e fiel cão a tremer, no alto, no sítio perigoso donde o seu dono havia caído.

Concluiu-se que o capitão avançara demais pelas quebradiças massas de lava de que se compõem ali as rochas e que, tentando desembaraçar-se daquela posição, se precipitára no abismo.

O lugar em que se encontraram o cão e a espingarda mostrava a impossibilidade de avançar e de recuar e a circunstância de se acharem no cadáver o relógio, os anéis, etc., testemunhava claramente que ele não havia perecido às mãos de ladrões ou assassinos.

No dia seguinte promoveram-lhe os seus irmãos de armas exéquias fúnebres, sendo sepultado com honras militares, com autorização do comandante português de engenheiros, na bateria, onde agora se levanta uma pedra monumental com inscrição apropriada, a recordar o fim trágico e prematuro daquele oficial.

Pobre amigo! Tinha grande predilecção pelo desenho e por notável coincidência registára no seu livro um esboço hábil de algumas

rochas românticas das cercanias, em que fantasiára, com suma fidelidade, a cena do trágico destino que o aguardava — delineando o local sob a influência do tempo escuro e tempestuoso, com um homem às apalpadelas, mesmo a ponto de cair daquelas temerosas alturas. Antes de ser encontrado, suspeitara-se que ele houvesse sofrido mais cruel morte às mãos dos bandidos miguelistas, pois naquele período, em consequência do seu número e da perseguição de que eram alvo, tornava-se perigoso alguém aventurar-se sózinho e desarmado, a qualquer distância fora da cidade.

Várias tentativas haviam já feito contra militares do corpo. Numa ocasião, um valente irlandês foi atacado por um bando de miguelistas, e, vendo o caso mal parado, refugiou-se, para melhor se defender, numa pequena caverna. Vendo que não o podiam atacar à bala, resolveram avançar arremessando-lhe longas facas. O irlandês, ferido num lábio, irritou-se e desesperado fez uma sortida de baioneta em punho, com a qual matou um dos atacantes. Os restantes ficaram de tal modo intimidados que o homem ficou senhor do campo e no regresso muito divertiu os companheiros, quando, em frente do copo de grogue, lhes contou os pormenores daquela aventura.

Não obstante parecerem as colinas vulcânicas em toda a ilha Terceira ser o resultado de erupções recentes, de nenhuma destas encontrei memória excepto da de 1761, do Pico da Bagacina, de que surdiu uma torrente de lava que desceu quase uma légua em direcção ao mar. Por vezes os abalos de terra teem causado consideraveis devastações, especialmente o de 1614, que derrubou quase todos os edificios da vila da Praia.

Desde então, a abertura de fendas por onde saem gases no Enxofre e noutros pontos, reduziu consideravelmente aquele fenómeno sísmico. Havia outrora nascentes de água mineral de grande fama neste lugar, mas há muito que desapareceram da superfície do solo.

Da Praia caminhámos por terra para Angra, numa distância de quinze milhas, através de região onde abundam sítios de romântico esplendor e de exuberante fertilidade, que só aguardam o emprego das energias usuais do homem, que os tornem como a Terra da Promissão para os israelitas, terra «donde manam leite e mel».

As aldeias que encontrámos são a do Cabo da Praia, Fonte do Bastardo, São Sebastião, Porto Judeu e Ribeirinha. Esta última é an-

tes uma pequena vila otimamente situada a cerca de uma milha de distância do mar, numa planície fechada do lado de terra por pitorescas montanhas.

Havia abundância de criação, mesmo nas aldeias mais pobres; eram excelentes os perus, mas não se encontravam gansos. Os porcos da Terceira, que interrompem, de facto, a passagem dos transeuntes através das vilas e aldeias, excedem os das restantes ilhas em tamanho, aspecto e sabor da carne.

Embora soprasse o vento de Sudeste, a atmosfera mostrava-se deliciosamente amena; e as aves, ao aproximar-se a noite, enchiam o ar com os ecos dos seus variados cantos. Impressionou-me a incalculável abundância de melros negros, que, posto que apanhados e comidos pelos habitantes, continuam a multiplicar-se em números inexgotáveis.

Todos os passos do viajante observador, nestas ilhas, tendem a recordar-lhe o seu valor como lugares de habitação.

Independentemente da amenidade do clima, são elas particularmente notáveis por ausência absoluta de répteis venenosos, desconhecendo-se também por completo casos de hidrofobia, o que me parece poder atribuir-se à uniformidade da temperatura atmosférica.

As aldeias da parte Norte e Ocidental da ilha são, a partir da Vila Nova, Agualva, Quatro Ribeiras, Biscoitos, Altares, Serreta, Santa Bárbara, São Bartolomeu e São Mateus, a última das quais apenas a meia légua a Ocidente da cidade.

## A ILHA DE S. JORGE

Durante a nossa permanência no Faial, em Maio de 1831, aproveitei uma oportunidade de visitar a Ilha de S. Jorge, em pequeno barco, dada a minha grande curiosidade de ver um ou dois pontos interessantes, que me haviam sido anteriormente indicados pelo meu inteligente amigo, Mousinho de Albuquerque. Nenhuma razão de queixa tive de tal passeio, que me obrigou a mudar de opinião sobre esta ilha, que eu julgava uma massa rochosa, deserta, inculta e inhospita, ideia que é a única que dela podem formar os que a vêem a pequena distância do mar.

S. Jorge foi a quarta ilha explorada neste arquipélago. Deve ter sido descoberta depois da colonização da Terceira, de onde, juntamente com o Pico, é perfeitamente visível a olho nu.

Como quer que seja, Jácome de Bruges, o colonizador da Terceira, mandou, em 28 de Abril de 1450, pela primeira vez, Guilherme van Deraga, um dos seus companheiros flamengos, a tomar posse de S. Jorge e coloniza-la.

Desembarcou este no mesmo dia na parte mais Oriental, agora denominada o Topo, pela sua posição extrema e deu à ilha o nome de S. Jorge, em comemoração do dia, aniversário daquele Santo.

Por tal motivo ficou adstrita à capitania da Terceira e depois ao distrito de Angra, não obstante estar tão intimamente ligada ao Pico e ao Faial, que pertencem, pela divisão política, a um distrito diferente.

S. Jorge é uma ilha longa e estreita, disposta na direcção Oeste-Noroeste e Este - Sudeste, de cerca de 35 milhas de comprimento e cinco de largura, longitudinalmente atravessada por estreita cadeia de montanhas, com declive abrupto para a costa Norte e um planalto no cume, cuja maior altura é de cerca de 2000 pés acima do nível do mar.

Cada um dos extremos Oriental e Ocidental termina em pequeno ilhéu vulcânico, o último dos quais, chamado Ponta dos Rosais, está na longitude 38°41' Norte e 28°20' Oeste; e o primeiro, Ponta do Topo, fica a 38°15' Norte e 27°50' Oeste, 31 milhas a Oeste - Sudoeste  $\frac{3}{4}$  Oeste do Monte Brasil, na Terceira, e apenas nove milhas da ilha do Pico.

O aspecto físico desta ilha é um tanto diferente dos da Terceira e S. Miguel, parecendo de origem vulcânica mais recente. Está ainda sujeita a movimentos sísmicos, que todos os anos provocam grande alarme entre os habitantes. As erupções tem sido extremamente violentas e em geral limitadas à costa Sul, causando ali grandes devastações.

O mais antigo de que há conhecimento foi o de 1580, a meia légua da vila das Velas, que durou por muitos dias, correndo torrentes de lava em direcção ao mar, que agora formam os escolhos rugosos que marginam a costa.

A erupção seguinte deu-se em 1691, com uma convulsão submarina que fez surgir várias ilhotas na costa, as quais em breve voltaram

a afundar-se; fenómeno semelhante ocorreu em 1720, seguido de tremores de terra e em 1757 novo terramoto se verificou, de enorme violência, acompanhado simultaneamente de erupção submarina, que projectou para a superficie do mar dezoito pequenos ilhéus a cerca de 300 jardas da costa; como os outros, estes ilhéus submergiram-se no decurso de alguns anos. O último, e parece que o mais devastador, succedeu em Maio de 1808, próximo da pequena vila da Urzelina, provocando também terror e pânico entre os habitantes das vizinhas ilhas do Pico e Faial.

A sua aproximação foi annunciada por espantosos e terríveis rumores subterrâneos numa caldeira próxima, ou cratera extinta, que por alguns dias se conservou em estado de agitação, até que se abriu, primeiro, uma enorme cratera e em seguida mais doze ou quinze aberturas, que vomitaram torrentes de lava ardente durante quase vinte e cinco dias, devastando a parte mais fértil da ilha, arrasando excelentes pastagens, vinhedos e campos de milho; matando as manadas de gado e envolvendo, na corrida, parte da vila da Urzelina de onde a corrente, porém, milagrosamente se desviou, poupando assim as vidas de alguns milhares de habitantes.

Nenhuma outra erupção ocorreu desde este último desastroso acontecimento. Mas a ilha é anualmente visitada por alarmantes sismos que geralmente se verificam próximo do fim do verão.

Foi neste sítio que primeiro desembarquei, dirigindo os meus passos para o local, na vizinhança, que fora teatro do horrivel cataclismo. Em vez da verdejante frescura dos prados, da beleza fecunda dos vinhedos, e da luxuriante fertilidade dos campos de milho, exhibia a região em redor um trato uniforme de lavas negras, escórias e cinzas, que a tornavam triste e inhospita e que nem mesmo o trabalho de um século conseguiria restituir ao seu anterior estado.

As terras vizinhas continuam, como outrora, a gozar da fama de produtoras de vinho de superior qualidade, em especial no lugar chamado Casteletes, vinho que é talvez o mais generoso de todos os Açores.

Todo ele é levado para o Faial, e, como o do Pico, vendido com a designação de vinho do Faial.

Fabricam também os habitantes pequena quantidade de vinho doce, que, pelo seu excelente sabor, se chama angélica. E' feito, como todos os outros vinhos doces ou passados, conservando as uvas e

secando-as até certo ponto ao sol até que se produza a qualidade sacarina; a uva é então esmagada e o vinho envasilhado.

As vinhas ficam em geral situadas nas vertentes dos montes, entre a lava mais antiga, por entre cujas fendas se planta a videira, introduzindo-lhes terra que é todos os anos renovada em virtude da acção das chuvas, que por completo as arrastam. Este solo complementar é comprado no Faial, substância que se não encontra em grande abundância na ilha e por isso não produz senão o milho suficiente para consumo local.

Neste lugar aluguei uma mula e tomei um guia para a vila e porto das Velas, situada duas léguas ao longo da costa para Oeste. Velas é a capital da ilha, com uma população de 4000 almas, colocada na orla de larga baía, entre as pontas da Queimada e do Morro.

Na baía, para Este, há um bom ancoradouro e um excelente cais, ao longo do qual podem acostar navios de tamanho moderado, a tomar ou deixar cargas. A vila é murada do lado do mar e no lado oposto cercada de altas montanhas, sendo o conjunto defendido por três fortes *sem canhões*. Um convento de frades e outro de freiras existem, claro está, como indispensáveis acessórios não só desta como de todas as outras vilas portuguesas.

Parecia a população, porém, viver em condições melhores do que as da gente da Terceira. Há decerto mais actividade e trabalho entre aquela, que possui maior ar de independência. Quase toda a população da ilha, no total de 20.000 almas, vive na parte Sul, sendo a costa Norte rochosa e menos produtiva.

O planalto da ilha é constituído de belas pastagens onde os habitantes criam grandes manadas de excelente gado de cujo leite fazem manteiga e queijo, que teem fama e são exportados em grandes quantidades para consumo da Horta.

Abundam também em S. Jorge a batata vulgar, a doce e o inhame, sendo este último superior ao das restantes ilhas e quase idêntico ao das Indias Ocidentais, tanto em tamanho como em sabor.

Começam agora os habitantes a cultivar as frutas em maior extensão do que anteriormente, especialmente a laranja e o limão, que, em virtude da situação abrigada das terras do Sul, poderão produzir em larga abundância. Até à actual revolução exportavam-se grandes quantidades de gado para a Madeira e Lisboa.

Embora não tão gorda, a carne não é excedida em sabor, mesmo pela nossa carne de vaca inglesa.

Depois de haver passado uma noite entre os *luxos* da hospitalidade jorgense, fui conduzido, na manhã seguinte, a um belo e pitoresco lugarejo, a pouca distância a Ocidente da vila, sítio que por si só é suficientemente atraente para induzir o viajante a fazer uma excursão na ilha.

Consiste de uma romântica bacia cercada de rochedos de lava e cuja entrada do lado do mar, com que está ligada, se faz através de elegante arco composto de finos e perfeitos especimens de basalto prismático, apoiados em sólidas e compactas massas da mesma substância, sendo o topo coberto com uma camada de escórias, cinzas e fortemente revestido de arbustos, urze e trepadeiras. É impossível conceber quadro mais belo, no género. Os pescadores que frequentam estes sítios dizem que as vizinhanças abundam em mariscos, que os habitantes muito apreciam e que frequentemente, em grupos, veem ali apanhar.

Dali regressiei a Velas, em direcção à Calheta, pequena vila a quatro léguas a Este, onde embarquei novamente. A Calheta fica situada na base de uma altura rochosa, que a fecha do lado de terra, e tem um pequeno porto ou enseada (calheta), de que toma o nome.

S. Jorge submetera-se sempre tranquilamente à sorte das outras ilhas, até ao começo da actual revolução, em que pela primeira vez se tornou, por alguns dias, teatro da guerra, defendida por um troço de tropas miguelistas.

O conde de Vila - Flor desembarcou a sua pequena força na Ribeira do Nabo (lugarejo entre Urzelina e Velas) a 9 de Maio de 1831, com o intuito de se apossar da ilha, antes de seguir para o Faial. Os miguelistas, porém, possuindo a vantagem da artilharia, esperavam repelir os invasores, aguardando, no entretanto, reforços que lhes seriam enviados pelo seu comando.

Consequentemente, tomaram a resolução de resistir.

Porém, após duas ou três escaramuças, bem sucedidas, dos constitucionais, retiraram os miguelistas rapidamente para a Calheta, com o designio de fugirem para o Faial; estes movimentos foram mais uma vez frustrados pela rápida acção do major Pacheco, oficial valente e enérgico, que, depois de o derrotar por completo, perseguiu de perto o

inimigo, aprisionando-lhe e matando-lhe quase todos os homens, com excepção de trinta, que, fugindo numa lancha, chegaram a salvo ao Faial.

## A ILHA GRACIOSA

A julgar pelas referências vagas e indeterminadas, dos antigos escritores portugueses, a estas ilhas, que dizem ter sido a Graciosa a quinta na ordem do descobrimento, seríamos levados a concluir que de facto assim aconteceu e que o Pico e o Faial foram o resultado de subsequentes explorações.

A verdade, porém, é outra. O descobrimento destas últimas ilhas ocorreu sem dúvida ao mesmo tempo que o de S. Jorge, com a qual estão em estreita vizinhança; o Faial encontra-se apenas a quinze milhas de distância, e o Pico a nove milhas, sendo avistado de S. Jorge, em consequência da sua grande altitude.

A explicação de a Graciosa ser considerada quinta ou sexta na ordem do descobrimento, não obstante a sua proximidade do Pico e do Faial, assenta no facto de os colonizadores de S. Jorge a não terem visitado senão três anos depois da sua fixação nesta última; no entanto, por cerca de meados de 1451, alguns navegadores terceirenses descobriram e tomaram posse da Graciosa, nome que a ilha mais tarde recebeu em consequência da superior beleza e encantos que oferece, quando vista do mar; pois, ainda que as ilhas já descritas sejam tão ricas e férteis, todavia, por causa das suas costas negras, apresentam aos olhos do observador distante, um aspecto muito inhóspito e nada convidativo.

A Graciosa, ao contrário, sendo toda ela de costas baixas que se elevam gradualmente para o centro elevado, desenrola a beleza das suas luxuriantes ondulações intermédias e férteis planícies, ao observador que viaje ao longo do litoral. Por tal motivo, cabe-lhe o direito de ser considerada, do exterior, uma das mais encantadoras ilhas do arquipélago.

Ao aproximar-me dela, imediatamente me impressionou tal circunstância, bem como aos meus companheiros, e quando cruzei nas suas

vizinhanças e a observei em pormenor, novas razões recebi, que no meu espírito confirmaram aquela sensação.

Tem a Graciosa apenas doze milhas de comprido e seis de largura e está situada 28 milhas a Noroeste da Terceira e 20 ao Norte de S. Jorge, com um pequeno grupo de ilhéus ao Sul, chamados das Gaivotas, e um a Este, conhecido por ilhéu dos Homenzinhos. Contém uma população de 12.000 almas, que vivem na vila de Santa Cruz e na aldeia da Senhora de Guadalupe, na extremidade Noroeste, e na vila da Praia e aldeia da Senhora da Luz, no extremo Sudeste. Santa Cruz é a capital, com 3000 habitantes; o ancoradouro é, porém, perigoso e desabrigado, com fundo de rocha. O melhor fundeadouro da ilha está ao Sul da Ponta do Carapacho, na latitude de 38°54' Norte; e longitude de 27°53' Oeste.

E' um facto deveras notável que em todas as operações da natureza e nas formas caprichosas que ela assume nas diferentes convulsões que teem ocorrido no arquipélago açoreano, nenhum ancoradouro, enseada ou baía se haja formado em qualquer das ilhas, que constitua um porto seguro, suficientemente abrigado do mar, sem o auxilio da arte; e que nenhuma ilha, ou série de ilhéus, tenham sido projectados para a superfície, em posição tal que forme um fundeadouro protegido e fechado do lado da terra.

Afigura-se-me ser a Graciosa de origem mais antiga que as já mencionadas ilhas. Com excepção de tremores de terra, nenhuns fenómenos vulcânicos teem ocorrido desde o seu descobrimento. As lavas de que se compõe são claramente de formação mais remota, encontrando-se em maior estado de decomposição e com uma camada mais espessa de terra vegetal na superfície.

O pico que forma o centro da ilha, embora evidentemente uma cratera extinta, é de data muito antiga e agora apresenta, internamente, um aspecto curioso e interessante de exuberância espontânea.

Por se encontrar mais adiantado o processo de decomposição, é o solo da Graciosa considerado o mais fértil dos Açores; e se fosse cultivado em proporção com a sua capacidade, poderia a ilha tornar-se de extraordinária produtividade. Mesmo agora, sem arte e com insignificante esforço, abunda em legumes de toda a espécie e inhames, além de algum milho e de grande quantidade de cevada, bem como boas pastagens.

Produz tambem vinho de qualidade relativamente boa e aguardente, dos quais se exportam anualmente 1.500 pipas.

A Graciosa é um excelente ponto de reabastecimento de navios ; gado, hortaliças, galinhas, carneiros, cabras e porcos são baratos e abundantes, sendo estes últimos muito melhores do que noutra parte.

Os habitantes são pacatos e bem dispostos, com inclinação para as industrias, se recebessem estímulo. Fabricam toda a espécie de pano de linho e de lã consumido pelas classes mais baixas, exportando, até há pouco tempo, grande quantidade deste último para os Brasis.

Como quase todos os Açores, a Graciosa encontrava-se originariamente coberta de matas, que foram sendo queimadas e arrancadas para dar lugar às culturas da cana do açúcar e do tabaco, a última das quais se fazia em larga escala e era de excelente qualidade.

A mãe-pátria, porém, depois dessa época de áurea prosperidade açórica, ficou a considerar a ilha com indiferença. Depois da expulsão dos espanhois e da restauração da dinastia dos Braganças, em 1640, passou a Graciosa a ser vítima das barbaridades dos argelinos que por muitos anos assaltavam as suas costas cometendo toda a espécie de roubos e devastações e arrebatando os habitantes, condenados à escravatura e vendidos publicamente nos mercados de Fez e de outros lugares.

# Superstições comuns ao Brasil e aos Açores

por WALTER SPALDING

O sr. dr. Luiz da Silva Ribeiro que, além de advogado de renome é historiador e folclorista que nos merece a máxima reverência, mestre como é, dos mais abalisados nos Açores e em Portugal, em excelente comunicação apresentada ao I CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SANTA CATARINA, em outubro de 1948, passa em revista algumas superstições comuns aos Açores e ao Brasil.

Mas, notemos, nem todas são comuns a todo o Brasil. Algumas só pertencem a determinadas regiões e outras, com variantes, às vezes profundas, a outras regiões.

Essa imperfeição, digámo-lo de passagem, não é culpa do autor citado, mas, sim, nossa, dos folcloristas brasileiros que ainda não as colecionaram por razões quaisquer, contentando-se, muitos, com retranscrições de cousas já conhecidas e mais ou menos divulgadas. Honrosas exceções existem, é bem verdade. Mas, por relativamente poucas, nem tudo podem fazer. . .

Na introdução à sua comunicação diz o dr. Luiz da Silva Ribeiro que por serem comuns ao Brasil e aos Açores, «não pode concluir-se tenham ido do arquipélago para o Brasil, pois são comuns ao continente português», o que lhes dá maior âmbito de acção no Brasil.

Entretanto, em zonas de colonização açorita, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, pequena região do Pará, conforme nos afirmou o dr. Ernesto Cruz, director do Arquivo Público do Pará, há probabilidades bem maiores de serem açoreanas de origem muitíssimas superstições e credices.

Vejamos, pois, o que nas **SUPERSTIÇÕES COMUNS AO BRASIL E AOS AÇORES** (Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, 1948), existe igualmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de povoamento inicial açoriano. Deixamos de parte o que respeita ao Pará, por ignorarmos ainda seus aspectos folclóricos.

**ÁGUA:** — Não se dá o sobejo a beber a outra pessoa, porque esta fica a conhecer os segredos: é da Ilha Terceira, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina. Também de outros pontos do Brasil e de Portugal, em alguns com variantes. Entretanto, diz Luiz da Silva Ribeiro, — «nos brindes dos jantares de casamento todos os convidados bebem pelo mesmo copo». — Mas, o que aí bebem, não é água pura mas qualquer coisa alcoólica. O alcool inuniza e o segredo, por isso, se não descobre. É o que se diz no Rio Grande do Sul onde é hábito, em toda parte e a qualquer momento, beberem várias pessoas do mesmo copo sem renovar a bebida alcoólica: é o que chamam — o trago.

Dois pessoas não devem lavar as mãos conjuntamente numa mesma bacia e nem enxuga-las, juntas, na mesma toalha: haverá desavenças entra elas.

Quase idêntica é a credice da Ilha Terceira, pois ambas as operações, mesmo feitas isoladamente, produzem o mesmo resultado: lavar as mãos conjuntamente e enxuga-las em toalhas diferentes, ou lava-las isoladamente mas enxuga-las na mesma toalha e ao mesmo tempo. No Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, ambas as formas existem.

**AMULETOS:** — Uso de chifre nas vendas e mercearias para atrair fregueses e evitar mau olhado. Na Ilha Terceira o chifre deve ser de carneiro preto. No Rio Grande do Sul, qualquer chifre serve. Na Terceira costumam enfeitá-lo com fita vermelha; no Rio Grande do Sul, embora não seja geral, também o enfeitam com fita encarnada e, mesmo, de outras cores. Conservam-no, porém, quasi sempre com galinhos de arruda dentro, para que, muitas vezes, dependuram-no da parede como se vaso para flores fosse.

**ANIMAIS:** — Gato preto encaipora a casa (dá azar). Brasil e Açores. Há, também, quem o tome em sentido contrário, como em Guimarães (Portugal): Gato preto dá mais sorte. Esta superstição existe especialmente entre os jogadores, mormente os de lotarias . . .

— Gato tem sete fôlegos; matar gato atraza sete anos a vida, ou aumenta os trabalhos durante sete anos, são crendices irmãs dos Açores e de cá.

— Outros animais também figuram nas crendices, como o cão que ladra à noite no quintal, ou á porta do dono: são sinais de agouro máu aqui e lá, mas que podem ser esconjurados da mesma maneira: emborcando o sapato, preferentemente o pé esquerdo.

— Borboleta preta, noturna, entrando em casa, agoura mal: morte geralmente. Também a preta diurna. Leve variante da crendice de São Miguel que exige, ainda, que a borboleta se queime à luz. Também aqui, outrora. A electricidade, porém, matou o complemento à crença . . .

**ASTROS:** — Há vários ligados a crendices populares. Entretanto, são comuns às ilhas dos Açores e ao Rio Grande do Sul: quem apontar as estrelas, cria verrugas (tambem em Santa Catarina); quem quizer obter fortuna, deve rezar, à lua nova, três vezes consecutivas, mostrando uma moeda:

Deus te salve, lua nova,  
em louvor de São Vicente;  
quando fores e vieres  
traze-me desta semente.

A oração versificada, açoriana, é pouco diferente, não envolve santo algum no negócio:

Deus te salve, lua nova,  
clara e resplandecente,  
quando vieres de outra vez,  
traze-me desta semente.

**CASA:** — No Rio Grande do Sul, como nos Açores, se se quizer que uma visita se retire logo, coloca-se a vassoura atrás da porta com a palha para cima.

— Varrer a casa à noite pondo para fora o lixo, é pôr fora a sorte ou a fortuna; varrer os pés a alguém, solteiro, é condená-lo a viver

mais sete anos no celibato; quebrar espelho, ou guardar espelho quebrado, é atrair desgraças, — são crendices das ilhas e do Sul do Brasil também.

**CASAMENTO:** — Guardar alfinetes que serviram à noiva ou flores de laranjeira da grinalda, atraem casamento e tanto mais feliz se as flores de laranjeira forem mordiscadas pelos noivos (Ilha Terceira, Rio Grande do Sul, Santa Catarina).

— Namorado que oferece lenço à namorada ou vice-versa, atrai briga e infelicidade. Já quando noivos, não há mal e é, mesmo, sinal de grande estima.

— Quatro pessoas que se cumprimentam cruzando as mãos, agouram morte ou atraem desgraças, como nos Açores. Mas há, também, quem diga que tal cousa corta casamento, como acontece no continente português.

**COMIDA:** — Deitar dinheiro em cima da mesa, na ocasião de estar posta para a refeição, desequilibra a vida financeira atraindo, mesmo, a pobreza. Se, porém, o dinheiro foi posto, deve-se, logo, levantar a ponta da toalha e colocá-lo sobre a madeira, ocultando-o com o pano até o final da refeição. Assim o mal ficará sanado. — Tal como na Ilha Terceira, onde, também, entornar vinho na mesa é, como aqui, sinal de bom agouro, de felicidade, de alegria. Mas entornar sal, lá como cá, é mau.

**CORPO HUMANO:** — Não se deve cozer roupa no corpo da pessoa. Mas se tal for preciso, deve-se dizer: Eu te cozo vivo e não morto. — Isto porque só nos defuntos se coze roupa no corpo para ajustá-la melhor...

— Orelhas quentes: se a direita, é que estão falando bem; se a esquerda, mal. Na Ilha Terceira é o chiar do ouvido.

**COUSA PERDIDA:** — Recorre-se a Santo António, às vezes com práticas extravagantes, para achar o perdido, tal como nos Açores. Também no Rio Grande do Sul, ao Negrinho do Pastoreio, mito nascido após o povoamento inicial. — No Norte do Brasil, segundo Guilherme Studart, recorre-se igualmente a São Dino, «o santo mais milagroso da Corte Celeste». — Diz o dr. Ribeiro que São Dino é desconhecido na Ilha Terceira. Também o é no Rio Grande do Sul, pois nunca ouvimos a menor referência a esse santo... Em Santa Catarina, parece, também não o conhecem.

**CRIANÇA** — Como na Ilha Terceira, para que não seja comido por animais, o umbigo da criança é cuidadosamente escondido, ou enterrado em lugar que não possa ser escavado tão cedo. Se o umbigo da criança for comido por animais ou encontrado, é péssimo sinal para o dono dele. . . — Também há, por aqui, qualquer superstição quanto ao córte do umbigo de criança masculina e o sexo.

— Criança que, dormindo, sorri está a conversar com os anjos, em sonho. Tal como em Portugal e ilhas.

— Criança de peito que se põe diante do espelho, retarda a fala. É credice da Ilha Terceira, de São Miguel, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de outros pontos do Brasil.

— Menino que brinca com fogo, urina na cama.—É comum a todo Portugal e a todo Brasil.

— Quem dá e torna a tirar, — dizem as crianças do Rio Grande do Sul, — fica corcunda (cacunda, pronunciam geralmente). Na Ilha Terceira dizem que lhe nasce uma giga nas costas, o que é o mesmo corcundismo.

— Quando se extrái dente a uma criança, pôdre ou não, mas especialmente pôdre, deve-se atirá-lo ao telhado, de costas para ele, dizendo:

Mourão, mourão,  
toma este dente pôdre (ou doente)  
e dá-lhe um são.

No Norte do Brasil o modo de atirar não importa, e o último verso tem esta variante: «dá cá o meu são».—Na Ilha Terceira, se faz como no Rio Grande do Sul, sendo que os versos rezam:

«Mouro, mourão,  
toma lá um dente pôdre  
e dá-me um são».

Diferenças mínimas, como se vê.

— Quando uma criança passa entre as pernas de alguém, é certo que não crescerá se não se repetir a operação logo logo, passando a perna por cima da criança em sentido contrário. — É superstição açoriana, com leves variantes.

**DIAS NEFASTOS:** — Para casamento, todos os dias de Agosto: casamento em Agosto, traz desgosto, — como na Ilha Terceira.

— No dia 24 de Agosto (São Bartolomeu) o diabo anda solto; o dia 13 de Agosto é funesto e funestíssimo será se cair em Sexta-feira e ainda peor se, além de Sexta-feira, o ano for bissexto. . .

**FOGO:** — Cuspir no fogo faz secar a saliva, dizem uns, enquanto outros afirmam: Quem cospe no fogo fica tísico. — Na Ilha Terceira é vulgar esta última superstição.

— Há, ainda, no Rio Grande do Sul outras superstições relativas ao fogo, como «brincar com fogo dá azar», e a crença de que o fogo das fogueiras de São João não queima, podendo-se passar, descalço, sobre ele. — Haverá, destas, semelhantes nos Açores?

**MORTE:** — Dormir com os pés para a porta da rua é agouro de morte, segundo uns, ou faz morrer mais cedo, conforme outros. — O mesmo é acreditado nas ilhas Terceira e São Miguel.

— Treze pessoas sentadas à mesa, acarretará a morte de uma delas, no geral de que chegou por último. — É credence semelhante a da Ilha de São Miguel e, com variantes, de todas as Ilhas açorianas e do Continente português. — Para evitar o mal, deverá levantar-se uma das pessoas e sentar-se em separado ou ir embora.

Dizerem duas pessoas a mesma palavra ao mesmo tempo, é sinal de morte em certos pontos do Brasil. No Rio Grande do Sul, porém, como na ilha Terceira, é sinal de que serão compadres. No geral, uma delas diz, no Rio Grande, «venha de lá (o filho)», ou então se apertam as mãos, como na Terceira.

— Comer ou beber com vela acesa na mão, atrai a morte, ou faz com que a pessoa enlouqueça. — Nos Açores só há referência à última parte.

— Doente que muda de cabeceira, está às portas da morte. — É comum a todo o Brasil, Portugal e Açores.

**PRAGA:** — Para que a praga pegue, é preciso ser rogada à meia noite e tanto mais forte será se pronunciada numa encruzilhada ou ponto por onde deve passar o atingido. — No norte dizem que deve ser proferida ao meio dia e nos Açores e no Continente português na hora da elevação, na Missa. — Há, na nossa credence, qualquer outro elemento que influíu no modo de rogar a praga. Talvez remembrança africana. . .

SONHO: — Como na Terceira e em São Miguel, entre nós, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sonhar que caem dentes de alguém, é anúncio de morte de parente ou pessoa de muita estima.

TEMPO: — Como na Terceira, para evitar a queda de raios na casa, deve-se cobrir os espelhos com panos. Ou então virá-los para a parede. — No norte do Brasil devem ser cobertos com tecido de seda.

— A palma benta no Domingo de Ramos, preserva de raios e trovoadas. — Na Terceira, basta colocá-la na cabeceira da cama. Entre nós é mais recomendável queimá-la, não toda, mas pequenas partes. É superstição comuníssima, realizada até por gente culta . . .

Sol e chuva, casamento de viuva, — dizem no Rio Grande do Sul, talvez para fazer rimar, pois também ouvimos dizer bastas vezes que em tal tempo quem se casa é a raposa, e também que se está realizando casamento de feiticeira. — Este último ponto é crido nos Açores igualmente, dizendo-se, na Ilha Terceira: Tempo de alforrar, feiticeira a se casar. — Alforrar, explica o dr. Luiz da Silva Ribeiro, significa chover e fazer sol, por ser tempo favorável à alforra dos trigos.

— Solteiro que come na panela, atrai chuva torrencial para o dia de seu casamento. — Nos Açores haverá algo semelhante ?

\*

Vamos, pois, que também nessa matéria há pontos variadíssimos de contacto entre Açores e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ora, como disse o dr. Ribeiro, nem tudo se pode dizer que tenha saído dos Açores para o Brasil, quer parecer-nos, entretanto, que quanto aqui ficou registado teve sua origem nas ilhas porque foram das ilhas que nos vieram os elementos mais influentes de nossa incipiente colonização no século XVIII, pouco tempo após ter sido iniciada o povoamento do Rio Grande do Sul.

Houve, é bem verdade, elementos outros, como trasmontanos e poveiros, especialmente trasmontanos, aqui colocados antes da chegada dos açorianos. Mas, pensamos, muito mais influência tiveram estes, quer pela quantidade, quer pela qualidade, pois os trasmontanos primeiros que vieram ao Rio Grande do Sul havia vinte anos que estavam radicados na Colónia do Sacramento, haurindo outros ares e misturados aos mais diversos tipos humanos, quer de Portugal, quer do Brasil e, mesmo, castelhano. Deixaram, contudo, traços fortes no nosso

folclore poético e no nosso linguajar popular. Quanto a superstições, nada ainda conseguimos apurar.

Por isso julgamos que, para nós do Brasil sul, são reminiscências açorianas todas essas crendices e superstições que examinamos nesta simples nota à margem da excelente monografia do dr. Luiz da Silva Ribeiro, nota que pretende, apenas, ser modesta pedrinha para o estudo de tão interessante parte do nosso folclore brasileiro.

Porto Alegre — Rio Grande do Sul Brasil.

## Subsídios para a história da Diocese de Angra

---

# O Pessoal da Catedral de Angra

pelo Cônego J. A. Pereira

Os individuos, que hoje teem mais de 50 anos, ainda conheceram *de visu*, o esplendor do culto na Sé Catedral de Angra e lembram-se do numeroso pessoal que era occupado no serviço coral e festivo do Cabido.

Para muitas pessoas, porém, já constituirá um documento histórico a nota que apresentamos ácerca do Pessoal que oficialmente desempenhava serviço na Catedral desta Diocese!

Pela Bula da fundação do Cabido da Sé Catedral, que é a *Aequum Reputamus* de 3 de Novembro de 1534, foi criada esta Diocese, ficou estabelecido que o Cabido constasse de 5 dignidades, a saber: — Deão, Arcedíago, Tesoureiro-Mór, Mestre-Escola e Chantre — e de 12 cônegos.

O Bispo D. Nuno Alvares Pereira, em 1568, obteve de El-Rei a criação de duas *meias-conezias*, com a prebenda de 20\$000 reis cada uma, de mais 6 capelães e mais 4 moços-do-côro, para que fosse dado maior brilhantismo aos actos de culto na Sé.

Estes *meios-cônegos* tinham as mesmas obrigações, mas não os mesmos direitos que os outros cônegos e iam passando a cône-

gos de prebenda inteira, nas vagas deixadas pelo falecimento, resignação ou ascensão a dignidade, de qualquer dos outros cônegos.

Deixaram de existir os «meios-cônegos» em 1821.

Com data de 5 de Outubro de 1883, veiu uma Portaria do Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos, na qual se ordenava que o Prelado, ouvindo o respectivo Cabido, organizasse e submettesse à aprovação do Governo, uma nota de qual o número de cônegos, dignidades, beneficiados e capelães-cantores, que deviam continuar a existir na Sé, afim de ser definitivamente estabelecido o respectivo quadro, tendo em vista a economia que o Governo pretendia fazer.

Em sessão capitular de 15 desse mesmo mês e ano, à qual presidiu o sr. Bispo D. João Maria, tratou-se deste assunto, e começou a sessão pela leitura da parte da acta da conferencia realizada a 26 de Novembro de 1880, no Ministério da Justiça, na qual fôra resolvido que o mínimo do pessoal em cada Sé, fosse de 12 cônegos, 6 beneficiados e 6 capelães-cantores, com excepção das Sés de Lisboa, Braga, Evora, Porto e Coimbra, em que eram exigidos mais.

O Cabido de Angra apresentou então o seguinte parecer: — «que o número de cônegos, na Sé Cathedral d'Angra, poderá não exceder 12, desde que não sejam nomeados 4, com ónus de ensino, aliás é insufficiente aquele número, pois os ditos 4 cônegos não podem deixar de ser dispensados do serviço do côro, bem como outros dois, de que o Prelado pode carecer para o serviço do govêrno da Diocese; de sorte que ficarão apenas 6 para o serviço da Sé, o que indubitavelmente é muito pouco. Além disso, é incontestavel que a execução do Decreto de 26 de Abril de 1859 (1), nem sempre tem sido proveitosa ao ensino das disciplinas eclesiasticas nos seminários e será de grande vantagem que não continue (2), sendo revogado aquele Decreto e subsistindo os 12 canonicatos.

«Emquanto ao número de Beneficiados, convém atender às circunstancias especiais desta Sé, onde todos eles são Párocos e exercem,

---

(1) Este Decreto obrigava 4 cônegos a leccionarem no Seminário Diocesano, pelo espaço de 12 anos, sem outra remuneração que a da sua prebenda de Capitular.

(2) Mas continuou em vigôr até à Lei da separação em 1911.

por turnos, as funções paroquiais (3). E' pois muito diminuto o número de 6, visto que sempre devem estar 2 ou 3 fóra do serviço do côro e altar.

«Seria conveniente que ficassem 8 Beneficiados-párocos, ou 6 Beneficiados simplesmente para o serviço da Sé, sendo nomeados 2 Párocos devidamente habilitados para o serviço da Paróquia. (2) Se o número de 10 Capelães-cantores não puder, por forma alguma, ser conservado, tambem não poderá, sem grave prejuizo do Côro e da Capela, ser reduzido a menos de 8. Neste caso, a Capela fica reduzida a 6 cantores, porque dois capelães teem de permanecer sempre no côro e é evidente que uma Capela, com 6 cantores apenas, é modestissima. Não pode tambem deixar de haver, como tem havido até hoje, outros empregados, que veem a ser: um Sub-Chantre, um Mestre-de-Capela, um Mestre-de-Cerimónias, um Organista, um Sacristão (3), um Altareiro (4), um Porteiro da Maça, um Sineiro, um Relojoeiro e 6 moços do côro. Ainda com relação ao número de cônegos e pelas razões já expostas, convém advertir que ele não poderá ser inferior a 14, se houver 4 com onus de ensino e, só não existindo estes, poderá ser de 12.»

Este parecer foi aprovado por Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.ma e por todos os capitulares presentes à referida sessão.

(1) A Vigararia da igreja do S.<sup>mo</sup> Salvador, existente antes da fundação da Diocese e da constituição do Cabido, foi extinta após a morte do Vigário P.<sup>e</sup> André da Fonseca, por Alvará de 22 de Julho de 1567, no episcopado de D. Nuno Alvares Pereira, e foram criados 2 Reitores para a substituirem.

(2) Depois deste alvitre do Cabido, ficaram de facto 2 Beneficiados com o cuidado da Paróquia e 4 para o serviço do côro e altar. Os últimos Beneficiados-Párocos que, por meio de concurso, foram ali colados foram o revd.<sup>o</sup> Eduardo S. Marques, em 16 de Novembro de 1905 e Dr. Albano Maciel, em 28 de Julho de 1906. Este estava Vice-Reitor do Seminário, naquela data, e havia sido Beneficiado-Coadjutor, no ano anterior.

(3) Sacristão-mór, — era um sacerdote que estava encarregado da guarda e serviço das alfaias do culto, que estão na sacristia maior da Sé.

(4) O Altareiro — era outro sacerdote ou clérigo encarregado de preparar o altar-mór para as festas, missas e outros actos liturgicos a cargo do Cabido.

As missas eram além das solenes, em dias de festa, as Missas-do-dia, que se dividiam em clássicas e ordinárias e que eram cantadas; as Missas da féria, as Missas de N. Senhora ao sábado e as Missas dos fieis-defuntos, celebradas no 1.<sup>o</sup> dia da semana, em que o Rito o permitia.

\*

Depois do Decreto de 20 de Abril de 1911, ainda ficaram ao serviço da Sé, 12 cônegos. Destes, foram para a América os Cônegos Cristiano e Dâmaso; o C.º Araujo retirou para o Continente, tendo pouco antes resignado o Benefício; em 1912, faleceram Mgr. Cônego Ferreira e Mgr. C.º Mariano de Sousa; em 1914 faleceu o C.º Machado Corvelo. Em 1915 foram nomeados cônegos o P.º José Pedro Soares e Dr. Monis Betencourt, e em 1919 o C.º J. A. Pereira. Em 1916, faleceu o C.º José Pedro; em 1920 o C.º Alves da Silva; em 1929, o Deão Reis Fisher; em 1930 os Cônegos Barcelos e Augusto; em 1942 o C.º Monis Betencourt; em 1946 o C.º Vasconcelos e em 1948 o Arcediago Dr. Almada.

Por haverem sido retirados, em virtude do referido Decreto da lei de separação, as prebendas canonicais assim como os ordenados a todos os empregados da Sé, foi concedido, em 1915, do Fundo do Culto Diocesano, um subsidio ao Cabido, afim de poder ser atribuida aos Cônegos qualquer prebenda relativa aos seus beneficios e ser estabelecida a distribuição conforme a assistencia aos actos corais, assim como uma retribuição aos Beneficiados e Capelães, que tomassem parte nos actos do culto, que impendem ao Cabido.

Pelo motivo acima mencionado, foi pedida à S.ª Sé dispensa de serem cantadas as Missas-do-dia do Côro, e tambem da obrigação de as aplicar *pro benefactoribus*, como antes se fazia. A S.ª Sé concedeu e tem concedido, por prazos repetidos, essa dispensa, obrigando todavia a serem cantadas as Missas aos domingos.

Foi por isso que, havendo já falta de pessoal, que pudesse acolitar a tais Missas, o sr. Dr. Reis Fisher, quando Vigário Capitular, em 1923, nomeou Beneficiados-Capelães aos revd.ºs Fernando J. da Silveira que ficou sendo Sub-Chantre, José d'Avila, Mestre-de-Capela, Henrique Pamplona, Mestre-de-Cerimonias e Costa Ferreira simples Beneficiado. A Capela do Seminário substituia a Capela da Sé.

Todavia, de 1940 por diante, tendo passado o revd. Pamplona para Beneficiado-pároco e tendo falecido o revd.º Costa Ferreira, deixaram de ser cantadas ao domingo as Missas-do-dia, por não haver outros sacerdotes que a elas acolitassem.

Até Janeiro de 1948, manteve-se a recitação coral do Officio Divi-

no, antes da Missa-do-dia, embora desde junho de 1945, houvesse só um Cónego e o Sub-Chantre para o fazerem. Daquela data em diante, por doença do Sub-Chantre, não mais se poudo fazer o Officio coral, mantendo-se apenas a Missa diária e outros actos do culto que não exigem canto-coral e que podem ser feitos pelo único Cónego existente.

E até hoje, ninguem mais, capelão ou cónego, foi nomeado para o serviço da Sé!

# As Missas «pro Infantado» nas Ilhas

pelo Cónego J. A. Pereira

Tinham este título as Missas que constituíram a obrigação imposta pelo Infante D. Henrique, em seu testamento, aos Párocos das igrejas das ilhas dos Açores e de todas as regiões descobertas em vida do Infante, as quais regiões ficaram sujeitas ao Padroado da Ordem de Cristo, de que o Infante foi o 8.º Mestre e cujo governo espiritual foi também confiado ao Mestrado da referida Ordem, por concessão do Papa Calisto III.

Diz o testamento :

«... polo qual eu encomendo e mando a qualquer que fôr Vigário ou prior ou Capelão-soldado per a dita Ordem em cada um egreijário daquelas terras, que lhe prasa cada semana ao sabado, por sempre em minha vida e depois de minha morte, dizer hũa Missa de S.<sup>ta</sup> Maria e a comemoração seja de Santo Espirito e oraçom seja *fidelium Deus*. . . »

Na carta de doação das ilhas de S. Miguel e de S.<sup>ta</sup> Maria, ordena o Infante, repetindo o imposto no seu testamento, que :

«...em cada semana ao sabado, por sempre em sua vida e depois de sua morte, digam uma Missa de Santa-Maria e a comemoração seja de S.<sup>to</sup> Espirito e oraçom *fidelium Deus*.  
Dizendo no introito da Missa, alta voz, aos que estiverem de

presente, que digam o Pater-noster e Avé-Maria por minha alma e dos da Ordem e daquelles a que obrigado sou. . . »

Nas cartas de doação das ilhas da Madeira e Porto-Santo, Graciosa e de Jesus-Cristo, de S. Luis, S. Diniz, S. Jorge, S. Tomás e S.ta Iria, assim com das de Cabo-Verde e da Guiné, faz identicas recommendações.

D. Henrique doou avultadas rendas à Ordem de Cristo para a manutenção do culto nestas terras e sustentação dos respectivos ministros, e destinou uma parte dessas rendas à esmola duma Missa que devia ser celebrada pelos vigários de cada paróquia instituida, nos sabados de todo o ano (52) segundo a sua intenção, emquanto vivo, e por sua alma, depois de morte *in perpetuum*.

A esmola especial por tais Missas foi estipulada num marco de prata, por ano, o qual valia 2\$400 reis, a que depois foram acrescentados 600 reis para prefazer os 3\$00 reis. Esta importancia era entregue: 1/3 em moeda e 2/3 em trigo, na equivalencia de 36 3/8 alqueires. (1)

Esta disposição do Infante foi uma verdadeira «fundação pia», ou legado, concedida à Ordem de Cristo, em beneficio das paróquias que estavam sob a jurisdição espiritual da referida O. C., a qual fundação pia foi confirmada por Breve de 17 de Maio de 1503, do Papa Alexandre VI, que assim a aceitou em nome da Igreja.

Foi por isso que a O. C. nos seus estatutos, (tit. XVIII, 3.ª p.) depois de considerar os beneficios que recebera do Infante, e o que, por consequencia lhe devia, estabeleceu:

— «E assim, defenimos e ordenamos que as Missas que deixou nas ilhas, se lhe digam em perpétuo e se continue com elas e que se paguem inteiramente e a seus tempos, sem descrimição alguma.» (2)

Esta obrigação da Missa «pro Infantado» era de tal força que, in-

(1) Nesta época o preço do trigo era de 3\$200 reis por moio! A igreja do S.º Salvador de Angra, tinha 2 moios de trigo e duas pipas de vinho, para a esmola destas Missas.

(2) Estat. da O. de Cristo feitos em 1619 e editados em 1717.

cidindo num sábadó, um dia-santo com obrigação da Missa *pro-populo*, tinha preferéncia a Missa «pro Infántado», devendo o Pároco celebrar, noutro dia da semana, a Missa *pro-populo* (1).

Afim de remover a dificuldade que surgia ao Alcaide-Mór de Tomar, que era o administrador prepétuo deste Legado do Infante, em poder certificar-se se eram ou não celebradas as Missas do sábadó pelos vigários das ilhas, «em virtude da grande distancia a que estavam da séde do Mestrado da Ordem de Cristo», D. João III, para quem havia passado a chefia deste Mestrado, por intermédio de Afonso Lencastre, alto dignatário da referida Ordem, pediu ao Pontífice Paulo IV (1555-1559) que transferisse para os clérigos do Colégio das tres Ordens Militares, em Coimbra, a obrigação que tinham os Párcos das ilhas de celebrar aos sábados a Missa por alma do Infante.

O Pontífice, *per oraculum vivae vocis* (2), a 16 de Abril de 1556, anuiu à referida petição e permitiu que fosse feita aquela transference de obrigações.

Não fôra isto um favor dispensado aos Vigários das ilhas (3) que, a esse tempo, não desejaríam exonorar-se daquela obrigação, mas sim à O. C., para que o respectivo Administrador pudesse mais facilmente fiscalizar o cumprimento do Legado do Infante.

Daqui deduziram alguns (4) que haviam os vigários das ilhas, ficado dispensados, por completo do encargo das Missas «pro Infántado». Mas, a concessão pontificia não foi afinal executada; porque D. João III faleceu um ano depois desse *oraculum vivae vocis* do Pontífice e também porque, no reinado daquele monarca, «tudo se demorava», como diz F. d'Almeida Araujo na sua *História de Portugal*, ou, como diz o historiógrafo P.º F. Rodrigues, S. J., «são conhecidos os vagares com que no reinado de D. João III, procediam as negociações.» (5)

(1) Havia porém alguns Párcos que interpretavam esta obrigação, como sendo só nos sábados em que o Rito fosse semiduplex, isto é, em que fosse permitida a Missa votiva de Nossa Senhora. Vide Consulta ao Bolet. E. dos Açores, tomo XII, pag. 205.

(2) A fórmula menos importante de conceder qualquer graça.

(3) Como opinam alguns autores, entre os quais o P.º José S. Amado, na sua *H. I. em Portugal*, vol. VII, pág. 75.

(4) Idem, idem, ibidem.

(5) *Brotéria*, n.º de Junho de 1926.

A prova de que a Corôa Portuguesa, a que fora vinculado o Mesrado da O. C., não poz em execução a faculdade permitida, (nem a isso era obrigada) é que, desde o Alvará de 14 de Julho de 1565, pelo qual foi nomeado Vigário da Matriz da Ribeira-Grande o Dr. Gaspar Frutuoso, no qual se faz menção de «32\$000 reis anuais em dinheiro e dois moios de trigo para seu mantimento, sendo 2\$400 reis para Missas que há de dizer aos sábados, por alma do Infante D. Henrique» (1) — até à *Folha dos Ordenados dos Eclesiasticos, em 1830, pagos pela Alfandega de Ponta Delgada* (2), onde se encontra distintamente designada a parte da cõgrua de cada vigário «para dizer as Missas pelas almas dos snrs. Infantes» — todos os documentos a tal respeito, fazem menção da existencia desta obrigação dos Párocos das Ilhas.

Também foram suscitadas algumas dúvidas sobre a intenção de tais Missas, quando num Alvará de 16 de Maio de 1583, começou a aparecer a palavra *Infantes* no plural.

Afirma o Dr. Ernesto do Canto (3) que esta dúvida surgiu do facto de D. Manuel, em 1486, sendo ainda Duque de Vizeu, como Gr. Mestre da O. C. haver mandado estabelecer uma Missa, em cada semana, por alma de seu Pai, D. Fernando, à semelhança da que se celebrava por alma do Infante D. Henrique. (4)

Esta obrigação, que não era de legado-pio, cessou com a morte do seu instituidor, D. Manuel. Todavia, por confusão, ainda depois continuou a aparecer, em alguns documentos, a palavra *Infantes*, no plural.

Com a nova organização das paróquias, que o Decreto de 17 de Maio de 1832, pretendeu estabelecer nos Açores, mas que só teve

(1) «Arch. dos Açores», X.<sup>o</sup>, pág. 486

(2) *Ibidem*, XI, 314.

(3) Também aos Religiosos de S. Jerónimo, que habitaram o Convento de Belém (ou dos Jerónimos) foi imposta a obrigação de perpetuamente celebrarem uma Missa diária pelas almas do Infante D. Henrique e do rei D. Manuel. E, ao «Lavabo», o sacerdote voltava-se para os fieis e dizia: — «Rogai a Deus pela alma do Infante D. Henrique 1.<sup>o</sup> Fundador desta Casa e por a de El-Rei D. Manuel que a doou à nossa Ordem. (Vide *Hist. Igr. em Portugal*, do P.<sup>e</sup> J. Sousa Amado, vol. VII).

(4) L. cit. X, 494.

execução na ilha de S. Miguel, onde fôra redigido (1), foi posta de lado a obrigação da Missa «pro Infantado»; continuou porém nas outras ilhas, pois que, pela opposição que fez ao dito Decreto D. Fr. Estevam, pouco antes de vir para a Diocese, ele não foi posto em prática nas outras ilhas, mantendo-se tambem por pouco tempo na ilha de S. Miguel.

Nos Alvarás ou Cartas-régias de provimento das paróquias, passadas depois daquele Decreto do Governo liberal, não mais o Régio Padroeiro fez menção do encargo da Missa «pro Infantado», como era da praxe fazer-se. Por este facto, os Vigários que iam sendo colados foram deixando de celebrar as ditas Missas.

No entanto, o sr. Bispo D. João Maria, em Provisão de 3 de Setembro de 1874, declarou que existia ainda aquella obrigação para os Vigários das freguezias a que ela fôra imposta, isto é, das freguezias que tinham mais de 200 fogos, quando foram erigidas em paróquias; dizendo que «na lotação das suas congruas, se achava incluída a esmola que antigamente se dava pela applicação das mesmas Missas».

Neste mesmo documento, determinou ele aos Ouvidores que organisassem uma lista das paróquias que tinham essa obrigação.

Apareceu no Boletim Eclesiástico a 1.ª lista com as paróquias de S. Jorge, Graciosa e Faial, mas não se lhe seguiu nenhuma outra, pela confusão que se havia estabelecido ácerca desta obrigação.

Houve, porém, alguns Párocos que, em virtude desta declaração do Prelado, continuaram a celebrar as Missas «pro Infantado», até a supressão das respectivas cõngruas, pelo Decreto de 20 de Abril de 1911.

---

(1) Colaboraram com Mousinho da Silveira na redacção deste Decreto os membros da «Comissão para a Reforma Eclesiastica», que foram: — Dr. João José da Cunha Ferraz, Arcediago da Sé d'Angra; Dr. Bernardo do Canto M. Faria e Maia, Prior da Matriz de P. Delgada; P.º Manuel António de Figueiredo, Abade de Castro d'Aire, e António M. da Costa Menezes, Cónego da Sé de Vizeu.

## BIBLIOGRAFIA

---

LEO PAP. — *Portuguese-American Speech*. An outline of speech conditions among Portuguese Immigrants in New England and elsewhere in the United States. King's Crown Press, Columbia University, New York, 1949. XI — 223 p. — Preço \$3. — .

O autor frequentava a Universidade de Providence, estado de Rhode Island, em 1942, e aí entrou em contacto com luso-americanos, que naquele estado se contam por milhares. Veiu-lhe então a curiosidade de estudar as condições dessa parcela da população americana, entroncada num país da Europa que, embora cubra com a sua bandeira mais de dois milhões de quilómetros quadrados da superfície do globo e tenha em activo da sua história uma obra colossal de expansão da civilização ocidental (coroadada pela fundação do império do Brasil, o mais vasto país do Novo Mundo), é ainda hoje tido por insignificante por gente deslumbrada por outras comunidades mais vistosas, mas não arreigadas, como Portugal, num passado de oito séculos de cimentação de raça, de língua e de tradições.

Este trabalho magnífico, feito e ordenado por modo a satisfazer de modo notável a nossa curiosidade de portugueses, em relação à parcela da nossa raça que tem ido pouco a pouco constituindo núcleos de características bem vincadas no amálgama da grande nação americana, foi aliás elaborado, não para nós, mas para os americanos, cio-

sos de prescrutarem tudo quanto possa revelar os meios de enraizar definitivamente no seu solo os elementos de tão variadas origens que ali vão ocorrendo, e formar tanto quanto possível com eles uma nação una, dotada de harmonia e coesão, que não apenas uma junção de povos, de línguas e de credos diferentes, ligados unicamente por convenções e por interesses.

Embora o autor tenha alargado o seu trabalho de investigação a vários campos de actividade dos luso-americanos e se proponha mais tarde dar a lume obra de maior fôlego a tal respeito, que aguardamos com bem justificado interesse, este seu notável trabalho centra-se no estudo pormenorizado da influência do idioma inglês nos emigrantes portugueses.

Nesse capítulo, o mais vasto do seu trabalho, vemos nós como a dificuldade de assimilar de um momento para o outro uma língua tão diferente da nossa, como é o inglês, leva a nossa gente a enxertar no seu português já não muito seguro (a maioria dispõe de cultura rudimentaríssima) termos e frases inglesas, geralmente tudo mais ou menos estropiado.

Vastíssima enumeração de tais monstruosidades vem mencionada, classificada e ordenada nesse capítulo pelo autor, acrescentando de modo notável a lista já nossa conhecida das *torresmadras*, que estamos habituados a ouvir aos emigrantes regressados dos Estados Unidos e que infelizmente são às vezes por cá imitadas, num perigo crescente para a integridade do nosso belo idioma.

Em apêndice a esse capítulo oferece o autor um outro com a deturpação dos nomes próprios, uma prática lamentável por parte de tantos dos nossos patrícios que vão para os Estados Unidos, mas de certo modo justificada pela ignorância de muitos, incapazes de escreverem até o próprio nome. Embora alguns homens notáveis da América, como o maestro Sousa, o escritor Dos Passos, o juiz Cardozo, do Supremo Tribunal Federal, conservem absolutamente intactos os seus apelidos de família, a arraia miuda perde com extrema facilidade os laços, que deviam ser inquebrantáveis, do nome familiar, e adopta nomes irreconhecíveis, por vezes até estapafúrdios ao ouvido dos próprios nado-americanos.

Se estes dois capítulos são para o intuito do autor os mais importantes da obra, para nós são sobretudo uma advertência, uma tris-

e advertência. E maior interesse encontramos nos tres capítulos que os precedem, os quais o autor aliás insere a título de prólogo.

O capítulo III é um estudo da fala portuguesa dos portugueses da América. Ali se destacam os conflitos de pronúncia, de termos e de modos de dizer da gente portuguesa de várias origens, que trabalha nas fábricas da Nova Inglaterra, que labuta na faina da pesca em Gloucester ou em San Diego, ou moureja nas fazendas e nos ranchos da Califórnia. As disputas *filológicas* dos micalenses com os açorianos das outras ilhas, de todos estes com os madeirenses e com os continentais, são ali largamente tratadas. Nem faltam referências ao português dos caboverdeanos. E daí parece querer o autor deduzir o aparecimento de um idioma português da América, cuja existência nos deixa muitas dúvidas, pois que em regra cada ilheu, ou cada continental, vive irrefragavelmente amarrado ao sotaque da sua terra e não o perdem nem mesmo aqueles que nos Estados Unidos acabam por adquirir uma cultura apreciável com base na língua e na cultura do país de adopção.

É por vezes chocante verificar como pessoas que fizeram a sua educação na América e falam com notável correcção e desembaraço a língua inglesa, se transformam a nossos olhos, quando desatam á falar o português *atremozado*, que levaram de cá em pequenos, ou que aprenderam com seus parentes de fraca cultura.

Tratando no capítulo II das dificuldades com que se defronta o emigrante português que vai para a América, em matéria de lingua — uma dificuldade apenas entre tantas outras — o autor põe em destaque, com base em estatísticas oficiais, que são os portugueses os emigrantes que se mostram menos hábeis para adotar o idioma inglês. Por isso formam geralmente núcleos à parte, isolados da gente *da nação*, que os relega para um nível inferior. Em compensação, aqueles que adquirem o uso do inglês, diligenciavam quasi sempre disfarçar a sua origem e envergonham-se de falar português em público. Por isso o autor mostra a esperança de que, em vista da fraca quota de emigração de portugueses para os Estados Unidos, que actualmente é permitida pelas leis do país, venha a população luso-americana a ser quasi completamente absorvida dentro de duas ou tres gerações.

Menciona com notável minúcia os esforços da imprensa portu-

guesa, das igrejas portuguesas, dos clubes e das várias sociedades fraternais e recreativas, para manterem nos luso-americanos o amor pela língua de Portugal. E analisa com bastante perspicácia as causas de fracasso de tais esforços, fracasso que tem fundamentalmente duas origens, nenhuma delas felizmente de atribuir a falta de amor ou de respeito pela terra lusitana: uma é a fraca cultura da maioria daquelles que tomaram a peito tão nobre tarefa, muitos dos quais foram de cá para lá sem dinheiro e sem instrução; outra é o desinteresse do Estado Português por essa gente nossa, que se vê lá longe entregue aos seus próprios recursos, cercada por multidão mais rica, mais confortada e mais culta, que lhes facilita por toda a parte os meios de se integrarem nesse novo ambiente aliciante.

Deixámos propositadamente para o fim o capítulo I, em que o autor faz a história pormenorizada das idas de gente lusa para a América do Norte, desde as memoráveis viagens dos Côrte-Reais e das explorações do fidalgo de Elvas, Alvaro Fernandes, pelo Texas, o Missouri e a Flórida, até à saga daqueles que foram procurar fortuna nas ilhas Canecas, constituindo ali, até ha poucos anos, o maior contingente de gente branca que lá habitava.

É pena que o autor não tenha feito um estudo, que só na América pôde fazer-se, das tentativas de colonização das costas orientais do continente norte-americano no século XVI por gente açoreana, por gente da Ilha Terceira, que os Côrte-Reais, então capitães donatários de Angra e senhores da Terra-Nova por doação de D. Manuel I, para ali enviavam periodicamente. Foram esses, sem dúvida, os primeiros colonos da América do Norte, pobre gente que, além de tantas dificuldades a vencer, teve a do clima frio e a da terra inóspita, únicas que poderiam realmente acabrunha-los e vence-los.

Mesmo com essa omissão, um tanto justificada, pois que os territórios de jurisdição portuguesa na América do Norte, estão hoje abrangidos no Canadá, o capítulo I do trabalho de Mr. Leo Pap é de um extremo interesse para nós, um documento mais da intemerata actividade da nossa raça na ingente tarefa de descobrir e explorar terras. Tudo isso num continente que tem escapado às pesquisas dos modernos investigadores portugueses e num país perante o qual nós sentimos necessidade de firmar o nosso valor e as nossas possibilidades, aliás bem comprovadas pelos nossos compatriotas que para lá emigram, mesmo os que vão pobres e ignorantes.

J. A.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

---

Por oferta e por troca com o Boletim do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações:

- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — N.ºs 7-8, 1948.
- «Índice Cultural Espanhol» — Ministério de Assuntos Exteriores — N.º 26, Ano II — 1948.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral» — Vol. III, 1948.
- «O Limianista Doutor Lima Bezerra» por Júlio de Lemos — 1948.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.º 55, 1948.
- «Boletim Municipal de Porto Alegre» — Brasil. Vol. X, 1947.
- «Insulana» — Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. IV, 1948 — N.º 1.
- «Índice Cultural Espanhol» — Ministério de Assuntos Exteriores — N.º 34, Ano III — 1948.
- «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores» — Vol. 9, 1949.
- «Anais» — Academia Portuguesa de História — Vol. I, III, V, VI, VII, VIII, IX e X — 1940, 1941, 1942, 1944, 1945 e 1946.
- «Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde de Vidigueira (Marquês de Niza)» — Vol. I e II, 1940-1942.—Academia Portuguesa de História. O Manuscrito «Valentim Fernandes» — Academia Portuguesa de História — 1940.

- «Índice Cultural Espanhol» — N.º 35, 1948.
- «Geographical Review» — Vol. XXXIX, 1949.
- «A Cidade de Évora» — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — N.ºs 15-16, 1948.
- «A Freguesia de N. S. Bom Jesus do Triunfo», pelo Dr. José de Araújo Fabrício — 1948.
- «Quarterly Journal» — The Library of Congress — Vol. 5 e 6, 1948.
- «Actualidades» — Edição comemorativa do Primeiro Congresso de História Catarinense — 1948.
- «Agronomia Lusitana» — Estação Agronómica Nacional — Vol. 7.º e 8.º — 1945-1946.
- «Índice Cultural Espanhol» — N.º 36, 1949.
- «The Geographical Review» — Vol. XXXVIII, 1948.
- «Biografia de Miguel Dantas Gonçalves Pereira» por Júlio de Lemos — 1949.
- «El Despacho de Méndez Núñez» por Carlos Valverde — Museu de Pontevedra — 1944.
- «La Moureira — Arrabal Marinero de Pontevedra» — 1942.
- «Santa Maria La Mayor» — Museu de Pontevedra — 1945.
- «Santo Domingo de Pontevedra y sus ruinas» — 1946.
- «Pontevedra, Fortaleza Arzobispal» — 1947.
- «Memória y Cuentas» (1928-1939) — Museu de Pontevedra — 1940.
- «Memória y Cuentas» (1940-1941-1945-1946-1947) — Museu de Pontevedra — 1940, 1941, 1946, e 1947.
- «El Museo de Pontevedra» (13.ª a 15.ª entrega) — 1946.
- «Nobiliário da Ilha da Madeira» por Henrique Henriques de Noronha — Revista Genealógica Brasileira — Tomos I, II, e III.
- Estatuto da «Federação dos Institutos Genealógicos Latinos» — 1948.
- «Índice Cultural Espanhol» — Ano IV, 1949.
- «O Instituto» (Revista Científica e Literária), 1948.
- «Revista de História» (Facultad de Filosofia y Letras — La Laguna, Tenerife) 1948.
- «Terminologia Agrícola Micaelense» por Francisco Carreiro da Costa — 1949.
- «O Carro de Bois Micaelense» por Carreiro da Costa — 1949.
- «In Memoriam» da Reabertura do Museu Municipal Dr. Santos Rocha — Figueira da Foz — 1945.

- «A Casa do Paço da Figueira da Foz e os seus azulejos» — Edição do Museu Municipal da Figueira da Foz — 1947.
- «A Figueira ao dealbar do Século XX» (Conferência) — 1941.
- «Santos Rocha — fundador dum Museu» por Vergílio Correia, 1941.
- «Revista da Figueira», N.º 1, 1903.
- «Figueira» — Boletim do Grupo «Studium» e da Biblioteca Pública Municipal — Figueira da Foz, N.ºs 1 a 12, 1912.
- «Revista de Guimarães» — Sociedade Martins Sarmento — LVIII 1948.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.º 56, 1948.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral» — IX, 1949.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura» — XIX, 1948.
- «De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América» por Gago Coutinho — 1949.
- «Chateaux de France» — 1948.
- «Dez anos de ensino superior de Geografia» por Aroldo de Azevedo. 1946.
- «O Condicionamento Habitacional em Lisboa» por João Afonso Corte-Real. 1948.
- «The Charm of Lisbon».
- «Geographical Review of New York» — XXXIX, 1949.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — N.ºs 11 e 12, 1948.
- «Insular Portuguese Pronunciation — Central and Western Azores» pelo Prof. Dr. F. Millet Rogers — XVII, 1949.
- «Quarterly Journal» — The Library of Congress — 1949.
- «Índice Cultural Español» — N.ºs 38 a 41 — Ano IV.
- «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos — Junta de Província do Douro Litoral» por Augusto Cesar Pires de Lima — 1948.
- «Costumes Açoreanos» por Manuel Dionísio — 1937.
- «Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis» (Livro das Kalendas) — Universidade de Coimbra — 1947.
- «Regimento das Cazas das Índias e Mina» — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — 1948.
- «Introduction à L'Histoire Economique Generale» por Charles Verlinden — Universidade de Coimbra — 1948.
- «Brasília» — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — 1949.

- «Agronomia Lusitana» — Estação Agronómica Nacional (3 vol.) 1946-47
- «Boletim da Junta de Província do Douro Litoral» — V, 1949.
- «Revista das Academias de Letras» — Federação das Academias de Letras do Brasil — N.º 63, 1948.
- «Revista de História» — Universidade de La Laguna — n.º 85, 1949.
- «Descobrimento da Ilha da Madeira» por Jerónimo Dias Leite — Universidade de Coimbra — 1947.
- «Geographical Review» — The American Geographical Society of New York — XXXIX, 1949.
- «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul» — Porto Alegre, Brasil — 1945, 1946 e 1947.
- «Petrus Nonius» — Publicação do «Grupo Português da História das Ciências» — VII.
- «Calendário» — Publicaciones de la Universidad de Santo Domingo — XX — 1942-1943 e LX — 1947-1948.
- «Folklore de la Republica Dominicana» por Manuel José Andrade — Vol. LIV, Tomo 1.º e 2.º — 1948.
- «Anales de la Universidad de Santo Domingo» — 1940, 1942, 1946-47.
- «Homenaje a Pedre Henriquez Urena» — Publicações da Universidade de S. Domingo — Vol. I, 1947.
- «Características de la Carta Preliminar del Territorio Nacional» por Ramos Martorell Otzet — S. Domingo. XXXVI, 1947.
- «Doctrina Cristiana» por Fray Pedro de Córdoba — Universidade de S. Domingo. XXXVIII, 1945.
- «La Biblioteca Erasmista de Diego Mendez» por José Almoina — Universidade de S. Domingo. XXXV, 1945.
- «El Regimen de La Tierra en la América Espanhola durante el periodo colonial» por José M. Oto Capdequi — Universidade de S. Domingo. XLIII, 1946.
- «La Genesis de la Convencion Dominico-Americana» M. de J. Troncoso de la Concha — 1946.
- «Homenaje a Cervantes» — Consejo Administrativo del Distrito de Santo Domingo — 1948.
- «Segunda Campaña de Santo Domingo» — J. B. Lemomier Delafosse — 1946.
- «Trujillo — Abelardo R. Nanita» — Editorial el Diario — Santiago, República Dominicana.

- «Classificacion del Folklore» — Universidade de S. Domingo — 1944.
- «La Frontera de la Republica Dominicana con Haiti» — 1946.
- «La Hoya de Enriquillo» por Oscar Cucurullo Júnior — Universidade de S. Domingo — LXIV — 1949.
- «La Proyeccion Gnomonica sobre el Horizonte de Ciudad Trujillo» por Ramon Martorell Otzet — XXXIX — 1946.
- «Revista Genealógica Latina» — Federação dos Institutos Genealógicos Latinos. N.º 1, 1949.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura» — XX — 1949.
- «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores» — 1949.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História» — Junta de Província do Douro Litoral. Vol. VI — 1949.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — 1949 — N.ºs 1 a 4.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.ºs 57 e 58 — 1949.
- «Trabalhos de Antropologia e Etnografia» do Instituto de Antropologia. Porto — Vol. XII — 1949.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura» — XXI — 1949.
- «Quartely Journal» — The Library of Congress — Vol. 6.º, N.º 4 — 1949.
- «Geographical Review». Vol. XXXIX, N.º 4 — 1949.
- «A Cidade de Évora» — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — 17 e 18 — 1949.
- «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga». Vol. I — 1949.
- «Leis, Atos, Decretos e Decretos Individuais» — Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 1948.
- «Estudios Americanos» — Revista de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos. Sevilla. Vol. I — 1948.
- «A Expedição de 1501-1502 — IV Congresso de História Natural» — Rio de Janeiro, 1949.
- «Anales del Instituto de Linguistica» — Universidade Nacional de Cuyo. Tomo II, 1942 — Tomo III, 1943.
- «Revista do Instituto Histórico e Geografico de Santa Catarina» — Florianopolis — 1943 e 1944.
- «Prosa Sadia» por Ferreira de Rosa, Rio de Janeiro. Vol. 5.º, 6.º e 8.º.
- «Actualidades — Florianópolis» — N.ºs 10 a 12, 1948 — N.ºs 1 a 4, 1949.

- «Las Brigadas Internacionales» — Oficina Informativa Espanhola. Madrid, 1948.
- «Discurso pronunciado por S. E. El Jefe del Estado» — Madrid, 1949.
- «Índice Cultural Espanhol» — N.ºs 42 a 46 — 1949.
- «Revista do Instituto Histórico de Alagoas» — Vol. XXV, 1947.
- «Relatório apresentado à Câmara Municipal» — Municipio de Porto Alegre. Vol. I, 1949.
- «Perfeitura Municipal de Porto Alegre» — Relatório, Leis, Decretos e Atos — 1949.
- «Analles» — Universidad de Santo Domingo. Vol. XIII, 1948.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.º 59 — 1949.
- «Revista de Guimarães» — Sociedade Martins Sarmento. Vol. LIX — 1949.
- «Willelm Van Der Haegen — Tronco dos Silveiras dos Açores» — João Cunha da Silveira — 1949.
- «Almanaque popular dos Açores» — 1.º ano — 1950.

# VIDA DO INSTITUTO

---

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE JANEIRO  
DE 1949.

Presentes: Doutor Luis da Silva Ribeiro (Presidente), Major Miguel Cristovão de Araujo, Major Frederico Lopes, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Candido Pamplona Forjaz, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes e Tenente Coronel José Agostinho, Secretário.

Aberta a sessão por 20 h. 45 m.

1 — Lida e aprovada a acta da sessão anterior.

2 — *Contas* — Foram aprovadas as contas do ano de 1948, que accusam um saldo de 22.732\$26, que passa ao ano de 1949.

3 — *Academia de História* — Resolvido agradecer à Academia Portuguesa de História a valiosa oferta de doze volumes das suas publicações.

4 — *Fotografias de assuntos relacionados com a colonização Açoreana do Brasil* — Pelo sócio Snr. Dr. Manuel Menezes foram oferecidas dez fotografias que figuraram no primeiro congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis e relativas a assuntos relacionados com a colonização açoreana no Estado de Santa Catarina; bem assim o Catálogo da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, realizada por ocasião do mesmo Congresso e vários folhetos do Congresso. — Pelo Senhor Presidente foram apresentados agradecimentos ao Senhor Dr. Manuel Menezes.

5 — *Assuntos Insulares* — Resolvido agradecer ao Senhor Oswaldo R. Cabral, de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil, a oferta do seu trabalho «Assuntos Insulares», fazendo-se a distribuição dos exemplares enviados pelo autor por várias entidades.

O Instituto congratulando-se com o interesse do Sr. Oswaldo R. Cabral pelos assuntos respeitantes aos Açores, resolve oferecer-lhe um exemplar de cada um dos volumes do Boletim ainda disponíveis.

6 — *Centenário do povoamento da Ilha* — Pelo Snr. Presidente foi apresentada um lista de documentos e trabalhos inéditos que convirá publicar por ocasião da comemoração do Centenário do povoamento da Ilha, ficando resolvido aguardar-se a obtenção dos fundos necessários para se fazerem tais publicações.

O Senhor Dr. Candido Forjaz alvitrou que fossem também por essa ocasião publicados os seguintes trabalhos inéditos do Snr. Dr. Luiz Ribeiro: Inquérito às indústrias e Posturas do Século XVII, da Câmara de Angra, anotadas.

7 — *Museu Regional* — Resolvido instar junto do Ex.<sup>mo</sup> Governador do Distrito pela criação do Museu regional.

8 — *Gravura do livro Linschooten* — Resolvido que o Instituto mande fazer a impressão em tamanho natural da gravura representando a Ilha Terceira no fim do século XVI, que vem na História das Navegações de Linschooten, ficando o Snr. Presidente autorizado a fixar o número de exemplares e o preço de cada exemplar.

Encerrou-se a sessão pelas 10 h. 30 m.

(assinados) — *Luis da Silva Ribeiro*  
*José Agostinho*

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1949,  
REALIZADA EM 7 DE JUNHO.

No dia sete do mês de Junho de 1949 realizou-se a segunda reunião ordinária do ano corrente, que não teve lugar no dia anterior por ser o feriado municipal.

Compareceram os seguintes sócios: Doutor Luis da Silva Ribeiro

(Presidente), Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, Major Frederico Lopes, Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte Real e Amaral, Gónego José Augusto Pereira, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Major Miguel Cristovão de Araujo, Raimundo Belo, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Dr. Teotónio Machado Pires e Tenente - Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão pelas 21 horas e aprovada a acta da reunião anterior, foi lido vários expedientes, tratando-se depois dos assuntos seguintes :

1 — *Museu Regional* :

a) — Pelo Dr. Manuel C. Baptista de Lima, foi feita uma exposição sobre o andamento da organização do Museu Regional, frizando o interesse que ao Prelado da Diocese mereceu a criação do Museu e a promessa de auxilio na organização do mesmo e facilidades para a inventariação das obras de Arte das igrejas, pelo que foi resolvido apresentar agradecimentos a Sua Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima.

b) — Resolvido que, em vista de estar em vias de organização o Museu Regional, sejam entregues ao mesmo todos os objectos que o Instituto já havia reunido com idêntico fim.

2 — *Gervásio Lima* — Resolvido agradecer ao Grupo Amigos da Terceira a iniciatica da homenagem prestada ao falecido sócio do Instituto, o poeta e escritor Gervásio Lima.

3 — *Delegado do Instituto na Graciosa* — Tendo o sócio contribuinte, Senhor Manuel Machado Ávila, demonstrado notável interesse pela actividade do Instituto e oferecido colaboração na Ilha Graciosa, onde reside, foi revolido solicitar do mesmo sócio, que represente o Instituto naquela Ilha.

4 — *Eleição de sócios* :

a) — Por proposta do sócio Dr. Manuel de Sousa Menezes foi eleito, por aclamação, sócio honorário do Instituto, o publicista brasileiro, Dr. Oswaldo R. Cabral, autor de vários trabalhos em que é dado grande relêvo à obra de colonização das províncias do sul do Brasil por gente açoreana. Resolvido também agradecer a oferta de trabalhos do novo sócio e proceder à distribuição por várias entidades interessadas do seu livro «Assuntos Insulares» que, para tal fim, remeteu ao Instituto.

b) — Eleito, por unanimidade, sócio correspondente do Instituto,

o Dr. Alvaro Reis Gomes, Director da Escola Industrial do Funchal e autor de vários trabalhos de interesse histórico e artístico.

5 — *Agradecimentos* :

a) — Resolvido apresentar agradecimentos ao Dr. João Anglin, Reitor do Liceu de Ponta Delgada e sócio do Instituto Cultural da mesma cidade, pela oferta da tradução da parte do livro de Boid «The Azores or Western Island», relativa à Ilha Terceira, a qual será publicada oportunamente.

b) — Resolvido também agradecer ao escritor e professor do Rio de Janeiro, Ten. Coronel Hon. Francisco Ferreira da Rosa, natural desta Ilha, a oferta de alguns trabalhos seus e enviar-lhe os números disponíveis do Boletim.

6 — *Casa dos Açores* — Deliberado oferecer à Casa dos Açores, em Lisboa, para figurar na Feira de Amostras e ser depois exposto na sua séde, um exemplar da gravura de Linschooten, que representa a Ilha Terceira.

Encerrou-se a reunião pelas 22 h. 40 m.

(assinados) *Luis da Silva Ribeiro*  
*José Agostinho*

SESSÃO EXTRAORDINARIA REALIZADA EM  
15 DE NOVEMBRO DE 1949.

No dia quinze de Novembro de 1949 realizou-se uma sessão extraordinária do Instituto Histórico, convocada pelo Presidente para as 20 horas do mesmo dia.

Pelas 21 horas abriu-se a sessão estando presentes os sócios: Dr. Luis da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Manuel Cardoso do Couto, Major Miguel Cristovão de Araujo, Major Frederico Lopes, Dr. Teotónio Machado Pires e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário), tratando-se dos seguintes assuntos para os quais fôra esta sessão expressamente convocada:

1 — *Admissão de sócios* — Pelo Senhor Dr. Manuel de Sousa Menezes foi apresentada a proposta, amplamente justificada, da eleição

para sócio honorário do Instituto, do Prof. Francisco Ferreira da Rosa, terceirense ilustre, que há setenta anos vive nos Estados Unidos do Brasil, onde desempenhou funções docentes com grande distinção no Colégio Militar daquele país (em cujo exército tem a patente de Tenente Coronel honorário) e em outras instituições escolares, dedicando-se igualmente às lides literárias e jornalísticas com notável brilho e conservando um acrisolado amor pela Ilha Terceira, sua terra natal, que muito se honra com as actividades deste seu filho em um país distante e amigo. A proposta foi votada por aclamação.

O Tenente-Coronel José Agostinho fez uma breve narrativa biográfica do novo sócio que foi escutada com muita atenção e interesse.

2 — *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* — Pelo Senhor Presidente foi comunicada a realização deste Congresso em Coimbra na próxima Primavera e feito um apelo aos sócios para que apresentem comunicações ao mesmo, como demonstração da actividade e interesse do Instituto.

3 — *Comemoração do Centenário do Povoamento* — Foi comunicado pelo Senhor Presidente que S. Ex.<sup>a</sup> o Governador do Distrito lhe havia dado parte do interesse que junto do Governo alcançara a iniciativa da comemoração em 1950 do povoamento da Ilha Terceira, e da esperança de ser obtido um importante subsídio para o Instituto poder colaborar nas comemorações por maneira condigna.

Deliberou-se agradecer a S. Ex.<sup>a</sup> o Governador o seu interesse e aguardar a concessão de verba para se poder assentar no programa a levar a cabo, que consistirá principalmente na publicação de inéditos.

4 — *Remodelação de serviços* — Pelo Tenente-Coronel José Agostinho foi mostrada a necessidade de se considerar a possibilidade de criação de um lugar de secretário permanente do Instituto, remunerado, dado o volume de expediente e consultas que se vai verificando, frisando também a distinção a manter entre as funções do Arquivo Distrital e as do Instituto, funções que se completam, mas que não devem confundir-se. Até à existência de um secretário permanente, que terá de ser necessariamente pessoa com cultura e habilitações que o qualifiquem para o desempenho de tais funções, propõe-se uma remuneração mensal para o funcionário da Junta Geral que tem coadjuvado o Presidente no trabalho de expediente e arquivo, assim como de servente da Junta Geral, que presta serviços dessa categoria ao

Instituto. Foi aprovado, ficando a verba destas remunerações para ser considerada, quando for apresentado o orçamento para 1950.

Não havendo mais assunto a tratar, foi encerrada a sessão pelas 22 horas.

(assinados) *Luis da Silva Ribeiro*  
*José Agostinho*

#### ACTA DA REUNIÃO DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 1949.

No dia quatro de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, se reuniu na Sala das Sessões da Junta Geral de Angra do Heroísmo, o Instituto Histórico da Ilha Terceira, afim de se proceder à eleição dos corpos gerentes, sob a presidência do Senhor Dr. Luis da Silva Ribeiro, servindo de Secretário o Senhor Dr. Manuel Coelho Batista de Lima, na ausência do Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, em viagem nos Estados Unidos da América.

Presente a maioria dos sócios foi reeleita, por unanimidade, a direcção anterior.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão do que para constar se lavrou a presente acta que logo lida e aprovada vai ser devidamente assinada.

(assinados) *Luis da Silva Ribeiro*  
*Manuel Coelho Batista de Lima*



Tourada à corda no continente



## V Á R I A

### TOURADAS À CORDA

As touradas são antigas tanto na Terceira, onde subsistem, como noutras ilhas do arquipélago, onde esqueceram.

Delas nos falam bastante: documentos de várias épocas, e o cronista Gaspar Frutuoso, referindo-se a S. Miguel, diz nas *Saudades da Terra*, que eram divertimento favorito de toda a gente.

Na Terceira oferecem, po em, uma modalidade especial — as touradas à corda.

No continente as mais conhecidas e populares são à vara larga, em recintos vedados com toureiros de ocasião, a par dos touros de praça lidados segundo as regras da arte, e assim não é fácil saber de onde teria vindo o costume de os correr, nas estradas e caminhos presos a uma corda.

Em Espanha ha, todavia, costumes semelhantes, o *gallumbo e el toro del aguardiente*, de que trata Eduardo Noronha na *História das Touradas*, e como foram estreitas as nossas relações com os espanhois, sobre tudo durante o domínio filipino, conjecturei que eles teriam introduzido na ilha as touradas à corda. (*Correio dos Açores*, n.º 6416).

Parecendo confirmar a conjectura, havia ainda o facto da mais antiga notícia delas que encontrei ser de 1622.

Na descrição das festas que os jesuítas promoveram em Angra na cano-nisação de Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier fala-se em touradas que a Camara organizou na pra-

ça do municipio e acrescenta-se : — «com muita festa e aplauso o mesmo (entusiasmo) causaram no outro dia (os touros) que se correram de corda pela Cidade, varios em numero, a que não faltaram mascarados e outras muitas gentes que os soube festejar.» (*Arquivo dos Açores*, VIII-463).

Constando-me, porem, depois, que nalgumas localidades do continente se corriam touros à corda, lembrei-me recorrer à nunca desmentida amabilidade do competentissimo director da excelente revista «Estremadura», Boletim da Junta de Provincia, sr. Eng. Guilherme Felgueiras, profundamente versado em assuntos etnográficos, em particular estremenhos, que em carta me informou sobre a corrida da vaca das cordas em Ponte do Lima, já minha conhecida, e mais sobre as touradas em Penafiel pelo Corpo de Deus, ainda realizadas em 1902.

Da sua carta copio o seguinte : — «Improvisava-se um redondel com carros boieiros postos de cabeçalho ao alto, para que os leitões resguardassem a área destinada à lide. Os pacíficos penafidenses fugiam quando provocavam o touro, escapando-se-lhe quando ele investia e pondo-se a salvo para fora do recinto circular que a corda de linho, que prendia a rez pelas hastes, limitava.

O uso mantem-se na Estremadura e realizam-se touradas à corda em Ar-ruda dos Vinhos».

Acompanhou esta informação a fotografia que aqui se reproduz, cuja semelhança, no aspecto geral, com as

nossas touradas é flagrante. Dir-se-ia que foi tirada na Terceira.

Na citada revista «Estremadura» ha uma gravura de tourada em Arruda dos Vinhos, onde o touro tambem está preso a uma corda. (N.º XVIII — 2.ª série, 1948).

Com estes novos elementos parece-me poder admitir-se que as touradas à corda da Terceira são mais um costume trazido de Portugal pelos primeiros povoadores, saídos de algumas das localidades, onde cousa parecida se praticava, e não de Espanha como antes conjecturei, embora subsista o seu parentesco com o *gallumbo* e *el toro del aguar diente*.

L. Ribetro

## O SINO DE CORRER

Dantes as cidades não eram iluminadas o que obrigava a cessar de noite todo o movimento nas ruas e lugares públicos.

De certa hora em diante tornava-se perigoso alguém aventurar-se a andar por fora de casa, e, para que os moradores a tempo se recolhessem, tocava na torre da Câmara o sino chamado de correr ou recolher.

Era obrigação imposta pela lei geral em todo o país. As Ordenações Filipinas no L. I, Tit. 65, § 4.º, mandavam que o alcaide o tocasse, por ordem do juiz, uma hora seguida, das 8 às 9 nos meses de Outubro a Março, e das 9 às 10 nos restantes meses. Quem depois disso fosse achado na rua sem armas pagava 60 reis de multa, salvo indo a caminho para qualquer lugar com candeia, lanterna ou outra luz. (L. V, Tit. 79).

O poeta dramático Ribeiro Chiado

termina a *Prática dos Compadres* (1572) por uma referencia ao sino de correr, que, tocado, obriga os figurantes a irem à pressa para casa.

O sino é já acabado  
E a justiça anda agora  
Nos outros de casa em fora,  
Cada um merece pingado.

Nalgumas localidades, pelo menos, não se tocava o sino nas noites de Ano-bom e Reis. Isto informa Soropita no *Prognostico do anno* de 1595: — «na noite da vespera de janeiro e dos Reis, andarão cantando e tangendo pelas ruas, sem se temerem da justiça, por serem noites privilegiadas em que não correm o sino».

A-pesar da disposição genérica das Ordenações, as posturas municipais ocupavam-se do assunto, em vários concelhos, mesma depois de haver iluminação pública e de implantado o regime constitucional. (F. P. Langhans. *As posturas*. Lisboa, 1938, pag. 100).

Na cidade de Angra ainda o *Código de Posturas* de 1845 (art. 66.º) impunha a obrigação de o tocar, e o costume só foi abolido em 15 de Março de 1865, por determinação municipal.

Já inutil, anacrónico, o sino deu que falar em 1848. Na sessão de 14 de Junho deliberou-se demolir os antigos Paços do Concelho e, em seu lugar, construir os actuais. A Câmara teve de se transferir para uma casa que possuia na Praça Velha denominada do Corpo da Guarda, depois de nela feitas as indispensaveis acomodações, e o presidente resolveu mandar pôr lá o sino.

Não lh'o levou a bem gente da cidade, e uns opinavam que devia deixar de se tocar o sino, outros que se tocasse numa igreja. Para lavar as suas

mãos o presidente submeteu o estupendo caso à vereação, alegando, contudo, que o sino se tocava em obediência a uma disposição legal não revogada, que estava já colocado no edificio sem inconveniente algum e que, em tais condições, bem escusado era ir pedir favores a estranhos.

A Câmara, todavia, não foi da mes-

ma opinião e deliberou que se pedisse à autoridade eclesiastica para se tocar na Sé. Acedeu logo ela ao pedido sob condição de darem mais mil reis ao sineiro, que ficou a ganhar 6\$000 reis por ano, e o sino foi apeado na Casa do Corpo da Guarda (Sessão de 22 de Julho), tudo acabando em paz.

*L. Ribeiro*

**Ribeiro (L.)**

—— <i>Vária</i> : Touradas à corda . . . . .	317
O sino de correr . . . . .	318

**Spalding (Walter)**

—— Superstições comuns ao Brasil e aos Açores. . . . .	282
--	-----

**Assuntos****Artigos :**

Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores, pelo Dr. Manuel Menezes . . . . .	1
Relação dos emigrantes açoreanos para os Estados do Brasil, extraída do «Livro de Registo de Passaportes da Capitania Geral dos Açores», por António Raimundo Belo . . . . .	227
A Igreja de S. Sebastião da Ilha Terceira, pelo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima . . . . .	247
O Distrito de Angra (Tradução dos capítulos III, IV e V (Parte II) do livro do Capitão Boid — A Description of the Azores (London, 1835) por João H. Anglin . . . . .	256
Superstições comuns ao Brasil e aos Açores, por Walter Spalding . . . . .	282
Subsídios para a história da Diocese de Angra :	
O pessoal da Catedral de Angra . . . . .	290
As Missas «pro Infantado» nas ilhas . . . . .	296
pelo Cónego J. A. Pereira . . . . .	

**Bibliografia :**

Leo Pap. Portuguese — American Speech, por J. A. . . . .	301
--	-----

<b>Publicações recebidas</b> . . . . .	305
--	-----

**Vida do Instituto :**

Actas das reuniões . . . . .	311
------------------------------	-----

**Vária :**

Touradas à corda — L. Ribeiro . . . . .	317
O sino de correr — L. Ribeiro . . . . .	310

